

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de doutorado em Ciências Sociais

**LAVRADORES, TRABALHADORES AGRÍCOLAS,
CAMPONESES:
OS COMUNISTAS E A CONSTITUIÇÃO DE CLASSES NO CAMPO**

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

CAMPINAS, 1995

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

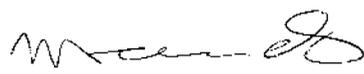
**LAVRADORES, TRABALHADORES AGRÍCOLAS,
CAMPONESES:**

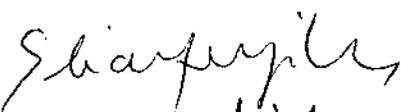
Os comunistas e a constituição de classes no campo

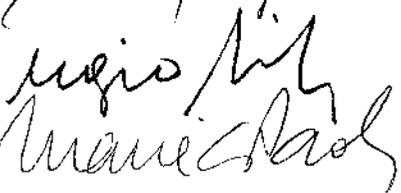
Tese de doutorado apresentada ao Programa de
Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação da profa.
Maria de Nazaré Baudel Wanderley

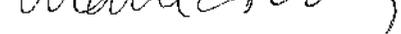
Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 13/11/1995

Banca:

Prof(a). dr(a). 

Prof (a). dr(a). 

Prof(a). dr(a) 

Prof(a). dr(a) 

Prof(a). dr(a). 

Campinas 1995

UNIDADE	OC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	M467L
V. Ex.	
PROJ. Nº	26396
PROC.	667/96
C. O. [X]	
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	13/04/96
N.º CPU	

CM-00083035-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Medeiros, Leonilde Servolo de

M467L

Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo / Leonilde Servolo de Medeiros. -- Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Maria de Nazaré Baudel Wanderley.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais rurais. 2. Classes sociais. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. Camponeses - Brasil. 5. Questão agrária - Brasil. I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ao Marcelo e à Clarice,
meus filhos

Agradecimentos

Entre a concepção do tema e a realização desta tese, muito tempo se passou. Nesse período tenho certeza de que fui uma pessoa absolutamente privilegiada, pela possibilidade que tive de participar de diferentes grupos de discussão, com pessoas com quem muito pude aprender tanto em termos teóricos, como em relação à importância da generosidade intelectual e da solidariedade.

Menciono três desses grupos que se constituíram, ao longo desses anos, em meus espaços por excelência de interlocução acadêmica. O primeiro deles, no tempo, o Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social e Agricultura, hoje uma associação de pesquisadores (APIPSA). No CPDA, entre 1983 e 1985, o Núcleo de Estudos e Documentação sobre Movimentos Sociais no Campo, reunindo professores e alunos ligados ao tema, constituiu-se numa tentativa de ampliar o espaço institucional para a discussão dos conflitos agrários. De 1989 a 1993, como colaboradora do Programa Movimento Camponês Igrejas, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), pude me beneficiar de intensas discussões e de uma reflexão apaixonada sobre o meio rural brasileiro, as tensões nele presentes e o significado da assessoria aos movimentos sociais.

Nesses três espaços, os debates sobre as diferentes manifestações dos movimentos sociais no campo, em diferentes tempos históricos, permitiram, cada um à sua maneira, uma troca intensa de opiniões, literatura, possibilidades teóricas que, de alguma forma, refletiram-se nesta tese.

Nesta longa trajetória, muitas pessoas e instituições colaboraram decisivamente para que a tese chegasse ao final.

Quando a necessidade de voltar às aulas, após a conclusão do mestrado se fez sentir, para atualizar conhecimentos e começar a buscar caminhos para pensar o doutorado, participei como aluna ouvinte de um curso sobre "Campepinato e Política", oferecido pelo professor Moacir Palmeira, no PPGAS/MN/UFRJ. As

discussões que lá fizemos foram muito úteis para as reflexões que eu vinha desenvolvendo sobre os movimentos sociais no campo.

Na UNICAMP, os seminários do doutorado abriram perspectivas teóricas importantes. Maria Nazaré Wanderley, Teresa Sales, Carlos Brandão, na área de Agricultura e Questão Agrária, Roberto de Oliveira e Vilmar Faria, nos Seminários sobre Teoria e Metodologia nas Ciências Sociais, e Edgar de Decca, no Departamento de História, deixaram fortes marcas na minha formação e na construção desta tese.

Com meus colegas doutorado, Aloísio, Carlos, Clemilda, Dalcy, Maria Antonieta, Regina, as discussões infundáveis, que se prolongavam pela rodovia dos Bandeirantes, tornaram fértil o convívio. Maria Antonieta (Eta) talvez fique surpresa em saber que, apesar das minhas resistências iniciais à sua proposta de recorte temático, acabei por incorporá-la muito mais do que o imaginava fazer inicialmente.

Como parceiro de alguns trabalhos, José dos Reis dos Santos Filho discutiu comigo o projeto inicial.

Suzana Pessoa Soares e Marcos Otávio Bezerra me auxiliaram, em momentos diferenciados, com competência e seriedade, na coleta de dados.

Luis Flávio de Carvalho Costa, pesquisador da ação do PCB junto aos trabalhadores do campo, colocou-me à disposição documentos inéditos do arquivo Lyndolpho Silva.

No "Grupo de Sindicalismo" do CEDI encontrei não só o carinho na acolhida na equipe, a amizade generosa, como discussões substanciais que a todo momento me obrigavam a rever meus temas e recortes.

Meus alunos do CPDA, nas discussões nas aulas, nas orientações das dissertações, foram uma presença sempre estimulante, dando-me ânimo para continuar na atividade acadêmica.

Adonia Antunes Prado, amiga de todas as horas, fez a última revisão do texto.

Diógenes Pinheiro e Sérgio Leite facilitaram generosamente meus contatos com a UNICAMP poupando-me viagens nos preparativos finais da apresentação da tese.

Luis Flávio Costa, Raimundo dos Santos e Regina Bruno colaboraram nos momentos cruciais e desgastantes da impressão da versão final.

A realização do doutorado seria impossível sem apoio institucional. O CNPq concedeu-me, em 1986, um auxílio que me permitiu colher parte do material de pesquisa. O Programa Institucional de Capacitação Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nas pessoas de Irineu Withimann e Célio Figueiredo e a CAPES concederam-me uma bolsa de estudos que me viabilizou a a frequência aos

cursos na UNICAMP e parte da pesquisa.

O Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ possibilitou-me o afastamento das atividades docentes, no período de integralização dos créditos e em que realizei a primeira etapa da pesquisa.

Algumas pessoas marcaram fortemente a trajetória deste trabalho e a elas quero fazer uma menção especial e muito carregada de carinho.

Regina Bruno foi a parceira de todas as horas nas discussões dos impasses teóricos e das angústias inerentes ao árduo período de recortar um problema de investigação e redigir e concluir uma tese.

Regina Novaes foi interlocutora e referência constante. As marcas de nossas discussões estão presentes em muitos momentos deste trabalho. Nas etapas finais, generosamente conseguiu ainda fazer uma pausa em suas múltiplas atividades para ler uma versão deste trabalho e fazer preciosas sugestões.

Durante a redação da versão final da tese, quando ter alguém para discutir o texto e com quem poder pensar alto é essencial, Ana Maria Motta Ribeiro foi a interlocutora amiga e instigante.

Maria Nazaré Wanderley, minha orientadora, marcou sua presença pelo estímulo constante, disponibilidade para discussões e pela confiança que depositou na realização deste trabalho.

Francisco de Assis Medeiros assegurou a tranquilidade em momentos cruciais da elaboração da pesquisa.

Marcelo e Clarice compreenderam a dificuldade das últimas etapas desse processo e, cada a seu modo, foram de uma emocionante solidariedade.

Introdução

No decorrer da década de 50 e início dos anos 60, progressivamente vai sendo identificada no cenário político nacional, através da emergência de diferentes formas de conflito no campo, a presença de *"trabalhadores agrícolas"*, *"lavradores"* ou *"camponeses"*, diferenciando-se em relação ao que chamavam de *"tatuíras"*, *"patrões"*, *"latifundiários"*. Apresentavam um conjunto de demandas qualificadas como direitos e, para tanto, organizavam-se quer através de associações, uniões, ligas, etc, quer sob a forma sindical. Nesse processo da emergência dos trabalhadores do campo na política, tentava-se a construção de uma unidade política, corporificada na figura do *"campesinato"*, de toda uma diversidade de situações que, já então, era apontada e problematizada pelas principais forças que atuavam no campo.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre alguns dos aspectos envolvidos nesse processo, procurando centrar sobre a atuação do Partido Comunista, vista principalmente através de sua imprensa.

O tema tem sua origem em um conjunto de reflexões, apresentadas em minha dissertação de mestrado, sobre os debates em torno da reforma agrária durante os anos 1950/60 (Medeiros, 1983). Nesse contexto, se os trabalhadores rurais apareciam como personagens centrais do debate, pouco foi possível perceber sobre a natureza e as

formas dessa presença, na medida em que a análise voltava-se fundamentalmente para as propostas mais gerais das organizações que procuravam dar a direção para os conflitos que se desenrolavam no campo (Partido Comunista, Ligas Camponesas, Igreja)¹.

Em meados da década de 80, iniciei uma investigação sobre a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, entidade criada em 1954 e ligada ao Partido Comunista, para estimular e capitalizar um conjunto de conflitos que se desenrolavam no campo. A partir dos resultados iniciais, preparei o meu projeto de ingresso no programa de Doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP. Interrompida a continuidade do trabalho de pesquisa no período de realização dos créditos, retomei parte do material para um trabalho de divulgação a mim solicitado pela FASE (Federação dos Órgãos Educacionais e Assistenciais de Base), organização não governamental sediada no Rio de Janeiro. Esse trabalho, uma história dos conflitos agrários no Brasil (Medeiros, 1989), me impôs uma reflexão mais ampla, sobre a trajetória das lutas no campo, o que me encorajou a recuperar o projeto inicial e a aprofundar a investigação iniciada.

A retomada das minhas atividades acadêmicas junto ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e minha participação como colaboradora do Programa Movimentos Sociais Igreja do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) proporcionaram-me condições para uma reflexão sobre o sindicalismo

¹Uso aqui o termo "trabalhador rural" ou "trabalhador do campo" de forma genérica. Enquanto categoria que identifica formalmente o conjunto dos que vivem do trabalho no campo (assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, posseiros etc), ela se constituiu em 1965, com a criação do "sindicato de trabalhadores rurais" e foi apropriada politicamente pelo sindicalismo em fase de reorganização (Palmeira, 1985). Como buscaremos mostrar, no período que elegemos para estudo, utilizava-se como identificação política os termos "*trabalhadores agrícolas*" (normalmente para designar segmentos pensados como assalariados), "*lavradores*" (designando posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos produtores, etc.) ou "*camponeses*" (os trabalhadores do campo em geral, a serem mobilizados). Essa distinção é importante porque esses termos não são neutros e surgem em oposição aos que os segmentos do Estado e proprietários fundiários tentavam impor: "*homens do campo*", "*rurícolas*", diluindo, assim, a dimensão da relação de trabalho e exploração existentes e, conseqüentemente, o reconhecimento de uma esfera própria de direitos.

rural brasileiro no período contemporâneo e novamente me afastaram do tema original da tese. No entanto, no plano da reflexão teórica, esse período foi extremamente enriquecedor, oferecendo-me não só um estimulante debate acadêmico, como também o contato com o mundo do sindicalismo rural, suas polêmicas internas, seus impasses, trazendo-me novas questões sobre as formas de organização e luta dos trabalhadores do campo.

A necessidade de retomar a tese me fez avaliar o material de que dispunha e me senti bastante estimulada a retomar a pesquisa. No longo período de tempo que transcorreu entre a primeira formulação do tema e a sua retomada para a redação da tese, a literatura sobre o assunto multiplicou-se, impondo-me a busca de novos recortes que proporcionassem um tratamento adequado da questão e que pudessem trazer um olhar novo sobre o que, no momento em que efetivamente iniciei a redação deste trabalho, às vezes, parecia-me suficientemente estudado e não passível de novas versões.

O caminho desta tese e seus objetivos foram se delineando no decorrer do contato com a literatura específica sobre os conflitos que ocorreram no meio rural brasileiro, na interpelação do material de pesquisa coletado e, principalmente, na interlocução com a literatura teórica sobre ação política de determinados segmentos da sociedade definidos por Gramsci como "*subalternos*". Esse diálogo foi construído não só no âmbito da produção sociológica, mas no da ciência política, da antropologia e da história. Assim, a realização do trabalho implicou, antes de mais nada, no difícil esforço de navegar nas águas da interdisciplinaridade. Não sei até onde o esforço foi bem sucedido, mas, sem dúvida, foi intelectualmente bastante instigante.

O aparecer dos "*trabalhadores agrícolas*", "*lavradores*" ou "*camponeses*" na esfera pública², nos anos 50/60, foi um processo extremamente tenso. Através dos conflitos em que se envolveram e das mediações que os tornaram visíveis para a sociedade, emergiram não só novos temas para o debate político, mas também uma nova linguagem. Esses segmentos constituíram, assim, um lugar próprio para si e encontraram argumentos para explicar as tensões sociais em curso, impondo-se como importantes participantes dos grandes debates que se travaram, nesse período, em torno da natureza e do sentido do desenvolvimento brasileiro.

Preocupa-nos perceber as tensões inerentes a esse processo, visto que, normalmente, ao se resgatar a história de um grupo social, "*apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos*" (Thompson, 1987a:13). Partindo dessa premissa, buscamos trazer à luz momentos de indefinições dos caminhos da constituição do "*trabalhador agrícola*" / "*lavrador*" / "*camponês*", visando superar leituras lineares e voltando os olhos para algumas dimensões do processo de formação dessa categoria. Se, como aponta Thompson (1987a), construir uma narrativa é uma tentativa de dar uma lógica *a posteriori* a um vasto conjunto de eventos que, no seu acontecer, não contém essa lógica em si, é porque em cada momento do acontecer social está em jogo uma disputa entre um conjunto de forças cujo resultado não está dado *a priori*, mas que é comumente lido a partir dos resultados. Assim, muitas vezes, falar do "*campesinato*" como ator político encobre a complexidade dos caminhos percorridos para sua constituição, possibilidades descartadas, sendas escolhidas.

²Valemo-nos aqui da concepção de espaço público de Hannah Arendt. Para essa autora a visibilidade pública é que constrói a realidade. O espaço público conforma um mundo comum entre os homens, mundo esse pensado como aquilo que é comunicável, ou seja, relevante. Esse espaço é o lugar da visibilidade e do aparecimento, onde a singularidade de cada um, construída através da ação e do discurso, aparece. Nesse sentido, espaço público é a comunidade politicamente organizada (Arendt, 1987; Telles, 1990).

O nascimento de organizações próprias de trabalhadores no campo implicou em busca de legitimação frente às forças sociais em presença e ao Estado. Ele deu novo perfil a um embate, recorrentemente tenso, muitas vezes marcado pela violência, entre "*trabalhadores*" e "*patrões*", "*lavradores*" e "*latifundiários*", mediado quer pelo recurso às regras costumeiras, quer à legislação disponível (muitas vezes elaborada para outros segmentos sociais) o que, por sua vez, também contribuiu para moldar socialmente esses personagens (Palmeira, 1989). Consolidou-se assim uma disputa por definição de direitos, por um reordenamento de lugares sociais, implicando concepções distintas de estratégias de desenvolvimento. Abriu-se espaço ainda para um enfrentamento direto com o Estado, via demandas trabalhistas, luta por terra, política de preços, direito de organização, o que, em última instância, significava busca de acesso a reconhecimento político.

Surgiu, nesse processo, o que Sader denominou como uma nova matriz discursiva, "*capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados*" (Sader, 1988:60), mas que também impõe novas tomadas de posição dos agentes na cena e uma nova agenda. Assim, o aparecer dos trabalhadores do campo no espaço público indicou a ampliação desse espaço e rearranjos nas concepções e nas práticas dos diferentes atores presentes.

A ótica mais geral sob a qual pretendemos desenvolver o trabalho é a de que o aparecimento político dos trabalhadores do campo, que culminou na institucionalização de um conjunto de direitos, pode ser lido como um momento do processo de formação de classes³. Em Thompson (1979, 1981, 1987a, 1987b) podem ser encontrados os suportes básicos para a utilização desse conceito de forma a

³Como parte dos requisitos para meu exame de qualificação para o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, elaborei uma análise dos principais impasses do conceito de classe social na teoria sociológica contemporânea (Medeiros, 1993). Não retomarei aqui o enorme debate que envolve, hoje, a utilização desse conceito.

valorizar as formas de ação coletiva e as iniciativas políticas. Para esse autor, a classe é uma relação histórica, que acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens, cujos interesses diferem e, geralmente, se opõem aos seus. A análise de Thompson rejeita tanto a idéia de determinação quanto a de consciência, enquanto entidades separadas da classe, cujo processo de formação se dá no cruzamento entre determinação e auto atividade. Ou seja, as classes se fazem a si mesmas tanto quanto foram feitas. Ela são um vir a ser no tempo, um processo inacabado de relações e conflitos (Thompson, 1987a). É nessa tensão que as classes se constituem enquanto sujeitos da ação.

Para o entendimento adequado da forma como esse conceito aparece em Thompson, é preciso recuperar a noção de experiência, chave na sua concepção. É através dela que homens e mulheres retornam como sujeitos, entendidos como *"pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e, em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes), agem, por sua vez, sobre sua situação determinada"* (Thompson, 1981:182, grifos do autor). Assim, o *"fazer-se"* da classe é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica.

Analisando a formação da classe operária inglesa, o autor mostra como ela não se gerou exclusivamente das transformações do sistema fabril, mas de um conjunto de tradições plebéias e de influências intelectuais (motins, cultura religiosa, a concepção de homem livre sintetizada por Paine, etc.). Segundo ele, o que provocou maior envolvimento das pessoas não foi a luta imediata pela subsistência, mas alguns valores que estavam em risco, tais como os costumes tradicionais, uma determinada concepção de justiça, ou o que chamou de *"economia moral"* (Thompson, 1979).

De acordo com essa ótica, o proletariado constituiu-se como uma classe no mesmo processo em que se conformou a burguesia e as lutas que opunham esses dois segmentos⁴. Pensar o conceito de classe social sob essa perspectiva se desdobra na possibilidade de considerar a existência de classes como momentos particulares da história, onde segmentos sociais aparecem como tal. Esse aparecer implica dois processos: a emergência de formas organizativas e de uma linguagem e comportamentos específicos, que a singularizem e a distingam no cenário político, em relação a outros.

Enfatizamos pois a relação entre classe e organização, procurando, no entanto, evitar os riscos de uma análise substitucionista, que reduza a classe à sua forma organizativa e acabe por falar da classe quando fala do partido, do sindicato.

Todavia, não é possível descartar dois aspectos. O primeiro deles é que é no interior das organizações que se constitui uma determinada concepção do lugar de um grupo na sociedade, que se articulam seus projetos, que se produzem processos geradores de determinadas visões de mundo, que se gestam práticas identificadoras. Afinal, como o aponta Przeworski (1989:91), *"se as classes devem aparecer na política, precisam ser organizadas como agentes políticos"*. A diferença é que, enfatizando a trama das relações, traz-se para a análise a possibilidade de uma multiplicidade de propostas que, na sua disputa, são conformadores do próprio perfil

⁴É sempre importante ressaltar que esse caminho analítico, que ressalta o processo e as relações, já fora apontado por Marx: *"à medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu seio um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proprietária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida pelos dois lados, percebida, associada, compreendida, confessada e proclamada em voz alta, não se manifesta a princípio senão por conflitos parciais e momentâneos, por fatos subversivos"* (Marx, s/d: 105/106). É nesse processo, segundo este autor, que se constituía a união dos trabalhadores, sua transformação em classe. Ou seja, para ele, só seria possível falar em classe quando se falasse em luta: *"os diferentes indivíduos só formam uma classe enquanto se veem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe, pois, no demais, eles mesmos se enfrentam uns com os outros, hostilmente, no plano da competição (...). A classe se substantiva, por sua vez, frente aos indivíduos que a formam, de tal modo que estes se encontram já com suas condições de vida predestinadas, por assim dizer; se encontram com o fato de que a classe lhes designa sua posição na vida e, com isso, a trajetória de seu desenvolvimento pessoal se vê absorvida por ela..."* (Marx, 1972:61). O desafio é explicar essa substantivação que, muitas vezes, nas análises, perde sua dimensão processual e se reifica.

da classe. Pode-se assim ressaltar a presença de grupos diferenciados lutando por impor sua leitura própria da sociedade e um sentido para as ações. Além disso, tratar de classes no momento em que já existiam organizações constituídas, com uma larga experiência (cristalizada no movimento socialista internacional), implica em buscar considerar qual o papel da teoria e dessas entidades na própria conformação de novas formas de aparecer de classe⁵.

No que se refere à importância da linguagem, apoiamo-nos em Arendt, quando afirma que a palavra tem não só a dimensão de comunicação, mas também a de revelação: *"na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz"* (Arendt, 1987:192). Segundo essa autora, cassar a palavra é cassar o espaço público, entendido como espaço de argumento e persuasão, ou seja, de luta política.

Algumas pistas para abordar o tema nos vieram através do historiador Stedman Jones que, tratando do movimento cartista inglês, defende a tese de que os termos *"experiência"* e *"consciência"*, na forma como vinham sendo empregados pelos historiadores (e, poderíamos acrescentar, pelos sociólogos e cientistas políticos), ocultavam o caráter problemático da própria linguagem. As duas noções têm, segundo ele, implícito que a linguagem é um simples meio através do qual a experiência encontra sua expressão e desconsideram a sua materialidade, a impossibilidade de remetê-la simplesmente a uma realidade primária anterior, o ser social, a impossibilidade de abstrair a experiência da linguagem que estrutura sua articulação. Na concepção de Jones, não se pode decifrar a linguagem política para conseguir uma expressão primeira e material do interesse, já que é a estrutura discursiva da linguagem política a que concebe e define o interesse em primeira instância. Assim, *"o que*

⁵De acordo por Przeworski (1989:113), *"as classes são formadas como efeitos de lutas; à medida que lutam, transformam as condições sob as quais se formam as classes"*.

devemos fazer é estudar a produção do interesse, a identificação, a contraposição e a aspiração dentro das próprias linguagens políticas" (Jones, 1989:21).

Refletir sobre a constituição de uma linguagem de classe, coloca em plano relevante a temática dos direitos. Podemos considerar que o processo de constituição das classes é também o de constituição de um conjunto de direitos (novos direitos, em relação ao arsenal presente ou reinterpretação, sob novas bases, de direitos existentes), onde se disputa a definição e a forma de tratamento do que aparece socialmente como problema a ser equacionado.

Hobsbawn apresenta uma definição historicizada do que é direito e, portanto, adequada à nossa abordagem: *"um direito é o que é reconhecido como tal"*, ou seja, implica em proclamação e legitimação (Hobsbawn, 1987: 410). Segundo esse autor, os direitos *"existem nas mentes de homens e mulheres como partes de conjuntos especiais de convicções sobre a natureza da sociedade humana e sobre a ordenação das relações entre os seres humanos dentro dela: um modelo de ordem social e política, um modelo de moralidade e justiça"* (Hobsbawn, 1987:411, grifos meus, LSM).

Historiando a concepção de direitos e procurando estabelecer a diferença existente entre os direitos nas sociedades pré-industriais e nas sociedades modernas, Hobsbawn aponta que, nesta última, os direitos pertencem a indivíduos, concebidos como tais de forma abstrata, e não na maneira tradicional, como pessoas inseparáveis de sua comunidade ou de outro contexto social; são teoricamente universais e iguais, visto que indivíduos considerados isoladamente somente podem ter prerrogativas iguais, muito embora, como pessoas, possam ser completamente diferentes; são essencialmente de natureza política ou jurídico-política, pois o objetivo de proclamá-los era fornecer garantias institucionais a seres humanos e cidadãos. No entanto, eles não implicavam um programa social e econômico, porque as liberdades garantidas por esses direitos eram negativas (Hobsbawn, 1987:415/7). Frente a isso, afirma que *"a contribuição mais importante dos movimentos operários do século XIX aos direitos*

humanos foi demonstrar que eles exigiam uma grande amplitude e que tinham de ser efetivos na prática tanto quanto no papel" (Hobsbawn, 1987:419).

A leitura de Hobsbawn sobre o significado dos direitos sugere que se pense, ao lado deles, necessariamente a organização de grupos que ampliam o espaço do que em determinadas situações pode ser reconhecido como direito, e um processo constante de criação de direitos, que pode também ser lido como momentos de relações de força do grupo, na sua constituição, com os demais segmentos sociais. Ou seja, a concepção de direitos não pode ser dissociada de um processo de reconhecimento, que se dá através do conflito.

Apoiando-nos em Lefort, lembramos a importância da eficácia simbólica de que é portadora a noção de direitos. Segundo esse autor, *"os direitos não se dissociam da consciência dos direitos... Mas não é menos verdade que essa consciência dos direitos se encontra tanto melhor partilhada quando são declarados, quando o poder afirma garanti-los, quando as marcas das liberdades se tornam visíveis pelas leis. Assim, a consciência do direito e sua institucionalização mantêm uma relação ambígua. Esta implica, por um lado, a possibilidade de uma ocultação dos mecanismos indispensáveis ao exercício efetivo dos direitos pelos interessados, em decorrência da constituição de um corpo jurídico e de uma casta de especialistas; por outro lado, fornece o apoio necessário à consciência do direito... o poder pode denegar o direito, porém é incapaz de se privar de sua referência"* (Lefort, 1983: 57).

Dessa ótica, a criação de direitos marca um novo modo de acesso ao espaço público (Lefort, 1983:47), na medida em que, sob o seu impulso, *"a trama da sociedade política tende a modificar-se ou aparece cada vez mais como modificável"* (Lefort, 1983:59).

Falar na produção de uma linguagem de classe coloca todavia alguns problemas a serem equacionados e apontados por Novaes (1992). Um deles é o da mediação política. Segundo essa autora, o processo de mediação implica em emprestar uma fala, uma linguagem para determinados grupos sociais, o que pode ocorrer até

mesmo no sentido de reforçar a dominação (de classe, de grupo). Na sua perspectiva, a mediação pode aparecer como representação, direção, assessoria, extensão; pode significar trazer recursos materiais, recursos humanos (inclusive um saber legitimador), mas sempre implica em adesão, construção conjunta de símbolos e reafirmação de valores. Lembra ainda que a eficácia da mediação relaciona-se com os elementos em jogo em cada situação particular: às vezes, ela é eficaz porque é de fora, em outras situações, porque é de dentro e pode se afirmar como representação (Novaes, 1994).

Novaes chama ainda a atenção para o fato de que nem sempre a literatura deu a devida atenção à relação entre as mediações políticas e a matéria a ser traduzida. Refletindo sobre a natureza desse processo, indaga-se: *"Dar voz a quem não tem voz? Mas como reconhecer a verdadeira voz do povo frente às diferentes correntes sindicais e políticas existentes, frente à evidente distância entre sua parcela organizada e a massa, frente à diversidade de ritmos do próprio povo e a necessidade de articulação e unificação nacional dos movimentos sociais para maior eficiência política de sua ação?"* (Novaes, 1992:24).

Uma vez que o papel das mediações é traduzir e/ou produzir linguagens, trata-se de indagar a partir do que isso é feito. No processo de construção da mediação aparecem grupos, relações e diferenciações pré-existentes. A questão da legitimidade torna-se crucial, como também é crucial entender o processo que transforma categorias do discurso dos mediadores em categorias dos grupos sociais. Para que a mediação seja capaz de produzir uma nova linguagem e, conseqüentemente, novos significados que ganhem densidade social, é necessário que se parta das experiências que constituem os grupos sociais em nome dos quais se vai falar.

Para Novaes, na análise de mediações, o pesquisador não pode deixar de se indagar sobre qual é a natureza de cada tipo de mediação, como ela pode acontecer, o que tem de particular, como pode se transformar, questionando o que ela aponta como um *"inconsciente coletivo"* do meio intelectual, que funciona, em grande medida, através de categorias como vanguarda, direção, intelectual orgânico (Novaes, 1994).

Não há passes de mágica, mas um conjunto de eventos, procedimentos, através dos quais é produzida a mediação, constitui-se uma nova linguagem, novos grupos sociais emergem no cenário político. Desse ponto de vista, no processo de formação de classes, ganham relevo tanto o cotidiano do trabalho quanto as práticas das formas de organização emergentes e os espaços criados para a socialização das propostas políticas, de formas de expressão próprias e diferenciadoras, como é o caso dos jornais, encontros, congressos, conferências, passeatas, acontecimentos como ocupação de sedes de órgãos públicos, etc. Nessas manifestações produzem-se palavras de ordem, gestos, símbolos, rituais, etc. Pode-se considerar que esses eventos desempenham papel semelhante ao que Perrot atribuiu às greves, na medida em que rompem *"com o mutismo ao qual os detentores da cultura condenam, habitualmente, as classes populares, esse 'mundo sob um mundo' (Goncourt), abandonadas aos sussurros da tradição oral ou ao silêncio noturno, uma vez que elas não se manifestam. Reivindicações, protestos, petições, pichações, discussões, arengas, cantos slogans, gritos, aclamações e injúrias..., formam os elos de um discurso suscetível de nos esclarecer sobre as aspirações, os desejos, as representações dos trabalhadores... Sofrimentos emudecidos, desejos submersos na desgastante monotonia do cotidiano, afloram ao nível da linguagem..."* (1974:7).

Tendo em vista o quadro de exclusão política que a literatura tem apontado como sendo a marca do lugar social dos trabalhadores do campo, sua emergência no cenário com uma identidade política própria, como *"trabalhadores agrícolas"*, *"lavradores"*, *"camponeses"*, etc, implicou o rompimento de antigas relações e a produção de novas, portanto, em ameaça a um determinado ordenamento social⁶.

⁶Arendt, falando sobre o significado do espaço público, menciona uma historieta do Império Romano, narrada por Sêneca, que mostra o quanto era considerado perigoso o mero aparecimento em público. Segundo ela *"naquela época, foi apresentada ao Senado a proposta de que os escravos usassem em público traje idêntico, para que fossem prontamente diferenciados dos cidadãos livres. A proposta foi rejeitada como muito perigosa, uma vez que os escravos poderiam então reconhecer-se uns aos outros e tomar consciência de seu potencial de poder"*.

E acrescenta: *"os intérpretes modernos tendem evidentemente a tirar desse incidente a conclusão de que o número de escravos da época devia ser muito elevado, no que estão inteiramente"*

Nos anos 50/60, a constituição de uma linguagem de classe identificando os trabalhadores do campo no cenário político, dando-lhes visibilidade social, trazendo a público um discurso sobre direitos e sobre a necessidade de reordenar seu lugar na sociedade é ininteligível fora da ação do PCB, organização que, desde cedo, se propôs a atuar como mediação nos conflitos agrários. Para acompanhar o processo de produção dessa linguagem, tentando resgatar as propostas que foram levadas ao campo e as experiências traduzidas, privilegiamos um determinado canal por onde esse processo se difundiu e se socializou: a imprensa comunista. Buscamos nela evidenciar como era apresentada a experiência dos trabalhadores, que leitura era produzida sobre ela, que demandas eram levantadas nos encontros, congressos, conferências realizadas, nas matérias sobre os conflitos, que propostas de organização eram veiculadas, como eram tratadas as manifestações públicas, etc, de forma a verificar quem era abarcado na categoria "*lavradores e trabalhadores agrícolas*" ou "*camponeses*", que propostas emergiam, que formas de luta eram valorizadas a cada conjuntura particular. A nosso ver, essa imprensa aparece como um local privilegiado para a identificação da presença do que Sader chama de "*novas matrizes discursivas*".

A análise desses diferentes aspectos da presença "*camponesa*", em diferentes locais e em diferentes momentos, é um instrumento importante para a compreensão de como e quais de suas experiências são colocadas à luz, contribuindo para a construção da imagem pública dos trabalhadores do campo que se consolida nos anos 50/60. Permite-nos ainda verificar através de que caminhos essa nova imagem colocava em cheque alguns dos elementos centrais da estrutura política do país, na medida em que implicava em definição e hierarquização de demandas, delimitação de interesses, ruptura com construções culturais e políticas privilegiadoras da homogeneização e, de alguma forma, constituição da imagem da classe. Trata-se, pois, de um processo de reconstrução das imagens já instituídas dos trabalhadores, como a de paternalismo,

enganados. O que o judicioso instinto político dos romanos julgava perigoso era o aparecimento em si, independentemente do número de pessoas envolvidas" (Arendt, 1987:230, nota 53).

passividade, preguiça, opondo uma outra, marcada pela afirmação da singularidade e pela construção de uma unidade de natureza política, que dialoga com a enorme diversidade de situações presentes no campo. Por esse caminho pretendemos evitar a armadilha de proceder a um julgamento de erros e acertos das práticas do PCB, de trabalhar com um *"dever ser"*. Nossa intenção é muito mais explicitar o que sua atuação acabou por construir em relação ao *"campesinato"*, os efeitos que provocou no sentido de trazer esse grupo social para o cenário político como classe, de contribuir para seu reconhecimento político.

Como o lembra Davis (1990), a palavra impressa, mais do que uma fonte de idéias e imagens, é mensageira de relações e afeta determinados ambientes. Essa propriedade é muito mais evidente quando se considera a imprensa comunista, em razão mesmo de sua natureza e objetivos: produzir modelos a serem seguidos, predispor os seus leitores à aplicação das diretrizes partidárias.

Desde as origens do movimento socialista, foi dado um papel de relevo à imprensa. Já Marx considerava ser ela fundamental para difundir as idéias do emergente movimento operário e se constituir num instrumento capaz de minar as bases do sistema político vigente (Moraes, 1994). Ele mesmo foi um divulgador incansável de sua doutrina em jornais como a **Gazeta Renana** e posteriormente **Nova Gazeta Renana**.

Lenin atribuía à imprensa o papel de agitador, de instrumento de propaganda e de organizador coletivo, considerando-a uma ferramenta para solidificação do partido. Segundo ele, a imprensa se constituía na *"arma mais poderosa do partido para chegar à classe operária todo dia, toda hora e em sua própria língua"* (cit. por Moraes, 1994:61).

Foi dentro dessa ótica, por sinal propagandeada e estimulada pela Internacional Comunista, que o PCB concebeu e implementou seus meios de comunicação. Como apontado por Moraes (1994), a imprensa do PCB foi o vetor hegemônico *"na disseminação de estratégias discursivas que mediarão as diretrizes*

soviéticas" (Moraes, 1994:18), mas não só. Ela se dispôs a exercer o papel também de "*levantar reivindicações*", o que implica em se propor a ser um espaço privilegiado da construção dos interesses e das formas de sua expressão na esfera pública.

Abordar a imprensa do PCB significa ter em vista também, no contexto em que o partido atuou, que ela se dirigia, prioritariamente, para um determinado público, quer do estreito círculo de militantes, quer para um grupo maior, já sensibilizado pelas propostas que ela trazia⁷. Embora não tenhamos como objeto trabalhar a forma como a imprensa era lida, não podemos descartar a preocupação com o fato de que ela chegava às mãos de seus leitores através de relações de fidelidade, de confiança. Essa relação era fundamental também para dar legitimidade à nova maneira de ver o mundo que a imprensa trazia consigo e avaliar as iniciativas que estimulava. Assim, podemos pensar sua eficácia em termos de círculos, onde há um centro composto por um grupo de leitores e divulgadores militantes, para quem os jornais eram os portadores da "*verdade*" do partido, e círculos concêntricos, de pessoas atingidas com níveis diferentes de intensidade, cuja adesão à sua mensagem dependeria fundamentalmente de sua capacidade de "*tradução*" de suas experiências e dos efeitos que poderia produzir. Na capacidade de se fazer ouvir nesses círculos é que se depositava a possibilidade de mobilização e organização do PCB.

Para além de perceber qual a imagem que o PCB procura socializar para e sobre o campo, é, pois, importante procurar verificar como a palavra deu forma à experiência. Na verdade, o ideário político que se procura transmitir, as novas relações de que a imprensa se faz mensageira, precisam corresponder de alguma forma ao que é vivido e transmitir a idéia de factibilidade da alternativa proposta, de credibilidade dos meios propostos para levá-los a cabo. Daí a preocupação constante, como veremos, em ressaltar os ganhos, os apoios, a visibilidade, enfim.

⁷De 1945 a 1947, o PCB esteve na legalidade. A partir de então, foi considerado ilegal e passou por dois períodos distintos. O primeiro, até meados dos anos 50, de existência em total clandestinidade, o que fechava o círculo do trabalho político. Daí para frente, viveu em semi-legalidade, que significava uma presença pública maior e maior possibilidade de atingir diferentes níveis de simpatizantes.

Nossa preocupação central será mostrar os componentes da nova linguagem que se socializava através da imprensa, onde o discurso sobre os direitos tinha um lugar central, enquanto momentos da emergência dos trabalhadores do campo como atores políticos. Como complemento, recorreremos a memórias de militantes, algumas publicadas, outras por nós colhidas em entrevistas, em diferentes momentos da pesquisa.

No período a que nos propomos a estudar, o PCB editou diversos jornais. Além dos de âmbito nacional, como é o caso da **Voz Operária**, substituída, em 1959, por **Novos Rumos**, haviam outros, de âmbito mais regional, como é o caso da **Imprensa Popular** (Rio de Janeiro), **Hoje** e **Notícias de Hoje** (São Paulo) etc., e também um jornal voltado explicitamente para o meio rural: o **Terra Livre**. Elaboramos o trabalho a partir da leitura das coleções disponíveis desses jornais. No entanto, para a proposta que desenvolvemos, há uma diferenciação entre eles a ser ressaltada. Com exceção do **Terra Livre**, todos eram voltados para o público "*operário*", ou, melhor dizendo, para as bases urbanas do PCB. Nesses periódicos, noticiar conflitos, trazer à luz as condições do campo, etc, significava buscar dá-los a conhecer a outros segmentos sociais, condição fundamental para implementar a proposta básica da "*aliança operário-camponesa*", constituir mecanismos de relação e solidariedade e explicitar o lugar da questão agrária na "*revolução democrático-burguesa*". Eles eram o lugar por excelência das discussões doutrinárias, dos debates políticos. O **Terra Livre**, por sua vez, era o canal por onde se procurava fazer chegar, para os trabalhadores rurais mobilizados, numa linguagem mais simples, numa forma mais coloquial, as mensagens do partido. Foi nele que se revelaram mais explicitamente as tentativas de falar para o "*campesinato*", descrevendo suas condições de vida e trabalho, incorporando dimensões de seu cotidiano, politizando sua cultura.

A presente tese divide-se em seis capítulos.

No primeiro, procuramos dialogar com a farta literatura existente sobre os movimentos "*camponeses*" do período estudado, de forma a caracterizar as principais questões que se colocaram como relevantes em diferentes momentos da produção de conhecimento sobre esse tema. A preocupação é identificar as problemáticas que marcaram essa produção, de forma a, posteriormente, poder evidenciar a contribuição do presente estudo.

O segundo capítulo inventaria a forma como os trabalhadores do campo foram tratados quer na legislação anterior ao período que estudamos, quer nas primeiras investidas em relação a eles por parte das organizações de esquerda e do Estado. O objetivo é rastrear o espaço institucional e também a cultura política onde vai se inserir a emergência dos conflitos no meio rural e a constituição de uma linguagem de classe.

As categorias utilizadas pela imprensa comunista para forjar uma imagem de classe sobre o trabalhador do campo, os aspectos a que deu relevo, a constituição da imagem do(s) opositor(es), são o objeto do terceiro capítulo. Nele buscamos ainda caracterizar as principais demandas apresentadas, como condição para entender quem eram os trabalhadores para quem e de quem o Partido Comunista falava e como se procurava traduzir o encontro entre as teses gerais do partido e as carências dos trabalhadores.

A seguir, mostramos como eram apresentadas as formas de ação do "*campesinato*", inventariando as principais lutas. Através da menção aos conflitos em que estavam envolvidos, aprofundamos a caracterização dos trabalhadores e do papel das mediações presentes, procurando indicar as tensões existentes entre a fala oficial do PCB e o desenrolar dos conflitos no campo.

No quinto capítulo, tratamos do processo de organização, a forma como ele era avaliado, os caminhos que foram sendo buscados, num diálogo tenso com o Estado e com as entidades patronais pré-existentes, mas também com a tradição organizativa preexistente na cultura da esquerda.

No sexto capítulo, mostramos como eram socializados os eventos produtores da imagem da classe, tais como encontros, congressos, manifestações públicas e os resultados das iniciativas dos trabalhadores configurados em propostas do Estado que indicavam o reconhecimento de sua presença e busca de canais que pudessem expressá-la. Tratamos ainda do jornal **Terra Livre**, instrumento voltado especificamente para os trabalhadores do campo.

Finalmente, nas conclusões, retomamos o conjunto do trabalho, procurando pontuar o que a análise nos permitiu perceber em relação ao processo de constituição política dos trabalhadores do campo, bem como algumas das marcas que ele deixou na sua cultura política.

Capítulo 1

Relendo os intérpretes

É bastante vasta hoje a literatura sociológica e antropológica sobre os conflitos sociais que ocorreram no Brasil entre 1945 e 1964, no meio rural. Retomar o tema implica, pois, em voltar os olhos para essa literatura, situá-la no tempo, resgatar as problemáticas por ela levantadas, as contribuições que trouxeram ao conhecimento para, através de um diálogo crítico, verificar a possibilidade de descortinar novas questões. É esse o objetivo do presente capítulo.

Até os anos 70 eram poucos os estudos de caráter sociológico sobre os conflitos que ocorreram no campo no período que elegemos como balizador temporal de nossas preocupações, apesar de sua importância política, amplamente ressaltada pela literatura. Em consequência, dispunha-se de conhecimentos limitados sobre o perfil dos principais atores presentes, das lutas desenvolvidas e de demandas que, através delas, se constituíram em diversos pontos do país.

A ação política dos trabalhadores rurais foi pensada, em muitos dos estudos sociológicos então elaborados, em grande medida através de pesquisas sobre cangaço e messianismo, alimentando o debate sobre o caráter político ou pré-político desses movimentos¹. Para além dessas investigações, muitas das análises que foram feitas sobre os trabalhadores do campo tinham seu recorte subordinado a um conjunto de temas que não erigia suas formas de comportamento político em questão central.

Uma retomada da produção sociológica brasileira, tendo como norte a análise das formas sob os quais aparece a presença dos trabalhadores rurais, talvez pudesse trazer contribuições importantes no sentido de indicar sob que parâmetros se conformou a imagem do "*trabalhador*".

Embora sem uma pesquisa exaustiva e baseando-nos em trabalhos de resenha bibliográfica, parece-nos ser possível afirmar a marcante presença, nos anos 50 e 60, de pesquisas e ensaios sobre cultura rural, ligadas à predominância de estudos de comunidade; sobre religiosidade e messianismo (Cândido, 1955; Diégues Jr. 1962; Gnaccarini e Moura, 1983); sobre a natureza das relações de trabalho no campo e sobre a formação das classes e camadas sociais.

Os conflitos rurais dos anos 60 pouco foram tema de reflexão acadêmica mais aprofundada na sua época, a não ser através de alguns pesquisadores estrangeiros, cujos trabalhos sequer foram traduzidos², menções breves nos estudos do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), da geografia humana³, ou de

¹Merecem destaque os trabalhos de Facó (1963), Queiróz (1965 e 1977), Queiroz (1966), Monteiro (1974), Amado (1978). A discussão sobre o caráter político ou pré-político dos movimentos sociais sofreu grande influência do trabalho de Hobsbawn sobre o tema, publicado originalmente em 1959. Ver Hobsbawn (1970).

²É o caso dos estudos de Wilkie (1964), Kadt (1972).

³O melhor exemplo é o de Andrade (1964).

pensadores que estavam mais voltados para uma perspectiva de intervenção direta no debate político⁴.

Quando, nos anos 60, a sociologia e a ciência política se voltaram para a análise da constituição das forças sociais na sociedade brasileira, tenderam a privilegiar as lutas operárias. Como apontam Paoli e Sader (1986:49), conformou-se, através das pesquisas então desenvolvidas, *"uma imagem da classe trabalhadora que se tornou paradigmática como representação de um sujeito, cujo traço distintivo é a negatividade - isto é, a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de produção, a falta de uma consciência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva solidária"*. Essa imagem projetava, implicitamente, uma outra que, de alguma forma, alimentava e se alimentava de determinadas concepções sobre o campo: a da desagregação da lógica de funcionamento político do mundo rural, da subordinação dos trabalhadores ao poder patronal, do significado das migrações que produziam um personagem que, vindo para a cidade, era incapaz de se associar e de demandar direitos, e cuja cultura operava pela lógica do favor.

Não é nosso objetivo aqui elencar a ampla gama temática que constituiu e vem constituindo a *"questão agrária"* enquanto objeto de estudo⁵. Fizemos a opção de olhá-la através das principais questões geradas a partir da forma como foi tratado, ao longo do tempo, um tema específico no seu interior: os *"movimentos sociais"*. Em que pese a dose de arbitrariedade presente nesse recorte, acreditamos que a configuração de uma *"questão agrária"* passa pela ocorrência de um conjunto de conflitos sociais, fortes indicadores de

⁴É o caso dos artigos de Caio Prado Jr. sobre a questão agrária na Revista Brasiliense (Prado Jr., 1979) e de Alberto Passos Guimarães (Guimarães, 1968).

⁵Sobre isso, ver Gnaccarini e Moura (1983), Tavares dos Santos (1991), Sigaud (1990).

que as tensões existentes atualizam e mantêm na ordem do dia a necessidade de refletir sobre a complexidade das relações sociais que se constituem no campo.

Neste momento, faremos apenas considerações genéricas, que nos permitam situar quando e sob que marcos a literatura sociológica voltou-se para o conhecimento das questões referentes às iniciativas políticas dos trabalhadores do campo e como os operacionalizaram de forma a produzir uma significativa quantidade de estudos buscando explicar os conflitos que ocorreram no meio rural nos anos 50 e em princípios da década de 60. Com esse primeiro passo, pretendemos, através do mapeamento do que foi produzido, trazer à luz algumas questões recorrentes na literatura de forma a melhor situar nosso tema de investigação.

Os primeiros estudos sobre a "questão agrária": as principais problemáticas

Nos anos 60, tomou corpo no Brasil um debate sobre a natureza da agricultura, onde os eixos problemáticos eram o perfil e perspectivas do desenvolvimento ou, nos termos de boa parte das discussões da época, do sentido da *"revolução brasileira"*. Tal preocupação levava à busca de identificação do modo de produção dominante e do significado do nosso *"atraso"*, remetendo a pensar a nação e projetos para ela. Essa temática, que emergiu em grande medida no debate político, marcou profundamente as discussões acadêmicas e permeou muitas das formulações dos anos 70, momento em que se consolidaram os estudos sociológicos e antropológicos sobre o campo e também se iniciou, de forma mais sistemática, a produção sobre movimentos sociais. O *"latifúndio"* aparecia então como um dos obstáculos ao desenvolvimento, obstáculo esse que deveria ser removido através de uma reforma agrária.

Muito do que foi produzido neste momento o foi na lógica da intervenção política e não da produção acadêmica (é o caso por exemplo dos trabalhos clássicos de Alberto Passos Guimarães, 1968; Caio Prado Jr., 1966 e 1979). Como o mostrou Palmeira, *"a necessidade de demarcar posições é que irá mover o debate, dando-lhe uma densidade ideológica até então inexistente e fazendo-o, de um certo modo, aparecer como um obstáculo à prática política e à própria prática científica"* (Palmeira, 1983:16, grifos do autor). Esse mesmo pesquisador indicava alguns traços da polêmica que deixariam profundas marcas no nosso modo de pensar o rural. Segundo ele, a ênfase na qualificação do modo de produção, *"questão que emerge da problemática do materialismo histórico, foi esfumada por imposições políticas e ideológicas em proveito de um esquema reducionista da evolução da sociedade humana, como tantos outros com relação ao qual devia-se localizar tudo"* (Palmeira, 1968:93). Como resultado, *"foi descartada toda possibilidade de trabalho teórico, ao mesmo tempo em que atribuía às proposições contidas nos textos de referência (e, em princípio, as contidas explicitamente nos textos consagrados do materialismo histórico), a qualidade de verdades substantivas"* (ibidem). Esse reducionismo se expressava tanto no tratamento do conceito de modo de produção, que acabou por assumir um caráter descritivo, quanto na identificação do conceito de relações de produção com relações de trabalho. Desse movimento emergiu um determinado tratamento da categoria *"latifúndio"*. Segundo o mesmo autor, o *"latifúndio"* descrito como um somatório de uma dada tecnologia, determinadas relações de produção e trabalho, monopólio do principal meio de produção (a terra), ligação com o exterior, particularidades geográficas e históricas, aparecia como a realização de um modo de produção particular.

A marca característica do debate dos anos 70 foi o privilegiamento do recorte estrutural, a discussão sobre a natureza das relações de produção e, em especial, a oposição entre trabalho assalariado (entendido como sinal indiscutível do

desenvolvimento do capitalismo) e outras formas de trabalho no campo, que apareciam empiricamente como distantes do modelo proletário. A questão que se colocava era sobre a possibilidade de pensar a reprodução no e pelo capitalismo de relações não capitalistas de produção. O resultado foi uma ênfase classificatória: como catalogar as relações de morada, o colonato, as diferentes formas de parceria, a permanência da pequena propriedade? As respostas foram várias: relações pré-capitalistas; relações criadas no e pelo capitalismo; modo de produção subordinado; assalariamento disfarçado. Nesse momento o termo "*camponês*" ganhou força na caracterização desses grupos⁶. Subjacente estava a discussão sobre sua continuidade e sobre seu possível lugar político, pensado este a partir de uma determinação estrutural. As vertentes do debate foram várias: a recuperação da discussão em torno da renda da terra e sobre as formações sociais pré-capitalistas (Marx/Hobsbawn); a análise através da concepção de modos de produção subordinados, como é o caso de parcela importante dos estudos gerados no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Museu Nacional) da UFRJ. Ao mesmo tempo, a ampliação substancial do contingente de proletários rurais no início dos anos 70, sob o influxo da modernização tecnológica da agricultura e que apareciam sob a denominação de "*bóias-frias*", em especial no Centro-Sul, ou de "*clandestinos*" no Nordeste, trouxe para o campo acadêmico a necessidade de conhecer melhor esse novo segmento. Pouco se falou, nesse ínterim, sobre as dimensões políticas da prática desses trabalhadores. Tratava-se, antes de mais nada, de denunciar as suas precárias condições de vida, de apontar a

⁶Como o mostra Martins (1981), o termo "*camponês*" é uma importação política, generalizando-se seu uso nos anos 50/60 pela expressividade social e política que então ganhava o Partido Comunista Brasileiro. Configurando-se nas lutas que se travavam como uma identidade política, o seu uso se generalizou e passou a designar situações que, em alguma medida, podiam se aproximar das condições clássicas do campesinato europeu. É então que, inicialmente estudos antropológicos (principalmente as pesquisas realizadas no PPGAS/MN/UFRJ) e, num segundo momento, a sociologia brasileira recuperaram a discussão de autores como Chayanov, Tepicht, que se constituíram em base teórica para a análise do "*modo de produção camponês*" ou das "*formas camponesas de organização*", em oposição à leitura marxista/leninista corrente que tratava o campesinato como uma classe em extinção.

constituição de um mercado de trabalho com novo perfil, de enfatizar a emergência de uma classe operária no campo (Ianni, 1976; D'Incao, 1975; Graziano da Silva, 1977; Brant, 1977, etc). Para alguns, a própria presença do assalariado era vista como sinal de possibilidade de mudanças políticas. Um exemplo disso é a afirmação de D'Incao (1975:146): *"pode-se dizer que, embora a praxis do 'bóia-fria' seja ratificadora do sistema, a sua consciência traz implícita a negação do mesmo. Condenado a vivenciar o mais infimo padrão de vida, ele vê o seu trabalho sempre como uma solução provisória, como uma tentativa de ir sobrevivendo, enquanto não lhe é dada a oportunidade de um trabalho fixo na cidade ou um pedaço de terra para cultivar. Essa negação do status quo denota a existência de um potencial negador do sistema na praxis do 'bóia-fria'"*.

Embora temas novos tenham surgido e os estudos agrários tenham se firmado na pesquisa acadêmica, de alguma maneira a literatura se movia ainda em torno das mesmas questões. Como o indica Tavares dos Santos (1991:15), constituiu-se, então, um paradoxo inelutável entre tensões sociais e conhecimento sociológico. Segundo o autor, *"um dos efeitos desse paradoxo é a extrema ideologização das análises sobre o 'rural', nas quais a perspectiva política parece sobredeterminar a visão analítica"*, repetindo, sob outra roupagem, as dificuldades apontadas por Palmeira (1968 e 1983) e já anteriormente assinaladas.

Nos anos 70, a análise também começou a se voltar para o estudo dos movimentos sociais ocorridos nos anos anteriores ao golpe militar, principalmente por pesquisadores brasileiros estudando fora do país. Os trabalhos de Calazans (1969) e de Camargo (1973) são os exemplos mais notórios.

Além disso, através da análise dos processos de expropriação, descobriram-se outros processos sociais ligados à formação de um proletariado rural. Assim, Sigaud, pesquisando os assalariados da zona canavieira de Pernambuco, trabalhou com a memória social e o sindicato como configuradores de determinadas práticas entre os trabalhadores

da cana (Sigaud, 1979). O mesmo ocorreu com Moacir Palmeira, que trouxe à discussão a importância da análise dos momentos de desmobilização onde, segundo ele, se fazia a interiorização da luta de classes, mas nem por isso se extinguíam as tensões (Palmeira, 1979).

No final dos anos 70, verificou-se todo um esforço da análise sociológica no sentido de recuperar os conflitos, principalmente do período pré-64, e também de conhecer os processos de mobilização que eclodiam à volta dos pesquisadores: lutas por terra, greves, sindicalismo⁷. Ganhou fôlego a problemática dos "*movimentos sociais*", entendidos em grande parte dos casos como momentos de visibilidade da luta de classes, situações de conflito aberto⁸.

Parte substancial do conhecimento hoje disponível sobre os "*movimentos camponeses*" foi produzido nesses momentos, o que quer dizer, marcado pela presença de determinadas problemáticas, que passamos a delinear.

Os conflitos no campo como objeto sistemático de investigação sociológica: temas e marcos analíticos

A literatura produzida nas duas últimas décadas é abundante e gerou um conhecimento sociológico significativo, tanto em termos de quantidade de publicações

⁷Sem dúvida, a abertura política teve papel importante nesse processo, na medida em que gerou o clima que permitiu a diferentes centros acadêmicos abordar temas cujo estudo não só era pouco estimulado, como também sofria dificuldades de serem desenvolvidos pelo clima repressivo da época.

⁸Na consolidação dessa questão enquanto problemática sociológica, teve destaque o Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, hoje associação de pesquisadores (APIPSA), que nucleou parte importante dos debates sobre o tema.

como de abrangência, sobre os conflitos ocorridos no campo nos anos 50/60⁹. Foram realizadas pesquisas sobre vários conflitos em diferentes estados do Brasil, sobre as distintas forças sociais presentes e atuantes no seu processo de gestação. Nesta produção constata-se um quadro que permite afirmar a generalização das tensões sociais pelo país.

A reconstrução da trajetória das Ligas Camponesas e suas diferenças internas em Pernambuco e na Paraíba, dos movimentos de luta por terra no Paraná, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, Ceará, regiões onde foi forte a presença do Partido Comunista, das ocupações de terra no Rio Grande do Sul sob orientação do Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER), então apoiado pelo governador Leonel Brizola, das lutas de assalariados na Bahia, dos conflitos envolvendo arrendatários em São Paulo e Goiás, a análise da presença da Igreja Católica no campo, organizando os trabalhadores rurais, quer no Nordeste, quer no sul do país, permitiram que se traçasse um rico quadro das reivindicações presentes nos conflitos e dos atores neles envolvidos. Formou-se assim um imaginário sociológico onde predominava a preocupação com a explicitação das formas de confronto e o *"emergir de uma consciência de classe"* e de um *"potencial revolucionário"* entre os *"camponeses"* ou *"trabalhadores rurais"*¹⁰.

Desse imaginário fazia parte um privilegiamento das Ligas Camponesas, vistas como símbolo da radicalidade política do *"campesinato"*. A partir de trabalhos como os de Camargo (1973), Bastos (1984), Azevedo (1982), além da já clássica análise de Moraes (1976), constituiu-se um quadro bastante rico das propostas das Ligas, do seu peso

⁹Estamos mantendo como eixo para nossa reflexão os estudos sobre os conflitos que ocorreram no período entre 1945 e 1964. É possível afirmar que os estudos referentes às lutas sociais que se verificaram nos anos 70/80 pautavam-se pelo mesmo sistema de questões.

¹⁰Aproprio-me aqui do termo da mesma forma que é apresentada por Paoli e Sader (1986: 40/1), ou seja, *"discursos que encenam a formação da sociedade, articulam as figuras de sua história e constantemente repõem as questões da apreensão de sua singularidade... O conhecimento dos discursos sobre a sociedade e a história (...) assume importância fundamental porque condiciona o próprio objeto que nomeia, entranhando-se no acontecimento"*.

conjuntural, das fases de seu desenvolvimento. Também buscou-se, a partir dos mesmos parâmetros, refletir sobre as razões do fracasso de um movimento considerado tão carregado de potencialidades.

Talvez seja possível ainda afirmar que, de uma certa maneira, os estudos sobre as Ligas Camponesas de Pernambuco marcaram uma determinada compreensão dos movimentos do período e definiram um lugar para as outras experiências, na maior parte das vezes, dentro da dicotomia reforma/revolução ou de variantes tais como institucionalização/ruptura. Assim, trabalhos como o de Camargo (1973) ou de Moraes (1976) instituíram a versão de que a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ULTAB, criada em 1954 sob influência do Partido Comunista, teve uma importância política limitada, uma vez que orientava suas bases (uniões e associações de lavradores) para o enquadramento institucional e não para ações de ruptura, como seria, segundo alguns dos autores citados, a prática das Ligas. O objetivo da ULTAB era, de acordo com Camargo, *"fornecer um instrumento de integração pacífica, desembocando num sistema de negociações de base local"* (1973:189). Segundo Moraes, *"a ULTAB era uma organização de tipo clássico... Sua tática consistia na acumulação de forças através de um trabalho de apoio às reivindicações e interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). Em troca, as Ligas atuavam no sentido de despertar consciência política entre os camponeses para que em um momento histórico estes pudessem decidir sobre o seu destino"* (1976:113). Essas afirmações, fundadas sobretudo nas propostas programáticas da ULTAB, dizem muito pouco sobre a natureza dos conflitos onde esta entidade procurou estar presente e construir articulações.

Formulações semelhantes são feitas em relação à Igreja Católica, sempre entendida como orientadora de uma prática que visava enquadrar os trabalhadores na ordem vigente. Calazans, por exemplo, analisando o processo de sindicalização no Rio Grande do Norte, um *"processo de institucionalização no sistema instrumental*

burocrático do sindicalismo brasileiro", afirmava que ele "não somente foi responsável por graves deformações nas lutas da massa camponesa, mas, na maior parte dos casos, mobilizou e deteve os camponeses no desenvolvimento de sua potencialidade revolucionária" (Calazans, 1969:207).

No entanto, embora Camargo defendesse a tese de que as Ligas, representando as camadas marginais do campesinato, ameaçadas de desaparecimento, contestavam diretamente o latifúndio, e que os sindicatos, ao contrário, se preocupavam sobretudo em melhorar e fazer progredir a remuneração do trabalho e seu lugar na sociedade, ela mesma afirmava que estes acabaram por desvelar, sob um outro ângulo, um ponto fraco do sistema. Patentaram a incapacidade da política brasileira de tolerar toda transformação - mesmo que "pacífica" ou "reformista" - que pudesse colocar em questão os mecanismos tradicionais de funcionamento da "plantation" e as relações sociais sob as quais ela se apoiava (Camargo, 1973:274/275). Além disso, apontava ainda que, no processo de disputa que então se verificou, cada um dos movimentos tendia a colocar no seu programa as reivindicações econômicas do que lhe era concorrente, o que levou a uma tendência mais geral de radicalização do discurso político.

De um ponto de vista teórico, pode-se dizer que a consolidação acadêmica do tema "*movimentos sociais no campo*" se fez a partir dos marcos do debate sobre a "*questão agrária*" dos anos 70, ou seja, reafirmando os parâmetros da discussão sobre relações de produção e seu tratamento dentro da problemática do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Assim, parte significativa dos trabalhos (em geral dissertações de mestrado e teses de doutorado) dedicavam parcela importante da discussão à análise do que, no paradigma dominante, chamava-se de "*condições objetivas*". A descrição das formas através das quais o segmento enfocado subordinava-se ao modo de produção capitalista e a natureza das relações de produção eram um ponto central na medida em que, implícita ou

explicitamente, elas eram vistas como determinando o "*ser de classe*" dos grupos em luta. Tratava-se de um parâmetro necessário a partir do qual seriam avaliadas as propostas políticas emergentes. Nesse sentido, presos a essa problemática, os trabalhos não podiam dispensar a discussão do maior ou menor acerto de determinadas propostas e de um possível "*dever ser*" das direções políticas. Chama a atenção o fato de que, muitas vezes, isso se dava apesar dos autores partirem de matrizes teóricas distintas.

Bastos (1984), por exemplo, no seu estudo sobre as Ligas Camponesas, a partir da análise das condições do pequeno produtor, afirma que é "*através de sua representação como autônomo, que o camponês elide o caráter alienado e antagônico de sua situação. De fato, a ênfase que o camponês confere à sua situação de autônomo indica a não percepção da subordinação de seu trabalho ao capital, subordinação que se acentua na medida em que ele se dedique a culturas industriais, como por exemplo o algodão ou a cana-de-açúcar. Em outros termos, à autonomia de seu trabalho ele percebe apenas um longínquo obstáculo: a propriedade da terra*" (Bastos, 1984:25). De onde, para esse segmento, "*lutar pela terra é lutar pela suposta autonomia de seu trabalho*" (ibidem:26). Deriva daí a interpretação que a autora faz do "*cambão*". Aponta que, no discurso dos líderes do movimento e de alguns estudiosos, essa prática era vista através de sua natureza feudal e propõe uma outra leitura: uma forma de venda da força de trabalho, indicando o processo em curso de proletarização daqueles trabalhadores (ibidem:53). Por esse caminho, conclui que a luta contra o "*cambão*" representava uma luta contra a "*sujeição*". Não se tratava de uma luta contra a servidão e sim uma luta contra a mudança que, segundo ela, o "*cambão*" representava. O encaminhamento que as lideranças faziam no sentido de levar o "*cambão*" a simbolizar a luta contra o "*latifúndio*" se configurou como um elemento crucial da ruptura, detectada pela autora, entre as bases e a liderança do movimento.

Para Azevedo, pesquisador que também se voltou para a análise das Ligas Camponesas, o processo de expropriação do produtor direto na área canavieira da Zona da Mata Sul de Pernambuco, que transformava foreiros, parceiros, pequenos proprietários e a grande massa de moradores em assalariados *"revelou o verdadeiro caráter do desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira... (que se funda) na exclusão social do campesinato: este se vê reduzido à sua condição real e até então oculta para ele, que é a de um trabalhador para o capital..."* (Azevedo, 1982:113). É nesse momento que se tornou viável historicamente a organização e a mobilização camponesa, através do desvendamento da ilusão, do rompimento do universo comunitário em que viviam emersos.

Segundo o autor, o *"projeto camponês"* (refere-se ao projeto das Ligas) era duplamente revolucionário na medida em que *"implicava a dissolução da grande propriedade fundiária e a liquidação política das oligarquias e da burguesia rural. E, mais do que isso, implicava também a desarticulação, a nível nacional, do bloco industrial-agrário e a transformação das bases de apoio e das formas de legitimidade do Estado, até então comprometido com a conciliação conservadora entre os setores agrários e não agrários dominantes e com a política de modernização conservadora da agricultura"* (Azevedo, 1982:117). Na análise de Azevedo, tanto a participação política do campesinato e dos trabalhadores rurais, quanto a realização de seu potencial revolucionário (tema recorrente na literatura sobre movimentos sociais no campo, nesse período) dependeriam da forma específica que assumia a *"questão agrária"* e *"camponesa"* no capitalismo (ibidem:28). Desse ponto de vista, a prática *"camponesa"*, identificada pelo autor com as concepções das Ligas, ou melhor, de sua direção mais significativa, Francisco Julião, era vista como negadora do capitalismo.

Opondo-se a essa leitura, Bastos afirma que *"a pressa, ou a forma, de promover a transição do galileu em camponês, da massa em classe, do movimento social em partido,*

deixou na estrada muito das condições sociais de trabalho e vida nas quais os trabalhador rural - arrendatário, parceiro, posseiro, morador, assalariado -, se reconhece primordialmente... Em boa parte, as reivindicações e lutas das 'Ligas' implicavam na efetivação de 'novas' instituições burguesas no Nordeste" (Bastos, 1984:115). E o fizeram quando elegeram a reforma agrária como sua grande bandeira de luta, transformando nela a luta pela terra. Embora a autora procure resgatar demandas e reivindicações que estão num quadro distinto das colocadas pelas lideranças, cai também na armadilha de definir um projeto político a partir de uma definição estrutural de classe. Ou seja, na medida em que pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, moradores tinham como único destino a proletarização, foi contra esse processo que desencadearam sua luta (ibidem:62). A definição do latifúndio como adversário aparece então diagnosticada pela autora como um erro, visto que afastou a luta do núcleo que daria unidade ao "*projeto camponês*" (a discussão clara de suas reais condições de existência) e que permitiria chegar ao seu verdadeiro projeto, fundado na autonomia de seu trabalho. Com isso, o "*projeto camponês*" passou a ser definido fora de sua classe social (ibidem:63) e a proposta de reforma agrária passou a ser entendida como a tradução das demandas "*camponesas*" na linguagem das classes dominantes.

Extrapolando o tema das Ligas Camponesas e tratando de outras formas de conflito por terra onde foi marcante a presença do PCB, Guimarães (1982) é um outro exemplo de abordagem semelhante das iniciativas políticas dos trabalhadores do campo. Analisando os conflitos em Goiás no final dos anos 40, afirma que eles "*expressavam antagonismos, envolvendo tanto a luta pela posse ou domínio jurídico da terra no bojo do processo de apropriação privada e concentração da propriedade da terra, sob controle do capital, quanto a resistência ou a luta do posseiro para preservação das suas condições de produção e sobrevivência*" (Guimarães, 1982:31). Em conclusão semelhante à de Bastos, defende que se verificava no centro-norte a presença de uma "*luta contra a*

expropriação da terra ou contra os interesses de fazer a terra entrar no circuito de valorização do capital. Na base dos conflitos sociais existentes, havia uma luta pela autonomia camponesa -visando à preservação do objeto e meio de trabalho -, o que expressava formas de resistência ao desenvolvimento capitalista marcado pela concentração da terra ou pela subordinação da terra ao capital" (ibidem:152).

O que marca esses trabalhos é o fato de que, a partir da discussão das formas de inserção na produção (as "*condições objetivas*"), tendem a deduzir os reais interesses (autonomia, negação do capitalismo) que se expressavam na resistência ou até mesmo numa falsa percepção de suas verdadeiras condições de existência. Nessa abordagem, esses interesses são consubstanciais aos grupos, mas podem ser tratados de forma equivocada pelas mediações presentes nos conflitos, conduzindo a falsas percepções que se refletem tanto a nível das reivindicações levantadas, quanto na identificação equivocada de adversários.

Um outro aspecto recorrente nas análises é o papel das mediações e direções políticas. Nesse sentido, foi fortemente ressaltado o papel do Partido Comunista, das Ligas Camponesas (entendidas como direção), da Igreja Católica e, no caso do Rio Grande do Sul, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)¹¹. Tratava-se de buscar a compreensão dos movimentos através das propostas políticas dos mediadores.

Os estudos de Faleiros (1989) e de Costa (1990), sobre a relação entre o PCB e os conflitos no campo, podem se constituir no ponto de partida para nossa argumentação.

¹¹No caso do PCB são invocadas as diretrizes partidárias, enfatizando-se os diferentes momentos de sua elaboração, as rupturas e continuidades de suas teses; no caso da Igreja Católica são apontadas as propostas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ou de encontros eclesiais; no que se refere às Ligas Camponesas, os estudos prendem-se fundamentalmente às palavras de Julião, considerado como principal porta-voz da organização.

Faleiros elege como objeto a atuação que o PCB desenvolveu junto aos trabalhadores rurais, orientado pelas linhas políticas, pelas estratégias e programas que elaborou no período compreendido entre a sua fundação e o golpe de 64. Nesse percurso, a autora procura entender os reflexos das concepções dominantes no interior do partido - dadas pelo marxismo-leninismo da Internacional Comunista - na intervenção realizada no campo, tanto na prática organizativa, como em conflitos de diversas ordens (Faleiros, 1989:VI). Dando destaque à prática do PCB, trabalhada no estudo sobre a ótica da busca de erros e acertos, Faleiros conclui que *"orientada, com ênfases diferentes, por uma perspectiva desenvolvimentista, a atuação do PCB junto ao 'aliado natural' da classe operária não conferiu à luta econômica, de cunho sindical e corporativista, um caráter político, manteve as demandas econômicas solucionáveis no interior do capitalismo e não engendrou novas formas de luta e de compreensão das condições concretas que permitissem superá-la"* (ibidem:238). Ao mesmo tempo, porém, afirma que a atuação do PCB ao longo do período *"permitiu a passagem da dispersão, do isolamento e da subordinação dos trabalhadores rurais a formas embrionárias de união de classe. A especificidade da dimensão política da luta pelas 'reivindicações parciais e imediatas', deve ser resgatada no enfrentamento com as condições de reprodução existentes nas atividades agrícolas"* (ibidem:238).

Costa recorta objeto semelhante e defende a tese de que a extensão da cidadania foi o mais forte fator de desenvolvimento do sindicalismo no campo brasileiro, decorrência de uma *"natural tendência que marca o período 45/64"*, quando a sociedade brasileira executa um movimento não uniforme, mas progressivo, de ampliação da participação política (Costa, 1990:20). Refere-se, pois, a uma lógica que deve ser buscada fora dos limites do próprio sindicalismo rural. Analisando a prática do PCB e suas linhas teóricas, aponta algumas incongruências entre elas: *"o trabalho político no campo será afetado por essa incoerência entre palavras e ações. E, nas vezes em que as ações foram*

coerentes com as palavras, o trabalho político no campo foi afetado por uma estratégia que naquele momento estava além das possibilidades históricas de mudança social..." (ibidem:117). Segundo o autor, as incoerências apontadas indicam a *"militância submetendo-se à realidade"* (ibidem:142), o que supõe uma externalidade entre o *"real"* e as propostas do PCB. Mais adiante voltaremos a esse ponto.

Nos dois trabalhos, embora com pontos de vista distintos e chegando a conclusões também diferentes, há um mesmo mote: toma-se como ponto de referência a prática do PCB e, a partir dela, lê-se a dinâmica da luta camponesa, sempre guardando espaço para pensar as contradições colocadas pela atuação do partido. A não correspondência entre as propostas e a realidade aparecia como indicativa de suas incapacidades ou limitações, tanto maiores quanto mais a análise tinha por referência a cúpula partidária. No caso de Faleiros, a conclusão é que *"o formalismo presente nas concepções pecebistas de partido e de aliança operário-camponesa alinhadas à linha política adotada no período permitem atribuir o avanço ocorrido mais àqueles que militaram mais próximos aos organismos de base do que às orientações dos dirigentes"* (Faleiros, 1990:234). Nessa ótica, o avanço das lutas no campo se dava, em grande medida, *"apesar"*. Segundo Faleiros, *"a dificuldade em conciliar o formalismo presente em suas análises e as condições concretas em que estava inserido não tolheu sua presença no campo organizando e encaminhando as lutas dos trabalhadores rurais. Os limites de sua ação foram de outra ordem. Orientado, com ênfases diferentes, por uma perspectiva desenvolvimentista, a atuação do PCB junto ao aliado natural da classe operária não conferiu à luta econômica, de cunho sindical e corporativista, um caráter político, manteve as demandas econômicas solucionáveis no interior do capitalismo e não engendrou novas formas de luta e de compreensão das condições concretas que permitissem superá-la"* (ibidem:238). A conclusão semelhante chega Costa (1990).

A marca dessas leituras é uma avaliação da correção ou não das diretrizes e da prática do PCB, pouco nos permitindo compreender sobre a natureza de sua atuação e, principalmente, no tema que nos interessa, não deixando perceber que tipo de questões colocou para a conformação do "*campesinato*". É interessante verificar que as duas teses finalizam apontando para o fato de que as ações do PCB nesse período permitem a quebra da dispersão, isolamento e subordinação dos trabalhadores, gerando "*formas embrionárias de união de classe*" (Faleiros, 1989: 238), indicando seu efeito na ruptura das formas tradicionais de dominação. Como isso se deu é apontado apenas em termos gerais mas, de qualquer maneira, trabalha-se com o pressuposto da pre-existência de um grupo social delimitado que vai ser objeto da ação do Partido, da Igreja, do Estado e que se revela (ou não) enquanto classe, de forma adequada às "*condições objetivas*", a partir da ação dessas mediações.

Além desses estudos que buscaram dar conta da prática do PCB num plano mais global, há diversos outros que se voltaram para o conhecimento de movimentos específicos, mas cujas análises em grande medida vão na mesma direção: resistência na terra em Formoso (Goiás), em Minas Gerais, lutas em torno das condições de arrendamento de terras em Goiás e São Paulo.

No conjunto dessas pesquisas, a referência teórica é o "*desenvolvimento do capitalismo no campo*", o que remete à discussão da classificação das formas anteriores de produção e à possibilidade de existência ou não de um projeto político "*camponês*". Recorrente é o argumento em termos de afastamento entre as demandas reais dos grupos em luta e o projeto político das mediações, sempre elaborado fora deles. Guimarães (1982), por exemplo, ao analisar o caso de Goiás, afirma: "*As organizações e partidos políticos, ao traçarem plataformas políticas procurando incorporar as tensões e reivindicações dos trabalhadores rurais, poderiam estimular ou bloquear a natureza das mesmas. No caso específico de Goiás, a questão é que as principais organizações*

envolvidas nesse processo, colaboram, a partir dos anos 60, no sentido de impedir o desdobramento político da luta pela posse da terra apesar de ter havido uma expressiva sensibilização e mobilização dos trabalhadores rurais durante os anos 62/63, através do sindicalismo rural" (Guimarães, 1982:12).

Borges (1988), analisando os conflitos em Minas Gerais, defende a tese de que não só setores dominantes, mas também o PCB contribuiu para o deslocamento da *"utopia camponesa"*, na medida em que deu relevo às conquistas parciais, sujeitas ao *"consenso dos setores progressistas do bloco de poder"* (Borges, 1988:147), deixando de priorizar, no plano mediato, a luta pela terra. Segundo ela, o *"contato dos militantes da esquerda com o homem do campo se fez a partir de um saber sobre o espaço rural. Saber este que se achava muito mais sintonizado com as táticas e estratégias de luta dominantes no seio dos grupos de esquerda que propriamente com os anseios, as reivindicações e as concepções sobre as formas de exploração da terra encarnadas pela variada gama sócio-cultural formadora dos setores subalternos no campo"* (ibidem:181). Para a autora, o saber sobre o meio rural, construído de fora para dentro e acima do senso comum dos vários segmentos que compunham os setores subalternos rurais, contribuiu para forjar uma concepção monolítica e homogênea destes. Dificultou a percepção da diferenciação social do campesinato, bem como da heterogeneidade das visões de mundo daí decorrentes, além de não ter levado em conta as diferentes formas de sua inserção nas economias locais.

Discutindo a emergência do sindicalismo no campo, Borges afirma que, como o único canal institucional existente para a organização dos trabalhadores subalternos era o sindicato, as lideranças de esquerda, que consideravam a revolução a partir do Estado como adequada à situação da realidade brasileira, tenderam a reforçar a ação dos grupos políticos que privilegiavam a organização sindical. Com isto, *"contribuíram para homogeneizar o heterogêneo, isto é, reduziram as várias expressões dos movimentos*

sociais no campo ao Movimento Sindical Rural. Ocuparam-se sobretudo com o trabalho de organização de cúpulas, deixando de lado a ação junto às bases. Não perceberam, pois, que a conquista da posse legal da terra era o desejo primeiro dos camponeses, que o campo abrigava formas da economia camponesa, as quais se combinavam com o trabalho assalariado" (Borges, 1988:240/1).

No conjunto destes trabalhos, apesar da divergência nas conclusões, há um mesmo sistema de questões presente: fundação da análise nas relações de produção como elemento explicativo central e a busca de um "projeto camponês", a partir da inserção produtiva de determinados segmentos. Assim, ganha relevo o tema da direção política avaliada em termos de sua capacidade (ou não) de elaborar esse projeto.

Mas há outros caminhos possíveis no espectro das análises sobre esses movimentos. É o caso de Camargo (1973), para quem a luta das Ligas Camponesas era de natureza essencialmente política, na medida em que atingia o elo mais fraco da estrutura de classe da sociedade brasileira: *"enquanto para os operários (agrícolas) a negociação dos conflitos de trabalho exige a participação ativa das partes em litígio e se regula por uma 'escala' de aumentos salariais, para os camponeses todo conflito só pode ser resolvido fora do campo de enfrentamento dos atores. Se é assim, a tática mais conveniente será a de apelar a uma justiça cujo centro é distante do latifúndio e não submetida ao controle direto do proprietário. Para resumir, a luta por salário se centra no econômico e favorece a institucionalização das relações de conflito, enquanto que a luta por conservar a terra é uma luta política que desencadeia uma ruptura radical entre o camponês e o proprietário" (Camargo, 1973:203).*

Aponta como várias das demandas das Ligas eram vistas como inegociáveis, o que lhe dá a chave para explicar a violência que as acompanhavam: *"O apoio da justiça exterior não tinha a eficácia que Julião queria lhe dar. O camponês, fazendo apelo à justiça, desafia o seu senhor, mas permanece fisicamente próximo, ao alcance de sua ira.*

Ora, se insistimos sobre todos esses aspectos se opondo à formação das Ligas, é menos para sublinhar sua fraqueza que para insistir no grau de violência que acompanha a implantação dos focos do movimento. É também para demonstrar os riscos com que ele se defronta em virtude da dependência estrutural do camponês ao proprietário. Donde a natureza política de seu programa: usufruto da terra, justiça, direito de voto, em resposta às extorsões da autoridade tradicional. Frequentemente essas reivindicações não são 'negociáveis', deixando entrever (para o camponês que consideramos) um sistema político fechado" (Camargo, 1973:213).

Uma das preocupações do trabalho é com a junção de duas vertentes do movimento em Pernambuco: Ligas e Sindicatos. Apontando a diversidade de relações com a terra entre os trabalhadores abrangidos por essas duas formas organizativas ("rendeiros", "corumbas", "moradores", "trabalhadores de rua"), afirma: "para esses trabalhadores, a terra e o salário se tornam simultaneamente os dois polos de um processo que pressupõe um ponto de partida definido de várias formas pela sua relação com a terra e um ponto de chegada idêntico: sua despossessão e a homogeneização pelo salário. É o que permite a fusão das Ligas com os Sindicatos, pelo fato de que elas se inserem em um processo paralelo de integração da produção agrícola aos mercados consumidores, o que exclui radicalmente toda possibilidade de participação dos camponeses, seja enquanto produtores - eles são postos para fora, expulsos do mercado local - seja enquanto consumidores, pois eles não possuem mais do que os meios de consumo estritamente necessários à sua sobrevivência imediata" Camargo, 1973:322).

O trabalho de Camargo se volta fundamentalmente para uma problemática extremamente importante, que é a dos efeitos do movimento no sistema político. Dessa forma, para a autora, a questão fundamental é entender as condições globais que permitiram à mobilização "camponesa" se constituir e se estender, ultrapassando o âmbito da comunidade local. Segundo ela, é necessário analisar porque e como esses

movimentos, normalmente de caráter localizado, contribuem tão diretamente a colocar em questão a orientação do processo de desenvolvimento (Camargo, 1973:162).

Deslocamentos da matriz analítica

Ainda nos anos 80 algumas dessas abordagens começaram a ser questionadas trazendo ao debate questões de outro teor, que indicavam um deslocamento da matriz analítica. Tratava-se de indagar sobre que novas identidades surgiam no processo de luta (o que implicava em romper com a tradição que colocava no *"ser de classe"* o foco fundamental para a compreensão da ação política); investigar as iniciativas que se geravam no processo de organização e seus efeitos (e que não necessariamente estavam previstas nas propostas organizativas existentes e muito menos podiam ser analiticamente traduzidas num ementário de erros e acertos por referência a um afastamento/aproximação em relação ao *"ser de classe"*); dar novo tratamento às direções políticas, deixando de considerá-las sob a ótica da adequação ou não de suas propostas aos *"legítimos"* interesses dos camponeses, e passando a compreendê-las na complexidade de suas relações com outras forças presentes e no que significava *"oferecer"* uma linguagem através da qual se expressassem as demandas dos trabalhadores do campo. Isso trouxe novas perspectivas para perceber, de um lado, a diversidade de caminhos possíveis aos movimentos sociais e, de outro, as condições de sua eficácia política. Para tanto foi crucial a contribuição de estudos antropológicos.

Foram vários as pesquisas que, passo a passo, contribuíram para refazer os marcos analíticos das investigações sobre movimentos sociais no campo. Seleccionamos apenas alguns deles, a título de ilustração.

Almeida (1981), por exemplo, analisando os conflitos no Maranhão, afirma que as "associações" criadas nos anos 50 entravam na disputa político-partidária, mas não tinham um alinhamento político definitivo: *"não acompanhavam as estratégias e programas fixados pelos diversos partidos e se reservavam optar por estabelecer compromissos segundo a dinâmica das lutas travadas. O estabelecimento de compromissos político-eleitorais estava subordinado às vicissitudes dos conflitos no contexto de cada município ou povoado... Embora a ULTAB representasse uma alternativa de organização dos camponeses encetada pelo PCB e a ATAM (Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão) estivesse ligada a ela, torna-se difícil afirmar que todas as associações criadas no país ou no interior do Maranhão, no decurso dos anos 50, mantivessem vínculos orgânicos com o PCB. As lutas travadas por essas associações de lavradores não podem ser lidas tão somente através do Programa divulgado após o IV Congresso do PCB... Reduzir o encaminhamento das lutas à orientação partidária significa perder de vista a própria dinâmica das lutas travadas efetivamente pelas Associações, assim como as contradições reais em questão e as formas específicas e originais que os camponeses lançaram mão para se organizar. Para o entendimento da situação analisada não surte efeito a utilização de esquemas tradicionais de explicação, que interpretam os movimentos sociais no campo ou como lutas espontâneas dos trabalhadores rurais ou como lutas inspiradas em organizações e partidos políticos. Nem ajudaria à compreensão se considerar as associações de lavradores como meras organizações de massa em que determinado partido político se realiza organicamente"* (Almeida, 1981:20).

Dessa ótica, o autor chama a atenção não só para o significado da formação das "associações" no sentido de alterar a disposição das forças políticas locais, como também para os caminhos que elas buscaram no sentido de apontar saídas para seus problemas mais imediatos como, por exemplo, a constituição de cooperativas para a comercialização

da produção, abertura de escola de alfabetização, estímulo a formas de ajuda mútua, reparando estradas e poços, etc.

Analisando os conflitos do estado do Rio de Janeiro, Grynzpan (1987) parte de uma questão distinta das que foram colocadas até o momento, mas extremamente importante quando se busca mapear as novas formas de leitura que se constituíram sobre os movimentos sociais. Para ele, tratava-se de buscar entender por que os lavradores despejados da Baixada Fluminense optaram pela luta e não pela migração para a cidade ou para outras regiões do país em busca de terras. E responde priorizando não a dimensão estrutural dos conflitos ou a ação dos mediadores, mas a dimensão simbólica que dava sustentação à reação esboçada. Segundo ele, a resposta "*camponesa*" prendia-se fundamentalmente a três fatores. O primeiro deles era a lógica de relação com a terra. O segundo, os termos em que a expulsão era processada simbolicamente: "*para que a revolta e a reação emergam é fundamental que o despejo seja visto como ilegítimo e injusto*" (Grynzpan, 1987:66); era o despejo, o corte do acesso à terra, que desencadeavam a luta, que aparecia como afirmação, nos moldes da análise thompsoniana, de um direito¹². Finalmente, o terceiro era a superação da ilusão de que a situação em que o grupo se encontrava era inevitável, o que colocava a questão de como se rompia a dependência/subordinação em relação a um determinado estado de coisas.

O autor apontava, assim, para uma leitura bastante estimulante de um tema recorrente nas análises sobre o período (e sobre os movimentos sociais), que é o da quebra de autoridade. Segundo ele "*a quebra de autoridade, que constitui uma relação vertical, possibilita a redefinição das redes horizontais de solidariedade e lealdade, bem como a definição de uma nova identidade*" (Grynzpan, 1987:85). Também chamava a atenção

¹²Referimo-nos à discussão feita por Thompson sobre a importância de se considerar a economia moral da plebe como caminho para ajudar a explicar os motins do final do século XVIII na Inglaterra (Thompson, 1979).

para o fato de que *"associar de forma direta a FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro) ao PCB, vendo naquela um retrato fiel deste, seria ... encampar a imagem que os próprios antigos militantes comunistas procuram passar do movimento camponês fluminense, ou seja, de que exerciam um controle absoluto sobre ele"* (ibidem:224). A sua preocupação é de que é necessário entender o fato de que, ao se tornar ator político, o campesinato converteu-se em objeto de competição inclusive da política tradicional, o que influi no curso das lutas camponesas. Além disso, chama a atenção para o fato de que a excessiva atenção na adequabilidade leva a que se deixe de perceber as formas pelas quais são elaboradas as reivindicações e os meios de luta. Segundo o autor, o entendimento deste processo de elaboração, bem como das tomadas de posição dos diferentes agentes, passa pela observação das relações que cada um deles, com seus interesses e projetos específicos, estabelecem entre si na disputa pelo campesinato.

Segundo Grynzpan, *"...ao se diferenciar, a parcela do campesinato que se mobiliza, que age politicamente, contribui para quebrar as imagens tradicionais que se tem do campesinato como um todo e, assim também, conformar uma nova feição para este grupo social. Este trabalho de generalização, no entanto, é feito por aqueles que se afirmam enquanto representantes dos camponeses, por aqueles que falam em seu nome. Destarte, o controle da parcela do campesinato que se mobiliza é, a nosso ver, estratégico para a própria conformação da identidade do campesinato como um todo. Em torno daquela parcela, portanto, é que se dão as principais disputas entre os grupos interessados em impor diferentes representações sobre o campesinato"* (Grynzpan, 1987:287).

Nessa busca de focos analíticos privilegiadores de uma dimensão mais propriamente política situamos também o trabalho de Novaes (1987) sobre a Paraíba. Uma das questões que norteia suas reflexões sobre a emergência dos conflitos nesse

estado é a necessidade de entender as múltiplas determinações: *"a conjuntura nacional e a presença de diferentes forças sociais em disputa (e se influenciando mutuamente), na corrida pela adesão dos trabalhadores da área de cana da Paraíba, não são elementos suficientes para explicar a emergência desses trabalhadores no cenário político. Sem dúvida, é preciso também voltar a atenção para as relações entre trabalhadores e patrões no interior dos engenhos e usinas, para compreender porque tais mensagens 'externas' tiveram eco nos canaviais da Paraíba"* (Novaes, 1987:65). E, da mesma forma que Grynspan, insiste nos significados dela: *"ao que parece, o denominador comum entre a maioria dos conflitos registrados nesse período encontra-se na quebra das regras que compunham os contratos tácitos, reguladores das relações sociais entre proprietários de terras e trabalhadores"* (ibidem:70). Sua ênfase volta-se para a análise da constituição da identidade *"camponês"* enquanto uma definição política que remetia à maneira pela qual os trabalhadores articularam e ordenaram experiências sociais coletivamente vividas. E aponta que, naquele momento, *"ser camponês é sobretudo dissipar o medo, enfrentar os conflitos, transpor o espaço do poder privado do latifúndio e ocupar espaços públicos: o forum, a pista (rodovias), a praça, as ruas da capital"* (ibidem:100). Por esse caminho indica que *"a matéria prima para a construção da identidade política camponesa não foi buscada apenas nas semelhanças ou homogeneidades de relações de trabalho ou de situação de trabalho em relação à terra. Neste nível esta identidade engloba a diferença, comporta a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Também não podemos dizer que a matéria prima para a construção dessa identidade possa ser encontrada nos valores culturais pré-existentes, pois não se trata de buscar uma 'comunidade de valores', mas relações entre categorias sociais... É a alteridade definida com os patrões que fundamenta o aparecimento do camponês... é o enfrentamento e a delimitação de espaços que estão na base de construção da identidade camponês... Ser camponês, neste contexto, é se diferenciar do próprio passado, e se diferenciar também*

de outros trabalhadores 'encabrestados', para se opor ao latifúndio. Isto é, às normas e às regras que regulavam sua vida no interior das grandes propriedades" (ibidem:103/104).

Analisando o campo de disputas que se configurou entre PCB, Ligas e Igreja Católica, a abordagem que a autora escolhe lhe permite escapar ao debate sobre as diretrizes políticas desses mediadores e sua eventual maior ou menor fidelidade aos "interesses" do grupo: "...no campo paraibano, o simples fato de reunir trabalhadores e induzi-los a se pensar como parte de um jogo de harmonia social, a partir de sua posição no processo produtivo, fez daqueles treinamentos (refere-se aos cursos realizados pela Igreja para formação de lideranças) um espaço para o questionamento de certas regras contidas na 'lei do patrão' ou 'da chibata' que, de forma diferenciada, atingia as diferentes categorias de trabalhadores. Neste contexto, então, em que o objetivo principal de alguns padres era o de esvaziar as Ligas Camponesas e acabar com a anarquia reinante, os próprios treinamentos colocavam necessariamente novas questões" (Novaes, 1987:129).

Nessa mesma linha, deve ser lembrada ainda a pesquisa de Heller, sobre o Paraná. Esse autor propõe-se a fazer aparecer a "densa rede de relações existente entre os múltiplos grupos concernidos pelo sindicalismo rural de uma parte e entre esses mesmos atores sociais e seus sindicatos de outra, ressaltando os complexos laços que os "mandatários" do campesinato são levados a tecer entre eles. Enfim, explicitaremos a forma como reivindicações materiais, modos de vida e projetos individuais e coletivos se articulavam, se combinavam e se confrontavam no seio de organizações de tipo sindical. Para conduzir tal abordagem, é preciso considerar esses organismos de representação como um todo complexo e diferenciado no qual, além da causa sindical, são colocadas em jogo as causas individuais" (Heller da Silva, 1993: 7/8).

Analisando os termos "*trabalhador rural*" e "*camponês*", busca ressaltar seu conteúdo político e construção simbólica. "*Cada uma dessas categorias sociológicas exprime uma correlação de forças dada num espaço social dado, num momento dado*" (Ibidem:15). Segundo o autor, correspondiam a representações sociais tidas por válidas numa época determinada e o PCB teve um papel central na construção desses conceitos. Procura assim fazer uma genealogia deles, mostrando sua temporalidade e como se dava o trabalho político de sua construção.

Esses diferentes trabalhos constróem, como vimos, uma problematização da relação trabalhadores rurais e política ressaltando como questão o que parecia como dado: o processo de produção da adesão dos trabalhadores a uma ou outra proposta. Se os "*camponeses*" não são determinados, numa ou outra direção, pelo seu "*ser de classe*", cabe indagar como se torna possível a sua mobilização. Nesse sentido, sem dúvida pesa a influência da historiografia inglesa, especialmente através de Thompson, a literatura antropológica sobre conflitos (Wolf, Alavi), a sociologia com ênfase nas análises relacionais de Bourdieu, etc, abrindo portas para uma fértil interdisciplinaridade.

Como explicitado na Introdução da presente tese, minha proposta é exercitar esses caminhos. Partindo da análise da imprensa comunista, busco refletir sobre um ângulo que, embora tratado por alguns dos estudos acima apontados, não o foi como eixo analítico: o processo de produção de uma linguagem específica e de uma imagem de classe para e pelos trabalhadores do campo.

É sob essa ótica que me parece possível voltar a pensar as lutas camponesas dos anos 50/60 e seu papel na conjuntura política nacional, sem deixar de tratá-las no tempo do PCB e de outras forças de esquerda que se dispuseram a trabalhar no sentido de organizar os trabalhadores rurais e, por esse caminho, os tornaram presentes na esfera pública.

Capítulo 2

O trabalhador do campo no debate político e nas falas e ações governamentais

O objetivo deste capítulo é indicar como se constituiu a imagem dos trabalhadores do campo na legislação e nos debates políticos que se travaram em alguns momentos da história brasileira, ganhando destaque os referentes à constituição do mercado de trabalho. Trata-se de verificar de que segmentos se falava, de que tipo de reconhecimento esse trabalhador dispunha e como era configurada sua relação com o que era então tematizado como uma das grandes questões nacionais: construção da nação, desenvolvimento. Com isso pretendemos traçar um mapa sucinto da forma como eles eram institucionalmente tratados e legitimados, como base para pensarmos que tipo de ruptura representou sua presença política, que começou a ser construída a partir de 1945, através principalmente da ação do Partido Comunista Brasileiro¹.

¹Utilizaremos essa denominação no decorrer do trabalho, lembrando porém que, desde sua criação até 1962, o nome oficial era Partido Comunista do Brasil. A substituição de "do Brasil" por "brasileiro" fazia parte das estratégias de legalização do partido. Em 1962, através de uma cisão interna, passaram a existir dois partidos comunistas: o PCB e o PC do B (Chilcote, 1974).

O trabalhador livre: colono e morador

Martins (1981), analisando as diferentes dimensões da exclusão "*camponesa*", aponta que, desde o período colonial, é possível constatar uma desigualdade de direitos, definidora de exclusões e inclusões, entre o "*fazendeiro*" e o "*camponês*". Em consequência, "*os direitos dos camponeses que viviam como agregados eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, como concessão deste, como questão privada e não como questão pública*" (Martins, 1991:35). Tendo acesso precário à terra, estando à margem da possibilidade de cultivo dos produtos considerados nobres, eram também "*pobres*", o que os excluía da vida política e das decisões nacionais, na medida em que sequer dispunham do direito de voto. Sales (1994), em raciocínio semelhante, ressalta a importância da "*cultura da dádiva*", substrato das relações de mando e subserviência, como traço de continuidade na cultura política brasileira.

A ênfase nas relações de dominação, encontrada em diferentes autores, não deve, no entanto, obscurecer tensões inerentes ao processo de constituição do trabalhador do campo. Pode-se percebê-las acompanhando alguns momentos da emergência lenta, localizada, voltada para algumas regiões do país e nem sempre dotada de continuidade, de um aparato legal, destinado a regular relações de trabalho e enunciar direitos.

Na terceira década do século passado, quando começaram a aparecer preocupações mais sistemáticas com a questão do mercado de trabalho, surgiram também as primeiras tentativas de formalização dos contratos e definição de direitos e obrigações dos trabalhadores. Prenunciava-se então a crise da escravidão e surgia um conjunto de desafios frente à necessidade de introdução de mão-de-obra livre, especialmente na lavoura cafeeira, na medida em que nesta residiu a dinâmica econômica do país em todo o século XIX.

A introdução do trabalho livre se dava num contexto em que a atividade braçal

era socialmente desqualificada e exclusividade de escravos. A introdução de contratos e de uma legislação reguladora das relações de trabalho, ao que tudo indica, somente nas áreas de expansão da cafeicultura, onde era grande a demanda por mão-de-obra, pode ser pensada como um caso limite das concepções de trabalho e trabalhador que então se gestavam. Se ela expressava, por um lado, a necessidade que os fazendeiros sentiam de assegurar um fluxo regular de mão-de-obra (e, como veremos, voltava-se fundamentalmente para a garantia desse mercado), por outro, acabava por ter que definir algumas regras operativas para o funcionamento do mercado de trabalho.

Conforme Lamounier (1988), já em 1830 foi promulgada uma Lei de Locação de Serviços, que estabeleceu regras para os contratos, referentes à *"prestação de serviços"* por brasileiros ou estrangeiros, por tempo determinado ou por empreitada. A lei definia que os contratos deveriam ser escritos, estabelecia multas em caso de rescisão, prevendo, inclusive, prisão. A saída do *"colono"* só poderia se dar após a restituição do que lhe fora adiantado, descontado o correspondente aos serviços prestados e mediante pagamento de *"metade do que ganharia se cumprisse o contrato por inteiro. Se não o fizesse seria castigado correccionalmente com prisão; e depois de três correções ineficazes seria condenado a trabalhar em prisão até indenizar a outra parte. Caso se ausentasse do lugar, evadindo-se ao cumprimento do contrato, seria novamente aí reconduzido preso"* (Lamounier, 1988:62/3). Embora o trabalho aparecesse revestido da forma de contrato entre partes iguais, verifica-se a presença de cláusulas altamente coativas, onde o que estava em jogo era garantir a disponibilidade de mão-de-obra necessária à expansão da cafeicultura.

A lei seguinte datava de 1837 e referia-se especificamente a contratos com estrangeiros, regulando as condições de dispensa. Eram consideradas como justa causa para tal situações de doença, condenação a pena de prisão ou outra que lhe impedisse de prestar serviço, embriaguês habitual, injúria feita à segurança, honra ou bens do proprietário, à sua mulher, filhos ou pessoas de sua família e imperícia no trabalho. O dono de terras que, sem justa causa, despedisse o *"colono"* antes de findar o tempo

estipulado no contrato, deveria lhe pagar o total correspondente ao tempo desse contrato. O "colono" despedido por justa causa deveria saldar com aquele que o contratara todos os débitos pendentes (Lamounier, 1988:65).

Em 1879, apareceu nova legislação, referente à locação agrícola, parceria agrícola e pecuária. Abrangia estrangeiros, nacionais e libertos e voltava-se, mais uma vez, para as condições de dispensa por justa causa, acrescentando às normas da legislação de 1837 mais uma, bastante significativa: a insubordinação do "colono".

No conjunto da lei, ainda segundo Lamounier, há uma preocupação em melhorar a imagem da "locação de serviços" no exterior, retirando-lhe as suspeitas de "servidão", ponto em que se concentrava a maior parte das reclamações estrangeiras. Segundo a autora *"era mister regular as relações com os imigrantes, facilitar o uso do trabalhador nacional e 'restaurar o equilíbrio' nas tensões entre fazendeiros e colonos; dar aos fazendeiros os meios eficazes de obter uma oferta razoável e estável de mão de obra que aumentasse a produtividade, e dar as garantias de recuperação segura dos investimentos feitos com a imigração. E é certo que a lei trazia consigo todas essas virtualidades, ao abarcar os diversos sistemas de trabalho, ao regulamentar mais minuciosamente os contratos com estrangeiros, abolindo causas antigas de discórdias, como os juros, a dívida, a transferência, o casamento fora da freguesia e outros; e sem esquecer que o longo prazo dos contratos, a pena de prisão e os artigos antigreves garantiam, de certa forma, o investimento feito e a estabilidade no trabalho"* (Lamounier, 1988:107).

Em que pese o caráter leonino desses contratos, as constantes referências à vadiagem e à necessidade de coibi-la², não se pode deixar de avaliar que eles introduziram um elemento novo para os proprietários de terra de então. Como aponta ainda Lamounier, acostumados ao trabalho compulsório do escravo ou à forma de

²Marx analisou as leis que disciplinavam os trabalhadores ("legislação sanguinária") na Inglaterra do início do século XIX como parte constitutiva da conformação do mercado de trabalho (Marx, 1968).

prestação de serviços peculiar do "agregado"³, os proprietários das fazendas se viram então diante de uma nova figura: o trabalhador europeu, na qualidade de parceiro e contratado. Passava a mediar as relações de trabalho não só o direito de propriedade ou as complexas redes do apadrinhamento, mas também um contrato escrito, assinado de comum acordo e submetido às formalidades legais do país. A alteração efetiva nas formas de exercício da dominação frente à formalização de uma ordem contratual e da consequente enunciação de alguns direitos, também é apontada por Rocha (1982).

Sem sombra de dúvida, a preocupação com a regulação dessas relações enraizava-se também no descontentamento dos colonos com a situação que encontravam e que se expressava em constantes revoltas, algumas de grande repercussão, como é o caso dos colonos de Ibicaba⁴.

A presença do contrato, todavia, não era capaz de impedir a existência de conflitos trabalhistas, pouco noticiados pela imprensa da época, mas registrados, a partir de documentos por diversos estudiosos do tema (Dean, 1977; Martins, 1979; Stolcke, 1986). Nesses conflitos estavam em jogo quer o valor recebido na época da colheita do café, quer a possibilidade de cultivo de gêneros alimentícios intercalares ou em áreas próprias.

Em que pese a existência de alguns registros de greves de "colonos" no final do século passado e no início deste (Stolcke, 1986; Martins, 1979), segundo Dean, "*é provável que o simples abandono fosse mais comum que greves. Quando os trabalhadores se viam muito endividados, surgia a tentação de desaparecer na noite e firmar um contrato em outro município. O paralelo com a escravidão, pelo menos nos últimos anos, é claro. Os capangas continuavam, portanto, úteis para dificultar as*

³Trata-se das relações de mando e subserviência a que se refere Sales (1994).

⁴Sobre essas revoltas, ver Davatz (1972), Martins (1979), Stolcke (1986). Não temos notícia sobre revoltas em outras regiões onde a questão central fosse a das condições de trabalho. Palácios (1984) liga as mobilizações dos "homens livres e pobres" de Pernambuco, em meados do século XIX, ao medo de submissão ao trabalho forçado, medo esse gerado pelas tentativas de realização de um recenseamento.

fugas, pela força se necessário, e os fazendeiros eram obrigados a enviar cartas ameaçadoras aos seus competidores, pedindo pagamento de dívidas de antigos empregados" (Dean, 1977:171)⁵.

No cotidiano das fazendas, no entanto, afastados os trabalhadores da possibilidade de acesso às condições que garantiriam o cumprimento da lei, ao que tudo indica, prevaleceu o costume, gerando constantes tensões entre fazendeiros e colonos. Essas tensões se resolviam, via de regra, no âmbito do espaço privado. Como o indica Dean, *"a fazenda com frequência era um enclave de jurisdição particular, onde o fazendeiro agia como juiz e fazia cumprir as leis com a ajuda de pistoleiros. Às vezes ele tentava até reviver o 'droit du seigneur'. Os contratos perpetuavam essa situação, pois previam multas não apenas pelo não cumprimento das tarefas previstas, mas também por comportamento desrespeitoso ou indecoroso, como embriaguês ou linguagem obscena"* (Dean, 1977: 173). Mas, na medida em que havia regras explicitadas, a possibilidade de recurso estava colocada. Se isso era pouco viável através do judiciário, não por acaso os consulados (em especial o italiano) tornaram-se o eixo das disputas: os imigrantes, em diversas situações, dirigiam-se a eles para dar queixas contra os maus tratos, por vezes transformando a questão do trabalho em uma questão diplomática.

A entrada do Estado, subvencionando a imigração e atendendo, assim, à demanda de mão-de-obra vinda especialmente das regiões mais dinâmicas da agricultura (oeste paulista), trouxe uma nova dimensão para a questão, na medida em que permitiu a saturação do mercado de trabalho. Para além disso, solucionou o problema da dívida inicial dos imigrantes e, dessa forma, recolocou os termos dos contratos que geraram tantos atritos.

No entanto, mesmo equacionada a questão do fluxo de mão-de-obra, outra se

⁵Comentando as condições gerais do trabalho no Brasil, Sales (1994:32) aponta que *"acompanhando a trajetória desses homens livres e pobres, aos quais se juntam os libertos depois de 1888, o que se pode observar como traço marcante na sua fuga às situações de subserviência é sua extrema mobilidade espacial"*.

impunha: a da instabilidade do trabalhador, apontada como problema em diversos relatórios da Secretaria da Agricultura de São Paulo e pelas classes dominantes de então (Rocha, 1982). Comentando o fenômeno, explica Dean (1977:205) que *"os futuros colonos procuravam fazendas com os solos mais férteis e as plantações mais recentes, pois estas podiam oferecer maiores salários por menor trabalho. Outra variável quase tão importante era o tamanho e a fertilidade do solo disponível para as culturas de subsistência e a pastagem, e o nível de supervisão a que eram submetidos..."*. Ou seja, pelo menos nas áreas de café, desenvolveu-se uma relação tensa em torno do acesso à terra, os *"colonos"* procurando ampliar o tamanho de seus lotes como uma condição para reduzir sua dependência em relação ao fazendeiro, acumular algum pecúlio e, assim, poderem se tornar proprietários. Concomitantemente, estabelecia-se uma concorrência entre as fazendas em torno da mão-de-obra.

As tensões que se acumulavam encontraram sua forma de expressão principalmente na luta pelo cumprimento dos contratos, mediação necessária para o acesso à terra.

De acordo com Rocha, *"só se pode entender a instabilidade do trabalhador como problema, tendo em vista não só a peculiaridade de formação do mercado de trabalho... como a persistência de um padrão de relações sociais que tinha como objetivo fundamental recriar a perenidade dos laços do trabalhador ao trabalho ou ao solo, que tinham caracterizado quer a escravidão, quer a agregação"* (Rocha, 1982:132). A mobilidade do trabalhador, que procurava formas de se deslocar de uma fazenda para outra em busca de melhores condições, passou a ser objeto de toda uma legislação que se voltava para coibi-la. Ao mesmo tempo, os *"colonos"* continuavam fazendo denúncias aos consulados, principalmente ao italiano.

O êxodo rural e a campanha de denúncias sobre a situação dos migrantes forçaram o poder público a promulgar leis que visavam dar alguma proteção ao trabalhador rural (Rocha, 1982:131; Stolcke, 1986:74). Foi o caso do decreto 1150 de 05/01/1904 e da lei 1607 de 29/12/1906. Aparentemente sem eficácia, essas leis foram

seguidas pelo decreto 6437 de 27/03/1907, que criou as "*cadernetas agrícolas*" e definiu de forma mais precisa as relações entre "*colonos*" e "*fazendeiros*", explicitando uma preocupação com a "*conciliação dos interesses de classe*" (sic) e deixando bem claro o caráter das intenções subjacentes a ela. É interessante ainda chamar a atenção para o fato que já então a lei falava em "*operários agrícolas*", referindo-se a "*empregados*" e demais formas de trabalho, indicando uma leitura que reduzia a complexidade inerente às relações de trabalho predominantes, mas que também apontava para o tipo de relação que se almejava implantar. Esse aspecto deve ser ressaltado na medida em que, como veremos, a definição do que é o "*empregado*" não é simples como pode parecer à primeira vista e implicou numa disputa política que perpassaria parte importante dos debates sobre a organização dos trabalhadores do campo a partir da década de 30, estendendo-se até os anos 60.

A aceitação da existência de mecanismos legais de proteção ao trabalho por parte dos fazendeiros não foi fácil. Daí deriva a importância do Patronato Agrícola⁶, instituição que tinha por objetivo dirimir as dúvidas surgidas entre os "*operários agrícolas*" e os seus "*patrões*" e auxiliar a execução das leis federais e estaduais no que dissesse respeito à defesa dos direitos e interesses dos "*operários agrícolas*".

O Patronato tornou-se um espaço para reclamações dos trabalhadores, desviando-as, com isso, do Consulado e trazendo-as para o âmbito da arbitragem estatal. De acordo com (Rocha, 1982), "*o âmbito fundamental no qual a atuação do Patronato se mostrou mais valiosa (e que, aliás, não é quantificada), foi exatamente no sentido de firmar o contrato de trabalho, que visava garantir tanto os direitos do trabalhador, como os interesses do fazendeiro*". No entanto, é ela mesma quem adverte que, "*embora houvesse uma certa praxe com relação aos termos dos contratos, estes eram estabelecidos diretamente entre fazendeiros e trabalhadores sem a mediação do Poder Público; mesmo nos contratos estabelecidos através da Agência*

⁶O Patronato foi criado pela lei 1209-A de 27/12/1911 e regulamentado pelo decreto 2214 de 15/03/1912.

de Colocação, o que se procura estabelecer é o contrato, e não os seus termos. Assim, não havia, nem por parte dos trabalhadores, nem por parte dos fazendeiros qualquer organização coletiva no sentido de estabelecer uma certa unidade com respeito a aspectos fundamentais e principalmente com relação ao preço do trabalho. Deste modo devia haver grande variação nos termos dos contratos, e principalmente do preço do trabalho, de fazenda para fazenda, e mesmo no interior de uma mesma fazenda. A própria Agência de Colocação indica uma grande variação nos salários oferecidos através desta, com relação ao mesmo tipo de trabalho" (Rocha, 1982:313/314).

Buscando regular o trabalho de forma a garantir não só um afluxo regular de mão de obra, como também sua estabilidade, a legislação que surgiu no final do século XIX e início do século XX, criou um patamar mínimo a partir do qual os trabalhadores passaram a poder fazer suas demandas. Mas, como se observará a seguir, ela era limitada a determinadas áreas - as da cafeicultura - deixando os trabalhadores de outras regiões do país à margem de qualquer regulação.

No Nordeste, onde a falta de braços também se apresentava como um problema, especialmente no que se referia à lavoura canavieira, acabou por ser incorporada, em lugar do escravo, a mão-de-obra livre já existente, além de mantidos em seus postos os próprios libertos. Passaram a predominar as relações de "morada", marcadas pelo apadrinhamento, pela personalização, onde o contrato não se constituía em uma mediação de caráter formal, mas em acordo tácito, sem nenhuma instância externa a regulá-lo, caracterizando uma subordinação absoluta ao proprietário de terras⁷. Nesse contexto, formou-se um tipo de trabalhador igualmente marcado por fortes laços com a terra, mas com tradições diferenciadas de relação com o espaço público. O depoimento de Furtado (1964: 47/48), sobre a zona da mata pernambucana,

⁷Para um detalhado resgate da complexidade dessas relações e de sua diferenciação interna no que se refere às áreas canavieiras, ver Palmeira, 1977. Um histórico delas pode ser encontrado em Andrade, 1964. É possível também perceber que essa subordinação não significava total arbitrariedade, visto que haviam regras tácitas, acordando as relações entre as partes.

é ilustrativo: *"Os homens que vivem dentro da grande propriedade, sem relações de trabalho objetivamente definidas, constituem uma comunidade extremamente rudimentar do ponto de vista de sua organização política. O status de morador é quase incompatível com o de cidadão. Na grande plantação o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando num aparte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida escapa ao sistema de normas que disciplina a vida do trabalhador... Todos os atos de sua vida são o ato de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana"*

Não temos indício, a partir da bibliografia consultada, de alterações substantivas na "morada", a não ser na década de 50, quando esse contrato tácito começou a ser rompido, gerando importantes conflitos. Ao que tudo indica, as tensões tendiam a se resolver no interior dos engenhos e das usinas, dentro das regras costumeiras, que envolviam obediência e, em caso de rebeldia, expulsão do "morador". O que então se constituiu foi um mundo do trabalho (Hobsbawn, 1987), marcado pela regulação privada, onde a noção de direitos (que implica na configuração do espaço público) era muito pouco desenvolvida. Ao que conseguimos apurar, as primeiras tentativas no sentido de regular essas relações datam somente de 1941, com a emergência do Estatuto da Lavoura Canavieira que, no entanto, no que se refere a esse aspecto, permaneceu letra morta.

Além dos segmentos ligados à grande lavoura, havia ainda toda uma massa de trabalhadores, que viviam como pequenos produtores ou em áreas onde a monocultura não tinha interesse ou possibilidade em avançar (por razões de aptidão de clima, solo, distância de mercado) ou áreas de decadência econômica, já esgotadas e abandonadas pelas culturas tidas como nobres. Era aí que, via de regra, eram produzidos gêneros alimentícios, parcela dos quais abasteciam os pequenos mercados locais. Normalmente eram cultivadas por trabalhadores brasileiros e foram a base para a construção das imagens sobre a preguiça, falta de iniciativa, atraso tecnológico, da qual seria um

marco o Jeca Tatu, tal como celebrizado por Monteiro Lobato. Sobre esse aspecto, referindo-se ao caipira paulista, Cândido (1971:86) fala de um "desamor ao trabalho", que estava ligado "*à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão*"⁸. Ao mesmo tempo, foi nesse segmento que se produziram movimentos messiânicos que ganharam repercussão nacional e que evidenciavam tensões no campo que ultrapassavam o limite das grandes fazendas⁹ (Martins, 1981). A mobilização de grandes contingentes militares para combatê-los é um dos indicadores do significado político de que se revestiram.

As primeiras formas de organização e a constituição do trabalho no campo como questão política

No que se refere aos "*colonos*" do café, a ocorrência de greves não significava necessariamente a existência de qualquer forma de organização mais estável. A bibliografia disponível não oferece indícios dessa direção. Segundo Dean, "*os fazendeiros proibiam qualquer tipo de associação entre os colonos, de medo que se transformassem em veículos de protesto trabalhista*" (Dean, 1977:172).

Tudo leva a crer que as revoltas possivelmente existentes não ultrapassavam o caráter local, resumindo-se a fatos isolados, mas nem por isso menos importantes,

⁸É importante lembrar que o debate em torno da mão-de-obra, no início do século XX, era, em grande medida, um debate em torno da questão da nacionalidade. Constituiu-se socialmente a imagem do imigrante estrangeiro opondo-se ao trabalhador nacional pela sua dedicação, pertinácia, interesse. Ao mesmo tempo, a literatura aponta uma certa divisão de trabalho, no que se refere ao uso da força de trabalho. Se, por exemplo, os trabalhadores estrangeiros eram alocados nas regiões cafeeiras, quem fazia a abertura da mata para instalação das "*fazendas*" era o trabalhador nacional. Também era este que se estabelecia em áreas marginais à grande lavoura e que se responsabilizava, pelo menos parcialmente, pela produção para mercado interno (Martins, 1979).

⁹É conveniente lembrar que o movimento dos Muckers, na região de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, desenvolveu-se entre um tipo distinto de trabalhadores: imigrantes, de origem alemã. Sobre esse movimento ver Amado, 1978.

como se pode verificar quer a partir dos sucessivos rearranjos contratuais (Allier e Hall, s/d), quer a partir de ações violentas contra os detentores do poder de mando, algumas vezes registradas pela bibliografia. Martins (1979:88) chama a atenção para um fato nem sempre levado na devida conta: a alta concentração de colonos em uma mesma fazenda, o que exigia um forte controle, ao mesmo tempo em que a produção de mecanismos de adesão e consentimento. Segundo esse autor, enquanto a maior fábrica da capital, em 1918, não tinha mais que três mil operários, fazendas havia no começo do século que tinham oito mil trabalhadores.

Alguns dos conflitos foram objeto da atenção da imprensa operária que já se constituía em São Paulo¹⁰. É o caso de uma sublevação de "colonos" em Ribeirão Preto, motivada pela proibição da cultura de milho, feijão e legumes, e a obrigatoriedade para os "colonos" de adquirir esses gêneros nos armazéns dos fazendeiros (Beiguelman, 1968:111). Esses periódicos por vezes faziam também manifestos contra a situação dos imigrantes, buscando levar a questão para fora dos limites do país. O *La Battaglia*, de 11/09/1904, por exemplo, pedia que os jornais anarquistas de todo mundo reproduzissem um artigo sobre as duras condições de vida dos que migravam para nosso país. Um trecho da matéria afirmava: "*No Brasil, onde a indústria não existe, o elemento trabalhador não encontra ocupação a não ser nas fazendas (grandes feudos) onde os colonos, bestialmente tratados, estão condenados a levar uma vida de padecimentos e atribulações*" (reproduzido por Carone, 1979:121).

No início do século começou a surgir uma legislação voltada para a definição das normas de sindicalização rural, ao que tudo indica, dirigida principalmente para os segmentos patronais marginalizados em relação ao grande produto da época: o café. A lei 979 de 06/01/1903, primeira lei de sindicalização do Brasil, era destinada exclusivamente aos "*profissionais da agricultura*" e atendia a demandas dos "*agricultores*". Almejava-se que essas organizações exercessem a função de

¹⁰É constantemente citado, na literatura que menciona os movimentos grevistas de colonos do café, o jornal anarquista "Fanfulla".

intermediárias de crédito em favor dos sócios, servindo de mediadoras na compra e venda de produtos (Moraes Filho, 1978:185).

A discussão que então se travava em torno da sindicalização parece ter sido própria à região centro-sul do país e referia-se fundamentalmente à relação entre sindicatos e cooperativas, ao grau maior ou menor de autonomia entre um e outro. Tratava-se de um debate onde não estava posta a demanda por uma sindicalização de "trabalhadores" para negociar com "patrões", como na tradição sindical do século XIX europeu e que começava a se estender nos meios urbanos brasileiros, mas sim a tese do sindicato/ cooperativa *"enquanto fatores de incentivo à solidariedade e colaboração entre as classes"* e como responsáveis *"pela construção da própria identidade do homem rural brasileiro, mediante a vulgarização do vínculo da solidariedade profissional"* (Mendonça, 1994:86). Na polêmica que então se desenvolveu já estavam presentes alguns dos germes de temas que seriam mais intensamente abordados na década de 30: *"promover o conagraçamento de todos os produtores rurais em consórcios municipais profissionais-cooperativos; federações estaduais de consórcios profissionais-cooperativos e confederação nacional de consórcios profissionais-cooperativos"* (Custódio Sarandy Raposo, cit. por Mendonça, 1994:87)¹¹, ou seja, a defesa de um sindicato de produtores que agregasse todos os

¹¹Segundo Mendonça (1994:86), essa posição era defendida por agentes *"que não tinham qualquer ligação direta com a grande propriedade rural, configurando uma posição peculiar no campo dos debates: trata-se de um grupo de profissionais técnicos, de extração marcadamente urbana, tentando integrar-se ao universo rural pela via do diploma, o instrumento por excelência de sua inserção no sistema de dominação vigente"*. Quadros destacados do Ministério da Agricultura, tiveram importância decisiva na difusão de determinadas concepções sobre organização rural, onde o Estado teria papel proeminente, em especial como instância mediadora dos conflitos. Preocupados com a difusão das *"lutas de classes"* no meio urbano, defendiam uma proposta organizativa que significava a *"subsunção do indivíduo a grupos de identidade coletivamente construídos pelo viés da solidariedade profissional, instrumentalizados pelo Estado"* (Mendonça, 1994:90, grifos da autora). Um dos principais defensores do sindicalismo cooperativista foi o técnico do Ministério da Agricultura, Custódio Sarandy Raposo que chegou a se aliar aos comunistas, permitindo a estes o controle, entre 1923 e 1924, da página sindical do periódico da grande imprensa *O Paiz* (Pandolfi, 1995:80).

Castro Gomes (1988) aponta que a tese do sindicalismo cooperativista não se voltava estritamente para o campo, tendo peso importante nos debates sobre o perfil das organizações operárias no início do século. Segundo essa autora, *"os cooperativistas entendiam que o sindicato era a instituição básica para a realização de um acordo equitativo entre capital e trabalho e que as cooperativas seriam seus instrumentos de operação"* (Castro Gomes, 1988:160).

interesses rurais e um sistema piramidal de representação.

Nos primeiros anos do século XX surgiram ainda duas grandes entidades de representação patronal, mas constituídas à margem da legislação sindical existente: a Sociedade Nacional da Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira. Essas organizações, apesar das suas diferenças quanto a segmentos e interesses representados, tinham por marca a agregação fundamentalmente de proprietários territoriais, as elites agrárias (Gomes, 1988) que buscavam falar em nome dos interesses da lavoura¹².

O tema do trabalho agrícola, no entanto, não estava ausente do vocabulário político da época e ganhou importância com as transformações que se prenunciavam nos anos 20. A emergência do tenentismo, a formação do Partido Comunista em 1922 e a própria constituição de uma questão trabalhista urbana colocavam algumas condições para que, embora de maneira secundária, começasse a se falar dos trabalhadores do campo e se instituísse uma disputa em torno da própria definição das características do mundo rural e seu significado na constituição do perfil da nação. O debate ultrapassava as denúncias sobre as condições de vida e passava a se articular com projetos distintos de transformação social e política. Ganhava fôlego a discussão em torno da "*questão social*" envolvendo os operários industriais: o tema da miséria se politizava, frente à emergência de novos personagens e novas demandas¹³.

Os primeiros movimentos e organizações de esquerda (socialistas, anarquistas) falavam em geral em "*proletariado*" e tinham suas preocupações voltadas para os trabalhadores urbanos, embora houvesse referências eventuais aos "*colonos*" do café, configurando denúncias sobre as condições de trabalho, como aquelas a que nos referimos mais acima. Foi com a criação do Partido Comunista do Brasil que

¹²Segundo Gomes (1988:256), desde sua fundação em 1897 até 1930 (período que delimita a sua pesquisa) a SNA, ao contrário da SRB que fala pela cafeeicultura, "*é uma ativa articulação de interesses de outros ramos da agricultura brasileiras, como o setor algodoeiro, o setor açucareiro, a pecuária*". O autor chama ainda a atenção para a ausência de representantes de produtores de café nessa entidade.

¹³Sobre a emergência da questão social enquanto parte do discurso político moderno, ver Arendt (1988).

começaram a aparecer os apelos aos *"operários e camponeses"*. Nos documentos e manifestos desse partido, eram constantes as referências à importância da aliança com o *"campesinato"*, segundo as orientações da Internacional Comunista¹⁴.

Ao mesmo tempo em que encarecia a importância dessa aliança, colocava-se desde logo para o PCB a fragilidade do seu trabalho no campo. Em 1928, na conferência de organização do Partido, comentava-se: *"Nossos CR (comitês regionais) de Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, têm destacado camaradas para este trabalho. Mas os resultados obtidos até agora são insignificantes, se levarmos em conta a imensidade da tarefa e a importância fundamental deste ramo de atividade em um Partido Comunista de um país agrário como o Brasil. Necessitamos séria ajuda da IC (Internacional Comunista) neste capítulo"* (citado por Carone, 1979:511)¹⁵.

No prélio de 1928, o PCB articulou o Bloco Operário para disputar as eleições. O lançamento da campanha se fez através de uma Carta Aberta onde, além de uma série de reivindicações trabalhistas, voltadas para o mundo urbano, que visavam em seu todo a instituição de um Código do Trabalho, apareciam demandas em relação ao meio rural em dois itens finais: *"saneamento rural sistemático, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, à higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura, assistência médica gratuita aos doentes pobres; fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de*

¹⁴J. Humbert Droz, falando sobre os desafios a serem enfrentados pelo movimento revolucionário na América Latina, afirma: *"a primeira questão é a da frente única das forças revolucionárias, das relações de nossos partidos e do proletariado, em geral, com as outras classes ou outras camadas sociais revolucionárias. O proletariado e seu partido devem, em primeiro lugar, unir-se estreitamente ao campesinato, organizando os operários agrícolas como uma ponte para organizar os camponeses pobres, os arrendatários, os colonos, em ligas camponesas orientadas para a política do Krestintern. Somente a aliança estreita do proletariado industrial com a grande massa dos operários agrícolas e dos camponeses explorados pelo imperialismo e pelos proprietários de terra, será capaz de resolver os problemas fundamentais do movimento revolucionário latino-americano"* (citado por Carone, 1979:487).

¹⁵Como o aponta Pandolfi, *"o atrelamento ao movimento comunista internacional, a despeito de sua inserção nacional, marcará toda a trajetória do PCB. E esse atrelamento dirá respeito não apenas à influência na orientação das diversas linhas políticas mas, sobretudo, à reprodução de uma mesma visão de mundo"* (Pandolfi, 1995:49).

produção da pequena lavoura" (Pereira, 1979:119). Como se vê, medidas assistenciais e de apoio à produção que não chegaram a se constituir em bandeiras de luta, mas indicavam uma determinada compreensão dos problemas do campo e dificuldades em situar a questão do trabalho rural.

Logo depois, o Bloco Operário se tornou Bloco Operário e Camponês (BOC). No entanto, segundo o mesmo Astrogildo Pereira, *"o elemento 'camponês' representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses"* (Pereira, 1979: 124).

Por ocasião do III Congresso do PCB realizado nos primeiros dias de 1929, ainda segundo Pereira, falava-se em *"fazendeiros"* e *"latifundiários"*, mas não em *"camponeses"*, *"lavradores"* e *"operários"* agrícolas. Nas resoluções, o encontro limitou-se a publicar o material recolhido no evento. Os relatos ouvidos e esse material foram usados para estabelecer uma série de palavras de ordem provisórias, que diziam respeito *"quase que exclusivamente aos assalariados agrícolas, desconhecendo a realidade da massa propriamente de camponeses predominante de norte a sul do Brasil. Fala-se em salários e horas de trabalho, colonos, imigrantes, e só uma vez, relativamente ao Nordeste, em pequenos proprietários. Nem uma palavra sobre a reforma agrária e a liquidação do latifúndio"* (Pereira, 1979:144).

De qualquer forma, apesar dessas ambiguidades, sem dúvida começava a se constituir um novo personagem que se apresentava no cenário político como que de forma fantasmagórica. Sem organização, sem expressar-se como força política, sem ser reconhecido em suas especificidades pelos mediadores que se colocavam em cena, ele passava a ser mencionado como elemento importante de uma revolução que estaria por vir e que teria por condutora uma classe operária cuja existência política começava a se configurar, desde o início do século, através de greves e manifestações diversas e que

era socialmente percebida, desde a Revolução Russa de 1917, como séria ameaça.

O falar sobre o campo de uma outra perspectiva, oposta à dos senhores da terra e à ótica do Estado, também aparecia através dos tenentes. Estes desde logo denunciaram o fato de que a República *"agravou, politicamente, a situação de passividade das massas rurais, desamparadas, desaparelhadas, famintas, sem interferência na vida pública. Assim a encontrou, por toda a extensão do país, a Coluna Prestes, na sua marcha através do território brasileiro"* (citado por Carone, 1975: 437). Preconizando um Estado forte, capaz de intervir na organização do povo brasileiro, também pregavam que ele deveria *"intervir fortemente no sentido de dar terra ao verdadeiro agricultor... cumpre ao Estado reintegrar na posse da Nação os latifúndios a ela arrancados pelos erros políticos do passado, pelo espírito de aventura que dominou largamente, durante tantos anos, apoiado na inconsciência dos políticos profissionais"* (trechos do Manifesto à Nação, da Legião Revolucionária de São Paulo, citado por Carone, 1975:447). A proposta que traziam de reorganização política e econômica do país e de construção da nação passava pela denúncia dos males do *"latifúndio"* e pela necessidade de dar lugar aos trabalhadores do campo, através da ação do Estado.

No entanto, tanto para uma força política como para outra, a ênfase era colocada sobre a questão operária, o que não impediu que, na década de 30, se concretizassem propostas não só de extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores na agricultura, como começasse a ser mais intensamente discutida a questão do acesso à terra.

Nesse momento o tema do *"latifúndio"* foi trazido para o debate político, no bojo de uma discussão mais geral sobre a Nação e que envolvia o lugar político dos interesses agro-exportadores (fundamentalmente do café), o estabelecimento do voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral especializada. Em texto clássico do debate da época, Santa Rosa vinculava o latifundismo aos vícios eleitorais e de representação política e afirmava: *"é preciso que o tenentismo não tenha a atenção unicamente*

voltada para os problemas das classes médias urbanas. Há ainda no Brasil, infelizmente, uma população ainda mais miserável, solta ao absoluto desamparo: os agregados, as massas rurais... Vegetam semi-escravizados, em dependência econômica dos senhores dos latifúndios... Esse regimen de subordinação econômica ao landlord é que permite o esmagamento das massas urbanas nos prélios eleitorais. Esse pobre diabo, para conservar a proteção do potentado que o ampara e não o deixa morrer à mingua é-lhe dedicado como um cão... Assim, se o tenentismo pretende fazer obra política capaz de vingar em nosso clima, deve volver os olhos para o problema dos latifúndios. É inútil atacar e destruir os velhos troncos oligárquicos quando se deixa viva a raiz da árvore. É que o latifúndio é a base e o sustentáculo de todas as forças partidárias regionais..." (Santa Rosa, 1963:116/117). E o texto continuava, acusando o "regime latifundiário" de impedir o barateamento da produção através do aumento de mercados, de ser um retardador do progresso intelectual, de ser disseminador de populações. A proposta resultante desse libelo era a de uma "ação inflexível dos poderes públicos", criando condições para a redistribuição das terras e a afirmativa de que a reforma agrária era "indispensável e inadiável para a consolidação definitiva das conquistas sociais da revolução de Outubro" (Santa Rosa, 1963:123).

O próprio Getúlio Vargas, por ocasião do lançamento da plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 02/01/1930, afirmava: "Em não poucas regiões mais próprias para a agricultura impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive o proletariado rural, reduzido à condição de servo da gleba" (citado por Stein, 1991:27). Nesse momento, começava a ganhar força na sociedade a crítica ao latifundismo, já presente na corrente cooperativista que tivera algum peso no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio desde o início do século¹⁶.

¹⁶Segundo Mendonça (1994:86), "a suposta ação transformadora imputada pelos autores à cooperativa, via-se respaldada pelo desejo de superar as desigualdades e injustiças sociais vigentes na agricultura e atribuídas aos efeitos nocivos do latifúndio e dos intermediários comerciais. Para contrarestar um regime fundiário injusto, bem como a desleal competição movida aos pequenos produtores, somente a união cooperativa poderia apresentar frutos 'enraizadores' e 'criadores de

Refletindo essas preocupações, no Programa do Clube 3 de Outubro constavam, entre outras reivindicações, a elaboração de um código de trabalho extensivo aos trabalhadores rurais, a realização de reforma agrária no país, a redução do latifúndio, a colonização de áreas devolutas, com base em pequenas propriedades. O Estado deveria intervir e racionalizar a produção agrícola para o que se postulava a necessidade de organizar o crédito oficial e incentivar a formação de cooperativas agrícolas. Estava em pauta nessa proposta, que também pensava o Estado como construtor da nação, uma concepção de sociedade baseada na agricultura familiar (um modelo "farmer") e nos laços de solidariedade que ele poderia gerar.

O debate em torno dos direitos e das formas de organização

No período que vai de 1930 a 1945 foi recorrente, embora não de forma contínua e resolutiva, o debate em torno dos direitos dos trabalhadores rurais, seu lugar na constituição da nação, formas de organização mais adequadas para o campo. De um lado, verificava-se a continuidade dos temas anteriores: campanhas para registro das cooperativas agrícolas existentes, propostas de criação de consórcios profissionais cooperativos formados por empregados e empregadores. De outro, novas questões, que tendiam a ressaltar a distinção entre capital e trabalho no campo e a exacerbar as críticas ao sistema de propriedade e trabalho vigentes.

Valorização da representação profissional sobre a representação popular, direito de sindicalização para o campo, crítica ao sistema de propriedade foram alguns dos motes do debate que percorreu os primeiros anos da década de 30, marcando uma

hábitos' "

Os autores a que Mendonça se refere são Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, José Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho, segundo ela *"arautos de uma nova ordem social idealizada para o campo, cujo vértice repousava na cooperativa/sindicato enquanto fatores de incentivo à solidariedade e colaboração entre as classes"* (idem, *ibidem*).

disputa que envolvia diversos segmentos dos setores vencedores com a Revolução de Outubro e que se expressaram com todo o vigor na Constituinte de 1934.

Segundo Stein, nessa oportunidade, a radicalização reformista foi portada pelos deputados tenentistas, que defendiam a principalidade da representação profissional sobre a popular e a sindicalização como pilar do poder legislativo. Esses deputados pleiteavam a sindicalização obrigatória controlada pelo Estado, que definiria o reconhecimento das profissões e propunham uma câmara única, com um terço dos deputados sendo representantes profissionais. Tinham em vista ainda um modelo de sindicalização paralelo de patrões e empregados envolvendo agricultura, indústria e serviços, distribuídos em um complexo sistema de cinquenta e três categorias profissionais (Stein, 1991:99). Do seu programa de reconstrução nacional, constava também uma *"reforma agrária radical em que a modernização da agricultura estaria assentada na criação de um 'tribunal de terras', na taxaçoão progressiva das propriedades agrícolas não cultivadas e taxaçoão daquelas arrendadas. Indicava mecanismos vários de intervenção na produção e na formação de cooperativas, como, por exemplo, o subsídio ao crédito. Formulava a necessidade de incentivar a ocupação do território nacional e de fixação de recursos oficiais de colonização. Postulava a premência da desapropriaçoão das terras improdutivas"* (Stein, 1991:99/100).

Stein (1991:102) chama a atenção para a atuação, na Constituinte de 34, do deputado classista de empregados, Acir Medeiros, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porciúncula (RJ) e militante socialista, que fazia as denúncias das condições de vida e trabalho rurais¹⁷. Entre suas emendas, estavam a exigência de proibição de prisões particulares nas fazendas, aboliçoão da *"tirania dos sinos"*, que simbolizava a extensa jornada de sol a sol e a *"aboliçoão do tronco"*, proibição do pagamento por

¹⁷ Eram quatro os deputados classistas de empregados na Constituinte de 1934 (Castro Gomes, 1988). Não conseguimos obter outras informações sobre esse sindicato. Os estudos sobre sindicalismo rural, em geral, colocam o sindicato de Campos, criado em 1938, como o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil.

vales de qualquer tipo e existência de "barracões".

No embate que se travou num contexto politicamente tenso, a forma final da Constituição colocou de lado o reformismo. Os próprios tenentes acabaram por se fixar em temas de outra natureza, em especial a sucessão presidencial, e o reformismo agrário acabou sendo defendido apenas pela bancada classista dos empregados. Como resultado, Stein aponta que a União ficou sem capacidade de legislar sobre direito rural e realizar desapropriações, restringido o poder dos governos estaduais sobre as terras. Foram ainda limitadas as concessões fundiárias, sem autorização do Senado Federal, para até dez mil hectares. Além disso, *"indicava linhas de proteção à pequena produção dos 'pobres do campo' como, por exemplo, na redução de impostos para as produções instituídas em 'bem de família' e na necessidade de formular linhas de política para a organização de colônias agrícolas. Por outro lado, se defendia o locatário de imóveis para fins comerciais ou industriais, nada definia para a defesa do arrendatário rural"* (Stein, 1991:115). Não foi regulamentado o direito associativo para o campo, nem sequer uma legislação trabalhista, o que indicava as dificuldades políticas para se intervir sobre esse terreno.

Os anos do Estado Novo, de um ponto de vista mais global, foram marcados pela tentativa de construção de *"um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo"* (Lenharo, 1986b:15). Procurou-se criar uma ordem corporativa, visando a substituição do conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes. Segundo Lenharo, *"o Estado Novo levou a sério a existência da luta de classes, assim como as possibilidades reais da classe operária no jogo do poder. A estratégia jurídica de aliciamento e a proposta corporativista de sindicalização apontam para uma política especialmente orientada de controle da classe operária e de sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder"* (Lenharo, 1986b:22). O Estado buscava falar em nome da nação e em nome do povo e tornar-se a sua única voz.

A questão do campo, subordinada a essa ótica, aparecia sob diferentes registros. Um deles é a defesa intermitente, por parte de Getúlio Vargas, da extensão dos direitos trabalhistas para o meio rural. Nos seus famosos discursos de Primeiro de Maio, por exemplo, foram sucessivas as referências a essa necessidade, entendida como forma de evitar o êxodo e o superpovoamento das cidades (Lenharo, 1985a; Lima, 1990). Foi também um período de reflexão sobre a importância do trabalhador nacional e de concepção e início da implementação da Marcha para o Oeste.

Ainda em 1937, foi apresentado à Câmara um projeto de Código Rural, voltado para a regulação de direitos e obrigações relacionadas às atividades rurais. Procurava-se, através dele, definir o que era "*empregado rural*" (aquele que exercia a profissão através da prestação de serviços na qualidade de "*dirigente*", "*parceiro*", "*auxiliar*" ou "*assalariado*" a estabelecimentos rurais, residisse nele permanentemente ou não) e regulamentar tanto o sistema de "barracões de engenho", como as relações de trabalho nos seringais (Lenharo, 1986a:85/6). A discussão sobre o Código foi inconclusa, arrastando-se de forma intermitente.

Quanto à organização rural, foi considerada objeto de lei especial, distinta da que regulava a fabril (DL 1402 de 1939). Os seguintes trechos dos argumentos de Péricles Madureira Pinho, um dos teóricos da organização rural, são elucidativos da lógica que regia a defesa de critérios especiais: "*Enquanto nos centros urbanos as profissões constituem unidades distintas, na agricultura a uniformidade do trabalho não permite tal diferenciação. As mesmas pessoas se encontram diariamente nas horas de serviço, confundindo a 'atividade profissional' com a familiar e religiosa' (Salleron)... A natural harmonização nas tarefas agrícolas, em que o proprietário se identifica com o trabalhador e, em muitos casos é seu companheiro de trabalho, não poderia assim favorecer nem incentivar a formação de grupos profissionais. Apesar das diversidades no tempo e no espaço, a agricultura é de todos os labores humanos o conservador por excelência, aquele que se não desfigurou com os modernos milagres da técnica e da mecanização*" (Pinho, 1939:52/53). E prossegue: "*Não estamos entre*

os que repelem o sindicato de classe como perturbador da harmonia social. Quer nos parecer que a associação mista, em certos meios vai de encontro à realidade social. Onde a atividade agrícola seja exercida sob regime de economia patriarcal, só o empregador poderá centralizar um tipo de associação espontânea, em que os interesses de todos se confundem. A própria assistência ao trabalhador é uma responsabilidade que o empresário agrícola assume tacitamente. Em meios assim - como o nosso, por exemplo- não há antagonismos que justifiquem a bipartição em sindicatos de categorias. Outro fator de real importância para preferência do sindicato misto é a pequena propriedade. Seus lucros insignificantes não distanciam o proprietário do trabalhador, senão moralmente. Eles são de fato companheiros das tarefas, vão para o campo com os mesmos instrumentos e nem pelas roupas, nem pelos costumes se distinguem" (Pinho, 1939: 58/59).

Somente em 1941 foi constituída uma comissão interministerial para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical, a partir da discussão de um anteprojeto elaborado pelo Serviço de Economia Rural, organismo subordinado ao Ministério da Agricultura¹⁸. Um debate que se dava principalmente no interior dos organismos de classe, de caráter patronal, e dos aparelhos de Estado, indicando uma queda de braço entre concepções diferenciadas de organização e leituras distintas sobre o perfil da organização social rural.

Um dos pontos mais polêmicos dos debates da Comissão foi ainda em torno de

¹⁸Essa comissão, nomeada pelo Presidente da República, foi presidida por Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional da Agricultura e contava com representantes do Ministério da Justiça (Talma C. Guimarães), do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Luiz do Rego Monteiro), do Ministério da Agricultura (Antonio de Arruda Câmara); do Serviço de Economia Rural (Ben Hur Raposo); da pecuária (Silvio Echenique); da lavoura (Francisco Malta Cardozo); das indústrias rurais (Mendes Batista da Silva). Como secretário e relator dos debates foi designado Luis Marques Poliano, funcionário do Ministério da Educação e Saúde (A Lavoura, abr/jun 1943). Frente às cobranças feitas numa das reuniões da Comissão, pelo representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sobre uma representação de trabalhadores da lavoura, foi argumentado que "*seria muito difícil reunir os representantes desta última (refere-se à 'classe trabalhista') que, como se sabe, não está ainda perfeitamente organizada*" ("O Problema da Sindicalização Rural", A Lavoura, abr./jun 1943). Na concepção de seu presidente, a Comissão tinha uma representação econômica por regiões e não de classe (idem, ibidem).

que tipo de sindicato seria mais adequado à agricultura: um sindicato misto, que agregasse, numa mesma entidade, "*patrões*" e "*operários*" ou a separação dessas categorias em organizações distintas.

A proposta do anteprojeto, defendida pelo Ministério da Agricultura e pela SNA, ia na direção do sindicato misto, revivendo os argumentos de Pinho e acrescentando outros, que apontavam para a cidade como "*espaço de penetração de ideologias estranhas*". Assim, a separação entre as categorias era produto de situações anômalas: "*devidas, de um lado, à vida dos proprietários nas cidades, e de outro, como consequência do afastamento deles, da infiltração de ideologias entre os trabalhadores privados do conselho e da assistência de um chefe que assegure, pelos laços de respeitosa estima, a unidade espiritual*" ("O problema da sindicalização rural," *A Lavoura*, abr/jun. 1943, p. 37).

Também se alegava que o espírito do projeto era não levar desarmonia às classes agrícolas. A impossibilidade de um sindicato de trabalhadores era atribuída, além disso, à "*deficiência intelectual e econômica do trabalhador rural*" (sic), à prioridade que deveria ter a organização econômica das classes rurais, afetadas por constantes crises, à própria dificuldade de definir o que é a "*profissão rural*".

A leitura das atas das reuniões da Comissão deixa aflorar todo um debate em torno da compreensão da natureza de diferentes categorias de trabalhadores ("*colonos*", "*camaradas*", "*parceiros*", "*arrendatários*", "*operários*", etc), sobre quem poderia ser considerado trabalhador (em que situações era possível identificar uma situação de emprego?), e as dificuldades em se conseguir um consenso sobre o que poderia ser o seu enquadramento sindical¹⁹. Por outro lado, a última reunião da

¹⁹Segundo Francisco Malta Cardozo, o Serviço de Economia Rural teria apurado mais de duzentas atividades agrícolas (*A Lavoura*, abr/jun. 1943, p. 67). Ainda na década seguinte, esse jurista assim argumentava contra a tese de que a sindicalização no campo deveria sujeitar-se às normas da CLT: "*considerando os técnicos, administradores, fiscais, escrivões, camaradas, peões e jornaleiros... dependem todos da disciplina pessoal e dos ordenados pagos por seus patrões. São tipicamente 'subordinados'... Não ocorre o mesmo, porém, com os colonos, empreiteiros e parceiros rurais - cujos contratos de trabalho, aproximados, ora da locação ou arrendamento rural, ora da sociedade, tanto os podem levar à miséria como à riqueza, assegurando-lhes certa 'autonomia' ou independência de ação, tempo e lugar para cultivo, dentro ou fora das propriedades de seus*

Comissão torna patente uma preocupação com o papel social do sindicato. Nas palavras de Arruda Câmara, *"se não aparelharmos o sindicato agrícola para uma função de amparo e assistência ao trabalhador, teremos só feito uma obra meramente política. E, no caso da agricultura, o sindicato terá de ser eminentemente social"* ("O problema da sindicalização rural", *A Lavoura*, op. cit. p. 76).

A proposta aparentemente saiu do cenário político, em que pese ter sido decidido que seria produzido um novo projeto a partir do trabalho da Comissão.

A preocupação com a organização no campo voltou a público em 1944, quando um anteprojeto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (defensor da existência de um sindicato para empregados e outra para empregadores) foi analisado por uma comissão composta por Malta Cardozo (Sociedade Rural Brasileira), Artur Torres Filho (Sociedade Nacional da Agricultura), Henrique Doria Vasconcelos (Departamento Nacional de Imigração) e presidida por Segadas Viana, do Departamento Nacional do Trabalho. Nela, a posição da Sociedade Nacional da Agricultura, representada por Artur Torres Filho, em favor do sindicato misto, foi voto vencido.

O decreto de sindicalização rural de novembro de 1944 (DL 7038/44) garantia representação paralela para patrões e empregados. Eram definidos como empregadores rurais *"pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, os que exploram atividade rural na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, sejam em economia individual, coletiva ou de família"* e como empregados, trabalhadores ou operários rurais os que trabalhassem por conta de outrem. O reconhecimento seria feito pelo Ministério do Trabalho. No que se refere à Portaria 14, referente a procedimentos para solicitação da investidura sindical, explicitavam-se alguns limites que tornavam extremamente difícil a

empregadores. Todos os grandes 'reis' do café, no Estado de São Paulo, foram colonos e empreiteiros, e este simples fato social demonstra a verdade social da condição de tais empregados agrícolas, muito mais próxima do capital e da propriedade do que do trabalho proletário" (Cardozo, 1953:207).

sindicalização. Entre eles destacavam-se a necessidade de apresentação, para os diretores de *"prova de boa conduta, firmada por autoridade policial competente"*, *"prova de que não professam ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da Nação, mediante documento expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política, no DF, ou autoridades equivalentes nos Estados e Territórios"*; *"prova de exercício efetivo da atividade ou profissão desde um ano antes"*. Esta última exigência dizia respeito a um atestado que deveria ser passado pelos empregadores ou por duas pessoas já portadores dele, pela carteira profissional ou outra expedida por autoridades federais ou estaduais. Frente às condições de trabalho vigentes no campo, é fácil perceber os obstáculos para conseguir todos esses documentos, principalmente tendo em vista a dependência em que o demandante ficava do poder patronal e do poder local.

Embora sem revogar esse decreto e a portaria de regulamentação que o sucedeu, foi baixado, logo depois, um outro decreto (DL 7449 de 30/05/1945) que representava a visão da SNA: definia formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Sua célula básica seria o município, com uma representação a nível estadual, através de federações. A entidade de representação nacional seria exclusiva e teria sua direção compartilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seriam nomeados por ele (Stein, 1991: 152/3). Além disso, a organização seria tutelada pelo Ministério da Agricultura e não mais pelo Ministério do Trabalho. Tratava-se, segundo Stein, de oficializar a Sociedade Nacional da Agricultura, o que encontrou resistências por parte da Sociedade Rural Brasileira. O pressuposto desse decreto era a concepção da impossibilidade de tão cedo se promover a sindicalização no campo, de onde a necessidade de um estágio intermediário que promovesse a *"organização da classe"*.

As muitas críticas que surgiram, levaram a um outro decreto (DL 8127, de 24/10/1945), estabelecendo que poderiam fazer parte das associações rurais municipais

todos aqueles que exercessem profissionalmente atividades rurais. Eram considerados como tais os proprietários, arrendatários ou parceiros de estabelecimento rural. No regulamento desse decreto (DL 19882 de 24/10/1945), incluiu-se, como profissional da agricultura, até mesmo o técnico ligado a essas atividades. Mantinha-se a controle do Ministério da Agricultura sobre as entidades e nenhuma menção era feita a qualquer grupo social que pudesse aparecer como *"empregado"*.

Institucionalizava-se, em forma de lei, uma concepção ampla de uma *"classe rural"*, ligada por interesses comuns, cujo espírito associativo deveria ser fortalecido para *"promover a defesa de seus direitos e interesses e realizar suas aspirações, bem como o progresso e aprimoramento da agricultura"* (DL 19882, art. 7, c). Se os sindicatos operários estavam sujeitos à tutela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as organizações rurais subordinavam-se ao Ministério da Agricultura. Essa própria separação de tratamento no interior dos aparelhos de Estado sinalizava para formas distintas de tratamento da questão do trabalho. Ou seja, a tematização que se fazia para o rural tinha outros parâmetros, marcados por formas distintas de seletividade estrutural do Estado (Offe, 1984) e que tinham como carro chefe a concepção da necessidade de assistência ao *"homem do campo"* (sanitária, educacional), a da unidade dos interesses agrários e não o reconhecimento do trabalhador como portador de interesses diferenciados e próprios²⁰.

Um outro registro em que a questão do trabalho rural apareceu foi o da Marcha para o Oeste, definida por Lenharo como *"fundamentalmente social"*: *"o regime está voltado para o esquadramento político social dos trabalhadores lançando mão de dispositivos que cerceiem as suas formas livres de organização e imponha-lhes a sua organização única e atrelada, com os olhos no campo, para onde almeja estender a mesma estratégia de dominação utilizada no mundo da fábrica"* (Lenharo, 1986b:73).

²⁰Na ótica de Offe (1984), seletividade é a restrição não aleatória, ligada ao jogo de poder e interesses, de um espaço de possibilidades, determinando o enquadramento (e as possíveis formas em que ele poderia ocorrer) de uma questão no âmbito do pensável politicamente. É através também dessa noção que explica a exclusão para certos temas, grupos e interesses nas políticas governamentais.

A Marcha para o Oeste era entendida como um movimento necessário e complementar ao amparo que o governo dera ao operário industrial. Ela envolveria a ação do Ministério da Agricultura levando orientação técnica e instrumental agrícola para o interior e abertura de estradas, reformulação do ensino agrícola, etc, medidas entendidas como fundamentais para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, proporcionando incentivo ao comércio e a fixação à terra.

Para incentivar a fixação dos trabalhadores no campo, fez-se inclusive a concessão de passagens pelo Ministério do Trabalho, para que os descontentes com a cidade pudessem voltar ao meio rural. Ao mesmo tempo, o Departamento de Imigração encaminhava anualmente centenas trabalhadores rurais para diversos pontos do país. Fazia ainda parte dessa proposta o estímulo à sindicalização rural, e a extensão de benefícios sociais dados ao campo.

A Marcha envolvia também a proposta de distribuição de terras. Assim, Getúlio Vargas, num de seus discursos de Primeiro de Maio, anunciava: *"Não terminou nossa tarefa. Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégios de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se o não fizermos, corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades - desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva. Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis... permanecem incultos ou despovoados..."* (cit. por Neiva, 1942:237).

Tratava-se de ocupar os espaços vazios do país, de forma a neles disseminar a pequena propriedade, a organização cooperativa e uma nova ordem social. A constituição de colônias agrícolas em Goiás, Paraná, Mato Grosso, Pará foram o

momento culminante dessa ação. Ao mesmo tempo verificava-se a criação de "*granjas modelo*" na Baixada Fluminense, de forma a aliviar o problema do abastecimento urbano e desenvolvia-se a proposta de estímulos a núcleos agroindustriais (Lenharo, 1986a).

Apesar do fracasso dessas tentativas, vale ressaltar, como o faz Lenharo, para o significado de seu perfil disciplinador, pelo esforço de criação de um "*novo homem*" que constituísse o germe de uma nova nação, sem, no entanto, tocar nos privilégios já conquistados pelo chamado "*latifúndio*".

Acompanhando o debate sobre os caminhos da organização e as falas de Vargas, é visível a tensão entre reconhecer a existência de uma relação de subordinação entre capital e trabalho no campo, e a definição de medidas de apoio e assistência à população rural, ressaltando sua especificidade e, com isso, a dificuldade de caracterização de uma relação de emprego nos moldes urbanos. Além disso, também é visível a tensão entre a constituição de um ideal de desenvolvimento com base na pequena propriedade e o significado econômico e político que o "*latifúndio*" conseguiu preservar.

Como veremos, esses debates permearão toda a década seguinte, fazendo da definição do que é trabalhador rural um espaço específico de disputa política e da bandeira reforma agrária um polo aglutinador das tensões sociais no campo. O esforço patronal manteve-se no sentido de fazer da lei um instrumento para sustar a possibilidade de emergência de interesses diferenciados e decorrentes conflitos no meio rural. No entanto, eles começaram a vir à tona, logo após a redemocratização do país, reaparecendo no cenário político, potencializados pela ação do Partido Comunista Brasileiro.

Capítulo 3

Condições de vida e trabalho: Quem é e o que demanda o trabalhador rural brasileiro?

Como o indica Faleiros (1989), logo após a redemocratização do país, quando o PCB entrou na legalidade, não se voltou imediatamente para o campo, a não ser no que se referia à necessidade de legislar sobre a propriedade da terra. Colocando a questão agrária subordinadamente à conveniência de fortalecimento da classe operária, considerava importante a elevação do nível de vida das *"massas camponesas"* porque isso fortaleceria o mercado interno e conteria as migrações e, conseqüentemente, as pressões sobre os salários urbanos (Faleiros, 1989:112).

No entanto, já no final de 1945, por ocasião da reunião do Pleno Ampliado do Comitê Nacional, falava-se na necessidade de *"destacar os melhores e mais hábeis militantes para o trabalho no campo ... compreendendo a enorme experiência do movimento revolucionário de todos os países que indica ser a classe camponesa o aliado fundamental na revolução democrático-burguesa"* (informe de Pedro Pomar, citado por Faleiros, 1989:116).

Em São Paulo, no Triângulo Mineiro e em Pernambuco iniciaram-se algumas experiências organizativas, criando-se "*células rurais*" e "*ligas camponesas*", "*associações*", "*irmandades*", etc. O contato incipiente com o campo produziu uma determinada leitura das relações de trabalho que ali eram vivenciadas, permitindo o início de um processo de tradução das condições de vida e trabalho no campo na linguagem do PCB.

A imprensa comunista dedicava sempre um espaço (maior ou menor, dependendo do momento conjuntural) à descrição, interpretação e crítica dessas relações, desempenhando um papel importante na ruptura com as imagens dominantes sobre o campo e na construção de uma nova imagem pública do trabalhador rural. Como buscaremos indicar, essa junção não foi nem linear nem imediata, apresentando uma série de tensões.

Por meio da narrativa das condições de vida de alguns segmentos e dos conflitos emergentes, constituía-se uma progressiva articulação entre situações particulares e teses gerais. Buscava-se, na descrição dessas condições, dar relevo especial aos aspectos que configuravam formas características de exploração e opressão. Em o fazendo, elaborava-se:

- a) uma imagem dos trabalhadores para eles próprios, inserindo-os numa rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava a sua cruzeza, generalidade e possibilidades de alteração.
- b) uma imagem do trabalhador para a sociedade, em especial para os trabalhadores urbanos (os "*operários*"), público privilegiado pela imprensa de esquerda, apresentando com tintas fortes condições de vida e trabalho que deveriam ser mudadas e que, para tanto, necessitavam de formas de organização adequadas e de solidariedade de classe.
- c) demandas que implicavam na produção de elos entre as condições vividas e as teses mais gerais do partido e que vão se estruturar em programas das organizações de trabalhadores.

d) uma denúncia das formas de exploração e opressão existentes no campo, configurando a existência de um segmento social que era seu beneficiário: os "tatuíras" ou "latifundiários".

Neste capítulo, apresentamos o conteúdo dessas imagens no que se refere às condições de vida e trabalho e as demandas que daí decorriam, dando destaque ao papel da palavra de ordem reforma agrária que se constituiu, no período que estudamos, em bandeira síntese das lutas no campo e das aspirações que delas brotavam.

Condições de vida e trabalho e constituição de reivindicações

A imprensa comunista procurou mostrar condições de trabalho no campo marcadas por intensa exploração e opressão. Um bom exemplo disso é o manifesto de convocação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA), realizada em 1954, em São Paulo, onde era apontado o fato de que a maioria dos que "mourejavam nos campos" não possuía terra, os ordenados eram miseráveis, o salário mínimo não estava sendo pago, muitos patrões exigiam mais de dez horas de trabalho, e realizavam os pagamentos através de "ordens" e "vales", a serem descontados nos "barracões" e "armazéns" das propriedades. Esses trabalhadores não tinham assistência médica ou qualquer outra, não podiam por os filhos na escola, porque estas sequer existiam. Neste momento, de convocatória para um congresso ao qual se tentava dar um caráter nacional, não se buscava fazer distinções entre as diferentes categorias de trabalhadores. Embora sempre ficasse claro o reconhecimento da diversidade de situações existentes, assinalava-se o que elas tinham de comum, enfatizando as condições de exploração a que, no conjunto, estavam todos submetidos: *"As dificuldades e sofrimentos recaem sobre todos: pequenos e médios proprietários, que não conseguem financiamentos e são asfixiados pelos impostos; arrendatários,*

posseiros, agregados, parceiros, meeiros, assalariados agrícolas, colonos, flagelados, peões, trabalhadores florestais" (NH, 25/07/54, p. 2).

Paralelamente e em contraposição a essa enorme multiplicidade de situações que constituía, na leitura do PCB, a *"massa dos camponeses"*, conformava-se uma imagem mais monolítica: a dos *"latifundiários"* ou, como muitas vezes aparecia no momento inicial de conformação das formas de identificação dos agentes, os *"tatuíras"*¹.

Em diferentes circunstâncias, as diversas categorias recebiam um tratamento particular, com maior detalhamento de suas condições de vida e trabalho. Isso se dava especialmente nos momentos em que a imprensa estava procurando avançar alguma demanda específica o que, evidentemente, remetia às condições locais e particulares.

Os "assalariados"

Das categorias que apareciam constantemente noticiadas, constituíam um bloco relativamente homogêneo, em termos de descrição de condições de vida e trabalho, os *"colonos"* do café, os trabalhadores da cana e os do cacau. Foi falando dessas três categorias que a imprensa comunista forjou a imagem do *"assalariado rural"* e que o PCB definiu suas linhas de ação para elas.

Bastante enfatizada era a situação dos *"colonos"* das plantações de café. O jornal **Voz Operária** (09/06/51, p. 10) reproduz trechos de um contrato de colonato, a

¹Na década de 50 era muito comum, na descrição de conflitos, em poemas, etc, encontrar o termo *"tatuíra"* sendo usado alternadamente com *"latifundiário"*. O jornal **Terra Livre** apropriou-se do termo tal como cunhado por Monteiro Lobato, que usava a expressão *"coronel tatuíra"*, no livreto **Zé Brasil**, parcialmente publicado no **Terra Livre** e editado pela Vitória, editora dos livros do PCB. Num dos números do jornal (55, 2a. quinzena de abril de 1955), o *"tatuíra"* era graficamente representado como uma gigantesca formiga, com rosto humano, gordo, de bigodes, chapéu e feições que denotavam maldade. A legenda, em letras garrafais, afirmava: *"ou o Brasil acaba com os tatuíras ou os tatuíras acabam com o Brasil"* em analogia com uma campanha popular da época: *"ou o Brasil acaba com as formigas ou as formigas acabam com o Brasil"*. Abaixo, havia a recomendação: *"recorte e cole este cartaz"*.

No final dessa década e no início dos anos 60, o termo *"latifundiário"* se firmou e não encontramos mais o uso do anterior (agradeço a Denise Crivelário, mestrandia do CPDA/UFRRJ, os esclarecimentos sobre a aproximação entre Lobato e o PCB).

partir do registro de sua caderneta². Dele constava que, caso o "colono" fosse vitimado por alguma doença prolongada, seria despedido sem indenização; a apanha do saco de café, colhido no pano, era paga por valores considerados extremamente baixos pelo jornal; o "colono" era obrigado a conservar, sem remuneração específica para tanto, a estrada até a estação das ferrovias; a dar dias de serviço, também sem remuneração, caso a fazenda julgasse os serviços de urgência ou em caso de calamidade³. Os salários eram considerados insuficientes. Denunciava-se frequentemente o não pagamento de férias, domingos e feriados, a existência de roubos nos acertos de contas e a ocorrência de trabalho gratuito, para roçado de pastos, conserto de cercas, currais etc.

A regulamentação contratual, apontava-se, atingia também a vida privada dos trabalhadores: não era permitido que o "colono" fizesse festas ou reuniões sem autorização do administrador. Até mesmo o consumo de cachaça era proibido, sob pena de multa. O direito de ir e vir era objeto de controle: o "colono" não podia sair da fazenda, mesmo em caso de doença, sem ordem do administrador. O jornal Terra Livre (44, 2a. quinz. de junho e 1a. quinz. de julho de 1954, seção "Cartas da Roça"), por exemplo, fazia menção ao fato de um "colono" ter sido multado onze vezes por ter saído da fazenda sem pedir ordem ao "tatuira". As mesmas restrições apareciam quanto ao direito de receber visitas.

Completando esse quadro, apontava-se a precariedade das condições de alimentação: *"a refeição dos colonos não passa de arroz, feijão e polenta, muitas vezes sem gordura. Esmagados pela carestia e pela exploração, sofrem fome*

²Desde o início do século, os colonos de café de São Paulo tinham contrato registrado na caderneta agrícola, documento criado pelo decreto 6437 de 27/03/1907, que também definiu de forma mais precisa as relações entre "colonos" e "fazendeiros". Segundo Francis Rocha, esse foi o âmbito fundamental da atuação do Patronato Agrícola (Rocha, 1982).

Ao que tudo indica, esse contrato foi mantido através do tempo, embora com possíveis mudanças no seu formato, mas que não o afetaram substancialmente.

³Uma outra matéria afirmava que os "camponeses" eram obrigados a trabalhar de graça no reparo das estradas, cercas e currais e no roçado dos pastos, sem receber horas extras (VO, 18/09/54, p. 6).

permanente junto com seus filhos, os quais desde os dez anos e até menos, agarram no 'cabo da enxada' de sol a sol, para ganhar sustento" (VO, 18/09/54, p. 6).

Havia ainda referências a castigos físicos, como o caso de um *"camponês"* que, denunciado por espíões do *"latifundiário"*, foi amarrado a um pau durante um dia, *"por ter queimado três metros de mato quando tentava matar uma cobra"* (VO, 15/10/49, p. 21). Eram comuns também as denúncias de espancamentos, como punição pelo não cumprimento de tarefas.

Aos *"colonos"*, de acordo com as normas costumeiras, era permitido o plantio de feijão em parte das ruas do cafezal. No entanto, segundo a imprensa comunista, os fazendeiros ofereciam para isso as terras piores e determinavam o dia do plantio e da colheita. Por esse motivo, frequentemente o feijão se perdia com as chuvas. Os donos da terra também exigiam que os *"colonos"* tratassem primeiro do cafezal, mesmo quando isso não fosse necessário e o abandono dos cereais plantados significasse a sua perda definitiva. A proibição da cultura intercalar que era muitas vezes denunciada e que parecia estar se tornando uma prática recorrente, era duramente criticada pois *"tira ao colono um meio que tinha de passar menos fome"* (VO, 06/05/50, p.9; VO, 04/02/56, p. 8) e apontada como causadora de abandono das fazendas por grande número de colonos e meeiros.

Em meados dos anos 50 começaram a ser mais frequentes denúncias sobre expulsões em massa, motivadas pelo aumento das demandas por direitos. Algumas matérias falavam em trezentas famílias despejadas em Franca em pouco mais de um mês e mil famílias em Guararapes, na região conhecida como Linha 9 de Abril. Neste último caso, as terras seriam utilizadas para plantar capim (VO, 08/09/56 e 20/10/56).

Quando a referência da imprensa eram os trabalhadores da cana-de-açúcar não eram grandes as diferenças. Denunciavam-se as condições de trabalho consideradas desumanas; as longas jornadas de trabalho, de doze ou mais horas; as multas; os pagamentos em vales; a obrigatoriedade de compra nos *"armazéns"* das usinas; o desrespeito à legislação que obrigava ao pagamento do salário mínimo; os salários

reduzidos à metade para menores e para mulheres; a cobrança de aluguéis de casa, de transporte para os trabalhadores residentes fora das usinas, que "*antes*" era por conta dos patrões; o aumento no preço da lenha ou da luz, que também já fora por conta das usinas (TL, 47, 2a. quinzena de agosto de 1954, p. 5; NH, 01/09/54).

Como no caso dos "*colonos*", eram comuns as referências à proibição de receber visitas e de guardar feriados e dias santos: "*não pode receber visitas de quem quer que seja nos dias da semana. Não pode permitir a permanência nem mesmo de parente em sua casa, isto porque a fazenda fornece alojamentos para os trabalhadores volantes... não pode andar depois das nove horas (da noite) dentro da própria fazenda. E, se violar a proibição, está sujeito à pena de morte. A fazenda mantém dois guardas diariamente*" (NH, 30/07/53, p. 5).

A imagem que apresentavam das usinas correspondia à de verdadeiras fortalezas, havendo referências a controle por guardas armados e espões (VO, 06/10/51). No caso da usina Cambaíba, em Campos, por exemplo, mencionava-se uma "*cerca de três quilômetros, de arame farpado, separando o palacete do proprietário*" (VO, 19/05/51, p. 9). Na Usina Miranda, falava-se em "*autêntico campo de trabalho escravo*", com guardas fardados vigiando os portões, enquanto, de binóculos, os jagunços controlavam todos os movimentos dos trabalhadores (VO, 31/03/51, p. 9).

Nas matérias que descreviam as condições de trabalho nas usinas, apareciam recorrentes referências a "*trabalhadores temporários*", contratados por "*chefes de turma*". Denunciava-se que esses trabalhadores eram constantemente dispensados do serviço e não desfrutavam de nenhum benefício da legislação social, como férias, descanso remunerado, etc⁴.

No caso dos trabalhadores permanentes, a demanda por direitos muitas vezes resultava em demissão. A usina Ometto (SP), por exemplo, dispensara cinquenta

⁴Chama a atenção o fato de que nesse momento nenhum dos trabalhadores do campo gozava efetivamente desses direitos. No entanto, chamar a atenção sobre o segmento dos "*temporários*" era falar sobre uma tendência à qual os comunistas se contrapunham e, ao mesmo tempo, afirmar a existência desses direitos para os "*permanentes*".

famílias, sem indenização e sem aviso prévio, porque elas reivindicavam judicialmente (através Sindicato das Indústrias de Alimentação de Limeira) o fim do desconto referente à habitação (TL, 88, fev. 60, p. 3). Note-se que a referência era à demissão de *famílias*, que ainda correspondiam à unidade de trabalho nessas relações que a imprensa buscava caracterizar como assalariamento.

Nas matérias, eram apresentados interessantes indícios da prestação de serviços assistenciais pelas usinas, sendo a ruptura dessas práticas duramente criticada. Falando, por exemplo, de uma usina em Macaé (RJ), há uma referência ao fato de que os remédios, que eram fornecidos gratuitamente, passaram, a partir de um determinado momento, a ser comercializados. Só depois de muitos protestos é que os patrões resolveram vendê-los a um preço "*que diziam ser metade*" (VO, 20/02/54, p. 8). A usina São Francisco S/A., em Capivari (SP), mantinha um pequeno ambulatório e um carro para servir de ambulância. O jornal **Novos Rumos**, posicionando-se contra o atraso de pagamentos nessa usina, comentava que o ambulatório não atendia mais e o carro estava "*servindo de veículo para os passeios e as farras do patrão e chefes da usina*". Além disso, "*foi abandonado o fornecimento de leite para as crianças*" (NR 23/02 a 01/03/62). Pelas datas das matérias aqui selecionadas, verifica-se que essas denúncias permaneceram no decorrer do tempo.

Quanto ao plantio de alimentos, os patrões não o permitiam, violando, segundo a imprensa, o art. 23, do DL 6969 de 9/10/44, que dispunha que "*o trabalhador rural com mais de um ano de serviço terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à sua família*" (NR, 23/02 a 01/03/62, p. 6). Apareciam também menções à proibição de criação de aves e animais pelos trabalhadores permanentes.

Referindo-se aos trabalhadores do cacau, insistia-se na mesma tecla, de não cumprimento dos direitos trabalhistas. Falava-se na existência de "*caxixe*", termo local para designar uma negociata, onde "*... o lavrador se compromete, por contrato, com a firma a entregar-lhe determinado número de arrobas de cacau, quando da colheita.*

Em geral, os preços então estabelecidos são muito inferiores aos vigentes no mercado e aí vai o primeiro prejuízo do lavrador. Acontece, entretanto, e com frequência, que a safra, por vários motivos, é menor do que a esperada. Por isso, o lavrador não pode entregar à firma a quantidade de cacau fixada no contrato. Em consequência, fica-lhe devendo determinado número de arrobas, uma vez que já recebeu o dinheiro quando da assinatura do compromisso. Pois bem, essas arrobas restantes devidas à firma, são compradas pelo dobro do preço estabelecido no contrato e o lavrador se obriga também por contrato a pagá-las na safra seguinte, nada mais recebendo. O preço da arroba cai então para uma ninharia" (VO, 03/01/52, p. 11).

Também denunciava-se o desconto de trinta por cento, a título de aluguel de casa. Segundo um memorial enviado ao Ministério do Trabalho, pela direção do sindicato de Ilhéus e Itabuna, *"a habitação do trabalhadores rurais nas zonas cacaeiras é constituída em geral, de verdadeiros cortiços onde se amontoam cinco, seis e mais trabalhadores, sem quaisquer condições ou recursos higiênicos, ou o que é mais, sem quaisquer direitos como inquilinos..."*. Além disso, *"ao trabalhador não é permitido organizar um simples quintal, onde possa plantar, nem muito menos criar um porco, uma galinha etc, o que poderia minorar-lhe as condições econômicas e, assim, equilibrar-lhe, bem ou mal, o reduzido salário. Eis porque... o trabalhador rural habitando cortiços, palhoças, ranchos de sopapo e quartinhos debaixo das barcaças de secar cacau - absolutamente não adquire quaisquer dos direitos assegurados aos inquilinos" (IP, 29/12/55).*

Em qualquer dos casos, seja de *"colonos"*, trabalhadores da cana ou do cacau, muitas das referências chamavam a atenção para a presença de formas de trabalho escravo, num modo de descrição que, por vezes, não se distinguia dos relatos sobre o que era chamado trabalho *"assalariado"*. Em manchete de notícia sobre Campo Mourão (PR), por exemplo, o *Terra Livre* alertava que *"cem jagunços de armas na mão vigiam duzentos homens no trabalho escravo"*, enfatizando, pois, as condições de coerção (TL, 47, 2a. quinz. de agosto de 1954, p. 5). Já no caso de uma outra

referência, a fazenda São Sebastião (Resende/RJ), pertencente à açucareira Porto Real S/A, a caracterização da escravidão se fazia através da denúncia das condições de superexploração do trabalho. Segundo a matéria, eram trezentos empregados que não recebiam salário mínimo, cumpriam jornada de dez horas, sem pagamento de horas extras, tinham descontado do salário vinte e sete por cento pelo aluguel de pequenas choupanas, eram obrigados a comprar nos armazéns da usina, onde eram roubados no peso e no preço das mercadorias (NR, 22 a 28/01/60, p. 5).

Dos relatos sobre as condições de trabalho que o PCB classificava como "*assalariado*", pode-se apontar alguns elementos comuns, em que pese a diferenciação de inserção produtiva, de processo de trabalho e de natureza regional (as referências são principalmente em relação à Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro). Eram eles o recurso à legislação existente para balizar as reivindicações e afirmar a existência de direitos, a constante referência à família (unidade básica de produção tanto no colonato como nas relações de morada) e não ao trabalhador individual, uma imagem do patrão que constantemente se imiscuia na vida privada do trabalhador, e as denúncias de uma progressiva deterioração das condições de vida e trabalho, pela ruptura de práticas costumeiras. A leitura dos relatos dos jornais é indicativa de transformações nas relações de trabalho, no sentido de sua progressiva mercantilização.

É em torno dessa realidade que os comunistas construíram seu discurso sobre direitos. Para introduzir no campo essas concepções, valiam-se principalmente do recurso aos instrumentos legais existentes para os trabalhadores urbanos, legislações setoriais (como a do direito a um lote de terra para os trabalhadores da cana), etc. A partir de 1961, momento em que se intensificou o debate a nível do Congresso Nacional sobre reforma agrária e extensão da legislação trabalhista para o campo, o jornal *Terra Livre* passou a apresentar uma seção permanente denominada "*Conheça os seus direitos*" onde, a cada número, era desenvolvida uma argumentação em torno do que se considerava direito dos trabalhadores.

Além dos aspectos legais, também eram tratados como direitos alguns costumes. É o caso da denúncia do abandono de práticas rotineiras no interior das fazendas, como cultivo intercalar nas áreas de cafeicultura, e até mesmo da ajuda em caso de doenças, fornecimento de leite às crianças, etc. A ruptura com essas práticas (que a literatura sociológica recorrentemente apontou como sendo um dos traços dos mecanismos de constituição e reprodução da dominação) era utilizada como indicador da "*ganância dos patrões*".

A ênfase no direito evidentemente tendia a reforçar o indivíduo trabalhador e a fazer com que a unidade de produção familiar se decompusesse, abrindo brechas para a denúncia das condições em que se verificava o trabalho feminino e o infantil.

Ainda no que se refere à conformação de noções de direito, chama a atenção do leitor dessa imprensa a ênfase nas condições do trabalho assalariado tendo como orientação um padrão de direitos trabalhistas. Como vimos, são constantes as referências ao não cumprimento da legislação, tendo como parâmetro as leis existentes para o mundo do trabalho urbano: salário mínimo, férias, jornada de oito horas, etc. A CLT funcionava explicitamente como guia e era em torno dela que se construíam as reivindicações. Ganhavam especial relevo e eram objeto de intervenção constante o desconto habitação e o salário mínimo. Para obtê-los era comum o recurso à justiça, gerando jurisprudências específicas. É em torno dessas demandas, constituídas politicamente como direitos, que se desencadearam também, como veremos no capítulo seguinte, uma série de greves.

A construção da figura "*assalariado*" permitia que, em torno das reivindicações por direito, se agregassem grupos distintos tais como, no caso da cafeicultura e da cana em São Paulo, "*camaradas*" e "*volantes*" que, como vimos acima, apontavam uma tendência a crescimento e onde a presença das relações familiares não era tão nítida, na medida em que se privilegiava o trabalhador individual. No caso particular da produção canavieira, onde já existiam formas mais consolidadas de organização dos trabalhadores da parte industrial, através dos

"*sindicatos da alimentação*", estavam presentes elementos para uma luta mais intensa por direitos, visto que os trabalhadores do campo e os da parte fabril apareciam unificados numa única entidade de representação e onde um dos segmentos já tinha os direitos reconhecidos.

O pano de fundo das descrições é o esforço de mostrar um quadro de intensa exploração, desenhando um cenário marcado pelo forte controle da força de trabalho, inclusive nos seus momentos de não trabalho, na medida em que as horas de lazer e de sociabilidade sofriam, como vimos, sérias restrições. Esses aspectos são reiterados fortemente nos depoimentos de antigas lideranças em torno das dificuldades de entrada dos militantes comunistas nas fazendas. É sempre ressaltado por eles que isso se fazia sempre na calada da noite, às escondidas, em condições bastante adversas. São constantemente mencionadas também fugas espetaculares e arriscadas.

Esses relatos vão construindo a imagem de práticas patronais, cujo traço mais significativo é a ênfase na repressão. Paralelamente, no entanto, como vimos, a imprensa era pródiga em indicar sinais de paternalismo. Todavia não era sua importância na constituição do consentimento que era reforçada, mas os danos que sua ruptura causava às já deploráveis condições de vida dos trabalhadores. Chama ainda a atenção a frequente utilização de qualificativos morais para a designação das atitudes patronais⁵.

É do encontro entre o conjunto desses elementos, surgidos da leitura produzida sobre as condições de vida e trabalho no campo e das teses do PCB sobre o perfil das classes sociais e camadas no campo e da natureza da "*revolução brasileira*", que emergiram as reivindicações que esse partido passou a fazer em nome desses trabalhadores. Enquadrados como assalariados, a mais significativa delas foi o

⁵Lynn Hunt, analisando a flutuação das fronteiras entre o público e o privado durante a Revolução Francesa, mostra como houve uma identificação entre determinadas atitudes políticas e atributos morais. Assim, "*se o homem público não defendia a revolução de maneira satisfatória, o homem privado só podia ser corrupto*" (Hunt, 1991:22). No capítulo 6 da presente tese ilustraremos esses qualificativos, com versos que apareciam nos jornais.

cumprimento da legislação trabalhista ou extensão desta aos trabalhadores do campo, com a introdução do registro em carteira de trabalho, jornada de oito horas, repouso remunerado, férias, fim do desconto habitação.

Em que pese a vinculação com a terra apontada no caso dos segmentos de trabalhadores acima referidos e da incorporação do acesso ao lote como um direito, em nenhum momento eles eram pensados por outro viés que não o da relação capital/trabalho, tornando-se a greve sua principal forma de luta. Usando o respaldo da legislação trabalhista, interpunham a mediação da lei às demandas, de alguma forma adaptando-as ao quadro já existente e conformando-as a padrões familiares à linguagem da esquerda.

"Arrendatários"

Uma outra categoria que encontrou seu porta-voz na imprensa comunistas foram os *"arrendatários"*, em especial os que se dedicavam à cultivo de algodão (com ênfase em São Paulo) e arroz. Eles parecem ter sido objeto importante de preocupação por parte dos comunistas, especialmente nos primeiros momentos de sua entrada no campo, no final dos anos 40 e início dos anos 50.

Segundo as matérias publicadas, em São Paulo, setenta e cinco por cento dos produtores de algodão eram *"camponeses sem terra"* que arrendavam áreas para cultivo. Em geral, nos contratos, os *"latifundiários"* incluíam cláusulas obrigando os *"arrendatários"* a trabalhar dias de graça nos serviços da fazenda. Além disso, o *"lavrador"* tinha despesas com sementes (elas eram vendidas após a safra, isto é, na época da alta de preços), inseticidas, carpas, colheita, transporte, etc. Na época da safra, apareciam também queixas quanto a roubos na classificação do produto.

Havia uma constante vinculação entre a exploração que sofriam os arrendatários e a presença de empresas *"imperialistas"* ou *"companhias americanas"* na comercialização. Comentando a forma como se dava o fornecimento da produção, afirmava-se que os bancos só abriam crédito para o proprietário, de forma que os

"arrendatários" tinham que recorrer aos empréstimos particulares, em geral das próprias "companhias americanas" (eram constantemente mencionadas a Sanbra e a Anderson Clayton), que colocavam testas de ferro para não aparecerem diretamente. Segundo a *Voz Operária*, "essas operações não são mais do que uma compra antecipada da safra por preços miseráveis, de vez que os camponeses são obrigados a dar-lhes em pagamento o próprio algodão produzido" (VO, 17/05/52, p. 7 e 8)⁶. Falava-se também que essas empresas, "em conluio com o governo de Getúlio", mantinham preços elevados no começo da safra para justificar a majoração dos arrendamentos e no meio e final da safra abaixavam os preços, para forçar a entrega, quase de graça, da produção dos "camponeses" (VO, 18/08/ 51, p. 12).

Uma outra questão sempre apontada em relação aos arrendamentos eram os contratos de curto prazo, com compromisso de plantio de capim. Em Canápolis (MG), uma região acompanhada pelo PCB no início dos anos 50, "os camponeses arrendavam terra com mato virgem dos latifundiários por um prazo fixo que varia entre dois ou três anos e pagam de trinta a trinta e cinco por cento de sua produção. Antes do último ano do arrendamento, o latifundiário manda plantar capim entre o arrozal para servir de pasto para o seu gado e no fim da colheita solta o gado. Quando interessado no arroz, o arrendamento é feito em troca de cinquenta por cento da produção já ensacada" (VO, 29/04/50, p. 9).

Também nesse tipo de contrato eram particularmente visadas as "empresas imperialistas", quer no que se refere à intermediação de financiamento à produção ou à comercialização, quer na exploração direta dos produtores, com cobranças de altas taxas pelo uso da terra ou retirada de "arrendatários" para formação de pastos. Um exemplo pode ser buscado na recorrente crítica à Companhia Anglo, que explorava os "arrendatários" da fazenda Gariroba (outra propriedade que parece ter recebido um grande investimento em termos de trabalho político-organizativo do PCB) e

⁶Essas críticas constituíam-se numa articulação importante com as teses antiimperialistas do PCB. Como a literatura já documentou, a crítica ao imperialismo, em especial o americano, sempre foi uma das questões chaves para o PCB (Chilcote, 1974; Brandão, 1992; Pandolfi, 1995).

Jacaretinga, onde funcionava o sistema de subarrendamento: *"os lavradores recebem a terra cheia de capim jaraguá, pelo prazo de três anos, findos os quais devem plantar capim colônião. Assim é que se formam as extensas invernadas para a engorda de gado"* (NH, 03/09/53, p. 5).

Como no caso dos *"assalariados"*, as demandas tendiam a ser traduzidas na linguagem legal. Num primeiro momento dessas lutas, a questão que produziu importantes mobilizações foi a fixação das taxas de arrendamento em vinte por cento. Esse limite fora inclusive garantido, pela pressão dos comunistas, em algumas constituições estaduais (como é o caso de Goiás), dando suporte legal à reivindicação (Loureiro, 1982). Também lutava-se contra a prática de plantio de capim pelos arrendatários, o que tornava estes trabalhadores itinerantes no interior das fazendas. Eram constantes as denúncias contra essa obrigação imposta pelos fazendeiros e foram vários os conflitos que surgiram em torno delas⁷.

Além da regulamentação dos contratos, eram comuns as reivindicações por melhoria de preço de produtos agrícolas. O mais visado era o algodão, para o qual solicitava-se tabelamento, *"para acabar com a insegurança em que se encontram os lavradores e todas as pessoas que dependem da presente safra, entrega da sacaria sem cobrança de depósito prévio, financiamento do Banco do Brasil, garantia contra a ganância da Sanbra e da Clayton"* (NH, 03/05/53). O programa da Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense falava em fornecimento de crédito fácil e sem juros pelo governo aos *"camponeses"*, fornecimento gratuito de sementes, venenos e formicida, isenção de impostos de vendas e consignações aos produtores, garantia de preços para os produtos da lavoura, assistência médica gratuita, redução à metade do valor dos impostos para o pequeno comércio e os pequenos sitiantes, abolição da taxa de estrada de rodagem para estes, proibição de despejo dos *"camponeses"* das terras que estivessem sendo cultivadas, baixa geral do arrendamento, aumento do montante

⁷O caso de Santa Fé do Sul, em São Paulo, no final dos anos 50, foi o que conquistou maior projeção. A respeito, ver Chaia (1980). Mais adiante, retomaremos esse conflito.

pago aos "colonos" pelo trato de mil pés e pela saca de café colhido, direito aos "colonos" de terem pequenas roças para o custeio da casa, pagamento de férias e repouso semanal remunerado fora dos contratos aos "colonos" e "camaradas" (VO, 15/04/50, p. 9). Esse programa mostra como, desde logo, muitas das "associações" que se criavam agregavam diferentes grupos sociais buscando constituir reivindicações comuns.

A questão do fornecimento de sementes foi, ao que tudo indica, um importante ponto de atrito com as "empresas imperialistas", como a Anderson Clayton e a Sanbra. Na Alta Sorocabana chegou a haver conflitos de maior dimensão: *"a luta que começou com pressões individuais às autoridades locais terminou num movimento radicalizado das massas camponesas que, perdendo suas ilusões, dirigiram-se para as máquinas para retirar sementes à força. Em Presidente Bernardes, a luta pelas sementes atingia formas mais elevadas, onde trezentos camponeses, reunidos em manifestação, rejeitaram o prazo de dois ou três dias oferecido pelo prefeito para resolver a situação, contrapondo que queriam as sementes naquele mesmo dia. Diante da pressão, o prefeito capitulou e logo se viu um maquinista distribuindo sementes aos camponeses"* (VO, 24/12/49, p. 9 e 11).

Chamamos a atenção para o fato de que, na luta por demandas em torno do algodão, constituía-se um campo de forças onde começavam a se delimitar fronteiras entre as associações, controladas em geral por grandes produtores, e as entidades representativas de pequenos produtores. A própria amplitude que o termo "camponês" ganhava nesse momento facilitava isso. Lembramos que, na ótica do PCB, eram considerados "latifundiários" os que dispunham de áreas superiores a quinhentos hectares. Os que detinham menos que isso, constituíam a "burguesia rural" ("camponeses ricos" e "médios", envolvendo inclusive arrendatários). Como "camponeses pobres" eram classificados os "assalariados", "semi-assalariados", "posseiros" e proprietários de pequenas propriedades⁸. Em torno da demanda por

⁸Sobre as classificações produzidas pelo PCB, ver a intervenção de Oto Santos no IV Congresso do Partido: "O Programa do Partido, a Questão Agrária, a Organização e a Luta dos Camponeses", onde

melhores preços para o algodão, não faltaram momentos de tensão e de aproximação entre esses diferentes segmentos.

Mesmo num momento posterior, no início da década de 60, quando as análises existentes argumentam que a preocupação do PCB se voltava fundamentalmente para os assalariados (Martins, 1981; Costa, 1990), é possível encontrar nos jornais o registro da presença de demandas relativas aos "*pequenos produtores*". É o caso por exemplo da I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, de São Paulo, preparatória ao Congresso de Belo Horizonte, onde uma das teses a ser defendida envolvia diretamente as questões desse segmento, em especial dos que não dispunham de terra própria para trabalhar. Nela apareciam como demandas: a) exigência de que o governo federal e estadual concedesse crédito oficial direto ao pequeno produtor sem terra, com base nos contratos e previsões de colheita, abolindo todas as exigências burocráticas que o dificultavam; b) prazo dos contratos nunca inferior ao ciclo de produção; c) os juros dos contratos de financiamento da agricultura de no máximo seis por cento ao ano; d) concessão de moratória aos pequenos produtores em caso de qualquer contratempo como secas, enchentes, granizo, pragas, etc, que danificassem a colheita; e) fornecimento, pelo governo, de sementes, mudas, adubos, inseticidas, sacarias, instrumentos de trabalho etc, pela Secretaria da Agricultura através das Casas da Lavoura, aos pequenos produtores, em quantidade suficiente, a preço de custo e a prazo das colheitas (TL 103, set. 61, p. 7).

"Parceiros"

Além do arrendamento, merece destaque a questão da parceria. Sobre ela há uma ambiguidade maior, na medida em que eram recorrentes as propostas demandando

esse dirigente defende a tese de que o PCB deveria trabalhar inclusive com os "*camponeses ricos*", embora a atenção devesse se concentrar nos "*assalariados agrícolas*", "*camponeses pobres*" e "*camponeses sem terra*" (Revista *Problemas*, 64, dez. 54 a fev 55). Ver também Guimarães (1968).

Alavi (1969), em texto clássico, discute a fluidez das classificações elaboradas tanto pelo Partido Comunista russo como pelo chinês nos processos revolucionários nesses países.

sua extinção em nome da distribuição de terras através de um processo de reforma agrária⁹. Em diversas situações, no entanto, o que se reivindicava era sua regulamentação. Por ocasião da Primeira Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, realizada em 1957, pedia-se à Assembléia Legislativa uma lei regularizadora do sistema de parceria nas atividades agrícolas, sugerindo os pontos que deveriam constar da lei: contrato escrito obrigatório, com prazo nunca inferior a quatro anos, taxa nunca superior a vinte por cento da colheita, discriminação completa das partes contratantes, etc (NH, 03/05/57, p. 4). Ou seja, sugeria-se apenas o seu disciplinamento nos aspectos mais recorrentemente tensos da relação parceiro/proprietário fundiário, com relevo aos prazos contratuais que eram um dos elementos constantes nas disputas, principalmente quando o que estava em jogo era a prática comum de deixar a terra com capim plantado. Como veremos mais adiante, o tratamento dessas questões foi sempre um ponto polêmico no interior das organizações de trabalhadores do campo.

"Posseiros"

A descrição das condições de vida dos *"posseiros"* era feita com ênfase na violência. Eram sucessivas as referências a despejos, com queima de casas, destruição de plantações e assassinatos.

Os estados mais frequentemente mencionados eram Mato Grosso, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás e era recorrente a referência a *"grileiros"*, que se apresentavam com documentos falsos para despejar os *"camponeses"*. A narração da emergência desses conflitos tinha sempre traços bastante semelhantes: tratava-se de zonas de matas, com terras férteis que os *"lavradores"* desbravaram e das quais os

⁹Como será visto mais adiante esse foi dos temas que polarizaram o Congresso de Belo Horizonte, em 1961. Vale ressaltar ainda as teses de Caio Prado Jr., intelectual dissidente do PCB, que, em diversos artigos, defendeu que a parceria não passava de um assalariamento disfarçado. Suas posições o levavam a recusar a reforma agrária distributivista proposta pelo PCB como saída para a *"revolução brasileira"*. Ver Prado Jr. (1966 e 1979).

"latifundiários" pretendiam se apropriar, muitas vezes para transformar em pastagens. Com isso, a imprensa ressaltava a oposição que se dava entre terras destinadas à produção (principalmente de alimentos) e terras destinadas à pecuária extensiva e que eram fundamentalmente de uso especulativo, constituindo um dos casos típicos e mais frequentemente denunciados de "latifúndio".

A descrição das condições sob as quais os despejos eram feitos trazia à tona, em grande parte dos casos, uma outra figura: os juízes. Numa das situações, por exemplo, referente a Coroatá (MA), falava-se que o juiz de direito do município mandou incendiar as casas para forçar os moradores a abandonar as terras onde desenvolviam lavouras para o sustento da família e da população e comentava-se: "*cenas dessa natureza ocorrem frequentemente no interior do Maranhão, onde os grileiros e latifundiários, como sucede nos demais estados, aliam-se à polícia e aos juízes venais para desalojar os lavradores que desbravam as terras devolutas, transformando-as, com muito trabalho e sacrifício, em áreas produtivas*" (NR, 04 a 10/12/59, p. 5).

"Grileiros" e "latifundiários" (uma distinção construída com base na legitimidade do direito de propriedade) estendiam, na visão da imprensa, seu poder ao judiciário e à polícia, controlando-a, transformando-a em instrumento de afirmação do poder privado. Através da recorrência dessas matérias, os jornais iam socializando a noção da existência de um direito que era sistematicamente desrespeitado pelo próprio aparelho judicial, buscando criar condições para a formação de uma "*indignação moral*" em torno de práticas injustas (Moore Jr., 1987).

Em outras situações, descrevia-se a subordinação dos trabalhadores ao que se considerava como "*pretensos proprietários*". É o caso, por exemplo, da região de Olho d'Água Seco (Caxias/MA), onde, apesar das terras serem consideradas devolutas, um punhado de fazendeiros explorava centenas de "*moradores*": "*enquanto o preço normal do babaçu na região é de 20 a 21 cruzeiros o quilo, eles se dispõem a pagar aos moradores de suas terras apenas 10 cruzeiros por quilo. Se os lavradores não se*

submetem a esta exploração e vendem o coco a outros compradores, o gado dos proprietários invade as suas roças, seus casebres são queimados e alguns são presos por ordem do dono da terra. Quando os lavradores começam a colher sua safra de arroz, só podem vendê-la aos fazendeiros e comerciantes locais por preços que variam entre 50 e 80 cruzeiros - no máximo 100 - a quarta (trinta quilos). No entanto, por ocasião do inverso, quando o lavrador já não dispõe de qualquer recurso e não tem o que comer, o arroz lhe é vendido por 300 cruzeiros a quarta. Além disso, muitos camponeses são obrigados a tomar o arroz por empréstimo aos fazendeiros e o pagamento na época da safra é feito na proporção de três quilos por um. Este sistema de usura reduz os lavradores a verdadeiros escravos, eternamente presos por dívidas aos seus exploradores".

Nesse caso, vale chamar a atenção para o fato de o que está em jogo não é a propriedade da terra, mas sim as relações de exploração que se constituíram entre os pretensos proprietários e os que viviam e trabalhavam a terra, nessa situação denominados "*moradores*", mas que, por vezes, eram legitimados no seu direito à terra através da classificação de seu opositor como "*grileiro*".

O trabalho de elaboração de reivindicações para essa categoria passava pela leitura do acesso à terra como um direito, forjado através do trabalho contumaz, do investimento no desbravamento do solo, em oposição ao oportunismo e ausência de interesse produtivo dos "*grileiros*". Nessa medida, grupos sociais que se identificavam, num determinado momento, como "*posseiros*" e, portanto, demandavam a posse da terra contra as tentativas de "*grileiros*" de se apropriarem delas, em outras situações apareciam pagando taxas pelo uso da terra, atitude que caracterizaria o reconhecimento da propriedade por outrem. Ser qualificado como "*posseiro*" já indicava pois uma situação de disputa pelo direito à terra. Como aponta Grynzpan, tratando do caso do Rio de Janeiro, "*esta categoria tinha ... origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados no sentido de obter, da Justiça, a sua permanência na terra através do usucapião... Com o correr e a disseminação das lutas, posseiro vai*

adquirindo um significado mais amplo, abarcando, assim como lavrador, diversas categorias de produtores rurais. Mas enquanto lavrador era um termo mais neutro, não envolvendo, necessariamente, disputa com grileiro, embora fosse acionado também nesse contexto, posseiro estava referido diretamente à luta" (Grynspan, 1987:87).

Como nas demais categorias que apresentamos até o momento, também no caso dos "posseiros", o recurso à lei era recorrente. A imprensa não especifica suficientemente como se davam as idas e vindas das descobertas das tramas do poder judiciário, até porque, no caso específico, ganhavam mais destaque as buscas de apoio no poder local, no governo estadual, etc., mostrando ter sido a luta de "posseiros" o local por excelência de encontro e confronto entre diferentes forças políticas. Algumas situações, no entanto, podem ilustrar esse processo. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a demanda dos "posseiros" pela permanência na terra foi encaminhada, num primeiro momento, através do recurso ao usucapião. Foi o fracasso dessa tentativa que fez com que, já em meados dos anos 50, se fizesse a opção pela demanda por desapropriação (Pureza, 1982). De qualquer forma, a referência para a constituição da reivindicação básica (permanecer na terra) foi a existência do aparato legal, que passou a ser testado/incorporado em função das necessidades e possibilidades dos grupos mobilizados.

Os núcleos coloniais

O comunistas também se voltaram para os que viviam nos núcleos coloniais, criados por Getúlio Vargas nos anos 40, conforme tratado no capítulo anterior. No caso do Núcleo de São Bento, na Baixada Fluminense, as queixas referiam-se ao abandono em que se encontravam: falava-se em estradas esburacadas e intransitáveis, pontes avariadas, falta de transporte, que fazia com que os "camponeses" perdessem as feiras, causando-lhes prejuízos. Denunciava-se também a falta de professores nas escolas e o fato de que o posto médico dispunha de um único profissional (que

raramente aparecia) para dar atendimento (IP, 10/03/ 56, p. 8). Reclamações semelhantes eram registradas em relação à Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em Ceres.

No que se refere à região da colônia de Dourados, em Mato Grosso, além das queixas em relação às dificuldades de escoamento da produção, havia denúncias sobre a distribuição de terras da colônia agrícola a "grileiros", com a afirmação de que "*prefeito, juiz e delegado de policia de Dourados protegem os dilapidadores do patrimônio nacional*" (VO, 08/02/58, p. 10). A notícia também mencionava o fato de que Dourados havia se transformado numa praça de guerra para receber uma pacífica manifestação desses "*colonos*".

A I Conferência de Trabalhadores Rurais de Dourados e Itaporã, realizada em 1956, apontou algumas das demandas dos colonos da região, indicativas das carências locais: a) financiamento agropecuário e preços mínimos compensadores; instalação em Dourados de uma agência do Banco do Brasil, para financiamento da produção; financiamento pela Comissão de Planejamento da Produção aos lavradores que ainda não tivessem títulos definitivos; instalação, pela Comissão de Planejamento da Produção, de um armazém para compra da produção; criação de uma grande cooperativa mista, com "*capital da federação, do estado e do povo*"; b) medição da área restante do núcleo de Dourados e entrega de terras e títulos definitivos aos "*posseiros*", extensão da área do Núcleo Colonial de Dourados, através da desapropriação de "*latifúndios*" em seu benefício, segundo a Constituição; c) construção e melhoramento das estradas, término das escolas em construção e edificação de novas, fundação de um hospital com maternidade (IP, 06/12/56, p. 6).

Como se pode observar, as demandas, no caso dos núcleos coloniais, referiam-se fortemente a questões relativas ao escoamento da produção e titulação da terra, polo tradicional de atrito nessas áreas, dado o seu distanciamento de possíveis centros consumidores. Ao mesmo tempo, mostravam a importância que era dada à obtenção de

uma infra-estrutura sanitária e educacional, cuja ausência era sistematicamente denunciada.

Direitos sociais

Para além das demandas que envolviam mais diretamente as condições de trabalho, em diversos momentos, a imprensa dava espaço a outras reivindicações, de caráter mais amplo, e que diziam respeito às condições de vida das populações rurais. Criação de ambulatório médico para dar consultas e distribuir remédios de amostra grátis, dentista, escola de alfabetização, construção de fossas sanitárias, fiscalização pela Secretaria da Saúde, de início pelo menos nos centros rurais mais populosos, para verificação das condições de habitação dos lavradores eram demandas que perpassavam a maior parte dos encontros e congressos de "*lavradores*" e "*trabalhadores agrícolas*". Em alguns deles, como é o caso da I Conferência de Minas Gerais (IP, 04/04/57, p. 3), a programação envolvia ainda a discussão do ensino primário e secundário, técnico-profissional, agricultura, silvicultura, manejos de máquinas agrícolas, diversões e imprensa.

No caso da I Conferência Agrária do Maranhão, uma das resoluções foi a de "*criação de uma rede de ambulatórios e escolas primárias para atender especificamente lavradores, criadores e seus filhos*", sendo as associações rurais, onde existissem, órgãos fiscalizadores dessas unidades (IP 28/12/56), o que indica uma preocupação embrionária com alguma forma de gestão desses aparatos.

O quadro de carências que se desenhava no campo e que a imprensa pintava com cores bastante vivas teve sua repercussão nas próprias atividades de muitas das "*associações de lavradores*" então criadas. Às atividades voltadas para a denúncia e organização agregavam-se, frequentemente, práticas de cunho assistencial. Vários

depoimentos mencionavam o fato de médicos e dentistas ligados ao PCB se disporem a atender trabalhadores, por vezes nas próprias dependências das associações¹⁰.

Desde logo também apareceram demandas em torno dos direitos sociais, envolvendo aposentadoria, seguro e previdência social, garantias já obtidas pelos trabalhadores urbanos e não existentes para os do campo.

Demandas desse tipo estiveram inclusive presentes no Congresso de Belo Horizonte, em cuja pauta constavam as "*reivindicações sociais*", como um item específico, envolvendo previdência social, ação do Serviço Social Rural, direitos da mulher, do jovem e da criança, educação e saúde pública, endemias, assistência médica e hospitalar, alfabetização e instrução, proteção contra as calamidades¹¹.

Violência

Entrelaçadas com a descrição das condições de vida e trabalho, eram recorrentes as referências a situações de violência. Elas ocorriam em múltiplos espaços e diziam respeito às condições de trabalho (castigos físicos, por exemplo), às formas de realização de despejos, mas principalmente às eventuais tentativas dos trabalhadores para escapar ao controle dos proprietários. A imprensa enfatizava perseguições e dispensa de trabalhadores que se envolviam em atividades de protesto, greves,

¹⁰Dados de entrevista com José Pureza da Silva e com Elizabeth Teixeira, respectivamente lideranças expressivas do Rio de Janeiro e da Paraíba.

¹¹O Serviço Social Rural foi criado, pela lei 2613 de 23 de outubro de 1955, como entidade autárquica, subordinada ao Ministério da Agricultura, visando a prestação de serviços sociais no meio rural (saúde, educação, assistência sanitária, alimentação, vestuário, habitação, incentivo à atividade produtiva); promoção da aprendizagem e aperfeiçoamento de técnicas de trabalho; fomento à economia de pequenas propriedades e atividades domésticas; incentivo à criação de comunidades, cooperativas ou associações; realização de estudos para conhecimento e divulgação das necessidades do "*homem do campo*". Esse organismo era controlado pela Confederação Rural Brasileira, o que se pode depreender do fato de que o seu Conselho Nacional tinha um presidente, nomeado pela Presidência da República, a partir de uma lista tríplice elaborada por aquela entidade de representação. Dos outros oito membros do Conselho, quatro eram representantes ministeriais (Agricultura; Trabalho, Indústria e Comércio; Educação e Cultura; Saúde) e quatro eram "*representantes da classe rural, eleitos em assembléia geral da Confederação Rural Brasileira*". Como se pode depreender das resoluções dos encontros, o SSR, em algumas regiões, também pode ter passado a ser objeto de disputa pelas associações de "*lavradores*".

organização, etc. Essas denúncias eram parte essencial do processo de constituição da imagem pública do "*latifúndio*".

O exercício da violência partia tanto de patrões e capatazes ou administradores como das autoridades públicas. Um exemplo disso é o caso do "*camponês Francisco Bernardo dos Santos, mais esclarecido que os demais (que estavam sendo expulsos de uma área, no Paraná), que viajou ao Rio e São Paulo em busca de ajuda para evitar a grilagem. Sem conseguir nada, foi preso quando retornava ainda em São Paulo e após ter sido espancado, preso a um tronco em praça pública, lá permanecendo 18 horas, foi morto pela polícia paranaense no dia 17*" (VO, 06/05/50, p. 9 e 11). Na verdade, a imprensa sempre procurava apontar como o poder patronal se estendia para fora dos limites da fazenda, controlando quer decisões das autoridades municipais, quer, principalmente, a polícia e os juizes. Em o fazendo, procurava desnudar as razões dessa violência, explicitando as relações de poder que a estruturavam e, ao mesmo tempo, questionando a legitimidade desses atos.

Opondo ao discurso patronal sobre o castigo para a rebeldia que tirava a paz dos campos uma fala sobre a opressão e principalmente sobre direitos, iniciava-se um trabalho de desnaturalização de condições de vida e trabalho vigentes. Contrapunha-se o mundo sobre o comando dos senhores da terra à possibilidade dos trabalhadores questionarem o *status quo*. Com isso, questionava-se a lógica do "*favor*", presente nas relações de dominação no interior das fazendas e caminhava-se no processo de distinção entre o público e o privado.

A reforma agrária como bandeira unificadora

Analisar as formas através das quais diferentes segmentos de trabalhadores rurais emergiram na cena política e constituíram uma linguagem de classe impõe falar na importância que a bandeira reforma agrária assumiu nesse contexto, ao mesmo

tempo em que buscar entender os caminhos pelos quais esta demanda se constituiu e passou a simbolizar a própria luta dos trabalhadores rurais.

Também nesse aspecto a imprensa comunista teve um papel crucial, socializando essa palavra de ordem e buscando promover uma progressiva articulação entre ela e o que aparecia como reivindicações imediatas dos trabalhadores. Por outro lado, o tema da reforma agrária pode ser considerado um lugar privilegiado para captar as tensões presentes entre as propostas do PCB e sua articulação com as demandas das organizações de representação emergentes.

Quando de seu nascimento, o PCB elaborou sua proposta de revolução democrático-burguesa sem grandes aprofundamentos em relação à questão agrária. Como o mostra Faleiros (1989), apesar de, em sua trajetória, esse partido destacar a importância da aliança operário-camponesa, o termo "*camponês*" funcionou durante muito tempo como um mero adendo. Isso aconteceu, como vimos, até mesmo no momento de constituição do Bloco Operário-Camponês, em 1928.

No famoso discurso de Prestes no Vale do Anhangabaú, em 1945, o dirigente máximo do PCB destacou a necessidade de se criar uma legislação disciplinando a propriedade da terra e, em particular, coibindo a existência de latifúndios improdutivos próximos aos grandes centros consumidores e às vias de comunicação. Segundo Faleiros, ligada às contradições identificadas pelo partido na sociedade brasileira, a questão da distribuição de terras era concebida numa perspectiva modernizadora, desenvolvimentista: "*ou os latifúndios modernizam sua exploração agrícola e pagam melhores salários ou o Estado deveria intervir distribuindo-os gratuitamente à massa camponesa sem terra que nela queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno, medida que deveria vir acompanhada de política creditícia, cooperativista, de apoio técnico e de preços mínimos*" (Faleiros, 1989:114/5). No decorrer de seu estudo, a mesma autora procura indicar como a questão fundiária foi rapidamente crescendo de importância no interior do partido, tendo sido ligada, já no final de 1945, a propostas de desapropriação sem indenização, com entrega gratuita da terra aos "*camponeses*".

Após a decretação de sua ilegalidade e consequente exclusão do jogo político-partidário, o PCB lançou um manifesto (janeiro de 1948), no qual o campesinato era apontado como o principal aliado do proletariado (Pandolfi, 1995). Um dos resultados da nova situação que o partido passou a viver foi a exaltação do caminho armado para a tomada do poder e o incentivo à criação de "*frentes democráticas de libertação nacional*", teses corporificadas no Manifesto de Agosto de 1950. No que se refere ao campo, essa diretriz se expressou na defesa do confisco das grandes propriedades "*latifundiárias*", que passariam gratuitamente às mãos dos que nela viviam e trabalhavam e dos que tinham pouca terra. Seriam ainda abolidas as formas "*semi-feudais*" de exploração do trabalho, como a meia, a terça, o vale do barracão (Martins, 1981).

Nas orientações que transmitia à militância nesse contexto, o jornal **Voz Operária** ressaltava a importância da conquista da terra e incentivava: "*no trabalho no campo é preciso levantar com audácia a saída para as massas camponesas - a tomada das terras dos latifundiários, apontando-a não como uma solução para o futuro, para ser conquistada através de uma reforma agrária, mas imediatamente nas lutas que se vão desenvolvendo*" (VO, 31/03/1951, p. 9). Na percepção do partido nesse momento, sem a conquista da terra, nenhum direito poderia ser garantido aos trabalhadores. Comentando a proposta de Vargas de estender a legislação trabalhista ao campo, o mesmo jornal comentava: "*... ainda que fosse possível, num governo de grandes fazendeiros, uma legislação que defendesse direitos e reivindicações dos trabalhadores agrícolas, esta legislação ficaria no papel, jamais seria aplicada enquanto os assalariados agrícolas e os camponeses não tivessem a liberdade de se organizarem livremente para a defesa de seus interesses... Para que os trabalhadores rurais conquistem a liberdade de se organizarem para a defesa de seus direitos - e, portanto, melhorarem as suas miseráveis condições de vida - necessitam destruir o monopólio, acabar com a dominação econômica e política da maioria da população do país. Assim, a questão do reconhecimento dos direitos do trabalhador rural, da*

aplicação no campo de uma legislação social que atenda a esses direitos, é inseparável da luta por uma verdadeira reforma agrária, que entregue a terra àqueles que a trabalham..." (VO, 17/05/1952, p. 9).

Em que pese essas decisões programáticas, nos primeiros momentos da organização dos trabalhadores do campo, a presença da reforma agrária como bandeira aparecia ainda de forma não muito definida. Nos encontros, todos de caráter local, que antecederam e, em alguns casos, prepararam a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em 1953, as reivindicações que apareciam na imprensa diziam respeito principalmente às condições imediatas de vida e trabalho. Aliás, era esse o espírito das resoluções aprovadas na III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, ainda durante o período de prevalência das teses de "união nacional". Dentre elas, constava a seguinte afirmação: *"A posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas, mas seria errôneo pretender mobilizar essas massas em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que sejam, à situação de miséria dos camponeses (...), melhores condições de trabalho e contratos de arrendamento, a abolição dos vales e barracões, maior prazo nos contratos de arrendamento e garantias ao camponês de poder reformá-lo, liberdade de comércio, diminuição de impostos e fretes, crédito barato..."* (apud Faleiros, 1989:120).

Evidentemente, essas orientações, que claramente refletiam a complexidade que começava a emergir a partir do incipiente trabalho político no campo, não era isenta de controvérsias e disputas internas. Trabalhar no que chamavam plano das "reivindicações imediatas" ou incentivar ações "revolucionárias" foi uma tensão que permeou a ação dos comunistas no campo em todo o período analisado. Por exemplo, uma matéria da **Voz Operária** sobre o I Congresso Camponês de Pernambuco, realizado em Palmares em 10 de fevereiro de 1950, e preparado pelas Ligas Camponesas, organizadas pelo PCB "com o objetivo de fundar uma organização

central dos camponeses e dos trabalhadores agrícolas" do estado, afirmava que "os camponeses não se contentavam com as soluções reformistas propostas por alguns comunistas. A delegação de Jabotão levantou o problema da tomada de terras dos latifundiários, que não foi discutida por não constar do temário" (VO, 01/04/50, p. 9).

A tentativa mais significativa de implementação das ocupações de terras ("*tomada*" de terras) aparece na "*guerrilha*" de Porecatu, que será tratada com mais detalhe no capítulo seguinte.

Na I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, em 1953, e em Recife, entre as reivindicações apresentadas, constava a reforma agrária através do confisco das terras dos "*latifundiários*" e das "*companhias estrangeiras*" e sua entrega gratuita aos "*camponeses*". Apareciam ainda reivindicações como a proibição da meia e da terça, do pagamento em espécie e do trabalho gratuito; criação de um banco especialmente para os que recebessem a terra. Ao mesmo tempo, falava-se em aplicação da legislação trabalhista ao campo, indicando a importância que assumiam as demandas trabalhistas, mesmo num contexto de pregação insurrecional, através da eliminação do "*latifúndio*".

Quando da realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo em 1954, ocasião em que foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) aprovou-se uma "*Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*", onde tinha destaque a reforma agrária. Entendida como medida de justiça social, ela era visualizada através da distribuição das terras dos "*latifundiários*" aos "*trabalhadores agrícolas*" e "*lavradores*" sem terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade a "*posseiros*", "*ocupantes*" e "*colonos*" de terra; de medidas de apoio à produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); da proibição das formas consideradas semifeudais de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia,

a terça e outras formas de parceria, pagamento em espécie, etc; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas.

Essas demandas surgiam a partir de um diagnóstico que apontava para o poder do *"latifúndio"* como causa das péssimas condições de vida e trabalho no campo: *"impera no campo a mais absoluta falta de liberdade. Os lavradores e trabalhadores agrícolas vivem sob um constante regime de pressão e perseguição. Os mais elementares direitos democráticos são negados e violados pelos latifundiários, pelos seus prepostos e pelas autoridades, tal como acontece com o direito de reunião, de associação, de palavra, de locomoção, etc"* (TL, 2a. quinz. de setembro, 1a. quinzena de outubro de 1954, Preâmbulo da Carta dos Direitos e Reivindicações).

A partir dessas duas conferências, a reforma agrária passou a ganhar progressiva centralidade como elemento articulador das diferentes lutas que se travavam no campo, ao mesmo tempo em que se procurava fazer, mais intensamente, a socialização dos significados de que ela era portadora. Ela também começou a aparecer mais organicamente articulada com as linhas políticas gerais do PCB, principalmente a partir do IV Congresso do partido, que ocorreu em 1954.

Esse congresso, embora basicamente ratificasse as teses do Manifesto de Agosto, no que se refere à questão agrária, sinalizou algumas mudanças de rumo na ação no campo, referenciadas nas experiências colhidas nesses dois encontros e, a partir disso, no diagnóstico de *"práticas sectárias"* (sic) que, segundo o documento, estavam sendo a marca da ação comunista. Reafirmando que o programa do partido correspondia *"aos anseios e interesses da totalidade da massa camponesa"*, a intervenção de Oto Santos no evento sustentava a necessidade de uma *"amplíssima linha de frente única no campo"*, agregando *"camponeses pobres, médios e ricos"* e *"excluindo apenas a minoria de latifundiários"* (**Problemas**, 64, dez. 1954 a fev. de 1955, p. 246)¹².

¹²Oto Santos foi o autor da intervenção "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses", única específica sobre a questão agrária publicada na Revista **Problemas**

A constatação do "sectarismo", segundo Santos, evidenciava-se na substituição, nas lutas, "da massa pela vanguarda", no trabalho político somente com setores do "campesinato" já sensíveis às propostas do PCB, no desprezo pela "utilização de todas as formas de luta" e indicação apenas de "formas de luta mais elevadas" (certamente referindo-se às ocupações), no privilegiamento das "camadas mais pobres do campo" (Problemas, op. cit. p. 251).

Uma das decorrências dessas concepções foi a tentativa de sensibilização ampla da sociedade, em geral, e do "campesinato", em particular, para o tema da reforma agrária.

Elemento central nesse movimento foi o lançamento de uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Para isso foi elaborado um Memorial, dirigido ao Presidente da República, deputados federais e senadores, que encabeçaria uma coleta de assinaturas, que se pretendia fosse feita em âmbito nacional. Nesse documento, era denunciado o fato de que dez milhões de trabalhadores agrícolas e lavradores não possuíam nenhuma terra, centenas de milhares possuíam terra insuficiente, enquanto cento e quarenta e nove mil grandes proprietários dominavam dois terços da área de todas as propriedades do país. A reforma agrária era apresentada como medida que se impunha para o amplo desenvolvimento do mercado interno, como "condição básica para o progresso da economia nacional" e como medida de justiça social. Demandava-se, em função disso, distribuição das terras dos "latifundiários" aos "trabalhadores agrícolas" e aos "lavradores" sem terra ou com pouca terra e medidas de estímulo à produção, nos termos expressos na "Carta dos Direitos e Reivindicações" (TL, 51, 2a. quinz. de dezembro de 1954, p. 4).

Os termos do Memorial mostram que se buscava falar não só para os trabalhadores do campo (tom predominante nas resoluções do Congresso), mas principalmente para a sociedade, na medida em que se enfatizava o desenvolvimento

dedicada ao IV Congresso. Oto Santos era o nome de clandestinidade de Calif Chade, dirigente que regularmente contribuía com discussões programáticas no Terra Livre.

do mercado interno e se indicavam as relações entre reforma agrária e progresso da economia nacional¹³. Além disso, procurou-se amplo apoio para seu lançamento, de forma a torná-la socialmente palatável. O evento deu-se em São Paulo, no teatro Colombo, com o apoio de *"dois senadores, três generais, oitenta e um deputados federais, dezenas de deputados estaduais, secretários de estado, juizes, promotores públicos, prefeitos, vereadores, advogados, médicos, jornalistas professores e outras personalidades"* (TL, 53, 1a. quinz. de março de 1955, p. 1). O destaque que a imprensa comunista deu a esse lançamento, em especial no que se refere ao Terra Livre, é indicativo da preocupação em costurar apoios e alianças e, principalmente, de evidenciá-los para o *"campesinato"*.

O texto circulou pelo país inteiro em busca de assinaturas e talvez se possa afirmar que tenha sido o primeiro passo significativo no sentido de promover a difusão ampla da bandeira reforma agrária¹⁴. Na medida em que era lido e divulgado em diferentes encontros de trabalhadores do campo, servia de instrumento para a progressiva tradução das diversas vertentes em que se manifestavam as tensões em torno do uso da terra, transformando a reforma agrária numa palavra pertencente ao vocabulário político do *"campesinato"* mobilizado.

Em editorial, cerca de um ano após o lançamento da campanha, a Comissão Executiva da ULTAB falava do atraso na coleta de assinaturas e atribuía esse fato a *"incompreensões quanto à possibilidade de conquista da reforma agrária e quanto ao tipo de reforma agrária pelo qual luta a ULTAB"*. Segundo o relatório, a reforma agrária propugnada *"não visa a mudança de governo e nem tão pouco abolir a propriedade privada. Visa conseguir do governo a distribuição das terras e fazer surgir milhões de novos proprietários, os quais, assistidos técnica e financeiramente,*

¹³O que não exclui e não contradiz o teor desenvolvimentista das propostas do PCB, já presente, como aponta por Faleiros (1989), na segunda metade dos anos 40.

¹⁴Em diversos números do Terra Livre aparecia o texto do Memorial, conclamando os leitores a divulgá-lo e recolher assinaturas de apoio.

elevanto rapidamente o seu padr3o de vida, produzindo com abund3ncia e muito mais barato, melhorando assim as condiç3es de vida dos oper3rios e do povo, o que ampliar3 as atividades comerciais e industriais" (TL, 64, maio de 1956, p. 1, editorial). É evidente a preocupaç3o em dar um tom palat3vel 3 demanda, centrando as críticas estritamente no "latif3ndio" e insistindo numa definiç3o supostamente n3o ameaçadora 3 ordem vigente.

Acossada, ainda, por críticas que começavam a ser feitas pelos propriet3rios de terra, quer atrav3s das entidades de representaç3o patronais, quer por meio de seus porta-vozes no Congresso Nacional, e que argumentavam pela inutilidade de divis3o de terras entre pessoas despreparados ou que a terra por si mesmo n3o resolveria a situaç3o de mis3ria do campo, a ULTAB insistia que, na sua concepç3o, a reforma agr3ria n3o se reduzia 3 distribuiç3o de terras, mas tamb3m envolvia uma s3rie de reformas parciais¹⁵. Entre elas, leis que regulamentassem o regime de arrendamento, a extens3o de toda a legislaç3o trabalhista ao campo, a proibiç3o de despejos, garantia de preç3os mínimos compensadores para os produtos, cr3dito f3cil, barato e a longo prazo para todos os lavradores, concess3o de títulos de propriedade aos "*posseiros*" e outras medidas de estímulo e amparo aos "*lavradores*" e "*trabalhadores agrícolas*". Essas reformas parciais deveriam ser conquistadas ao mesmo tempo em que a reforma agr3ria (TL, 64, maio de 1956, p. 1, editorial), o que reforça nossa suposiç3o de que, pelo menos no que se refere ao campo, nem sempre a radicalidade das teses do partido encontrava traduç3o imediata.

A partir das duas primeiras confer3ncias nacionais de "*lavradores*" e "*trabalhadores agrícolas*" (1953 e principalmente 1954), a demanda por reforma agr3ria (sem muita preocupaç3o em qualific3-la, embora 3s vezes aparecesse adjetivada como democr3tica), tamb3m começ3o a aparecer insistentemente em todos os

¹⁵Para os argumentos patronais, ver os diferentes números no período das revistas *A Rural* (editada pela Sociedade Rural Brasileira), *Brasil Rural* (da Federaç3o das Associaç3es Rurais do Estado de S3o Paulo) e *A Gleba* (porta-voz da Confederaç3o Rural Brasileira). Uma sistematizaç3o desses argumentos podem ser encontrados em Medeiros (1983 e 1994) e Esteves (1990).

encontros de "*camponeses*". Através dela, começou-se a produzir a unificação de demandas díspares, correspondentes às diversas situações de vida e trabalho no campo e às formas como se manifestavam os conflitos. Aos poucos, ela iria se tornando um libelo contra essas condições.

A I Conferência da ULTAB (realizada de 18 a 20/09/59 em São Paulo) centrou-se no mesmo tema e também aprovou uma "*Carta sobre a Reforma Agrária*", documento que daria o tom da propaganda comunista sobre o tema a partir do final dos anos 50 e consolidava as tendências que já vinham se esboçando desde a I CNTA. Nele era ressaltado o caráter democratizador da propriedade da terra que essa reforma deveria ter, e reafirmava-se a importância da ação do Estado no apoio à produção, envolvendo tanto medidas tais como crédito e assistência técnica, como educação e saúde. Como forma de encaminhamento, propunha-se uma revisão constitucional que permitisse a indenização dos "*latifúndios*", com base no valor declarado para fins fiscais, de forma a que ela não se transformasse "*em prêmio à especulação e ao parasitismo*"; venda de lotes aos "*camponeses sem terra ou com pouca terra*"; aproveitamento de terras públicas mediante sua concessão a famílias de pequenos agricultores; direito de posse e entrega de títulos aos "*posseiros*"; ajuda financeira e técnica; regulamentação jurídica dos contratos agrários de parceria e arrendamento; defesa jurídica dos trabalhadores rurais, permanentes e temporários, através de um único estatuto legal; defesa intransigente do direito constitucional de livre organização dos "*assalariados*" agrícolas em seus sindicatos rurais e dos "*camponeses*" em suas associações (TL, 87, janeiro de 1960, p. 10). Progressivamente vai se qualificando a reforma agrária, precisando-a, buscando enquadramentos jurídicos, de forma que pudesse se concretizar na institucionalidade, adequando-a, assim, não só às novas diretrizes do PCB, expressas na "*Declaração sobre a política do PCB*" de março de 1958, mas também buscando matizá-la de forma a torná-la mais passível de ser socialmente aceita.

Com efeito, na "*Declaração de Março*", como ficou conhecida, o Brasil era diagnosticado como um país de passado feudal, dominado pelo imperialismo, em especial americano, vinculado ao "*latifúndio*" e a alguns setores burgueses. Parcela importante da burguesia, no entanto, conflitava-se com os grupos dominantes e tinha interesse em ampliar o mercado interno e eliminar os resquícios feudais. Essa burguesia, entendida como "*progressista*", seria uma aliada para a constituição de um capitalismo nacional ("*revolução antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática*"). Por "*forças nacionais*" entendia-se todas aquelas que tivessem interesses opostos aos do "*imperialismo*". Nesse sentido, a frente antiimperialista poderia incluir "*até mesmo setores de grandes fazendeiros que entrem em conflito com certos aspectos da política monopolista norte-americana*" (NR, 15 a 21/05/1959). Somente após a consolidação capitalista é que se iniciaria a etapa socialista da revolução. Nesse quadro, a reforma agrária adquiria um papel central, mas dela se excluía a idéia de confisco. Ao mesmo tempo, em linha de continuidade com as teses que já vinham se desenvolvendo desde a I CNTA, dava-se cada vez maior importância às chamadas reivindicações imediatas e às lutas dentro das perspectivas político-institucionais vigentes. O jornal **Novos Rumos** explicitava essa perspectiva, através de exemplos concretos, em diversas edições.

O tema, no entanto, no plano doutrinário, não foi isento de debates. Nestor Veras, por exemplo, apontava que setores latifundiários não poderiam fazer parte de uma frente única antiimperialista. Segundo ele, "*a burguesia brasileira vem lutando não para acabar com a grande propriedade territorial e nem com o imperialismo, embora ele a prejudique. Ela teme mais um novo regime popular que seguir com o imperialismo. A burguesia luta para criar uma forte burguesia rural, com latifundiários do tipo burguês e um grupo forte de camponeses ricos, mas sem resolver a situação das grandes massas camponesas. E o imperialismo também se apóia nesse tipo de latifundiários... Na medida em que a massa camponesa é a maioria da população do país é para ela que tem que estar voltada a revolução. Da maneira*

como estão colocadas nas "teses", as tarefas para o campo -desapropriação apenas das terras não produtivas ou mal cultivadas - fugimos da luta fundamental que devemos travar já, firmemente no campo, que é a luta por uma reforma agrária radical com confisco e desapropriação" (NR, 3 a 9/6/1960)¹⁶.

A nível das conferências estaduais que se desdobraram a partir da Conferência da ULTAB, a demanda por reforma agrária passou a aparecer permeada por propostas mais concretas que vinham ao encontro de situações particulares de segmentos do "campeinato". É o caso, por exemplo, da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminenses, realizada em 29 e 30 de agosto de 1959. Nela foram discutidas, como medidas de reforma agrária, o aproveitamento das terras devolutas e públicas para entrega aos "lavradores" que dispunham de pouca terra ou que não possuíam nenhuma; entrega aos "posseiros" das terras devolutas por eles já ocupadas; garantia de propriedade da terra, com entrega de título de posse aos "posseiros" de São João da Barra, Casemiro de Abreu, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Cabo Frio, Itaguaí, Parati, Magé, etc. Das resoluções do encontro, constava ainda a demanda por regulamentação dos artigos 130 e 137 da Constituição estadual, que determinavam a cobrança em dobro do imposto territorial rural das grandes propriedades não cultivadas e isenção de impostos para as propriedades até vinte hectares. No I Congresso do Paraná, realizado em Londrina, de 5 a 9 de agosto de 1961, entre as decisões tomadas, destacavam-se o apoio ao projeto de reforma agrária de Coutinho Cavalcanti e a sugestão de criação de uma comissão, com a "participação de representantes de sindicatos e associações rurais, sindicatos e federações operárias e deputados que tenham apresentado propostas de lei sobre reforma agrária, para elaborar em conjunto ou em grupos para cada região, um esquema de

¹⁶O ceticismo em relação à possibilidade de uma aliança com a burguesia era também uma tese básica de Francisco Julião, o que nos leva à hipótese de que entre os militantes do PCB no campo havia maiores proximidades com seus opositores das Ligas do que a literatura, que enfatiza a divergência, deixa perceber.

projeto de lei especial sobre o assunto"¹⁷. Essas resoluções indicavam uma mudança de tratamento da questão fundiária, que passava a ser cada vez mais referenciada à esfera da legislação e do parlamento, numa ótica de viabilização do que fosse possível, frente à correlação de forças.

Em 1961 foi convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ficou conhecido como Congresso de Belo Horizonte. O primeiro item de seu temário era "*Soluções para o problema da propriedade e do uso da terra no Brasil*". Nesse momento, o tema da reforma agrária, alimentado pelos conflitos que se desenvolviam no campo e pelo crescimento das organizações de trabalhadores, ganhava cada vez mais a cena pública. Indicativo da importância que esse congresso assumia na conjuntura do início dos anos 60 foi a presença nele do recém empossado Presidente da República, João Goulart, e do Primeiro Ministro, Tancredo Neves. Para ele também convergiram diferentes forças políticas já então existentes no campo e que guardavam autonomia em relação ao PCB. É o caso do Movimento dos Agricultores sem Terra do Rio Grande do Sul, estimulado pelo governador Leonel Brizola e das Ligas Camponesas de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião.

Esse congresso tornou-se um marco e uma referência constante para a imprensa comunista, constituindo-se, para ela, numa espécie de divisor de águas da trajetória do movimento "*camponês*". Em termos de resoluções, se, de um lado, ele consolidou algumas tendências anteriores, por outro, constituiu-se numa ruptura, ao acabar por agregar ao termo "*reforma agrária*" o adjetivo "*radical*".

¹⁷O projeto Coutinho Cavalcanti preconizava a criação de uma forte classe média rural, formada por pequenos e médios proprietários, que seria produtora de alimentos e, ao mesmo tempo, mercado consumidor dos produtos industriais. Com isso, acreditava ser possível eliminar o que considerava "*desentendimentos e rivalidades entre a agricultura e a indústria, principalmente no setor de mão de obra, assim como permitirá, do ângulo político, a conservação da verdade democrática, pela superação do coronelismo*" (cit. por Medeiros, 1982:105). O projeto dava grande importância ao município no encaminhamento da reforma agrária, através da criação de comissões agrárias municipais. As desapropriações seriam feitas com base no valor declarado para fins de arrecadação do imposto territorial rural. Para maiores informações sobre esse projeto e outros presentes no debate naquele momento, ver Medeiros (1982), Tápia (1986).

Seguindo a tendência dos encontros que o precederam, reforçou-se na sua convocação a dimensão de institucionalidade na luta pela reforma agrária, o que pode ser percebido pela própria forma de enunciar os sub-itens da pauta. Apareciam como pontos a serem tratados: a reforma agrária e a Constituição Federal; Reforma Agrária e Código Civil brasileiro; preço da terra; terras públicas e terras de propriedade privada; condições de venda da terra; limites máximos e mínimos para a propriedade da terra; formas da propriedade da terra; a propriedade dos "*posseiros*"; problemas de colonização; empréstimos e financiamentos. A seguir, propunham-se para discussão medidas imediatas e parciais de reforma agrária, como utilização de terras do Estado para formação de núcleos de colonização, legalização da situação dos "*posseiros*", defesa contra grilagem, medidas imediatas para o Nordeste. Falava-se ainda na regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, prevendo taxas, prazos, indenizações de benfeitorias, etc.

Nos comentários sobre reforma agrária, reportagens, discursos, percebia-se a presença de diversos interlocutores que indicavam a disputa política em curso sobre a natureza dessa medida. Entre eles, o projeto de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto, para São Paulo, e o Plano Piloto do governador Roberto Silveira, para o Rio de Janeiro. No discurso de Nestor Veras, no encerramento do Congresso, esta passagem é significativa: "*consideramos esta reforma agrária (a proposta no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) como uma necessidade inadiável e vital, capaz de dar saída e de conduzir à completa solução o agudo estado de subdesenvolvimento crônico do tipo pré-capitalista, capaz de dar solução à crescente e ameaçadora instabilidade econômica, política e social em que nos encontramos presentemente. Não concordamos, portanto, com as manobras e pretensas soluções que vêm proliferando nos últimos tempos sobre essa questão, como as chamadas 'revisões', 'planos pilotos' e outras, que nada mais constituem que paliativos ou saídas que visam a assegurar ainda mais o monopólio da terra a uma minoria privilegiada e insaciável, os latifundiários*" (NR, Supl. Especial, 8/14 de dezembro de 1961). Essa

crítica se repetia na *"Declaração de Belo Horizonte"*, documento final do evento, que se tornou um marco e uma referência para as lutas *"camponesas"* daí para a frente.

No entanto, o centro das disputas em torno da reforma agrária sofreu um deslocamento no decorrer do Congresso. Para além da interlocução com as evasivas patronais ou com as propostas *"paliativas"* de alguns governos estaduais, ganhou lugar de destaque o debate sobre a *"radicalidade"* da reestruturação fundiária. A polarização deu-se fundamentalmente entre os seguidores das Ligas Camponesas e o PCB. Segundo a leitura do dirigente comunista Armênio Guedes, que participou da Comissão de Reforma Agrária do evento, a discordância girava em torno da inoportunidade (defendida pelos adeptos de Julião) da discussão da regulamentação do arrendamento e da parceria, quando se buscava implementar a luta por uma reforma agrária *"radical"*. Contrapondo-se aos comunistas, os *"julianistas"* cunharam uma palavra de ordem que se constituiu na marca do evento: *"Reforma Agrária radical, na lei ou na marra"* e que, visivelmente, se contrapunha às propostas de encaminhamento do tema que, de há muito, vinham sendo implementadas pelo PCB e pela ULTAB¹⁸.

Não por acaso, a imprensa do PCB, na transcrição das falas de encerramento do encontro e nos comentários posteriores, procurou enfatizar o caráter unitário do Congresso e minimizar as divergências havidas. A *"Declaração"* aprovada e que passaria a ser sempre citada como expressão dessa unidade e dos anseios dos trabalhadores do campo expressava os consensos mínimos obtidos: a defesa da radicalidade da reforma agrária, entendida como a *"completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o conseqüente*

¹⁸A imprensa comunista divulgou fartamente o Congresso, transcreveu os discursos de encerramento, a Declaração de Belo Horizonte, etc, mas não divulgou as conclusões e propostas das Comissões. Até onde pudemos apurar esse documento permaneceu inédito até 1994. Nelas chama a atenção o resultado da Comissão *"Formas de Arrendamento e Parceria"*:

Conclusões: *"não se deve e nem se deverá recomendar ou propor medidas paliativas de novas formas de contratos de arrendamento, porque quaisquer que elas sejam, dentro da estrutura atual de predomínio do latifúndio, seriam uma imoralidade"*.

Proposta: *"propõe-se a pura e simples extinção, por lei do Congresso Nacional, de todas as fórmulas de arrendamento e de parceria, com a anulação dos contratos existentes e a distribuição das terras arrendadas aos arrendatários..."* (Costa, 1994:41).

estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar". Entre as forças aliadas, a burguesia industrial não era mencionada: "a execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro" (NR, Supl. Especial, 8 a 14 de dezembro de 1961, grifos meus, LSM)¹⁹.

Na sua edição de novembro de 1961, mês do Congresso, o Terra Livre insistia no esclarecimento sobre o caráter da reforma agrária, explicitando o sentido da "radicalidade", adjetivo cada vez mais apostado àquela demanda, e reiterando a necessidade de exploração das brechas legais: *"Quando falamos em reforma agrária radical, entendemos aquela que liquida mesmo o latifúndio no Brasil, eliminando todas as formas antiquadas e escravagistas da atual estrutura agrária, dando terra aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Estamos empenhados numa luta por essa reforma agrária mas, procurando conquistar, inicialmente, pequenos direitos para o homem do campo, dentro das leis que vigoram no país, até alcançarmos o que nós queremos de fato. E como alcançar o que nós queremos de fato?... Será que de conquista em conquista, de vitória em vitória, dentro das leis aplicadas no Brasil, se conseguirá mesmo uma reforma agrária radical, que resolva de verdade os problemas dos camponeses? Não. A luta pacífica que estamos travando pelas conquistas de pequenos direitos, dentro das leis em vigor, serve para abrir a consciência dos homens do campo para a necessidade de estarem sempre juntos, unidos em associações... Como então ampliar o campo de luta? Começando, desde já, a exigir a*

¹⁹Como apontado mais acima, o PCB apostava numa aliança com a burguesia nacional para levar adiante a revolução democrático-burguesa, entendida fundamentalmente como antiimperialista e antilatifundiária. Julião, ao contrário não acreditava nessa possibilidade e apontava o entrelaçamento entre os interesses dessa burguesia e o "latifúndio". Para ele, a luta contra o "latifúndio" seria o primeiro passo de uma revolução socialista, que partiria do campo para a cidade (Julião, 1968).

mudança de governo. Exigir a queda do gabinete Tancredo Neves e sua substituição por um gabinete democrático e popular que não represente os interesses da burguesia reacionária, nem os interesses do latifúndio, que tem cadeira cativa na Câmara e no Senado Federal..." (TL 105, nov. 61, p. 2).

O Congresso de Belo Horizonte explicitou, assim, uma intensa disputa pela representação do campesinato, que se desenvolvia envolvendo o PCB e as Ligas Camponesas de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião. Como mencionado acima, discutia-se o próprio sentido do que era ser "*radical*" e sua vinculação com o processo revolucionário no Brasil. Num contexto de efervescência política, o que passava a contar eram as ações e seus efeitos políticos e a elas a imprensa passou a dar maior destaque.

A partir do Congresso de Belo Horizonte realizaram-se outros vários congressos estaduais, onde a reforma agrária manteve-se como centro das discussões. Um lado novo aparecia nesses encontros: o chamado às ocupações de terra que, aparentemente, contrariavam as teses gerais do partido. Como já vimos, estas priorizavam as ações legais. Ganharam manchetes iniciativas como a ocupação do Imbé, na região de Campos, no Rio de Janeiro, liderada por José Pureza, principal liderança "*camponesa*" do estado.

Essa ocupação passou a ser utilizada como exemplo a ser seguido para agilizar a reforma agrária e era citada em diversos encontros realizados. Foi objeto de manchetes e de extensas matérias, com fotografias, etc. Por ocasião do I Congresso Operário-estudantil-camponês de Goiás, falava-se na necessidade da "*ocupação dos latifúndios não explorados onde a massa camponesa assim decidir, seguindo o exemplo dos companheiros do Imbé, no estado do Rio de Janeiro*" (NR, dez.63, Supl. p. 1). Ao mesmo tempo, pedia-se a "*desapropriação de todas as propriedades com mais de quinhentos hectares, sejam quais forem as condições de utilização das terras*" e sugeria-se que, além da entrega das terras desapropriadas em lotes individuais, pudessem elas ser oferecidas também "*a cooperativas para que se constituam em*

*propriedades sociais ou em propriedades estatais dirigidas pelo governo em termos coletivos de exploração, dando reais condições de trabalho aos camponeses". Alertava-se também os trabalhadores para que não confundissem reforma agrária com colonização. Segundo a matéria em pauta, "a tentativa de encobrir com a bandeira da reforma agrária uma política de colonização de regiões inexploradas é uma manobra cada vez mais evidente das classes dominantes e do imperialismo norte americano em toda a América Latina. Em Goiás ela transparece nos combinados agrouurbanos. Com isso se pretende aliviar a pressão das massas camponesas sobre o latifúndio e permitir a transformação das grandes propriedades atrasadas em explorações capitalistas que empregam processos tecnológicos modernos e dispõem de grande volume de mão-de-obra"*²⁰ (NR, dez.63, Supl. p. 1).

Também na II Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas de São Paulo, realizada em 1963, repercutiu a ocupação do Imbé, o que pode ser ilustrado por declarações do tipo *"o que é preciso fazer agora é capturar a terra. Temos de começar a reforma com nossas mãos. O pão mais gostoso é aquele que nós mesmos fazemos"* (NR, 20 a 26/09/63, p. 7). Na *"Proclamação ao Povo"*, que resultou desse encontro, destacava-se: *"é imperiosa a nossa unidade de organização e ação; ocupemos as terras devolutas, as terras griladas e as terras dos latifundiários não cultivadas; impeçamos de todas as formas os despejos e forcemos melhores contratos de arrendamento e de trabalho para, assim, dar passos concretos no sentido de realização de medidas parciais e imediatas de reforma agrária..."* (TL, 127, out. 63, p. 1 e 2).

A trajetória da bandeira da reforma agrária no interior da imprensa comunista merece alguns comentários adicionais. Como vimos, ela vai progressivamente sendo traduzida na linguagem institucional, das leis, do Congresso. Ao mesmo tempo, num contexto de luta política em torno de quem tinha maior representatividade para falar

²⁰Os combinados agrouurbanos foram uma iniciativa do governo Mauro Borges, em Goiás, no sentido de buscar resolver as crescentes tensões em torno da posse e uso da terra.

em nome dos "*camponeses*", numa situação em que a radicalidade aparecia como um valor positivo, PCB e Ligas disputavam essa qualificação não só em termos de conteúdo da reforma agrária, como também das ações que a impulsionariam, como é o caso das ocupações de terra. Ao lado disso, deve-se acrescentar o papel de uma conjuntura de intensa agitação política, onde se produzia, embora de forma tensa, o reconhecimento político das ocupações de terra que, em alguns casos, resultavam inclusive em intervenção pública (através da desapropriação de algumas áreas). Para tanto, teve importância a revolução cubana, utilizada como exemplo quer por comunistas, quer por julianistas.

Do ponto de vista que norteia esse capítulo, a tentativa de perceber quem é o trabalhador de que e para quem o PCB falava e quais eram suas reivindicações, a reforma agrária tinha uma importância crucial como bandeira referencial das "*massas exploradas do campo*" ou "*camponeses*", agregado de segmentos distintos, mas que passavam a ser unificados, através da nova linguagem que se constituía, pela ênfase na dominação exercida pelo "*latifúndio*". Essa bandeira produzia a unificação de demandas díspares desses segmentos e, de alguma forma, sintetizava seu destino político. Era através dela que se justificavam as diferentes formas de luta pela terra e seu lugar no processo de desenvolvimento. Era através dela também que o lema da aliança operário-camponesa se articulava com o dia a dia dos conflitos que se desenrolavam no campo.

A diversidade dos personagens presentes e a forma como a imprensa os situava indica a progressiva busca de tradução de sua presença e de suas demandas nos termos legais existentes ou na proposta de transformação desses termos, dentro dos marcos institucionais (como é o caso das propostas de alteração constitucional, para permitir a realização da reforma agrária, que emergiram da Declaração de Belo Horizonte). Por esse caminho, o aparecer dos trabalhadores do campo na cena pública instituiu o novo e produziu uma ruptura com a imagem dominante sobre o rural como homogêneo e isento de tensões. E o fez através do arsenal disponível no momento, onde a legislação

era um referente crucial. Essa foi uma das marcas através da qual eles emergiram na cena pública e a partir do qual se conformaram seus interesses²¹. Mas o "*campesinato*" e sua imagem se fizeram também através de suas práticas de greves, resistências e ocupações, colocando-se como uma ameaça no cenário político.

As reivindicações apresentadas apareciam assim como um processo de encontro e filtragem de trajetórias distintas: as condições de vida e trabalho do homem do campo que eram lidas e selecionadas a partir de uma outra experiência, a da doutrina comunista que as enquadrava (ou, melhor dizendo procurava enquadrar) no que seria o lugar/destino do "*campesinato*" no curso da "*revolução*". Nesses parâmetros definiram-se as necessidades (prioritariamente voltadas ao mundo do trabalho, mas não só), como um novo modo de aparecer social desses trabalhadores. Suscitavam-se, assim, novos significados que passaram a instituir espaços de poder para esses recém chegados na arena política e que iriam marcar sua presença através de sua capacidade de mobilizar o que Offe chama de "*poder social*" (Offe, 1989).

Cabe-nos, pois, desdobrar a reflexão encaminhando-nos para a análise da forma como aparece esse poder social mobilizado. Para além da caracterização de novos agentes e de suas demandas, cabe indagar sobre a direção de suas práticas e como elas são mais ou menos valorizadas pela imprensa, no sentido de produzir esse novo personagem.

²¹ Lembramos que, na sua prática em relação às Ligas, Julião também valorizava os instrumentos legais. No bojo da disputa mencionada acima, Julião, se foi acusado de "*radicalismo*", tendo em vista suas concepções sobre a natureza da "*revolução brasileira*", também o foi de estar dominado pelo "*fetichismo do jurídico*", em resenha, feita por Rui Facó, do livro *O que são as Ligas Camponesas*, e publicada no jornal *Novos Rumos*. Dizia Facó: "*porque os trabalhadores agrícolas ou qualquer outro setor só poderiam organizar-se 'legalmente' e 'pacificamente'? Porque não seguiriam o exemplo histórico dos operários urbanos, cujas primeiras organizações eram consideradas ilegais e subversivas e, como tais, perseguidas pela burguesia?*" (NR, 23 a 29/11/1962).

Capítulo 4

Formas de luta

No período que tomamos para análise, a imprensa comunista noticiou uma enorme gama de conflitos, envolvendo diferentes segmentos de trabalhadores. Greves, protestos, resistências na terra, ocupações, acampamentos, operações "arranca-capim"¹, manifestações (como comícios e passeatas) tanto em cidades pequenas como nas capitais, foram algumas das formas da rebeldia dos trabalhadores do campo que ela incentivou e/ou tornou públicas, buscando atingir seu objetivo de se constituir em instrumento de agitação, educação e organização.

Como indica Arendt (1987:192), *"na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano ... esta qualidade reveladora do discurso e da ação vem à tona quando as pessoas estão com outras"*. As "lutas" aparecem como

¹Operações "arranca-capim" eram iniciativas de "arrendatários" e "parceiros" em protesto contra a prática dos proprietários fundiários de lhes ceder a terra por um período de tempo curto (normalmente dois ou três anos), com o compromisso de que a deixassem plantada com capim para formação de pasto. Como o termo indica, o protesto se fazia através de atos coletivos de arrancar o capim plantado.

momentos cruciais através dos quais se buscou produzir a identidade desses trabalhadores, dando visibilidade para seu modo de vida e suas demandas, procurando legitimá-las frente à opinião pública. Os móveis desses conflitos, uma determinada forma de narrar sua trajetória, de construir seus personagens, determinadas concepções de certo e de errado foram dadas a público através da leitura que os articulistas e editores do jornal faziam dos eventos.

Apesar de alguns conflitos terem ganho ampla repercussão na grande imprensa, como é o caso das Ligas Camponesas, foi a imprensa comunista que desempenhou o papel fundamental nesse processo do aparecimento público dos trabalhadores do campo e de produção de novas identidades, na medida em que ela, voltando-se para determinados leitores, de alguma forma sensibilizados para suas mensagens, socializou certas ações e identificações, contribuindo para sua expansão². Dessa forma, em grande medida, pode-se dizer que essa imprensa também contribuiu para "fazer" as lutas e seus motivos. Foi ainda um instrumento de problematização da situação dos trabalhadores do campo, criando condições para que ela fosse visualizada como problema, passível de intervenção e resolução e não como algo natural.

Neste capítulo, pretendemos apontar as principais formas de luta e resistência noticiadas, supondo que implicaram uma hierarquização e seleção de eventos.

²O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, publicou uma série de reportagens sobre as Ligas, incluindo diversos artigos de Francisco Julião. A revista *O Cruzeiro* também publicou matérias sobre o conflito de Formoso, sobre as Ligas de Pernambuco e da Paraíba, sobre os conflitos no Sudoeste do Paraná em 1957.

Não teríamos condições neste trabalho de fazer uma análise da imagem que os diversos jornais da grande imprensa e outros meios de comunicação construíram dos trabalhadores e das lutas no campo. Do que pudemos observar na pesquisa, no entanto, ressalta que os conflitos eram objeto de preocupação desses meios quando se tornavam agudos, o que significava normalmente recurso às armas, mortes. O destaque dado neles às lutas muitas vezes revelava uma tendência a repartir o mundo entre trabalhadores que viviam acossados por grileiros ou exploradores e que eram "usados" para a "agitação comunista", frente ao abandono a que eram relegados pela política de Estado. Era comum ainda que os conflitos fossem apropriados por uma facção política no bojo da disputa pelo poder local, estadual etc. É o que Grynzpan (1987) constatou quanto ao apoio de Tenório Cavalcanti aos "posseiros" da Baixada Fluminense e o conseqüente destaque que eles passaram a receber no jornal *Luta Democrática* ou dos ataques que, a partir dos conflitos no Paraná, a revista *O Cruzeiro* passou a fazer contra o governador Moisés Lupion.

Procuramos extrair delas a forma como era construída, pelos comunistas, a imagem da ação do campesinato enquanto classe, dos seus oponentes e aliados.

As greves

Uma das formas recorrentes do aparecer político dos trabalhadores do campo foram as greves. No levantamento que fizemos na imprensa, localizamos notícias de cento e dezenove ocorrências, de diferentes magnitudes, durante o período que vai de 1949 a 1964³.

A distribuição das greves no decorrer do tempo não foi homogênea. Elas se concentraram em alguns momentos. O primeiro deles foi o dos anos 1950/1, quando foram noticiadas quarenta e duas greves. O pico seguinte verificou-se em 1954, ano de realização da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, quando ocorreram diversas mobilizações em alguns locais tendo em vista a preparação do evento. Um novo ciclo de atividades grevistas ocorreu em 1963, ocasião de intenso debate sobre os direitos trabalhistas, questão agrária e de intensificação dos conflitos não só no campo, como também na cidade. Merece destaque o fato de que o período

³A listagem dessas ocorrências com uma breve descrição de cada uma delas compõe o Anexo 1 da presente tese. No texto estaremos, nos momentos que se fizer necessário, remetendo a elas, através da numeração que lhes atribuímos nesse Anexo.

que vai de 1955 a 1959 foi marcado por poucas paralisações, coincidindo com um momento de perda de intensidade da ação do PCB no campo⁴.

A grande maioria das greves registradas ocorreu em São Paulo, especialmente nas áreas de cafeicultura e de cana. A Bahia que, no primeiro ciclo grevista (1950/51), despontou como um polo importante de conflitos, desapareceu do noticiário⁵. O Paraná teve uma presença crescente, relacionada ao forte investimento do PCB no norte desse estado, especialmente nas áreas de "assalariados". Um outro estado que merece destaque é Pernambuco, que teve dois momentos importantes de greves: 1954 (relacionado, possivelmente, à preparação local da Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) e outro, em final de 1963 e início de 1964, quando houve um crescimento global das tensões sociais no campo e diversas paralisações ocorreram na zona canavieira.

Uma das ocorrências que registramos no estado de Pernambuco, no ano de 1963, foi uma greve geral na Zona da Mata, envolvendo mais de duzentos mil trabalhadores da cana-de-açúcar. Isso nos leva a uma consideração importante para dimensionar adequadamente este registro de greves. No esforço de quantificação, acabam ganhando o mesmo significado paralisações de pequeno porte, no interior de uma única fazenda e com um número limitado de participantes e movimentos mais

⁴Segundo Pedro Renaux Duarte, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização que funcionava como um braço do PCB no campo, "teve desenvolvimento até fins de 1955, começando a cair em 1956, indo assim até 1958. De quase duzentas organizações que havíamos criado, somente a metade vive e, dessas, a maioria vive em condições muito precárias. A ULTAB que muito pouco contava com o apoio nos Estado (sic) e municípios para a realização de seu trabalho, em 1956, com os acontecimentos políticos relacionados com o movimento operário internacional, quase desapareceu. A força política que era o sustentáculo desse trabalho o abandonou. Assim a Comissão Executiva da ULTAB que já vinha atuando somente com três membros passou a atuar apenas com um companheiro" (carta à UISTAF, datada de 09/09/59, arquivo Lyndolpho Silva). O período citado corresponde ao início da desestalinização. Para os efeitos dela no Brasil, ver, entre outros, Brandão (1992) e Santos (1988).

⁵Isso se deve possivelmente a conflitos internos no PCB, nos anos 50, que tiveram a Bahia por um de seus principais palcos (Chilcote, 1974). No entanto, apesar das poucas notícias, há indicações de que o trabalho organizativo continuou na região, tendo à frente o dirigente comunista Arlindo Ambrósio Mateus, conforme pesquisa, sobre o sindicalismo rural baiano, que vem sendo realizada por Altino Bonfim de Oliveira Jr., a ser apresentada como dissertação de mestrado ao CPDA/UFRRJ.

amplos que envolveram várias fazendas ou usinas ou mesmo, como o caso citado de Pernambuco, toda a zona canavieira.

Torna-se, pois, necessário assinalar algumas dimensões qualitativas desse registro, que apontam para a incipiência dessa forma de luta nos campos⁶.

No geral, quando havia menção à quantidade de grevistas (o que nem sempre acontecia), verifica-se que o número de participantes era pequeno. No entanto, ocorreram algumas paralisações de maior porte: trezentos grevistas, na fazenda São Sebastião, em Ribeirão Preto (SP), no ano de 1955, quinhentos trabalhadores temporários em Catanduva (SP) em 1956, um anúncio de que dez mil trabalhadores estariam em "*estado de greve*" na Bahia, ainda em 1956, uma menção a uma greve "*geral*" em 1957 em Londrina (PR). Em 1962, cresceu o número de grevistas envolvidos em cada um dos movimentos: dois mil assalariados na Usina Nova América, em Assis (SP); doze mil em Santa Rosa do Viterbo (SP), seis mil trabalhadores de três usinas na Alta Mogiana (SP). Em 1963, houve ampliação desses números: hum mil e quinhentos em três fazendas em Bom Sucesso (PR), "*greves em vinte e uma fazendas*" em torno de Maringá (PR), passeata de quinhentos trabalhadores em greve em Barretos (SP), mais de seiscentos em Itanhaém (SP), assembléia com mais de dois mil trabalhadores na Usina Amália, em Santa Rosa do Viterbo (SP), assembléias de trabalhadores de mais de vinte fazendas de quatro municípios em Tapiratiba (SP), vinte mil grevistas no municípios de Jaboaão, São Lourenço, Pau d'Alho e Glória de Goitá (PE), quatrocentos na Fazenda Santa Alba, em Maringá (PR) e, a maior das greves registradas, a paralisação de duzentos mil "*camponeses*" na Zona

⁶No início do século já ocorreram algumas greves em fazendas de café, especialmente na colheita. Segundo Alier e Hall (s/d), elas foram importantes inclusive na redefinição dos contratos de colonato e na intervenção do estado nas questões trabalhistas. Ao que pudemos observar, no entanto, as greves dos anos 50/60 não construíram laços de continuidade com as que ocorreram anteriormente. Sequer havia menções a elas. Podemos aventar duas hipóteses sobre esse fato. Uma delas é simplesmente o desconhecimento. Outra possibilidade é a própria forma de construção da memória comunista, que tende a silenciar ou desqualificar as lutas dos trabalhadores anteriores ao aparecimento da legenda. Sobre o processo de construção dessa memória, ver Pandolfi (1995).

da Mata pernambucana, produto de uma aliança singular entre PCB, Igreja e Ligas Camponesas. Essas greves de maior dimensão sempre recebiam bastante destaque.

Os protagonistas das greves

Quando a imprensa comunista noticiava as greves, era muito comum a menção a seus protagonistas como "*camponeses*". As matérias, muitas vezes, começavam com uma referência a "*camponeses*" e passavam, no momento da descrição do evento, a falar em "*colonos*" ou em "*assalariados agrícolas*". A contabilização dos grevistas era, em diversas ocasiões, feita em termos de número de famílias paradas, indicando a unidade familiar como núcleo das relações de trabalho, mesmo quando se tratava de "*camaradas*"⁷.

Em algumas situações, havia referência à ação conjunta de diferentes categorias. É o caso, por exemplo, do "*latifúndio Artur Bernardes*" em Presidente Bernardes, onde a paralisação se desdobrou em dois momentos. Num primeiro, os "*assalariados*" pediam aumento no valor pago por arroba de algodão colhida, tendo como parâmetro o que os "*arrendatários*" da mesma fazenda pagavam aos seus apanhadores. Num segundo momento, "*assalariados*", "*arrendatários*" e "*meeiros*" foram à sede da fazenda, juntos, exigir, para os primeiros, aumento no valor do pagamento por arroba; para os últimos, anulação das dívidas para com o fazendeiro. Um outro exemplo registrado foi o da fazenda Miriri na Paraíba, onde uma concentração de protesto envolvendo dois mil "*lavradores*" da fazenda teve a participação de "*centenas de assalariados da cana*", em greve por aumento de salário. O jornal Terra Livre falava em "*avalanche de camponeses sobre a Fazenda Miriri*", noticiando uma grande marcha sobre a fazenda em 10/12/63 (TL 131, fevereiro de

⁷"*Camarada*" era o termo que designava o trabalhador contratado para serviços avulsos nas fazendas, não tendo pois os laços de permanência, que eram um dos traços distintivos do "*colonato*". Parece ter sido um termo comum em São Paulo e no Paraná.

1964, Supl. Esp., p. 1 e 3, grifo meu, LSM). Nessa concentração, a reivindicação era aumento de salário e mudança de administrador⁸.

Havia, ainda, referência a uma paralisação de "arrendatários" (Fazenda Bandeirante, Martinópolis, SP) e a greves, em Pernambuco, onde as demandas envolviam "fim do cambão" e "baixa do foro", além de reivindicações tipicamente trabalhistas⁹. Num dos casos registrados, o fazendeiro, pressionado, "resolveu atender às reivindicações, aceitando inclusive a exigência por parte dos trabalhadores para a condução gratuita de seus produtos, que iam ser vendidos nas feiras do estado..."¹⁰, o que indicava que os envolvidos no movimento tinham uma produção própria destinada ao comércio local.

Desses traços é possível, pois, tirar elementos para reforçar aspectos apontados no capítulo anterior, no sentido de precisar a que categoria social o PCB se referia quando mencionava "assalariados rurais". Na verdade, tratava-se de um emaranhado de situações distintas, onde não estava descartado um forte vínculo com a terra (daí a referência às demandas pelo fim do cambão, ao transporte da produção própria, etc), mas onde também havia trabalhadores totalmente expropriados, como é o caso de "volantes" e "camaradas".

Indicava-se assim não só um mercado de trabalho em processo de transformação, mas principalmente, no que nos interessa aqui, o esforço de mostrar a constituição de um novo agente histórico (o segmento rural da classe operária), portador, pela natureza mesma de seu "ser de classe", de profundas mudanças para o campo. Instituíam-se assim um novo ator, em oposição à visão dominante sobre o campo que falava em "produtores rurais" ou "rurícolas" e que se difundia a partir das

⁸Novaes (1987) se refere a uma passeata de "assalariados" na Paraíba, onde eram dados "vivas" à reforma agrária.

⁹Ver ocorrência 109, Anexo 1.

¹⁰Ver ocorrência 112, Anexo 1.

entidades organizativas existentes e da própria legislação¹¹. Concomitantemente, transformava-se o produtor rural em "*fazendeiro*", "*patrão*", "*tatuira*", "*latifundiário*" e constituía-se uma oposição que era negada quer no plano legal e institucional, quer no imaginário dominante sobre o meio rural.

Em algumas ocasiões, mencionava-se a participação, nas greves, de associações de "*trabalhadores agrícolas*" ou, mais frequentemente, quando se falava dos trabalhadores da cana, do Sindicato ou Federação da Alimentação, que reunia também os trabalhadores da parte industrial. Indicava-se assim não só a presença de organizações próprias, como veremos mais adiante, mas também, no caso da cana, vinculação com outros segmentos de trabalhadores, os da parte industrial.

Razões das greves

Muitas vezes as notícias mencionavam as greves brevemente, sem dar maiores informações sobre seu conteúdo, como se o sentido de uma paralisação se explicitasse na própria palavra. Quando as razões apareciam detalhadas, mostravam-se majoritariamente ligadas a aumento salarial (registramos sessenta e um casos com esse teor). A partir de meados dos anos 50, a referência tornou-se a solicitação por pagamento do salário mínimo (dezessete ocorrências). Se esta reivindicação, tendo em vista as baixas remunerações que prevaleciam no campo, correspondia também à demanda por um aumento efetivo de salário, não há como deixar de registrar a mudança da linguagem: remetia-se à lei, configurando o esforço de enquadrar os trabalhadores rurais no patamar de uma legislação até então voltada estritamente para os trabalhadores urbanos: a Consolidação das Leis do Trabalho¹².

¹¹Palmeira (1989:15) aponta, por exemplo, que "*no texto da lei que criou o Serviço Social Rural e da grande maioria dos documentos que o antecederam ou lhe deram seguimento (...) o que está em jogo é o 'meio rural', a 'população rural', a 'classe rural', o 'rurícola', o 'ruralista', o 'agrário' ... ou coisas que tais*". Expressões semelhantes já podiam ser encontradas, como vimos no Capítulo 2, na legislação sobre organização associativa no campo, de 1944, e principalmente no debate que a antecedeu.

¹²Com base nessa legislação, encaminharam-se, em São Paulo, algumas ações na justiça que foram criando uma jurisprudência reconhecendo direito a férias e salário mínimo. Uma das edições do jornal

A ênfase na referência legal pode ser ilustrada com o caso dos trabalhadores da fazenda Jacutinga, em Presidente Alves (SP). Era noticiado que eles conseguiram que não incidisse nenhum desconto sobre o salário estipulado e que, para completar o salário mínimo previsto em lei, o empregador deveria fornecer aos empregados habitação, lenha, café, transporte e uma cota de vinte e cinco watts de luz para cada habitação¹³. Nesse caso, o que aparecia em outras circunstâncias como desconto, transmutava-se, por força da linguagem legal, em complemento salarial.

Os aumentos salariais, apesar de constantemente ressaltados, estavam longe de esgotar a pauta reivindicativa dos grevistas. Aparecia também, com alguma frequência, a demanda por pagamento de salários atrasados (nove casos), a reivindicação por repouso semanal remunerado ou respeito aos "*dias santos*" (dez casos), férias (dez casos), limitação da jornada de trabalho a oito horas e consequente pagamento das horas extras excedentes. Também foi motivo de diversas mobilizações o fim do desconto referente à habitação.

Além dessas reivindicações, mais comuns, registravam-se outras que espelhavam as condições de trabalho: carteira profissional assinada, cumprimento do contrato de colonato, pagamento do salário em dinheiro, queixas contra a retenção de salário, o trabalho gratuito, o "*barracão*", o "*cambão*", o corte da carne e lenha, antes cedidas pelos "*patrões*", a proibição de que capangas matassem os porcos dos "*colonos*", a mudança no sistema de medição do produto colhido.

Algumas razões de greve, de registro mais raro, apontavam para uma incipiente organização dos trabalhadores: algumas paralisações eram tratadas como

Terra Livre, por exemplo, criticando um projeto de lei que distinguia entre "*empregado rural*", "*contratista*" e "*colono*", ressaltava, para defender os direitos destes últimos, que "*o colono do café, conforme reconheceu o TST, ao examinar o processo 4033/54, não é também trabalhador autônomo. O colono é também empregado rural, sujeito às ordens do patrão...*" (TL 73, 1_ quinzena de outubro de 1956, p. 1).

¹³Ver ocorrência 91, Anexo 1.

sendo de solidariedade frente à demissão de trabalhadores ou de lideranças, pelo direito a ter delegado sindical.

Colocavam-se ainda demandas referentes à própria liberdade de ir e vir dos trabalhadores, bem como o direito de dispor a seu alvitre do salário. E o caso, por exemplo, de uma greve em Marília (SP) onde *"os homens do campo insurgiram-se contra a obrigatoriedade de comprar fubá na dispensa da fazenda - uma espécie de cambão -, exigiram o pagamento e salário sem desconto, além de lutarem pela diminuição das horas de trabalho... A greve durou uma semana, depois do que o fazendeiro cedeu em todos os pontos, concedendo inclusive licença aos lavradores para que dispusessem de tempo para as compras na cidade"* (NR, 16 a 22/08/63, p.6, grifos meus, LSM)¹⁴.

No conjunto das reivindicações, além da busca de apoio na legislação trabalhista, havia também referências a rupturas no costume. É o caso da introdução, juntamente com o salário mínimo, de descontos sobre o que sempre fora gratuito, como a casa; da tentativa, por parte dos fazendeiros, de suprimir a concessão de lotes destinados a cultivos de subsistência. Era, pois, também contra um processo de expropriação em curso que se voltava, em alguma medida, a ação grevista, o que nos leva a refletir sobre o significado do corte do que o costume consagrara e que passava, a partir de um determinado momento, a ser tratado como direito¹⁵.

¹⁴Note-se a analogia feita com o *"cambão"*, termo que, nos anos 60, por força da projeção que as Ligas Camponesas haviam alcançado, começava a servir como sinônimo para diferentes formas de exploração. No caso, obrigatoriedade de compra de produtos no armazém da propriedade.

¹⁵Thompson (1979), analisando os motins populares do século XVIII na Inglaterra aponta para a importância de noções de legitimidade neles presentes: *"Os homens e mulheres que constituíam o tropel acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais; e, em geral, que estavam apoiados por um amplo consenso da comunidade"* (Thompson, 1979:65). Esse autor defende a tese de que, mais importante que a forma, a ocorrência de motins relacionava-se com a ruptura das relações paternalistas.

A emergência e os desdobramentos das greves

Como surgiam as greves? Há poucas referências ao processo que as viabilizava. É como se elas fossem uma decorrência necessária da situação de exploração e não produto de um trabalho de organização e mediação realizado por pessoas e instituições específicas, entre elas a própria imprensa.

Apesar dessa aparente invisibilidade do trabalho político, condição para acentuar a tese que a imprensa procurava defender de que estava em curso o processo de emergência de uma "*consciência de classe*" entre os trabalhadores do campo, há algumas referências à presença de associações de trabalhadores que teriam estimulado as paralisações, bem como ao papel do **Terra Livre** que, noticiando greves e ganhos delas resultantes, teria estimulado a ocorrência de outros eventos similares. Depoimentos de lideranças também mencionam entradas em fazendas, através de pessoas conhecidas, reuniões na calada da noite, como o momento inicial do processo de desencadeamento das greves, explicitando assim um lento processo de organização, de identificação de lideranças, de constituição de laços de confiança e solidariedade, essenciais no processo de produção da classe.

São também raras as descrições da forma através das quais ocorriam as greves. Há indicações sobre a dificuldade de sua preparação, referindo-se à "*falta de união entre os colonos*" (oc. 56), às tentativas de fazendeiros "*dividirem os trabalhadores*" (oc. 31). A isso somavam-se constantes referências a violências, tais como espancamentos, agressão por jagunços, presença coatora da polícia, demissões e expulsões de grevistas (oc. 33, 50, 65, 93, 99, 109). A narração da violência, todavia, se era denúncia, também parecia se voltar para um estímulo ao despertar de um sentimento de injustiça, solidariedade e necessidade de união.

Desde logo ficou patente que as greves provocaram a abertura de um caminho em direção a um poder externo que, se muitas vezes significava reforço da autoridade patronal, abalada pela ocorrência do fato inédito e contestatório que era a ação coletiva dos trabalhadores, em outros momentos, era o sustentáculo dessas mesmas práticas.

Não por acaso, no jornal **Terra Livre**, constantemente apareciam chamadas do tipo: "*a força da lei está em nossas próprias mãos*".

Em algumas situações, no entanto, o poder patronal se impunha. A arbitrariedade era então denunciada. Há notícias em que o "*patrão*" intimou os trabalhadores rebeldes a irem à promotoria; há também referências a "*patrões*" chamando o escrivão de polícia para "*intimidar*" os "*colonos*" paralisados (oc. 60). Em passeatas realizadas nas cidades por grevistas, a ação da polícia se fez ver em diversas situações, com demonstrações de poder e violência. Em Itanhaém, por exemplo, a própria Polícia Marítima interveio, "*disparando rajadas de metralhadoras no chão*" (oc. 103). Nesses casos, tratava-se de apontar o comprometimento do poder judiciário com os proprietários.

Em outros momentos, contudo, o recurso à justiça implicou no aparecimento de jurisprudências que serviram de novo patamar para as demandas. O reconhecimento de direitos colocava, assim, a lei mediando as relações entre trabalhadores e patrões, o que muitas vezes implicou, inclusive, em intimações para que estes comparecessem à Delegacia Regional de Trabalho, sinalizando a possibilidade de reordenamento nas relações tradicionais¹⁶.

Os grevistas, em diferentes ocasiões, também procuraram obter apoios, realizando, por exemplo, manifestações nas cidades. Exemplo disso foi a greve da fazenda Lajeado, em Ourinhos (SP), quando os "*colonos*" foram ao fórum da cidade em passeata, empunhando cartazes onde denunciavam a "*exploração brutal*" a que, há vários anos, vinham sendo submetidos. Ao percorrerem as ruas centrais da cidade, pararam em frente à residência do vice-prefeito e a seguir procuraram um vereador,

¹⁶Em entrevista ao **Pasquim**, Gregório Bezerra, referindo-se à greve dos assalariados da cana de 1963 em Pernambuco, fala dos efeitos da greve sobre o poder patronal: "*Para terem uma idéia, basta dizer que o patronato rural, arrogante como sempre, senhor de tudo e de todos, teve que se dirigir ao sindicato e pedir permissão para que fosse possível que os trabalhadores que tiravam leite do gado fossem fazer isto. De início, alguns acataram que não deveriam ir, depois entramos em discussão e concluímos que era uma necessidade. A greve era contra o dono do gado, não contra o gado...*" (**Pasquim**, ano X, 500, 25 de jan. a 1 de fev. de 1979, grifos meus, LSM).

líder do PTB, que lhes prometeu apoio. A Federação das Indústrias da Alimentação de São Paulo também forneceu ajuda, através de José Alves Portela, conhecido dirigente comunista. Em mesa-redonda na DRT, após essa pressão, conseguiram o almejado aumento (oc. 95). Da mesma forma, em Guaira (SP), também ocorreram passeatas, neste caso dispersadas violentamente pela polícia. O evento de Guaira estimulou os trabalhadores de Barretos: *"cerca de 500 trabalhadores fizeram uma 'passeata da fome' e dirigiram-se ao prefeito, exigindo solução para o problema da alta do custo de vida. Como sempre acontece nessas ocasiões, o delegado de polícia quis descobrir 'elementos subversivos', 'agentes de Moscou' etc. Mas os trabalhadores mostraram que o caso era de fome e não de polícia e dirigiram-se à Justiça do Trabalho. O movimento grevista foi totalmente vitorioso... a Prefeitura distribuiu gêneros alimentícios entre os grevistas"* (oc. 101).

A busca de apoios externos se refletia também na tentativa de constituir aliados, que apareciam principalmente nas organizações sindicais urbanas, em especial os Sindicatos e a Federação da Alimentação, controlados pelo PCB, pelo menos no estado de São Paulo. Estas entidades muitas vezes serviram inclusive de base organizativa para um dos segmentos de *"assalariados"* rurais: os da agroindústria canavieira. Numa das greves do Nordeste, a realizada em Goiana (PE), a imprensa ressaltava o fato de que ela contava com apoio dos têxteis, dos pescadores e da população, que se solidarizou distribuindo alimentos aos grevistas (Oc. 67).

Na descrição dos resultados das greves eram ressaltadas as vitórias, mas não se deixava de mencionar dispensas de trabalhadores e lideranças o que, em alguns casos, levou a novas paralisações, com caráter de solidariedade (oc. 31, 69). No caso de dispensas, em algumas situações eram feitas ressalvas, também calcadas na legislação em vigor: por exemplo, quando a demissão de trabalhadores se revelava inevitável (o que poderia ser interpretado como sinal de fraqueza do movimento), sempre se adendava que eles receberiam a devida indenização.

A imprensa procurava enaltecer o poder dos trabalhadores em greve, ressaltando as potencialidades da lei. É o caso da referência a uma intimação para um fazendeiro comparecer à DRT, apesar da repressão policial, e do reconhecimento dos direitos dos "colonos" (oc. 73). Se, como indica E. P. Thompson, *"a condição prévia para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa"* (Thompson, 1987c:354), a simples possibilidade de chamar o patrão à justiça mudava a qualidade da relação, na medida em que rompia com o controle absoluto que aquele detinha no interior das fazendas. Abria-se assim espaço para o exercício de uma outra forma de poder, através da discussão e cobrança do que era percebido e socialmente elaborado como direito. Dessa perspectiva, a greve aparecia como momento privilegiado de inversão de relações, o que se constituía na faceta mais recorrentemente enfatizada nos jornais.

A luta pelo acesso à terra: arrendamentos, resistências e ocupações

Os conflitos envolvendo acesso à terra foram diferenciados, envolvendo tanto a negociação das condições de arrendamento como ocupações e resistências de "posseiros" a despejos.

Desde o final dos anos 40 houve um investimento dos comunistas em relação a questões ligadas ao arrendamento de terra. Num primeiro momento, tratava-se de combater as altas taxas praticadas e buscar ampliar os prazos dos contratos. Em alguns estados, como Goiás, comunistas eleitos para a Assembléia Legislativa defenderam e conseguiram a inclusão, na Constituição estadual, de normas relativas a esse tema, regulamentando porcentagens máximas de valor a ser pago a título de aluguel. No entanto, os conflitos em torno do arrendamento transformavam-se, em boa parte dos

casos, em disputa pela permanência na terra e alimentadores da demanda por reforma agrária.

No que diz respeito à resistência às tentativas de expulsão da terra, bem como às ocupações, eram várias as situações noticiadas. Ao contrário do que apontamos no item anterior, quando mencionamos a existência de momentos claros de intensificação das atividades grevistas, há uma continuidade de registros de ações de resistência na terra, algumas delas permanecendo por várias edições nas páginas dos jornais ou saindo para depois retornar, em momentos de maior tensão. Elas persistiram mesmo em meados dos anos 50, momentos de crise do PCB e da ULTAB, que, como vimos, tiveram um forte reflexo sobre a eclosão de greves.

Tal persistência parece refletir as peculiaridades das lutas por terra, onde a tentativa de barrar as expulsões se dava de todas as formas possíveis, na medida em que o que estava em jogo era a sobrevivência material e cultura do "posseiro"¹⁷. Sujeita a negociações mais lentas e difíceis, com um respaldo legal menos sólido e legitimado, e onde o poder ligado ao direito de propriedade gerava estreitos canais de negociação, os conflitos por terra davam margem, recorrentemente, à utilização da força pelas partes em disputa.

A imprensa refletia o investimento do PCB nas lutas pelo acesso à terra, algumas delas aparecendo como modelares e sendo apresentadas com mais detalhamento, outras sendo apenas mencionadas. A preocupação com esse tipo de conflito, que traduzia uma forma persistente do aparecer de uma série de tensões no campo, deu densidade, como vimos no capítulo anterior, a uma plataforma a princípio vaga - a da "revolução democrático-burguesa", sustentada por uma "reforma agrária

¹⁷ Analisando lutas camponesas de diferentes países, Wolf chama a atenção para a importância que aí tiveram setores do campesinato situados "fora da soberania do controle dos proprietários de terra" (Wolf, 1984:349). Segundo esse autor, esse segmento "tem seu equilíbrio continuamente ameaçado pelo crescimento populacional, pela usurpação dos proprietários de terras rivais; pela perda de direitos às pastagens, às florestas e à água; pela queda dos preços e pelas condições desfavoráveis do mercado; pelos pagamentos de juros e pelas execuções de hipotecas. Além disso, é precisamente esse estrato que mais depende das relações sociais tradicionais de parentesco e auxílio mútuo, entre vizinhos..." (Wolf, 1984:350).

antilatifundiária" - que, pouco a pouco, se definiu com mais clareza e ganhou conteúdos mais precisos e densidade social. Através da palavra de ordem "*reforma agrária*", os conflitos, a princípio de caráter localizado, se articularam e passaram a se colocar como um elo num conjunto de idéias e práticas que alimentaram concepções sobre a necessidade de criar condições para o desenvolvimento do país. Era nela que as reivindicações descritas no capítulo anterior se corporificavam e ganhavam densidade social.

Os principais casos

As primeiras referências a conflitos de terra apareceram nos jornais, já no final dos anos 40, quando eram mencionadas "*ocupações*" e "*tomadas*" nas localidades de Populina, Sol, Guarani d'Oeste e Brasitânia, em São Paulo (VO, 23/07/49, p. 12)¹⁸. Neste momento, a ênfase parecia recair sobre as ações armadas, como é o caso do "*latifúndio Jaú*", em Fernandópolis (SP)¹⁹.

No início dos anos 50, outras indicações de resistência armada eram apontadas. Em dezembro desse ano, a VO noticiava que "*os camponeses da Linha 9 de Abril preparam-se para a resistência armada e necessitam para isso criar comissões de resistência em todas as glebas, providenciar armas e procurar obter solidariedade dos camponeses da região*" (VO, 16/12/50). O mesmo ocorria em Campo Mourão, no Paraná.

Em Canápolis, Triângulo Mineiro, na Fazenda dos Ingleses, um dos casos bastante enfatizados, o proprietário se recusou a prorrogar os prazos dos contratos de

¹⁸Como aponta Faleiros, historiando a trajetória das teses do PCB para o campo, "*se a questão do monopólio da terra havia ficado diluído no período anterior, em 1948 ressurgiu com força vital... agora é a transformação das relações sociais no campo pela destruição do monopólio da terra que criará condições para a ampliação do mercado interno para a industrialização*" (Faleiros, 1989:136/137). Esta decisão prenunciava as resoluções do Manifesto de Agosto, já comentadas no capítulo anterior.

¹⁹Segundo a imprensa comunista, apontando "*as táticas utilizadas pela reação*", esses eventos foram silenciados pela "*imprensa sadia*" (VO, 13/08/49, p. 2).

arrendamento. Frente a isso, os "*camponeses*" se reuniram em assembléia e resolveram arrancar o capim plantado entre o arrozal, para que o gado não fosse solto e eles não fossem forçados a abandonar a terra. Em função da perspectiva de possíveis represálias, "*foi formado um comando para preparar os camponeses para se defenderem da reação dos latifundiários e da polícia e instalado um Quartel General, fora dos limites da fazenda, mas em contato com os arrendatários, que guarneceria os camponeses com orientação, assistência material e grupos de autodefesa*" (VO, 06/05/50, p. 9). Como os "*camponeses*" passassem a arrancar o capim plantado, o latifundiário prometeu que atenderia às suas reivindicações se a operação fosse suspensa, no que foi imediatamente atendido. Os "*arrendatários*" demandavam um contrato de cinco anos; pagamento de vinte por cento das colheitas aos proprietários da fazenda; direito a terem no pasto um animal de sela; um pedaço de terra para utilizar "*como quintal*". Como se vê, reivindicações ligadas às condições imediatas de produção acoplavam-se às formas de resistência armada. Certos de serem atendidos, relaxaram a vigilância e foram cercados pela polícia, sofrendo grande violência. Um "*camponês*" foi morto e o corpo encontrado somente dias depois. Outros foram à cidade tentar esclarecer o ocorrido e foram presos (num total de vinte e nove). Os comunistas buscaram transformar essas ocorrências num fato político, tentando, através de sua imprensa, gerar uma onda de solidariedade aos presos, que acabaram por ficar detidos por quase três meses (VO, 13/05/50, p. 9).

Situação semelhante, na mesma época, ocorreu na fazenda Gariroba, em Américo de Campos (SP), e pertencente ao Frigorífico Anglo. Para lutar contra as altas taxas cobradas pelo arrendamentos, a plantação de capim no meio das lavouras e os despejos, quatrocentos "*camponeses*" decidiram criar uma associação, que foi violentamente reprimida (VO, 15/07/50, p. 9). O "*latifúndio*" era acusado de ter dezessete mil alqueires, com uma área plantada de capim onde eram criadas quinze mil cabeças de gado. Nele moravam mil e duzentas famílias, que tiveram parte da área de suas roças plantadas com capim. A principal liderança, Chico Mineiro, e outros

"camponeses" foram presos. Chico foi espancado, ficou impossibilitado de trabalhar e sofreu uma ação de despejo. Os "camponeses" reagiram e os "ingleses" foram forçados a recuar. Deram três meses de prazo para a colheita e perdoaram a renda do ano. Vencidos os três meses, o oficial de justiça voltou e foi recebido a bala. No dia seguinte, cinquenta policiais armados ocuparam a fazenda, dispararam rajadas de metralhadora na casa de Chico e procederam ao despejo (VO, 15/09/51, p. 9; IP 20/09/51, p. 3).

Foi, no entanto, em Porecatu, região situada no norte do Paraná, que as experiências de luta por terra através de ações armadas ganharam sua expressão mais espetacular, na medida em que os conflitos que ali se desenrolaram foram objeto modelar de experimentação das teses do PCB sobre a estratégia da "*revolução agrária e antiimperialista*" e da criação das "*frentes democráticas de libertação popular*".

Em Porecatu já eram recorrentes os casos de resistência na terra. Conforme a descrição do jornal **Voz Operária**, e que é exemplar da leitura que ia sendo produzida acerca dos conflitos fundiários, a região era caracterizada pela existência de áreas devolutas que haviam sido desbravadas, loteadas e cultivadas por dezenas de famílias que lá se instalaram e requereram ao Estado títulos de posse, nunca concedidos. Essas terras foram "*griladas*" por Ricardo e Geremia Lunardeli, que nelas montaram uma usina de açúcar, depois vendida. A tentativa de retirada dos "*posseiros*" pelos "*grileiros*" se fez, num primeiro momento, através da oferta de uma indenização por pé de café plantado, equivalente a um décimo do valor de mercado, e de sua remoção para outras terras, ainda virgens, em outra parte do estado. Como o acordo não foi aceito, "*a polícia e os latifundiários passaram a invadir as propriedades dos camponeses surrando e espancando os que eram encontrados sozinhos*" (VO, 18/10/50, p. 9).

Como lembrou Armênio Guedes, cerca de trinta anos após o evento, "*quando surgiu a luta em Porecatu, que era uma luta de massa, uma luta de posseiros, uma luta concreta, nós nos metemos nela com o objetivo de transformá-la na centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início à revolução agrária*" (entrevista,

citada por Faleiros, 1989:165). A partir daí, no decorrer dos anos de 1950 e 1951, os conflitos se desenvolveram mais intensamente, com muita violência por parte da polícia, os posseiros sendo expulsos, mas reocupando suas terras e utilizando-se de formas tradicionais de solidariedade para nelas se manter. Matéria da *Voz Operária*, datada de 09/06/51, comentando as dificuldades de trabalho por ocasião do término da colheita de arroz e início da colheita do café, afirmava: *"a realização desses trabalhos foi possível graças à planificação de uma das muitas formas de solidariedade camponesa: o mutirão"*. Segundo essa matéria, que saudava essas formas costumeiras de solidariedade *"camponesa"*, grandes mutirões foram organizados em Porecatu e neles trabalharam centenas de *"camponeses"*. De todas as partes dos sítios e fazendas mais distantes, acorreram *"pequenos proprietários"* ou simples *"colonos"*, para dar sua contribuição efetiva de trabalho. Geralmente eles se faziam acompanhar das mulheres e filhos, *"que ajudavam na cozinha e na matança dos porcos, na fabricação do sabão, no salgamento do toucinho, etc"*²⁰.

Nesse momento do conflito, foi lançado o *"Manifesto de Porecatu"*, exigindo entrega imediata das posses, com os respectivos títulos, aos seus primitivos ocupantes; distribuição gratuita das terras griladas - as chamadas *"fazendas"* - e das terras devolutas aos *"camponeses pobres"*; indenização, pelo justo valor, aos *"posseiros"*, de todos os prejuízos causados pela polícia e pelos jagunços a mando dos *"fazendeiros"* e do governo; anulação de qualquer processo ou perseguição contra *"posseantes"* e *"trabalhadores"*; remoção da polícia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas; punição dos assassinos e mandantes dos massacres dos *"posseantes"*; eleição de uma comissão de *"posseantes"* para a nova divisão de

²⁰Segundo carta de Hilário G. Pina, endereçada a Lyndolpho Silva, foram as associações locais que organizaram os mutirões. Essas associações agrupavam pessoas de um determinado bairro rural. Nos mutirões *"todos os posseiros do bairro se concentravam durante certo tempo numa determinada propriedade para preparar a terra para plantio ... enquanto um grupo realizava o trabalho no roçado, outro grupo armado se mantinha na autodefesa. Era uma vigília dia e noite, o que interrompeu os despejos praticados pelos jagunços"* (carta de Hilário Pina a Lyndolpho. Silva, datada de 5/11/1981. Arquivo L. Silva).

terras; reconhecimento do direito dos trabalhadores do campo se organizarem em Ligas, associações, etc.

Ao lado dessas reivindicações características dessa categoria que se firmava no espaço público como "*posseantes*" ou "*posseiros*", apareciam outras, referentes ao preço pago pelo trato de mil pés de café, ao valor pago por saco de café colhido; direito livre venda dos produtos, de terra de pasto para os animais; pagamento em dinheiro todas as quinzenas; salário por oito horas de trabalho para volantes e colonos; pagamento de férias, inclusive as atrasadas, "*de acordo com o artigo 129 da CLT*"; elevação do preço para a formação dos cafezais, com direito de colheita até o quinto ano, plantio intercalar e abolição das multas em geral (VO, 02/06/51, p. 9).

Esse manifesto indicava a complexidade do conflito, se considerarmos as diferentes categorias envolvidas: reivindicações por direito à terra se amalgamavam com demandas trabalhistas. Diversidade de categorias no interior da luta por terra? Tentativa de ampliar o quadro de alianças e fazer proselitismo, incorporando assalariados, como interpreta o pesquisador Heller da Silva (1993)? Possivelmente as duas coisas. Como indicamos, quando tratamos das greves, o que o PCB considerava como trabalhadores "*assalariados*" e para os quais se imaginava o modelo ideal da luta trabalhista, eram trabalhadores com fortes vínculos com a terra e que, a qualquer momento, a partir de condições favoráveis, poderiam aparecer como "*posseiros*"²¹.

A reação do poder local e do governo estadual não se fez esperar. Logo depois era noticiado o cerco da região por mais de setecentos soldados e enfatizado, por um lado, um clima de verdadeira guerra civil; por outro, o reconhecimento pelos demais segmentos sociais da justiça da causa dos "*posseiros*". A citação seguinte parece projetar um clima pré-revolucionário na região: "*O norte do Paraná se acha sob terror policial. Centenas e centenas de famílias abandonaram as suas propriedades e lavouras, perseguidas e despedidas pelos bandidos e soldados do governo e dos*

²¹Grynzpan (1987) aponta situação semelhante analisando o que eram os "*posseiros*" no estado do Rio de Janeiro.

fazendeiros. Os colonos das grandes fazendas deixam o trabalho na colheita em sinal de solidariedade e os soldados estão se fazendo de doentes para não serem obrigados a massacrar camponeses. Devido às baixas, o comando da força abriu o voluntariado, mas a população está do lado dos camponeses em armas. Muitos colonos que abandonaram as fazendas dirigem-se para as matas para ajudar os resistentes" (VO, 21/07/51, p. 2 e 9).

A derrota veio logo a seguir, mas os "*posseiros*" foram remanejados para outras regiões do estado e, a partir daí, apesar das declarações de que eles haviam saído "*vitoriosos*", um significativo silêncio sobre essa luta se estabeleceu na imprensa comunista. A mudança de linha do PCB certamente foi responsável por esse silêncio, na medida em que Porecatu era utilizado como um dos melhores exemplos da potencialidade das "*frentes democráticas de libertação popular*", caminho de luta posteriormente rechaçado pelo PCB. De exemplar, ela passa a ser sequer mencionada²².

Se as ações armadas ganharam destaque na imprensa do PCB, vale chamar a atenção para o silêncio, ou pouco destaque, que nela se verifica em relação a práticas distintas que ocorriam, na mesma época, em diferentes pontos do país. O investimento político na área conhecida como "*Baixada Fluminense*", no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, foi em outra direção. Nessa região, "*posseiros*" (trabalhadores descritos como ocupantes de terras abandonadas, mas que pagavam "*matagem*", ou seja, uma taxa pela retirada de lenha, a pretensos proprietários) iniciavam um molecular processo de organização, tendo como referência o direito de usucapião, presente no Código Civil, e pressões sobre os poderes públicos (Pureza, 1982). Essas ações, no seu momento inicial, não receberam destaque na imprensa comunista, só o obtendo a partir de meados dos anos 50. Esse fato pode indicar a preocupação dessa imprensa em

²²Clodomir Moraes, membro do PCB, expulso em 1962, e um dos principais mentores das Ligas Camponesas do Nordeste, parece ter cunhado a referência a esse movimento como sendo uma "*guerrilha*" (Moraes, 1976). Não encontrei o termo em nenhuma das matérias a que tive acesso sobre o conflito.

ressaltar determinadas lutas, tidas como exemplares, por se enquadrarem na lógica mais global de ação do partido. Outras, que se encaminhavam por outros rumos, não tinham o mesmo tratamento²³.

No decorrer da década de 50, foram vários os conflitos que receberam investimento político do PCB. Em vários deles, a resistência dos "posseiros" foi pacífica, em outros se fez através da luta armada. Apesar desse tipo de prática não mais estar presente no programa partidário e ter sido estigmatizada, com o abandono da tese da constituição de "*frentes democráticas de libertação nacional*", não era possível deixar de evidenciar que era a forma através da qual a resistência muitas vezes se concretizava. Não temos condições aqui de aprofundar as condições que permitiram a utilização de armas. Sem dúvida, ela pode ser pensada como uma resposta às recorrentes e conhecidas práticas utilizadas pelos "grileiros" e "capangas" ou, seguindo as reflexões de Monteiro (1974), como resultado da ruptura da consciência de nivelamento anteriormente existente²⁴. Também pode ter sido fruto de uma exacerbação dos conflitos políticos locais, como indica Grynzpan, analisando o caso do Rio de Janeiro. No que nos interessa aqui, trata-se de verificar como o conflito armado acabou sendo utilizado e capitalizado pelo PCB no sentido de compor a imagem pública do "*campesinato*": homens pacíficos e trabalhadores, porém capazes de enfrentar seus adversários, com os meios disponíveis, até mesmo a força, em defesa de seus direitos.

²³ Talvez se possa pensar em um certo isolamento dos militantes deslocados para o campo, o que dificultava o conhecimento do que se passava em cada região. Esse isolamento, dificultando a circulação de idéias, foi apontado em algumas memórias, como é o caso de Irineu Moraes (Welch e Geraldo, 1992). Esse fato não descarta a questão da seleção e valorização de alguns conflitos pela imprensa para construir a imagem da ação do partido no campo e o silêncio sobre aqueles que não seguiam a mesma orientação.

²⁴ Segundo Monteiro, "*se a violência costumeira faz-se entre homens que se representam em nível ideológico como iguais ou potencialmente iguais, ou entre homens efetivamente beneficiados por uma autonomia necessária, a violência inovadora surge com a ruptura da consciência de nivelamento*" (Monteiro, 1974:43).

Um bom exemplo dessa capitalização foi o da região de Formoso, em Goiás. Em 1955 começaram a aparecer notícias sobre choques armados que lá se verificavam. Segundo o histórico que os jornais faziam do conflito, foi nessa época que o PCB de Goiás, tendo notícia das tensões que se desenvolviam na região, resolveu apoiar os "posseiros", que se enfrentavam com "grileiros". Já no início de 1956 mencionava-se a existência de uma associação de "posseiros" em Itauçu com cento e oito sócios e outra em Formoso, com cento e vinte e nove, além de quatro núcleos locais. A associação demandava garantia ao direito de posse; preços mínimos compensadores para os cereais; liberdade de trânsito nas estradas; construção de pontes e estradas, posto de saúde e escolas (VO, 25/02/56). Essas demandas indicavam uma economia camponesa buscando consolidação através da solidificação de vínculos com o mercado²⁵.

A intensidade dos conflitos, configurada em recorrentes confrontos entre "posseiros" e "grileiros", exigiu intervenção do governo estadual. Em 1956, frente à repercussão dos eventos (e, para isso, também foi essencial a participação do PCB), o governador de Goiás se comprometeu a resolver pacificamente a situação dos "posseiros". Estiveram na região o diretor da Divisão de Terras, o Procurador da Justiça do estado e um agrimensor. Foi entregue aos "posseiros" um documento escrito no qual eram conclamados a voltar ao trabalho e reafirmado o empenho do governo estadual no sentido de defendê-los. Com esse pretexto, foi enviada também à região uma caravana policial armada com fuzis, metralhadoras, aparelhos rádio-transmissores, etc.

Em protesto contra esse tipo de prática, foi constituída em Goiânia uma "Comissão de Apoio aos Lavradores de Formoso". A reunião realizada foi presidida pelo deputado Francisco Brito (presidente da UDN) e da diretoria da comissão participavam o "presidente da Câmara, diversas personalidades, líderes sindicais e

²⁵Uma análise detalhada desse conflito pode ser encontrada em Carneiro (1981) e Cunha (1994). Segundo Cunha, o Estatuto da Associação de Lavradores de Formoso foi elaborado por José Godóy Garcia, advogado vinculado ao PCB. Na diretoria dessa associação também foram incorporados quadros desse partido, o que indica a sua presença precoce e forte no conflito.

populares". Essa Comissão daria assistência jurídica aos "posseiros" e buscaria compradores, entre os cerealistas goianos, para a sua safra a preço justo (VO, 04/05/57, p. 15).

Em carta dirigida ao deputado Alfredo Nasser, ex-senador, presidente do PSP e diretor do Jornal de Notícias de Goiânia, os posseiros diziam: *"nós não invadimos terras de ninguém, não queremos terra de graça. Queremos comprá-la do estado. Achamos que o governador deve vendê-las a nós, que nelas trabalhamos e produzimos e não a parasitas que não trabalham"* (VO, 13/04/57, p. 9). Há pois uma busca de legitimação do acesso à terra já ocupada mesmo utilizando a compra, processo de legitimação esse estimulado ou pelo menos endossado pelo PCB, ao mesmo tempo em que se enfatizavam as alianças que estavam sendo construídas com políticos locais, de diferentes inserções partidárias.

O desenrolar do conflito também levou à busca de alianças com o governo estadual e outras "autoridades", como o indicam não só o amplo espectro de forças que compunham o comitê de apoio, como também as constantes tentativas de aproximação. O Terra Livre, por exemplo, falava em uma *"grande festa da vitória"* em Formoso. Tratava-se de uma festa para homenagear José Ludovico, governador do estado, que prometia reconhecer os direitos dos posseiros, Alfredo Nasser, jornalista, e dirigentes da ULTAB. Na ocasião estiveram presentes vereadores, o farmacêutico Antônio Geraldo e o representante da ULTAB, Paulo Capingote (TL, 75, 1a. quinzena de dezembro de 1956). Anos depois, o mesmo jornal voltava a insistir sobre esses acordos, mostrando as dificuldades dos "posseiros" em consolidá-los, ao mesmo tempo em que ressaltando a crescente importância das "associações": *"as associações de camponeses no estado de Goiás são tão importantes em determinadas regiões que temos a ressaltar o acordo firmado entre o atual governo do estado, Mauro Borges, e a Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Formoso. Esse acordo obriga o governo goiano a entregar os títulos legais das terras distribuídas aos posseiros pelas associações de Formoso, numa área de cerca de dez mil quilômetros quadrados. O*

fato é de tal importância que está causando pânico entre os grileiros e latifundiários, vez que os moldes de tal acordo estão repercutindo em todo o estado, a começar na região litigiosa de Porangatu" (TL, 104, outubro de 1961, p.1).

Foi nesse momento que, de alguma forma, a luta armada começou a ser novamente estimulada ou pelo menos tomada exemplarmente, apesar de não mais constar das diretrizes oficiais do PCB. Muito pelo contrário, em suas teses, como vimos no capítulo anterior, propunham-se as formas pacíficas de luta e um amplo arco de alianças. O comportamento da imprensa é exemplar dessa contradição. Em 1961, em um dos números do **Terra Livre**, em primeira página, abaixo de uma foto de um posseiro armado, encontrava-se a seguinte legenda: *"esta atitude dos posseiros de Goiás é a mesma dos posseiros do Sudoeste do Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco. O programa pacífico de lutas pela conquista da terra, através das associações e ligas camponesas não exclui a luta armada para garantir a própria vida contra latifundiários, grileiros e jagunços, muitos até juizes, deputados e senadores"* (TL 104, outubro de 1961, p. 1).

Ainda na década de 50, um outro conflito de grande repercussão, envolvendo a questão da terra, eclodiu no Sudoeste do Paraná. Embora não haja indícios de envolvimento direto dos comunistas no conflito, a imprensa de esquerda lhe deu cobertura e destaque²⁶.

As terras em questão pertenciam à antiga divisão de colonização do Ministério da Agricultura, tendo sido transferidas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) em 1938. A União pagou com elas uma dívida à empresa CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.), em transação que foi impugnada pelo Tribunal de Contas. Nesse meio tempo, enquanto a questão estava na justiça, a CITLA vendeu lotes, mesmo sem ter título de propriedade.

²⁶Sobre esse conflito há uma vasta bibliografia. Ver Rego (1979), Colnaghi (1984), Gomes (1987), Heller da Silva (1993).

Frente à ameaça de expulsão, os *"posseiros"*, muitos dos quais já haviam inclusive pago por seus lotes, passaram a defender seus bens de armas nas mãos. Em Pato Branco, quatro mil *"lavradores"* armados prenderam um major da polícia e vinte soldados, apoderaram-se das armas e criaram uma Junta Governativa para substituir o prefeito e demais autoridades que haviam fugido. Numa ação extremamente simbólica, os escritórios das companhias de terra foram destruídos completamente e os arquivos jogados na rua, sob aplausos do povo. Dois dias depois da tomada de Pato Branco, três mil lavradores destituíram o prefeito de Francisco Beltrão e assumiram o governo da cidade. A ênfase das notícias em acentuar contra quem se voltava a indignação dos *"posseiros"* é ilustrativa da forma como se construíam opositores e aliados: *"Em ambos os municípios controlados pelos lavradores, a fúria popular se voltou exclusivamente contra a sede das colonizadoras. As repartições públicas nada sofreram, estando guarnecidas por posseiros armados"* (VO, 19/10/57, p. 7). Algumas autoridades locais se colocaram ao lado da Junta Governativa, como é o caso do juiz de direito da comarca de Verê e do promotor público.

Segundo o jornal **Imprensa Popular**, *"como a ação dos jagunços era apoiada pelas autoridades estaduais, pela força militar, por delegados de polícia e até por promotores públicos e juizes de direito, os lavradores não vacilaram em ocupar as sedes dos municípios e impedir, pela destruição de pontes e inutilização do aeródromo, que chegassem reforços para os capangas dos grileiros"* (IP, 03/10/57, p. 3).

Moisés Lupion, governador do Paraná, acabou tendo que aceitar algumas das condições dos *"posseiros"*: manutenção do delegado por eles nomeado, anistia geral, suspensão da remessa de tropas para aquela cidade, não desarmamento dos *"posseiros"* (VO, 02/11/57). Somente nos anos 60 o conflito seria resolvido, com a intervenção do governo federal e titulação das terras em favor dos que a haviam ocupado.

Os conflitos por terra também ocorriam no vale do Rio Doce, em Minas Gerais, onde eram comuns as notícias de tentativas de expulsão de posseiros pela

Acesita, Cobraice e Belgo Mineira, principalmente em Governador Valadares. Em meados dos anos 50 já se falava na iminência de um choque armado de grandes proporções entre "*posseiros*" e praças de cavalaria da Polícia Militar. Na época foi enviado um memorial ao Ministro da Guerra e ao Secretário da Agricultura, onde se pedia suspensão imediata da expedição policial contra os "*posseiros*" e o entendimento das autoridades civis com os "*lavradores*", ordenando uma nova medição de toda área, devendo os proprietários exhibir, perante uma Comissão - que poderia ser a Comissão Parlamentar de Inquérito já designada pela Assembléia Legislativa - todos os seus documentos de posse sobre as glebas daquela região. Ao mesmo tempo, o Estado deveria lotear as terras devolutas existentes nos vales do rio Doce e Mucuri, em glebas de cinco alqueires, no máximo, "*para serem vendidas, por preços módicos e facilidades de pagamento aos lavradores sem terras que as queiram cultivar*" (IP, 20/11/57).

Entre os casos de conflito por terra, nos anos 50, poderíamos incluir as reações populares aos efeitos da seca no Nordeste. Elas se verificaram principalmente no Ceará, local de onde apareciam referências à ocupação de prefeituras por "*camponeses*" (Acará, VO, 02/06/51, p. 9; Campos Sales, com retirantes, exigindo comida e dinheiro, IP, 23/03/51, p. 1), passeata gigantesca em Crateús (VO, 09/06/51, p. 9), manifestações em Sobral e Massapê, invasão de mercados, casas comerciais e residências de grandes fazendeiros em busca de alimento (VO, 07/07/51, p. 9). Em Sobral, alegando os prejuízos causados pela seca, os trabalhadores recusaram-se a entregar a metade de sua produção aos fazendeiros locais, alegando que a seca causou prejuízos e que não tinham o que comer (IP, 13/04/51, p. 2). Assim, em situações de crise, revelavam-se as tensões presentes nessas formas precárias de acesso à terra.

Em São Paulo, no final da década de 50, foram as lutas contra as formas de arrendamento vigentes que ganharam maior repercussão, já num momento de revigoração da ação do PCB no campo. O caso exemplar foi o de Santa Fé do Sul. Nas terras do fazendeiro Zico Diniz, oitocentas famílias atingidas pela ameaça de

abandonar as terras. começaram a arrancar o capim plantado. O juiz local concedeu mandato judicial contra os "lavradores", acusando-os de atentar contra a propriedade privada (NR, 29/05 a 04/06/59). Segundo o jornal **Novos Rumos**, os arrendatários das fazendas Mariana e do Bosque conseguiram firmar um contrato escrito pelo prazo de um ano (NR, 25/09 a 01/10/59, p. 50). Quando Zico Diniz ameaçou soltar gado nas roças, um panfleto conclamou os "lavradores" para que se aproximassem da associação para entrar na justiça, aproveitando a prorrogação da Lei do Inquilinato (TL 90, abril de 1960, p. 2 e 3)²⁷.

Por ocasião da assembléia de fundação da associação local, os "lavradores" fizeram uma passeata e os cartazes carregados na manifestação indicavam as principais demandas presentes: "*Não comemos capim, queremos plantar cereais*" (NR, 3 a 9/07/59, p. 5). Esse tipo de chamada sintetizava toda uma luta contra o avanço da pecuária no campo, com seu significado de condenar à improdutividade terras que poderiam ser destinadas à produção de alimentos.

Em dezembro de 59, elementos do destacamento local invadiram uma casa onde estavam reunidas cerca de cinquenta pessoas que assistiam a um ato religioso e espancaram homens e mulheres, algumas em adiantado estado de gestação. Várias pessoas foram presas e foi publicado o depoimento do tesoureiro da Associação de Lavradores de Santa Fé, denunciando os esforços de as ridicularizar publicamente²⁸.

O principal líder, Jofre Correia, foi preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, desencadeando uma grande campanha por sua libertação (TL 92, junho de 1960, p. 3). Mais quatro lideranças foram julgadas e também enquadradas nessa legislação pelo juiz de Jales. O PCB durante todos os anos 60 procurou fazer de Jofre

²⁷Na falta de uma legislação específica sobre o arrendamento e a parceria, o PCB utilizava, como escudo legal, a normas referentes aos contratos de inquilinato, num esforço fundamentalmente de manter os arrendatários na terra, além de negociar taxas de arrendamento. Por esse caminho, construía-se a luta dos arrendatários também como uma luta por terra.

²⁸O depoimento fala que os "lavradores" presos foram obrigados a desfilar pelas ruas da cidade cantando "*eu sou macumbeiro, eu sou feiticeiro*" (NR, 8 a 14/01/60, p. 10).

uma espécie de símbolo da luta de Santa Fé, promovendo campanhas para libertá-lo, publicando grandes fotos em primeira página de seus jornais etc²⁹.

A luta mais significativa de arrendatários pela permanência na terra com início na década de 50, mas marcando fortemente o cenário político até o golpe militar, foi, no entanto, a encabeçada pelas Ligas Camponesas de Pernambuco, a partir da tentativa de expulsão dos "foreiros" do engenho Galiléia³⁰. Esse engenho estava arrendado a cerca de cento e quarenta famílias que começaram a ser ameaçadas de expulsão e formaram uma associação (Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco) que, desde logo, contou com o apoio do advogado, deputado pelo Partido Socialista, Francisco Julião. A luta pela desapropriação do engenho, a constituição nesse processo de uma direção composta por pessoas de destaque (advogados, políticos) em Pernambuco, a situação peculiar de miséria no Nordeste, acabaram por fazer com que, a partir desse embrião, se constituísse, na região, um amplo movimento popular de luta por reforma agrária. Em que pese as divergências que, como vimos no capítulo anterior, no início dos anos 60, afloraram entre as concepções do PCB e as de Julião, até esse momento, a imprensa comunista deu ampla divulgação aos fatos que lá se sucediam, contribuindo para dar visibilidade ao movimento e constituí-lo dentro do campo comum de luta por reforma agrária. Algumas manchetes do jornal **Novos Rumos** são ilustrativas: "*Vitória das ligas camponesas: comendo cinco bois festejaram a posse da terra*" (11 a 17/03/1960), "*Armas do camponês: a liga e a foice*" (15 a 07/07/1960), "*União de cimento e aço pela reforma agrária: Julião leva ao Paraná a experiência de Pernambuco*" (26/08 a 01/09/1960), "*Iniciativa passa às mãos das Ligas Camponesas*" (20 a 26/01/1961).

Também na Paraíba, ocorriam tensões no que se refere ao uso da terra. Em Mari e Sapé, tradicional área de ação do PCB, denunciava-se que "*os proprietários*

²⁹ Para maiores detalhes desse conflito, ver Chaia (1980).

³⁰ Sobre as Ligas Camponesas de Pernambuco, há uma farta literatura. Ver, entre outros, Camargo (1973); Moraes (1976); Azevedo (1982); Bastos (1984). Para a Paraíba, ver Novaes (1987).

*querem transformar toda a terra em canavial, impedindo os "camponeses" de plantar roçados. Como as chuvas chegaram antes do tempo, os trabalhadores se apressaram em lavrar diversos locais, sem entendimento prévio com os latifundiários. Foram ameaçados pelo capanga Fernando Gouveia e, em vez de se assustarem, penduraram-lhe no pescoço um chocalho de vaca*³¹. No conflito resultante, morreram vários "camponeses". Nessa mesma fazenda já tinha havido outro choque, provocando a morte do líder Alfredo Nascimento, porque os "camponeses" foram "impedidos de botar roçado" (TL 131, fev. 64, SE, p. 3).

Verifica-se, assim, que, ao mesmo tempo em que se colocava na pauta das demandas dos encontros "camponeses" a regulamentação do arrendamento e da parceria, nos conflitos, a questão que mais fortemente emergia era a da permanência na terra, dando fôlego não só à bandeira da reforma agrária, como alimentando as possibilidades de radicalização dessa palavra de ordem, contrapondo-a às regulamentações contratuais e criando disputas entre as entidades de representação dos "camponeses" em torno de quem seria capaz de falar pelos seus reais interesses e de quais seriam esses interesses.

No início dos anos 60, parece ter havido um recrudescimento das ações de resistência e principalmente de ocupação de terras, procurando vinculá-las à implementação da reforma agrária. A ocupação das terras da América Fabril, consideradas griladas, por "camponeses" de Magé (RJ), por exemplo, foram acompanhadas do seguinte comentário: *"os camponeses da região resolveram começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso"* (TL, 118, janeiro de 63, p. 6).

Em Brasília ocorreram ocupações em terras públicas, pertencentes ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Tratava-se de terras férteis que o órgão

³¹ Colocar chocalho era uma forma de ridicularização e identificação dos que não se engajavam nos conflitos e não se colocavam politicamente como "camponeses" (Novaes, 1987). Seu significado parece ser o de criar uma identidade com os animais sobre o qual o dono (patrão) tem total controle.

queria destinar a colonos belgas, expulsos do Congo (NR, 16 a 22/11/62, p.7) e que passaram a ser reivindicadas pelos trabalhadores da região.

Até mesmo em Sergipe, onde não havia notícia de mobilizações anteriores, ocorreram ocupações: a fazenda Bica, terra pertencente à Leste Brasileiro. Segundo manchete, duzentas famílias ocuparam e dividiram as terras entre si e pediram apoio oficial, da SUPRA e do governador, Seixas Dória (TL, 132, março de 1964, p. 1 e 6).

As lutas dos arrendatários, em alguns casos, também caminharam para o ocupação de terras. É o caso da fazenda Areia Branca em Jales (SP). Uma liderança, filho do lavrador/vereador Alfredo Mesquita, afirmava que o arrendamento precisava ser mais suave ou as terras vendidas a preços módicos aos lavradores. Houve repressão violenta por parte do governo estadual, com prisão de lavradores e ordem de captura da direção da associação de Populina (TL, 111, jun. 62, p. 8).

Ganhou destaque, nessa nova onda de ocupações que se iniciou na década de 60, ganhando página inteira do jornal *Novos Rumos* (NR 26 a 10/04/63), a região do Imbé, na área de Campos, Rio de Janeiro, onde terras "*griladas*" por uma usina foram ocupadas por trezentos "*camponeses*" sob orientação da Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (FALERJ), ligada à ULTAB (TL, 122, maio 63, p. 1 e 5). Por ocasião dessa iniciativa, esta entidade lançou um manifesto de "*irrestrita solidariedade*", ligando a iniciativa às resoluções do Congresso de Belo Horizonte (TL, 122, maio de 1963, p. 2). Quando foi emitida a carta de reconhecimento da Federação dos Produtores Autônomos do Rio de Janeiro, em passeata com dez mil lavradores, tendo à frente José Pureza, Bráulio Rodrigues, diretores da federação e Lyndolfo Silva, presidente da ULTAB, foi reafirmado que a "*Reforma Agrária começa no Imbé*" (TL, 129, dezembro de 1963, p. 8). As matérias acentuavam o grau de organização dos ocupantes, publicando as suas regras internas, a existência de comissões para garantir a ocupação (comissão de estradas, de vigilância, de cozinha, de remédios)³². Também, como apontado no capítulo anterior, essa ocupação passou a

³²Eram as seguintes as "*leis do Imbé*": 1) As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB, sem discriminação de raça, cor e religião; 2) Entrega imediata pelo governo

ser veiculada na imprensa como exemplo a ser seguido e, em diversos congressos realizados, ela passou a figurar como modelo.

No Rio de Janeiro, verificou-se ainda a resistência armada na fazenda São Lourenço. Quando a polícia tentou invadir a área para promover o despejo, os "camponeses" resolveram pegar em armas para permanecer na terra. *"Deste momento em diante, os camponeses não dormem mais, homens, mulheres e crianças pegam em armas, são cavadas trincheiras no mato. São duzentos e cinquenta homens armados e entrincheirados, dispostos a morrer pelas terras. À medida que o tempo passa, os núcleos vizinhos se solidarizam e mais de quatrocentos homens armados aderem ao movimento"* (NR, 25 a 31/08/61, p. 6). A imprensa reiterava assim a legitimação do recurso às armas, na defesa contra as investidas dos "grileiros".

Os jornais davam destaque ainda a ocupações de terra na Paraíba, afirmando que, nesse estado, havia zonas onde não se pagava mais cambão, faziam-se "contratos coletivos" de arrendamento e de trabalho, como Rio Tinto e Mamanguape e eram impedidos despejos arbitrários (TL, 124, julho de 1963, Supl. Especial, p. 1). Uma das matérias mencionava uma marcha de três mil camponeses liderados por Assis Lemos em solidariedade a vinte e cinco famílias despejadas da fazenda Sobrado. A marcha foi para "reocupar as terras" (TL 131, fevereiro de 1964, p. 1 e 8)³³.

Em São Paulo também aparecia a palavra de ordem de ocupações, como instrumento de aceleração da reforma agrária. Noticiando situações de conflito na região de Pompéia, falava-se na necessidade de aliar a pressão pela modificação

estadual de títulos legais de posse; 3) Fica terminantemente proibida a venda de terras a terceiros, sem o pleno conhecimento da organização local; 4) Criação de uma cooperativa agrícola; 5) Respeito e disciplina entre as famílias de posseiros; 6) Criação de uma escola de alfabetização de adultos e crianças; 7) Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos à terra; 8) Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento; 9) Assistência médica por parte do governo; 10) Criação de um conselho administrativo através do voto direto. (TL, 122, mai. 1963, p.5)

³³Em entrevista com Elizabeth Teixeira, fica explícito que, na Paraíba, as ocupações de terra nesse momento tinham o sentido de uma volta: garantir na terra "camponeses" que dela haviam sido expulsos. Sobre o significado que o termo "camponês" na região e uma análise bastante rica dos conflitos nesse momento, ver Novaes, 1987.

constitucional à *"ocupação de terras abandonadas imediatamente e com muita gente, procurando trabalhá-las logo, produzir alimentos e assegurar essa posse a qualquer preço, até mesmo com as unhas e com os dentes"*, segundo declaração de Luis Rossi, presidente do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Pompéia e vice-presidente da Associação de Trabalhadores Rurais (TL, 127, outubro de 1963, p. 6).

Em 1962 iniciaram-se ocupações de terra no Rio Grande do Sul, patrocinadas pelo Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER), e apoiadas pelo PCB. Em meados de janeiro, cerca de seiscentos trabalhadores, armados de foices, machados, enxadas e outros instrumentos de trabalho, ocuparam a fazenda Sarandi. Formaram um acampamento e, *"em poucos dias, o contingente aumentava para mil, dois mil, três mil, cinco mil"*. Nessa fazenda, a empresa que explorava o *"latifúndio"* de vinte e cinco mil hectares, era acusada de limitar-se a aproveitar a riqueza florestal e realizar a devastação das reservas de madeira de lei para fins de exportação.

O próprio prefeito de Nonoai participou da iniciativa de ocupação. Segundo o jornal **Novos Rumos**, no entanto, somente um quinto dos ocupantes da fazenda poderiam permanecer na fazenda ocupada e comentava: *"Tudo indica que teremos no Rio Grande do Sul o que em física atômica se chama reação em cadeia. A ocupação da fazenda Sarandi levará certamente à ocupação de outros latifúndios, à mobilização de outras centenas e milhares de habitantes do campo sem terra para a conquista da terra"*. Também esses ocupantes passaram a ser qualificados como *"posseiros"*, embora, como vimos acima, em outro contexto fossem chamados de *"sem terra"*, palavra que batizou a própria organização então criada (Movimentos dos Agricultores sem Terra): *"ao chegarem as personalidades à fazenda, os posseiros já se encontravam organizados na sua associação dos lavradores sem terra, cuja presidência de honra foi dada ao prefeito Jair Calixto e a seu colega de Sarandi, Ivo Sprendel"* (NR, 02 a 08/02/62, p. 8).

O estímulo às novas ocupações foi se tornando cada vez maior. Segundo o **Terra Livre** de julho de 1963, *"a realização de acampamentos simplesmente à beira*

dos latifúndios não resolve. A solução é a ocupação das terras, sua divisão entre os novos ocupantes e a efetiva defesa de sua posse caso surjam quaisquer ameaças de despejo" (TL, 124, julho de 1963, p. 8). Esses estímulos eram indicadores de um clima de radicalização das ações "camponesas", que expressavam diferentes níveis de conflitos e disputas: entre as diferentes entidades que procuravam falar em nome dos trabalhadores, entre as demandas por reforma agrária e as distintas instâncias do Estado, entre as organizações de trabalhadores e as entidades patronais e entre "camponeses" e "grileiros" e "latifundiários" em diversos locais do país.

A apresentação sucinta de alguns conflitos por terra, envolvendo "posseiros", "arrendatários" e "ocupações", nos permite, à semelhança do que fizemos com as greves, ressaltar elementos que nos ajudem a compreender o processo através do qual se produzia o reconhecimento da demanda por terra, mediante a caracterização dos seus protagonistas, das formas de ação e legitimação utilizadas.

Os protagonistas

Os personagens centrais das lutas por terra eram apresentados através da imprensa quase sempre como "posseiros" ou "posseantes". Era ressaltado o seu trabalho de desbravamento das terras onde plantavam. A lista dos produtos cultivados era sempre indicativa de gêneros alimentares, aparecendo, em alguns casos, culturas tipicamente comerciais, como o café.

No caso dos "arrendatários", destacava-se também quer essa oposição entre produção de alimentos e produtos de maior valor comercial, quer a precariedade do acesso à terra, com as constantes ameaças de expulsão.

Como vimos, no entanto, em situações como a de Porecatu, da Paraíba, do Imbé, do Rio Grande do Sul, etc, muitas vezes o que era chamado de "posseiro" ou "ocupante" eram segmentos que exerciam modalidades diferenciadas de trabalho agrícola que, em algumas ocasiões, podiam ser até mesmo ser classificadas como trabalho "assalariado". Isso nos leva a reiterar a hipótese, já aventada por outros

autores, de que "*posseiro*" exprimia uma identidade política constituída, em circunstâncias particulares, na luta pela terra (Grynzpan, 1987, Novaes, 1987). Além disso, indicava também uma referência ao aparato legal existente e que garantia alguns direitos aos que fossem juridicamente caracterizados como "*ocupantes*", explicitando a preocupação recorrente dos comunistas em se apropriar dos mecanismos legais como suporte para o desenvolvimento de suas lutas.

Os conflitos em torno da posse da terra construíram uma diversificação de antagonistas. Apareciam os "*latifundiários*", caracterizados pelo uso extensivo (ou mesmo não uso) da terra, mas também "*companhias imobiliárias*" (como a CITLA no Sudoeste do Paraná), "*usineiros*" (as terras dos Lunardelli, em Porecatu), empresas "*imperialistas*" (a Fazenda dos Ingleses, o Frigorífico Anglo). Em qualquer dos casos, o que se colocava como caminho para legitimação da resistência e/ou ocupação era a deslegitimação não do direito à propriedade da terra, mas das formas espúrias de acesso a ele, através da sua caracterização como "*grilagem*". Assim, se o "*posseiro*" era o desbravador e o trabalhador, o "*grileiro*" era o que procurava se apropriar do resultado do trabalho dos outros, sem nada investir.

Os conflitos mencionados, bem como outros de menor porte que ocorreram no período analisado, trouxeram à tona protagonistas importantes de serem mencionados na medida em que eles apontam para os componentes políticos que a luta por terra assumia e para o tratamento dado pelo PCB a eles. Eram frequentes as referências ao poder local: juizes, prefeitos, vereadores, cujo posicionamento parecia ser vital para o encaminhamento, mais ou menos bem sucedido, dos conflitos. Da mesma forma, era comum que os "*posseiros*" ameaçados recorressem a deputados aliados em busca de apoio (principalmente do PTB e PSB, legendas que inclusive eram utilizadas pelos comunistas para se candidatarem). Assim, a arena dos conflitos ampliava-se e chegava à "*grande política*" (Hobsbawn, 1978), pesando nela, na medida em que a visibilidade que as lutas adquiriam fazia com que atitudes em relação a elas tivessem maior repercussão, podendo ser usadas inclusive como cacife eleitoral e fonte de poder.

A eleição de deputados e vereadores comunistas sob legendas legais (em especial PTB e PSB) ou de pessoas "*progressistas*" era, sob esse ponto de vista, um reforço à luta e em diversas situações eles apareciam mencionados em momentos críticos, fazendo pontes com as autoridades. No entanto, como vimos nas descrições de alguns conflitos, as possibilidades de apoio vinham de políticos pertencentes aos mais diferentes partidos, impedindo que se trabalhe com recortes extremamente rígidos. Vereadores e deputados da UDN, do PSD, foram, em algumas circunstâncias, aliados e até mesmo porta-vozes das demandas de "*posseiros*". Um dos exemplos significativos foi o caso de Formoso.

Da mesma forma, era bastante recorrente a busca da quebra de isolamento, com os demandantes de terra disputando o apoio das autoridades locais e dos governos estaduais ou mesmo federal. Ser recebido nessa esfera tinha o efeito de dar maior publicidade aos conflitos, ampliando as possibilidades de potencializar alianças. No caso de Porecatu, já nos primeiros momentos, os "*posseiros*" vieram em busca de providências no Rio de Janeiro, então sede do governo federal. As próprias reivindicações do manifesto por eles elaborado, faziam do Estado o interlocutor central. No decorrer das notícias sobre Formoso, eram enfatizadas as relações entre os "*posseiros*" e o poder público, mencionando-se inclusive, como vimos, "*uma grande festa*" em homenagem a Pedro Ludovico, governador do estado. No caso de Pato Branco e Francisco Beltrão, por ocasião da tomada dessas cidades pelos "*posseiros*" rebelados, era ressaltado que algumas autoridades locais se colocaram ao lado da junta governativa, como é o caso do juiz de direito da comarca de Verê e do promotor público.

Esse tipo de prática instituía laços entre os conflitos e diversos tipos de "*autoridades*": deputados, vereadores, governadores, jornalistas da grande imprensa, criando um complexo quadro de alianças e jogos políticos que não poderiam, de forma alguma, ser reduzidos a qualquer polarização simplista "*esquerda/direita*",

"*progressista/reacionário*", que era o tom da própria imprensa comunista nas suas análises mais gerais.

Por outro lado, é através dessas alianças que se procurava instituir os "*posseiros*", "*arrendatários*", "*foreiros*" e suas lideranças como interlocutores efetivos dos poderes públicos, constituindo a posse da terra como questão política.

Nos conflitos, o Estado, nas suas diversas instâncias, aparecia como um protagonista crucial, quer pelo seu poder de acionar a repressão, através do uso da polícia, autorização de despejos etc., quer pelas possibilidades das disputas se desenrolarem na esfera legal. Por outro lado, a simpatia de prefeitos e principalmente vereadores era um passo importante no encaminhamento das tensões.

Em alguns casos apareciam claramente explicitadas e ressaltadas alianças constituídas, ampliando o espectro dos protagonistas. No caso do Sudoeste do Paraná, por exemplo, o comércio de Pato Branco resolveu cerrar suas portas em sinal de protesto pela presença no município das empresas de colonização e enviou uma delegação a Curitiba para pedir o fechamento dos escritórios dessas "*empresas de grilagem*" (IP, 12/10/57). No caso de Formoso, constituiu-se uma amplo comitê de apoio urbano.

Esses exemplos indicam a diversidade de atores presentes na luta por terra e a complexidade de interesses envolvidos, em que pese, nos documentos programáticos do PCB, prevalecerem as polaridades próprias às teses do partido.

Desdobramentos dos conflitos

Os conflitos sempre começavam em escala local, marcados pela negativa em sair da terra e, mesmo nesse nível, eram comuns as referências à reação armada por parte dos "*posseiros*", "*colonos*" ou "*arrendatários*". Como exemplos de armas eram citadas quer as de fogo, muitas vezes utilizadas para caça (espingardas, pistolas), quer instrumentos de trabalho (pedaços de pau, facões, foices).

O caminho mais comum, no entanto, mas que não se opunha ao uso das armas, parece ter sido a busca de espaços legais. Como vimos, desde os primeiros conflitos havia referências ao uso da lei e a busca de apoio nas autoridades estaduais ou mesmo federais. Ilustra isso a importância que os advogados foram progressivamente assumindo nos movimentos.

Também ocorriam menções à organização local dos trabalhadores atingidos. Em Francisco Beltrão, por exemplo, falava-se em patrulhas de "*posseiros*" que ocuparam os estabelecimentos públicos e a zona de comércio para evitar saques (IP, 16/07/57); em Porecatu, eram mencionados os "*mutirões*"; em Formoso, ficaram famosos os "*conselhos de Córrego*"³⁴; no Imbé, foram amplamente divulgadas as regras internas dos ocupantes, que envolviam desde instruções sobre organização até normas morais, regulando o comportamento privado. Essas experiências podem ser vistas sob diversas óticas: mecanismos de defesa, atualização de regras costumeiras, tentativa de constituição de novas formas de solidariedade econômica e social. De qualquer maneira, devem ser entendidas como formas de agregação que alimentaram os conflitos e os fizeram frutificar e, na ótica da imprensa comunista, de indicadores de uma solidariedade emergente e da potencialidade organizativa.

Lutas por preços e sementes

Os "*camponeses*" também apareceram na imprensa comunista, sob a ótica das condições da produção, como personagens de lutas reivindicando principalmente preços e fornecimento de sementes.

³⁴Dada a dispersão dos "*posseiros*", na extensão de cada um dos córregos existentes na região (e que correspondiam também à distribuição das "*posses*"), criou-se um "*conselho*" que funcionava como espaço de organização, defesa e tomada de decisões. Eram uma espécie de braços descentralizados da "*associação*".

É importante lembrar que uma das primeiras organizações de trabalhadores criadas pelo PCB, as "*ligas*" em torno de Recife, lideradas por Pedro Renaux Duarte, tinham as questões relativas à produção e à comercialização como seu principal mote. As demandas das áreas de "*posseiros*", além do acesso à terra, envolviam questões vinculadas a melhores condições de produção e acesso à mercado. Como vimos ainda, a concepção de reforma agrária divulgada amplamente pelo PCB envolvia, além do acesso à terra, demandas desse teor.

No entanto, os segmentos de pequenos produtores cujas manifestações em torno de preços e produção eram enfatizadas pela imprensa e ganharam maior destaque na preocupação dos comunistas foram os cotonicultores, em especial de São Paulo³⁵.

Há referências à invasão de armazéns da Anderson Clayton, por esta reter sementes (VO, 19/11/49). Também foram noticiadas concentrações de "*lavradores*" de algodão nos municípios paulistas de Fernandópolis, Pompéia, Andradina. Nesta cidade, em praça pública, se fez uma queima simbólica do produto, expressando o descontentamento dos produtores em relação ao preço do financiamento. Em alguns casos, houve intervenção da polícia durante as falas dos "*camponeses*", gerando violências e agressões. Em 1952, um comício de protesto e exigência de providências para a venda do algodão chegou a reunir cinco mil "*lavradores*", em Andradina (VO, 28/06/1952). O *Terra Livre* também noticiava em manchete que "Quinhentos mil produtores de algodão reclamam com urgência preço mínimo justo e compensador" (TL, 50, 2a. quinz. de out., 1a. quinz. de mar. de 1954).

No final dos anos 50, novos protestos ocorreram. Em 1958 houve uma manifestação dos produtores de algodão contra os baixos preços pagos. A maioria eram "*arrendatários*", "*meeiros*" e "*pequenos sitiantes*" (IP, 24/06/58).

³⁵No estado de São Paulo a cotonicultura aparecia sob diversas formas: pequenos proprietários, grandes proprietários com produção própria e com produção através de arrendamento. Como foi apontado anteriormente, os contratos de arrendamento eram em si mesmo objeto de disputa, o que, no entanto, não excluía o fato de que os cotonicultores (arrendatários ou com pequenos lotes), também aparecessem na cena pública como "*produtores*", reivindicando melhores condições de produção.

As manifestações desses pequenos produtores, constituindo-se também em frente de investimento político do PCB, foi um dos espaços por excelência do aparecer de um novo oponente: as *"empresas imperialistas americanas"*, detentoras do monopólio do fornecimento de sementes. É em torno dessa oposição que se tornavam possíveis manifestações conjuntas inclusive com construção de alianças amplas, difíceis de se fazer presentes em outras formas de conflito. Chama a atenção o fato de que, no mesmo momento em que se organizavam as *"frentes democráticas de libertação nacional"* e em que se buscava colocar na ordem do dia o confisco das terras dos *"latifúndios"*, o jornal **Voz Operária** noticiasse que diversas associações rurais, que abrangiam *"fazendeiros"* e *"camponeses ricos"*, também protestavam contra a política do governo que visaria proteger as *"máquinas americanas"* (VO, 28/06/52). Concluía: *"tudo isso mostra que os camponeses não se deixam espoliar sem resistência. Tudo isso mostra também que é possível organizar no campo uma larga unidade contra as firmas americanas Anderson Clayton, Sanbra e MacFadden. Uma frente única que exija a expulsão desses polvos, com a nacionalização das suas máquinas, pode abranger não só os arrendatários, meeiros, camaradas e sitiantes, como também comerciantes, pequenos corretores, profissionais liberais, fazendeiros, prefeitos, vereadores e associações rurais de municípios"* (VO, 28/06/52, p. 9, grifos meus, LSM)³⁶.

É interessante ressaltar que este tipo de luta progressivamente perdeu a importância nas páginas dos jornais, talvez indicando uma secundarização desse segmento pelos comunistas, que passam a privilegiar outros setores do *"campesinato"*: os *"pobres do campo"*, em luta por terra, ou os *"assalariados"*. Por outro lado, como veremos mais adiante, eles serão um dos mais importantes alvos da disputa pela representação política por parte das associações rurais de perfil patronal.

³⁶As associações rurais municipais eram organizações, no geral, controladas pelos grandes proprietários de terra, embora visassem aglutinar todo o tipo de produtores rurais e serem as únicas entidades com poder de falar pelos *"homens do campo"*. A esse respeito, ver Medeiros, 1983, Esteves, 1991 e os capítulos 2 e 5 da presente tese.

As lutas no campo: diversidade de formas de ação e personagens

Do que foi relatado, pode-se verificar que, se os conflitos agrários tendiam a se generalizar, isso se dava seguindo uma dupla lógica: a da emergência de tensões cotidianas nos locais de trabalho, colocando em questão o direito de acesso à terra ou o perfil dos contratos (fossem eles de *"colonato"*, *"morada"*, *"aforamento"*, *"arrendamento"*, *"parceria"*, formalizados ou não) e a lógica da ação do PCB que potencializava esses conflitos, dava-os a conhecer, produzia uma determinada forma de tratamento e encaminhamento, enfim enquadrava-os numa determinada linguagem.

A descrição que fizemos mostra que, apesar de haver uma diretriz geral do PCB para o campo, expressa nas teses aprovadas em congressos do partido ou nas resoluções emanadas da cúpula partidária, e que guiava a elaboração das palavras de ordem mais gerais, é impossível fazer exclusivamente através delas a leitura do sentido dado às lutas. Frente a isso, acompanhar a imprensa é seguir os vaís e vens das resoluções e as contradições que se geravam na tentativa de sua implementação.

O recurso às armas ou à lei, a aproximação maior ou menor com as autoridades constituídas, as ocupações de terra, não podem ser derivados estritamente dos diferentes momentos da trajetória do PCB. A imprensa é eloquente em indicar que essas opções tem que ser entendidas através do recurso a elementos mais complexos, como as concepções dos quadros locais do partido, as disputas políticas regionais ou estaduais, que compunham o quadro político no qual as ações se davam, o que incluía inclusive as disputas por falar em nome desse segmento que então se organizava, a própria capacidade do partido em expressar as reivindicações dos *"camponeses"*, fazendo com que nas palavras de ordem mais gerais, o que era considerado como interesse dos *"camponeses"*, em algum momento expressassem as experiências vivenciadas por esses segmentos. Assim, tomando como exemplo as memórias de José Leandro Bezerra, explicitavam-se tensões entre as orientações do PCB em termos de estímulo à luta armada e a resistência dos *"camponeses"* a essa forma de ação. O

mesmo se dava em relação à ocupação de terras: *"Nós aqui não conseguimos invasão de terras porque os camponeses não topavam e nós não íamos organizar turmas de voluntários para invadir e depois chamar os camponeses porque ninguém acreditava nisso. O nosso trabalho era com os camponeses... E eles não concordavam em invadir fazendas, como eu vi que aconteceu na Baixada Fluminense"* (Leandro, 1988:72).

Nessa trajetória, o recurso à lei e à justiça foram uma constante, um dos motes mais sistematicamente apresentados na imprensa e um dos caminhos por excelência do aparecimento público do *"campesinato"*. De alguma forma, ele moldou esse aparecer, mas também explicitou as possibilidades de múltiplos usos da lei. Como Thompson aponta, *"a maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência"* (Thompson, 1987c:338). Foi através da utilização do arsenal legal existente que, em grande medida, emergiu uma nova força social. Por esse caminho, temos o paradoxo da criação de novos direitos, através da ampliação da esfera de aplicação dos direitos existentes ou de sua redefinição. Nesse processo, práticas costumeiras tanto foram estigmatizadas quanto reabilitadas ou legalizadas. No primeiro caso, instituições como o *"cambão"*, por exemplo, foram erigidas em símbolo de exploração, passando por uma conversão do que eram relações costumeiras e que se tornavam inteligíveis através de uma ampla rede de obrigações mútuas. É por esse mesmo mecanismo que se explica a luta contra o desconto sobre a habitação, uma vez que o fornecimento da casa compunha o quadro das relações de morada e colonato. Sua monetarização, através da redução a uma porcentagem de salário, mercantilizava a relação e remetia a uma disputa que, alterando um dos elementos (o salário), alterava concomitante todos os outros. A esse respeito, ainda seguindo Thompson, é possível afirmar *"a lei mediava as relações de classe através de formas legais que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes"* (Thompson, 1987c:356).

Também chama a atenção o fato de que, nas diferentes formas de expressão dos conflitos, múltiplas alianças se constituíram, envolvendo contraditoriamente diversas forças políticas locais. Era comum encontrar o recurso a prefeitos, juizes, indo além da apresentação de demandas e utilizando-se de posturas que facilmente podiam ser lidas como assistencialistas. Assim, por exemplo, em suas memórias, José Leandro, falando sobre a ação da FALTAC no Ceará, afirma: "*A Faltac, assim, foi ganhando prestígio e tinha acesso às repartições públicas e fazia entendimento com elas, recebendo apoio e pedindo auxílio daquelas autoridades. Cooperávamos na distribuição de tudo aquilo que fosse em benefício dos camponeses pobres. Chegamos a distribuir nove toneladas de leite por mês, centenas de milhares de enxadas e quando se aproximava o inverno, toneladas de sementes. Com o dinheiro da subvenção conseguida pelo deputado Adahil Barreto, comprávamos máquinas, sementes, tudo que era necessário e possível, para distribuir entre as associações filiadas à ULTAB*" (Leandro, 1988:60). Era através dessas aproximações que os trabalhadores mobilizados ganhavam alguma legitimidade para suas demandas e que passava a ser disputado o próprio sentido da luta. No entanto, embora a imprensa comunista primasse pelo tom emocional na descrição das condições de vida dos trabalhadores, as práticas assistenciais do tipo indicado acima pouco foram tratadas, possivelmente porque na cultura política de esquerda elas apareçam como o oposto da "*consciência de classe*".

A utilização da lei, a aproximação, em diversas circunstâncias, com as autoridades constituídas não nos autoriza, no entanto, a falar em comportamento institucional (como sugere Camargo, 1973). Como vimos acima, o uso da lei e o recurso às armas não eram excludentes, como também não era excludente o fato de que, embora o PCB, a nível nacional adotasse uma política que podia ser vista como de "*conciliação*", acabasse por ter que se deparar com casos de confronto direto nos conflitos. Tratava-se, na verdade, de duas faces da mesma moeda, acionadas em

espaços políticos diferenciados, onde contavam as questões locais, o perfil dos militantes, etc.

Uma das marcas presentes nas lutas, qualquer que fosse sua natureza, sempre foi a violência, que pode ser entendida como a manifestação do poder patronal desafiado pelo novo: a emergência de formas de ação coletiva. Usando capangas, chamando a polícia e mostrando sua intimidade com o poder local, a violência tradicional também aí assumia um caráter inovador. As formas de contestação organizada colocavam-se como o espaço da reposição do coletivo. As formas de sociabilidade política que buscavam desacreditar a idéia de ação coletiva como determinante do curso da sociedade passaram a ser postas em questão pela emergência das novas formas de sociabilidade, que se geravam na organização de uma greve, numa resistência na terra, numa manifestação pública, numa operação "*arranca-capim*". Eram essas novas formas que eram ressaltadas, como sinalizações de um movimento em ascenso.

Capítulo 5

Formas de organização

Neste capítulo tratamos das formas de organização que se constituíram no processo de aparição dos trabalhadores do campo no cenário político e os desafios que se colocavam para a ação do PCB quando buscava transformar as resistências isoladas e as manifestações de rebeldia em formas organizativas mais permanentes que corporificassem o "*campesinato*" e lhe dessem vida pública. Percorrer essa trajetória, indicar os caminhos organizativos utilizados para e pelos trabalhadores do campo, é importante no sentido de indicar a riqueza de alternativas esboçadas e de experiências desenvolvidas, mostrando que o modelo que, em meados dos anos 60, se tornou dominante (o sindicato de trabalhadores rurais), não foi o único existente, mas sim o que uma série de elementos conjunturais e uma determinada cultura política tornaram possível.

As diferentes formas organizativas

Quando relatam a história da organização no campo, quer a imprensa comunista, quer os depoimentos dos antigos militantes se referem a um momento inicial, em que foram criadas "*associações*", "*uniões*", "*irmandades*", "*ligas*", sempre por local de conflito e ligadas ao que se considerava "*reivindicações imediatas*".

Em São Paulo, surgiram, em meados dos anos 40, "*ligas camponesas*" em Dumont, Santo Anastácio, Quintana, Itanhaém, Lins, Bebedouro e Marília (Faleiros, 1989:119). Em Pernambuco, em 1945, foi criada a Liga de Bongi, em Iputinga. Outras "*ligas*" também apareceram na mesma época no Triângulo Mineiro e em Goiás (Loureiro, 1982). No Rio de Janeiro surgiram "*associações de lavradores*" em Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Pureza, 1982). Essas iniciativas indicam um movimento visando a organização dos trabalhadores do campo, com base em uma lógica de defesa de interesses que visava, segundo a ótica do PCB, o despertar da "*consciência de classe*". Também havia, paralela e, talvez complementarmente, um trabalho no sentido de criação de células rurais do partido, como espaço para a formação de quadros e potencialização do trabalho político no campo.

Esse processo correspondia a um reconhecimento, por parte da direção do PCB, da necessidade de estimular a luta nas áreas rurais, como condição para a realização de uma reforma agrária democrático-burguesa, e indicava os primeiros passos de uma trajetória cujas linhas tinham uma definição geral e programática, mas não estavam ancoradas, como vimos, numa experiência anterior de trabalho no campo.

Os debates no interior do partido, expressos nas suas publicações oficiais, permite constatar que não havia maior conhecimento acumulado sobre o campo brasileiro que levasse os quadros para além de denúncias vagas sobre a exploração, a miséria e a fome que rondavam as "*massas exploradas*" e demandas genéricas por reforma agrária¹. O tema, todavia, já apareceu como polêmico nos trabalhos da

¹Veja-se, por exemplo, o famoso comício de Prestes no Anhangabaú, em 1945. Há que se ressaltar ainda a juventude e pouca experiência do PCB na organização do operariado. A legalidade do PCB, por

Constituinte de 1946². Por outro lado, havia uma cultura política acumulada que fazia do sindicato, no campo da esquerda, a forma por excelência de organização do operariado e que era extremamente ambígua no tratamento das questões referentes aos trabalhadores do campo, uma vez que o que se chamava de "*campesinato*", apesar de ser considerado parceiro da revolução, era também visto como uma classe fadada à extinção³.

No plano da cultura política e institucional do país, como vimos, prevalecia, apesar das polêmicas existentes, a tese de uma unidade dos "*interesses rurais*" em relação aos industriais, e da imaturidade do "*homem do campo*" para a vigência de uma organização sindical nos moldes da que existia nos meios urbanos. Foi contra essa leitura que a política organizativa do PCB se voltou, buscando instituir, nos moldes leninistas, um espaço político para o "*campesinato*", parceiro na revolução democrático-burguesa.

Nesta fase experimental, em que o estímulo à organização dos trabalhadores do campo e as próprias categorias "*trabalhador*", "*lavrador*" e "*camponês*" não eram óbvias e tinham que ser politicamente constituídas e delimitadas, as primeiras

ocasião da redemocratização, veio após um longo período de intensa repressão (mais de dez anos), que fragilizara os esforços anteriormente feitos de organização de alguns segmentos da classe operária.

² A Constituição de 1946 de alguma forma expressou essa tensão quando estabeleceu, no seu artigo 147, que: "*O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, par. 16, promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos*". O artigo 141 garantia o direito de propriedade e estabelecia a possibilidade de desapropriação por interesse social, mediante "*prévia e justa indenização em dinheiro*".

³ Hegedus chama a atenção para o fato de que "*Marx considerou de fora os problemas dos camponeses, com base numa ideologia que parte dos interesses de uma outra classe - o proletariado industrial -, inspirando-se em valores humanos e sociais alheios ao tradicionalismo dominante entre os camponeses dos países ocidentais. O marxismo, nessa sua fase (inicial), considera os camponeses como um mundo à parte, uma part-society, e aponta-lhes os interesses a partir de seus próprios valores; nesta base, não só não quer ser hostil aos camponeses, mas se apresenta como o único defensor de seus "verdadeiros interesses"*" (Hegedus, 1984:159). Sobre o lugar do campesinato na teoria marxista, ver também Abramovay (1992).

O debate sobre as formas de organização do "*campesinato*" ainda tem eco nos dias atuais. Veja-se, por exemplo, a polêmica entre Venczslau (1989) e Novacs (1989) sobre o lugar dos "*pequenos produtores*" no interior do sindicalismo.

entidades foram organizadas a partir de algumas áreas onde se esboçavam tensões e conflitos. Havia, segundo as definições programáticas, a necessidade de se investir nos "assalariados" e no "campesinato". Sob a primeira categoria, como vimos, foram enquadrados "colonos", "moradores", etc. Mas também era necessário buscar o "campesinato", em especial o "campesinato pobre", sob a qual foram classificados "arrendatários", envolvidos em demandas pela baixa das taxas de aluguel da terra, trabalhadores sem terra, "posseiros" em conflito pela posse da terra, pequenos proprietários reivindicando melhores condições para venda de seus produtos e, por vezes, os mesmos segmentos por vezes apontados como trabalhadores "assalariados".

No caso da Liga de Dumont, segundo depoimento de um de seus fundadores, *"a maioria absoluta ... era de pequenos proprietários. A principal reivindicação dos sitiantes que se levantava naquela época era a garantia de preços para os produtos. Os produtos deles não tinham garantia de venda e eles queriam um preço relativamente bom. Para controlar os preços, os grandes proprietários tinham força perante a lei, perante as autoridades, mas os pequenos não tinham força nenhuma. Eles não tinham caminhão, não tinham nada... Colhiam o arrozinho e não podiam vendê-lo, se vendiam não pagavam os custos..."* (Welch e Geraldo, 1992:88). No caso das associações do Rio de Janeiro, a ação do PCB voltava-se para segmentos que estavam sendo ameaçados na posse da terra e que se constituíram como "posseiros"⁴; em algumas áreas de São Paulo, para os "colonos" que, na linguagem política, eram, como vimos, considerados "assalariados", e, em outras, para "arrendatários". No Triângulo Mineiro os investimentos também se dirigiam para os "arrendatários". Em Pernambuco, para pequenos proprietários, "foreiros" e "moradores".

O esforço organizativo não se fazia a partir de uma diretriz clara e pré-definida mas, ao que tudo indica, muito mais a partir da lógica de onde era possível ir, segundo

⁴Como já apontamos no capítulo anterior, no caso em questão, muitos dos trabalhadores que estavam na terra pagavam taxas pelo uso das matas para exploração de madeira para fazer carvão ("matagem"), mostrando que havia algum grau de reconhecimento em torno da propriedade da terra e das possibilidades de utilizá-la (Cf. Pureza, 1982; Grynzpan, 1989).

a disponibilidade de contatos locais, quadros a serem deslocados e possibilidades do trabalho frutificar. Loureiro (1982), por exemplo, chama a atenção para o fato de que no Triângulo Mineiro e no sul de Goiás o mapa dos conflitos e das organizações seguiu de perto o das estradas de ferro, sugerindo a importância do papel dos ferroviários nesse processo (Loureiro, 1982)⁵. As memórias disponíveis falam na importância da existência, nos locais escolhidos para ação, de pessoas com as quais já havia algum tipo de laço anterior (principalmente simpatizantes ou ex-militantes do partido) que era dado publicamente como sendo de amizade ou de parentesco, para legitimar a permanência, por vezes por vários dias, de quadros numa dada região⁶. Essas pessoas serviam de ponte para a rede de comunicações que os quadros do PCB necessitavam construir.

A reivindicação pelo direito de sindicalização já estava presente na criação das primeiras "ligas", e a bibliografia tem apontado que a criação de "associações" foi a forma de contornar as dificuldades legais antepostas à sindicalização rural. No entanto, alguns depoimentos bem como registros documentais disponíveis indicam que, num primeiro momento, parece não ter havido maiores preocupações em registrar essas formas incipientes de organização e em dar-lhes qualquer formato legal (Apontamentos sobre a ULTAB, 1955, Arquivo Lyndolpho Silva).

No final dos anos 40, pelo menos algumas delas passaram a ser legalizadas segundo as normas do Código Civil, indicando uma progressiva preocupação com a institucionalização do trabalho em curso. Como afirma Lyndolpho Silva, "*dessa forma apresentávamos uma entidade legalizada, dentro da lei, como diziam os camponeses. Isso dava mais confiança aos trabalhadores e mais solidez ao movimento*" (Silva, 1994:70). Falava-se ainda, frequentemente, em organização de "associações profissionais", que estavam sendo procuradas por "colonos", "arrendatários",

⁵Os ferroviários constituíam, na época, uma das mais importantes bases do trabalho político do PCB.

⁶Veja-se, por exemplo, Bezerra (1979).

"meeiros" e "sitiantes pobres" para defender seus direitos. Era comum colocar-se a questão do reconhecimento político, como condição necessária para a eficácia do trabalho desenvolvido junto aos "camponeses".

A preocupação mais sistemática com a criação de sindicatos, obtenção de cartas sindicais e, aparentemente, com uma organização específica para os "assalariados", data do início dos anos 50, quando também começaram a ser explorados, de forma mais intensa, os espaços legais⁷. No entanto, encontramos notícias de reuniões em municípios paulistas (Paraguaçu, Santo Anastácio) para a formação de um sindicato de "arrendatários" e "sitiantes" (VO, 28/06/52, p. 9). Ao mesmo tempo, continuavam aparecendo notícias sobre criação de "ligas camponesas".

Se as primeiras organizações tinham sua base local seguindo a geografia das áreas de conflito, era comum também a menção a "associações" de âmbito municipal. Em alguns casos, elas podiam ter, inclusive, abrangência maior. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a forma escolhida foi a articulação das diferentes "associações" locais numa associação de âmbito estadual (Associação dos Lavradores Fluminenses), com ramificação em diversos "núcleos", constituídos nas áreas de conflito. Processo semelhante ocorreu no Maranhão, onde foi criada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM). O Congresso de Goiás de 1951 recomendou a formação de "ligas" nas fazendas e "uniões" nos municípios.

Paralelamente a esse incipiente processo organizativo, permanecia a preocupação com a busca de adesões ao trabalho partidário. As mensagens da imprensa nesse sentido eram claras: *"aproveitemos toda a atividade junto aos assalariados agrícolas, aos colonos e arrendatários pobres para recrutar para as*

⁷A busca do formato legal parece ser concomitante, no tempo, com a tese da constituição das "frentes democráticas de libertação nacional". Para entender esse aparente paradoxo, deve-se considerar as experiências locais, a diversidade da ação do partido, conforme apontado no capítulo anterior, e a avaliação da necessidade de buscar uma face pública mais palatável para a organização de um segmento, cuja constituição como sujeito político despertava reações bastante adversas, materializadas numa forte repressão.

fileiras de nosso partido, o partido de Prestes, os melhores e mais combativos camponeses" (NH, 30/04/1953, p. 3).

Se diversas matérias bem como o tom geral da imprensa procuravam constituir a imagem de um movimento crescente de organização, apareciam, por vezes, avaliações mais pessimistas, que refletiam a preocupação com a externalidade do trabalho político e que se constituíam num convite a uma ação mais intensa dos militantes: *"o trabalho que realizamos hoje entre as massas camponesas ainda é de pura agitação, de fora para dentro, como se fôssemos pessoas estranhas aos trabalhadores do campo e não sua vanguarda dirigente. Isto significa que não estamos tratando de organizar o partido nas concentrações camponesas, nas fazendas, nas usinas, nos locais onde a massa camponesa é mais compacta e onde, portanto, tem condições de mais facilmente desencadear lutas importantes..." (VO, 13/01/1951, p. 9).*

O momento de organização da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1954), quando se realizaram diversos encontros preparatórios em diferentes locais do país, permite constatar a diversidade de formas associativas existentes, principalmente quando se toma em consideração as categorias envolvidas. Falava-se em *"sindicatos de colonos e assalariados agrícolas"*, de *"colonos e camaradas"*, de *"trabalhadores agrícolas"*; *"associações"* de *"lavradores"*, de *"pequenos produtores"*; *"ligas camponesas"*, *"uniões de lavradores"*, etc. A multiplicidade de situações existentes no campo espelhava-se nos formatos organizativos, independentemente de, para o PCB, no plano doutrinário, eles aparecerem indistintamente como *"camponeses pobres"*.

Essas formas organizativas eram indicativas do molecular processo que se desencadeava e que estruturava representações num plano mais geral, o que se expressava também na ampliação do número de encontros, conferências e congressos, como veremos no capítulo seguinte.

O momento de que ora tratamos e que se estende até meados dos anos 50 parece ter-se constituído em um tempo principalmente de acúmulo de experiências para um partido que não tinha tradição de trabalho nas áreas rurais, nem quadros preparados para isso, mas apostava na necessidade desse investimento como condição para dar vida às suas teses. Por outro lado, era através dessas experiências organizativas que se construíam as possibilidades de cruzamento entre os problemas que se identificavam como existentes no campo brasileiro, as necessidades organizativas, os modelos gerados no plano internacional e a estrutura institucional existente, que delimitava as possibilidades dos encaminhamentos políticos. De qualquer maneira, apoiar-se nas tensões que se manifestavam parece ter sido o ponto de partida para que os agentes do partido pudessem chegar aos trabalhadores do campo e, assim, instituir e/ou consolidar sua mediação.

Tendo em vista que os interesses dos trabalhadores só podem ser apresentados e defendidos na medida em que são parcialmente redefinidos (Offe, 1984:71), colocava-se para o PCB a necessidade de criar consensos, condição para que ele pudesse cumprir seu papel de mediador e, ao mesmo tempo, obter o cacife necessário para mobilizar sanções, ou seja, fazer com que determinadas ações expressassem situações de manifestação de poder e exigissem um posicionamento dos interpelados por ela. Greves, resistências na terra, ocupações, passeatas etc, além de darem visibilidade à ação política dos trabalhadores, são indicativas de seu poder social e, se os colocam como força perante a sociedade, como num espelho, mostram esse poder aos próprios trabalhadores e mediadores, fortalecendo-os simultânea e mutuamente. Essas ações também tiveram importância para que os trabalhadores aparecessem para a sociedade como portadores de interesses diferenciados em relação aos proprietários de terra, explicitando, através de determinadas práticas contestatórias, a negação da tese da comunidade de interesses por estes defendida.

Em meados dos anos 50, começou a ficar evidente uma preocupação em ordenar e homogeneizar essas organizações, ao mesmo tempo buscando adequá-las à

diversidade presente no campo. A institucionalização e homogeneização crescentes, como parte constitutiva do processo de conformação das formas de participação política dos trabalhadores do campo, são, como aponta Boschi, "*o instrumental que produz o ritmo de fluxos e refluxos na formação de sujeitos coletivos*" (Boschi, 1987:19). Nesse processo, a imprensa passou a ser um importante veículo de socialização das propostas de organização e de orientação sobre como viabilizá-las.

A ULTAB, cujas orientações eram expressas principalmente através do jornal *Terra Livre*, passou sistematicamente a propor, desde meados dos anos 50, que "*colonos e assalariados ou camaradas*" das fazendas de café, arroz, cacau etc, deveriam se organizar em sindicatos rurais, segundo os padrões definidos pelo DL 7038 de 10/11/44 e pela portaria ministerial 14 de 19/03/45⁸. Os trabalhadores da indústria e lavoura de cana-de-açúcar deveriam, primeiramente, organizar-se em associações profissionais e depois em sindicatos, conforme o artigo 558 da CLT. Os "*arrendatários*", "*meeiros*", "*posseiros*", "*pequenos proprietários*", "*moradores*", "*agregados*" e outros, que não viviam de salário, deveriam criar associações de caráter civil (TL, 46, 1a. quinzena agosto de 1954, p. 2). Em edição posterior, quando a perseguição aos sindicatos se intensificava e as dificuldades de reconhecimento já estavam bastante explicitadas, o mesmo jornal afirmava que, de acordo com a legislação existente, "*os sindicatos rurais não passam pela fase de associação profissional e podem funcionar enquanto não se lhes negue o reconhecimento, pois que este sempre pressupõe a existência do sindicato já anteriormente fundado*" (TL, 77, abril de 1957, p. 1).

⁸Como vimos no capítulo 2, esse decreto definia o que eram "*empregados*" e "*empregadores rurais*" e a portaria dava instruções sobre procedimentos para o reconhecimento e investiduras sindicais. Lembramos ainda que, no decorrer dos anos 50, a própria validade desses documentos legais passou a ser questionada, visto que as entidades patronais defendiam a tese de que o decreto 8127, de 24/10/1945, que criou as associações rurais como entidades mistas, invalidava a legislação anterior. Reconhecer sindicatos de trabalhadores rurais tornava-se, pois, uma batalha institucional, mas principalmente política, envolvendo os Ministérios do Trabalho e da Agricultura. Em 1957, o direito de sindicalização, com base no DL 7038 de 10/11/44 e portaria 14 de 19/03/45, foi reafirmado pelo Ministério do Trabalho, a partir de uma consulta feita pelo deputado de origem comunista Luciano Lepera (TL, 77, abril de 1957).

O processo de produção das formas de organização caminhava, assim, para a institucionalização e legalização, cristalizando determinadas formas de reconhecimento social e jurídico dos trabalhadores⁹. Constituíam-se, por um lado, em suporte para enfrentar o poder patronal, através da mediação do discurso legal e, por outro, indicava uma opção pela ação dentro das regras do jogo existentes, num esforço de ser aceito e reconhecido politicamente na situação de trabalhador em luta por direitos.

Essas orientações, no entanto, não eliminaram a dificuldade do PCB em lidar com algumas categorias do campo, levando-o, em alguns momentos, à hipótese de abrir mão da representação de alguns segmentos, como é o caso de parcelas dos que, em algumas circunstâncias, eram enquadradas como *"camponeses pobres e médios"*. Em meados dos anos 50, falando sobre a Alta Sorocabana, tradicional região paulista produtora de algodão, onde reconhecia que os *"camponeses"* constituíam a imensa maioria da população, o jornal **Voz Operária** afirmava que *"as Associações Rurais, nas quais participam os grandes produtores agrícolas e também os latifundiários, podem orientar sua atividade de acordo com os interesses da maioria, desde que são organizações de todos os produtores agrícolas e não apenas de latifundiários... Muitas dessas entidades participaram do Congresso de Defesa de Algodão da Alta Sorocabana, realizado em março deste ano... Essas organizações vêm lutando conseqüentemente pela obtenção de um preço mínimo justo para o algodão, que interessa a todos os cotonicultores, pequenos e grandes (...) A experiência indica também que as associações rurais podem lutar e lutam por reivindicações que*

⁹Palmeira, analisando a importância da criação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, afirma: *"antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades de intervenção do primeiro sobre essa última antes impensáveis. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização, etc, o Estado criou uma camisa de força para os tribunais e para seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo que tornou possível a sua intervenção sem o concurso dos mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu... (a nova lei) tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades"* (1989:14). Pode-se analisar em termos semelhantes o papel dos esforços de enquadramento realizados pelos comunistas nos anos 50/60, através das categorias *"trabalhadores agrícolas"*, *"lavradores"*.

interessam à grande maioria dos camponeses, mesmo quando estas chocam-se com os interesses dos latifundiários. Exemplo disso é a tabela para o arrendamento nas regiões algodoeiras de São Paulo apresentada pela FARESP (...). O desenvolvimento da situação indicará se poderão coexistir numa única organização o campesinato (pobres, médios e ricos) e os latifundiários. Entretanto, atualmente, nada há que indique que na Alta Sorocabana os camponeses pobres e médios devam obrigatoriamente criar suas organizações independentes" (VO, 05/05/56, p. 10, grifos meus, LSM).

A decisão de estimular a criação de sindicatos rurais enfrentava sérias adversidades. Com a regulamentação específica sujeita a questionamentos, a decisão de reconhecimento sindical pelo Ministério do Trabalho passava a ser eminentemente política, dependente das pressões e contra pressões no interior da máquina do Estado. De acordo com Lyndolpho Silva, dos quarenta e seis sindicatos rurais criados em todo o país no período de 1953 a 1956 (dezessete em São Paulo, sete em Pernambuco, cinco em Minas Gerais, cinco na Bahia, três no Rio Grande do Sul, quatro no Paraná, um em Goiás, um em Alagoas, um no estado de Rio de Janeiro, um em Santa Catarina e um no Ceará), só foram reconhecidos cinco, o que não impediu, todavia, a continuidade de atuação de diversos deles ("Sobre a sindicalização rural", s/d, arq. Lyndolpho Silva). Segundo o mesmo documento *"toda ordem de obstáculos foram criados pelos poderes públicos para impedir os registros. Mesmo sem esse reconhecimento, os sindicatos rurais procuraram funcionar e começaram levantar reivindicações dos trabalhadores rurais, como férias, aumento de salários e outras. Isso fez com que a massa acorresse aos sindicatos e, em pouco tempo, crescessem, chegando alguns, como o de Londrina, a alcançar quinze mil sócios..."*.

Este momento mostra a continuidade da polêmica sobre o direito de organização sindical dos trabalhadores do campo e, como seu desdobramento, uma retomada da discussão sobre que relações poderiam ser consideradas como empregatícias. Exemplo da argumentação recorrente sobre a inadequabilidade da

extensão dos princípios da CLT ao campo são as considerações de Francisco Malta Cardozo, assessor jurídico da Sociedade Rural Brasileira. Referindo-se a "colonos", "empreiteiros" e "parceiros", esse jurista afirma que seus contratos de trabalho, *"aproximados, ora da locação ou arrendamento rural, ora da sociedade, tanto os podem levar à miséria como à riqueza, assegurando-lhes certa 'autonomia' ou independência de ação, tempo e lugar para cultivos dentro ou fora da propriedade de seus empregadores. Todos os grandes 'reis' do café no Estado de São Paulo, foram colonos e empreiteiros, e este simples fato social demonstra a verdade social da condição de tais empregados agrícolas, muito mais próxima do capital e da propriedade, do que do trabalho proletário"* (Cardozo, 1953:207).

Quando, no entanto, já no final dos anos 50, o mesmo Lyndolpho Silva relatava as razões das dificuldades encontradas, não eram os obstáculos de ordem legal que eram destacados, mas sim os de ordem interna ao partido, remetendo a questões doutrinárias: *"nossa posição sectária e esquerdista contribuiu para os ataques da reação. A nossa linha política naquele período nos levava a ver também nos sindicatos rurais, mais um instrumento de agitação para a luta armada, dentro da tese errônea da revolução a curto prazo. Em geral, a preocupação principal logo que surgia um sindicato, não era conseguir seu registro, nem lutar por sua consolidação, a educação das massas de assalariados, nem as lutas por suas reivindicações mínimas, imediatas ou parciais, de acordo com seu nível de consciência. Ao contrário era marchar para exigências muito elevadas, para lutas violentas, armadas, inclusive se fosse o caso, arrancar greves sem que a massa estivesse preparada, o que nos levava a cometer aventuras, que só causavam prejuízos... Não tínhamos homens no campo com um mínimo de experiência de sindicalização rural nem condições ideológicas para dirigir os trabalhadores rurais, enfrentar corretamente as imensas dificuldades que surgiam, enfrentar de maneira adequada as perseguições e a reação das autoridades e dos latifundiários... A crise surgida em nosso partido, em consequência da luta contra o culto da personalidade, a confusão ideológica então*

surgida, o fracionismo, etc, nos levaram ao quase completo abandono do trabalho de campo" (Sobre a sindicalização rural, doc. cit.).

Desse documento, que não foi divulgado pela imprensa e deve ter servido apenas para a discussão interna dos militantes, emerge com toda clareza que, para além dos evidentes obstáculos legais, perpassavam a ação do partido quer as complexidades inerentes ao processo de produção de interesses e de se converter em mediação legitimada pelos trabalhadores, quer as crises internas definidoras das suas linhas de ação. Essas ambiguidades eram manifestas na confessada dificuldade de realizar a adequação das teses do PCB com as questões que estavam aparecendo no campo e que impunham um processo particular de produção de demandas, lido, na prática social, sob duas óticas.

Do ponto de vista desse partido, trata-se de evidenciar a dificuldade em construir caminhos e se fazer reconhecer como porta-voz legítimo pelos trabalhadores em nome de quem se propunha a falar. Isso apareceu, por exemplo, na Conferência Nacional da ULTAB, realizada em setembro de 1959, onde, como causas das dificuldades de organização no campo, eram apontados elementos inerentes às condições da vida rural no Brasil: a) a dispersão, que isolava os trabalhadores e os tornava permeáveis às pressões dos proprietários de terra; b) formas de exploração, negação de direitos e repressão piores dos que as impostas aos trabalhadores da cidade; c) migrações; d) *"a própria natureza do homem da roça, disperso, isolado, em geral oprimido e explorado, torna-o arredio e desconfiado"*; e) falta de tradição organizativa (TL, 87, janeiro de 1960). A experiência dos quase quinze anos de esforços de atuação no campo certamente defrontavam o PCB com um *"camponês"* real, cujo *"potencial revolucionário"* encontrava sérios obstáculos para se manifestar. Note-se que era esse o tipo de avaliação difundido pela imprensa, dando-se, pois, nesse espaço, ênfase às dificuldades objetivas de trabalho.

Do ponto de vista do patronato rural, a organização dos trabalhadores aparecia como ameaça, na medida em que uma nova força se imiscuía nas tradicionais relações

de poder e mando, questionando as formas de dominação prevalecentes. Com isso, colocava-se em discussão a tese, constitutiva das argumentações dos proprietários de terra, quando o que estava em jogo era o reconhecimento político da existência de interesses diferenciados no campo, de que existia uma unidade de interesses agrários. Essa foi uma das tônicas dos debates no interior das entidades patronais durante toda a década de 50 e início dos anos 60, com esse setor procurando barrar não só a extensão de direitos trabalhistas ao meio rural, como as possibilidades de organização própria dos trabalhadores (Medeiros, 1983; Esteves, 1991).

Um outro elemento agregava-se ainda: a opção pela sindicalização implicava em percorrer os caminhos do reconhecimento pelo Estado, o que dependia, como vimos, fundamentalmente da capacidade de barganha política no interior do Ministério do Trabalho, durante a tramitação do pedido. Não por acaso, só uma parcela muito pequena dos processos de reconhecimento sindical chegou a termo final: a forte oposição dos proprietários fundiários à sindicalização e mesmo ao reconhecimento do trabalhador rural enquanto portador de interesses próprios e distintos, provocou fortes pressões junto a esse Ministério e é apontado inclusive como uma das razões da queda do então Ministro João Goulart, em 1954 (Camargo, 1981). Nesses casos, à imprensa cabia o papel de alardear a força das organizações emergentes e a impossibilidade de barrar seu avanço.

Em algumas situações, porém, o reconhecimento também era utilizado, sob forma acusativa, na disputa política entre diferentes grupos que buscavam representar os trabalhadores do campo. Assim, por exemplo, o jornal *Terra Livre*, já em 1962, comentando o fato de que o Ministério do Trabalho continuava não reconhecendo o direito de sindicalização dos trabalhadores rurais, sob o argumento de que a categoria não constava do quadro de atividades e profissões, constantes do artigo 577 da CLT, lembrava que tinha sido com base nesse mesmo artigo que se dera o reconhecimento dos sindicatos de Ilhéus, Itabuna e Belmonte, na Bahia, e Barreiros, em Pernambuco. Concluía afirmando: "*Sabem porque isso aconteceu? Simplesmente porque essas*

organizações estavam sob controle dos patrões ou nas mãos de políticos reacionários ou aventureiros" (TL, 108, fevereiro de 1962).

As dificuldades de legalização das organizações eram enfrentadas de diferentes maneiras, muitas vezes explorando as próprias brechas legais, o que era amplamente estimulado pela imprensa. Um caminho possível foi o aproveitamento dos sindicatos da indústria, onde existiam e onde seu formato abria espaço para concretizar essa possibilidade. Uma matéria do jornal **Novos Rumos** sobre o tema é ilustrativa: *"nas grandes regiões açucareiras cresce o número de sindicatos de trabalhadores na indústria do açúcar e do álcool, bem como na indústria de alimentação. Em vários lugares, numerosos trabalhadores agrícolas permanentes, que trabalham nas usinas, ingressam nesses sindicatos, de acordo com o que faculta a lei. No entanto, permanece o problema da quantidade enorme de trabalhadores rurais volantes que, não sendo empregados fixos, não têm direito a ingressar nesses sindicatos. Surge então a necessidade de se organizarem de outra maneira, seja em sindicatos de trabalhadores rurais, seja em associações de caráter civil... Nos lugares onde não houver condições imediatas para a formação de sindicatos rurais, devem os trabalhadores agrícolas se organizarem dessa maneira (em associações). Isso possibilitará duas vantagens imediatas, a saber: 1o.) permitirá que esses trabalhadores ingressem imediatamente no caminho da organização e da defesa de seus direitos e reivindicações, sem que haja necessidade de enfrentar de início todas as grandes dificuldades burocráticas de reconhecimento da organização, como se dá com os sindicatos rurais e 2o.) defender seus direitos de forma organizada, reforçar e consolidar sua organização, formar seus próprios quadros dirigentes para que possam, no devido tempo, mais facilmente, se transformar em sindicatos de trabalhadores rurais" (NR, 8 a 14/12/61, SE, p. 10).*

No documento denominado **Relatório sobre a Organização dos Lavradores e Trabalhadores Rurais**, produto da I Conferência da ULTAB, realizada em 1959, era novamente apontada a diversidade de situações no campo e insistia-se sobre a

necessidade de adequação dos formatos organizativos: *"o meio rural é composto de pessoas em diferentes situações, quer quanto à forma de trabalhar e produzir, quer com relação à propriedade. Uns trabalham em suas próprias terras como proprietários; outros são posseiros; outros são produtores independentes, como arrendatários e parceiros; e ainda há os que trabalham à base de salários"*. Segundo esse documento, os *"lavradores"* vinham encontrando sua melhor forma de organização na criação de *"associações"*, das quais eles próprios eram administradores e dirigentes. Estimulava-se a criação de sindicatos rurais, com a ênfase em exemplos de sindicatos reconhecidos, e destacava-se a importância da organização (provisória) dos *"assalariados"* em associações de caráter civil (TL, fevereiro de 1960, p. 3).

O mesmo tema foi retomado no documento *"Tese sobre a Organização dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas"*, aprovado no Congresso de Belo Horizonte, realizado em 1961, no qual se constatava a diversidade existente entre os trabalhadores do campo e se repetiam os mesmos argumentos anteriormente citados. Apontava-se, mais uma vez, para a necessidade de flexibilidade de organização. Em documento então aprovado, reproduzido pelo *Novos Rumos*, afirmava-se que *"em suma, não importam decisivamente nem a forma nem os nomes que possam ter as diversas organizações de lavradores, mas sim o seu conteúdo e os fins que se propõem a defender"* (NR, 8 a 14/12/1961, SE, p. 9).

No processo organizativo dos trabalhadores do campo levado a efeito pelo PCB, chama a atenção o intenso apoio e divulgação que a organização das Ligas Camponesas em Pernambuco encontrou na imprensa comunista. A polêmica, sempre ressaltada pela literatura (Camargo, 1973; Medeiros, 1983; Azevedo, 1982; Bastos, 1984), parece que só se abriu num momento posterior, a partir de 1961, quando as Ligas se constituíram em uma organização claramente concorrente, com concepções distintas sobre o sentido da *"revolução brasileira"*. As primeiras lutas das Ligas, a desapropriação do engenho Galiléia, as demandas dos *"foreiros"* nordestinos foram bastante noticiadas no final dos anos 50. A ênfase era dada à organização, inicialmente

sem maior destaque à figura de Julião. Em diversos números do jornal **Novos Rumos**, encontramos matérias de página inteira sobre as Ligas, com grandes manchetes, fotos etc. A partir da projeção nacional de Julião como liderança, no final dos anos 50, a imprensa comunista também passou a lhe dar espaço. No início de 1961, o jornal publicou as versões integrais da "*Cartilha do Camponês*" e da "*Carta de Alforria*", documentos em linguagem popular, de caráter eminentemente didático, onde esse advogado falava da situação dos "*camponeses*" e da necessidade de se organizarem para lutar por seus direitos. Para além disso, Julião passou a ser chamado a falar em encontros de trabalhadores do campo promovidos pelos comunistas e suas intervenções, no Congresso de Londrina, por exemplo, ganharam grande destaque. Algumas das manchetes do jornal *Novos Rumos*, destacadas no capítulo anterior, são ilustrativas desse reconhecimento.

Em diferentes momentos, também foi estimulada a organização em cooperativas, com a ressalva de que deveriam estar sob direção e influência de seus associados "*lavradores*". Apareciam, na imprensa, menções esparsas a elas e havia indicações de que poderiam se constituir como desdobramento de uma associação, visando atividades específicas como, por exemplo, a comercialização da produção. É o caso dos lavradores de Olho d'Água Seco, em Caxias, MA (NR, 1 a 07/01/1960, p. 11). Um outro exemplo é que, por ocasião da criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Caravelas (Ponta de Areia, BA), falava-se que essa entidade, "*segundo os estatutos aprovados, providenciará, de imediato, a criação de uma cooperativa de consumo e crédito para os lavradores, assim como manterá serviços de assistência médica e jurídica para atender a todos os seus associados*" (NR, 20 a 26/01/61, p. 4)¹⁰.

Também havia algumas referências à preocupação com a organização de jovens e de mulheres, através da criação de "*departamentos femininos*" e

¹⁰É interessante lembrar que, como vimos no capítulo 2, no debate sobre a sindicalização no campo, que ocupou a década de 30, organização sindical e organização cooperativa apareciam como temas correlatos. Ver Stein, 1991; Mendonça, 1994.

"departamentos juvenis", em algumas das organizações emergentes. Na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, há menção ao fato de que duzentos jovens teriam fundado uma Associação Camponesa Juvenil, com o objetivo de "*lutar contra a exploração dos fazendeiros*" (IP, 13/05/51, p. 2). No estado do Rio de Janeiro, a Associação dos Lavradores tinha um "*departamento feminino*". Além desses exemplos localizados, é preciso lembrar que entre os temas da pauta de discussão da II CNTA, constava: "*mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas*" e "*juventude rural*", apontando reivindicações específicas desses segmentos.

Essas tentativas eram, no entanto, localizadas e pontuais, não havendo indícios de sua expansão. Todavia, o simples fato de haver menções a ela é indicativa de preocupações com essas categorias e suas especificidades no campo, de forma a trazê-las para as lutas reivindicativas em torno de condições de vida e trabalho, que se constituíam no mote maior dos sindicatos e associações então criados¹¹. Não pode ser esquecido, para perceber algumas das razões do destaque que o tema recebia nos encontros, o estímulo trazido pelos congressos internacionais de mulheres trabalhadoras ou de jovens, sempre noticiados e cobertos com destaque pela imprensa comunista, à criação de organizações próprias. Como já mencionado, a dimensão internacional é crucial para entender diversas das linhas de ação do PCB.

Além desses aspectos, há algumas referências à apropriação política, em determinados contextos, mais precisamente aqueles de enfrentamento mais intenso com os opositores, de formas organizativas tradicionais dos próprios trabalhadores. Assim, na resistência de Porecatu, foi ressaltado o papel dos "*mutirões*"; em Formoso,

¹¹A partir de conversas informais com Morena (Josefa Pureza, militante e esposa de José Pureza da Silva, principal liderança das organizações de trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro) é possível levantar a hipótese de que sua função era, no caso das mulheres, incorporá-las à "*luta*", mobilizando-as no apoio a seus companheiros. Assim, há menções a passeatas de mulheres para tirar os maridos da prisão, à importância de sua participação em atos públicos, passeatas, etc.

Da mesma forma, em entrevista que realizamos com Elizabeth Teixeira, fica claro que sua projeção como liderança só se deu após a morte do marido. Antes disso, seu papel político era extremamente limitado.

Lyndolpho Silva, em entrevista a Luis Flávio Costa, ressalta o fato de que nas assembleias havia presença de mulheres, "*mas não tinham participação mais ativa*" (Silva, 1994:84).

o dos "*conselhos de córrego*", que tinham funções de autodefesa e parecem ter tido um importante significado nas tomadas de decisões sobre a condução da resistência (Carneiro, 1980, Cunha, 1994). Mencionava-se que, em 1960, auge dos conflitos em Formoso, existiam na região vinte e um "*conselhos*", cada um com diretoria própria, reunindo-se a cada dois meses (TL, 92, junho de 1960, p. 2). Com isso, difundiam-se exemplos de organização local e estimulava-se a sua proliferação.

O processo de organização então em curso tinha como contraponto também as formas de organização preexistentes no campo, as "*associações rurais*", sob controle dos proprietários fundiários. Essas associações, como vimos acima, eram a expressão organizativa da concepção cuja marca era a análise do campo como homogêneo, fundado em interesses pensados como únicos e que se chocavam com os vinculados ao modelo de industrialização, entendidos como marcados por interesses opostos entre si¹².

Se, quando de sua criação, em meados dos anos 40, as "*associações rurais*" não demonstraram maior vitalidade, a partir dos anos 50 elas começam a ganhar fôlego, pelo menos em alguns estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, o que se pode observar a partir de dois fenômenos: a criação de uma entidade de representação nacional (a Confederação Rural Brasileira), em 1954¹³ e, principalmente, a mobilização em torno de reivindicações que procuravam agregar parcela do público que poderia ser disputado pelas associações de "*lavradores*".

Num primeiro momento, como apontamos acima, foi possível ao PCB uma certa ambiguidade em termos da avaliação do significado dessas associações e

¹²Nessa ótica, o sindicato no campo era visto como fomentador da luta de classes e, por isso, não deveria ser admitido. Se voltarmos aos argumentos utilizados em princípios dos anos 40 na Comissão de Sindicalização e apresentados no capítulo 2 da presente tese, poderemos notar uma surpreendente continuidade.

¹³A criação dessa entidade era prevista no decreto que regulamentou a vida associativa no campo. No entanto, ela só se concretizou bastante depois (meados dos anos 50), o que parece estar ligado quer à incipiência do processo organizativo, quer às disputas políticas entre as entidades representativas pré-existentes (Sociedade Nacional da Agricultura e Sociedade Rural Brasileira). Para maiores informações, ver Esteves, 1991.

inclusive um estímulo a que segmentos do "*campesinato*" a elas se filiassem. No entanto, a polarização que se constituiu em outros campos (disputa em torno da reforma agrária, direitos trabalhistas, regulamentação de contratos de parceria e arrendamento), impôs uma mais clara divisão de interesses. A partir desse fato, entende-se a ênfase na qualificação das associações de trabalhadores como "*independentes*" (leia-se: em relação às associações rurais, que passavam a ser vistas como "*patronais*") e as constantes advertências veiculadas pela imprensa sobre os riscos existentes de que as novas entidades criadas acabassem "*controladas pelos patrões*"¹⁴. No Congresso de Belo Horizonte é notória a insistência na necessidade de organizações "*independentes*" e, como tal, eram apontadas a ULTAB, Ligas, sindicatos.

O processo organizativo que se dava no campo era pois um processo de experimentação, de busca de caminhos, mas bastante marcado pelo espectro das instituições pré-existentes, que constituíam as referências necessárias e a partir das quais as novas organizações definiam sua singularidade. A busca de possibilidades legais implicava muitas vezes em se submeter a determinadas definições elaboradas em outro contexto, bem como se diferenciar do que já existia e constituir formas novas para afirmar a presença política dos trabalhadores do campo.

A formalização e a nacionalização da estrutura organizativa: o aparecimento da ULTAB e da CONTAG

A ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, foi criada em 1954, por ocasião da realização da II Conferência Nacional dos Lavradores e

¹⁴É interessante lembrar que, em meados dos anos 50, as associações rurais de São Paulo promoveram uma série de manifestações de produtores de café contra o confisco cambial. Para essas manifestações eram chamados também colonos de café. Em algumas dessas manifestações chegaram a participar, como veremos adiante, trabalhadores rurais organizados pelo PCB.

Trabalhadores Agrícolas, com o objetivo de organizar os "*lavradores*" e "*trabalhadores agrícolas*" em defesa de seus interesses e direitos; "*promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre os trabalhadores*"; proporcionar-lhes assistência jurídica em geral.

Mais que representação nacional de um conjunto de entidades dispersas já existentes, a ULTAB aparecia como um braço do PCB voltado para a constituição de uma estrutura organizativa no campo e para a socialização de determinadas concepções sobre os interesses e direitos dos trabalhadores. Na ocasião, foram selecionados para concentração do investimento político os estados de Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro, locais onde já havia um trabalho organizativo relativamente avançado. A partir de sua criação, a imprensa comunista passou a noticiar seguidamente suas atividades, de forma a mostrar sua presença ativa junto aos conflitos, principalmente através de seus dirigentes, Lyndolpho Silva e Nestor Veras.

Como já assinalamos no capítulo 3, uma das primeiras atividades da ULTAB e cujo desenvolvimento ganhou bastante espaço na imprensa comunista, foi a proposta de realização de uma campanha nacional de coleta de assinaturas em defesa da reforma agrária. Essa campanha, além de promover uma socialização da palavra de ordem que os comunistas buscavam trazer para um debate político mais amplo, tornou-se um espaço organizativo importante. As reuniões realizadas para divulgar os termos do abaixo-assinado e as polêmicas que muitas vezes se verificaram também proporcionaram condições para discussão de reivindicações e divulgação das teses sobre organização.

Difundia-se, nesses espaços de socialização, uma nova leitura das condições de trabalho no campo, que visava promover uma reordenação das relações dominantes e o reconhecimento das condições de exploração e opressão existentes, levando os trabalhadores a elaborarem uma outra imagem sobre si mesmos, fundadas em novas bases e calcadas em novos laços de solidariedade.

A ULTAB, no entanto, não era mero porta-voz do PCB. Enquanto entidade voltada para a organização e com um perfil sindical, ela precisava ser capaz de compor alianças mais amplas. Assim, por exemplo, se o partido falava em confisco de terras, havia orientações expressas no sentido de que essa proposta não deveria aparecer nas demandas da ULTAB (VO, 17/12/55).

Apesar do período de retração organizativa de meados dos anos 50, e que implicou num enfraquecimento das campanhas que se pretendia desenvolver, a ULTAB retomava sua proposta no início dos anos 60, dispondo-se a *"empregar todo esforço no trabalho de organização nas concentrações de lavradores e trabalhadores agrícolas, principalmente nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará, tendo em vista legalizar, fortalecer e ampliar as organizações existentes, criar federações onde não existem e recuperar as que se encontram enfraquecidas"* (TL, 95, novembro de 1960, p. 2). Tal investimento implicava em viagens dos representantes da ULTAB aos estados para supervisionar o *"bom andamento da aplicação do plano elaborado, dando ajuda e o estímulo necessários"*¹⁵ (TL, 95, novembro de 1960, p. 2). Insistindo nas aspirações de investir mais fortemente na organização de *"assalariados"*, propunha-se a *"empenhar-se em amplo trabalho, com apoio das organizações operárias e outras entidades, para realizar as conferências dos plantadores de café e de cana"*, visando a criação de organizações próprias dessas categorias (ibidem).

Esse esforço, estimulado pelos vínculos da ULTAB com outras organizações de trabalhadores, de cunho internacional, ligadas à União Internacional Sindical de Trabalhadores Agrícolas e Florestais (UISTAF), deu poucos frutos¹⁶. Como vimos no

¹⁵ Segundo Irineu Moraes, esse tipo de trabalho não deixava raízes. Muitas vezes, a saída de um quadro do partido de um determinado local significava também o fim da nascente organização (Welch e Geraldo, 1992). José Pureza da Silva também apontava que *"no campo, era preciso ir às bases, e não podia ser com passeio de beija-flor, não. Tinha-se que discutir com os companheiros e mesmo depois de uma resolução aprovada, ainda era necessário ajudar a colocá-la em prática"* (Pureza, 1982:36).

¹⁶ Sempre anunciados como intenção, esses encontros específicos parecem não ter sido realizados. Pelo menos não localizamos notícias a respeito.

capítulo anterior, embora houvessem investimentos significativos na organização de "assalariados", foram, no entanto, as lutas por terra, encaminhadas quer por "arrendatários", quer por "posseiros", que acabaram por polarizar a ação do PCB no campo. Um balanço das notícias da imprensa comunista no início dos anos 60 mostra a relevância que acabou por se dar à luta por terra.

Além do seu papel de estimuladora e difusora da organização e de portadora de uma nova linguagem e identificação para os trabalhadores do campo, a imprensa mostrava como a ULTAB investia-se da função de porta-voz deles junto aos poderes constituídos. É o caso, por exemplo, da proposta de criar uma comissão de estudos para elaboração de um projeto de lei de baixa dos preços de arrendamento, um projeto sobre reforma agrária a ser encaminhado à Câmara Federal, etc. Também se propunha a servir como mediadora em casos de conflitos por terra, dispondo-se a dirigir-se a governadores de estados (são citados os de Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal) para protestar contra as investidas de "latifundiários" sobre os que defendiam suas posses; ao Ministério da Justiça, às assembleias legislativas e aos governadores desses estados *"protestando contra os despejos de que estão ameaçados ou serão vítimas aqueles posseiros e exigindo a revisão dos títulos de propriedade dos latifundiários e grileiros"* (TL, 58, 1a. quinzena de julho de 1958, p. 2); *"ao Ministério do Trabalho e ao Presidente da República pedindo a aplicação de medidas para evitar o desconto dos aluguéis de casa e pelo rápido reconhecimento dos sindicatos rurais"* (TL, 64, maio de 1956, p. 1).

A imprensa mostra ainda que a ULTAB habilitava-se a exercer o papel de mediadora jurídica dos trabalhadores do campo. Se, nos momentos iniciais, isso foi feito sem muita organização, em 1960, foi proposta a instalação de um Departamento Jurídico para enfrentar os inúmeros e crescentes casos que vinham surgindo, bem como a contratação de um advogado para, na capital federal, resolver as ocorrências que estavam em julgamento em instância superior.

Uma outra tarefa que a entidade se atribuía era a de desempenhar um papel de educadora, colocando entre seus objetivos realizar uma série de cursos para a capacitação e formação de dirigentes de associações e sindicatos rurais (TL, 64, maio de 1956, p. 1)¹⁷.

No início dos anos 60, período de efervescência das lutas no campo, de grande mobilização pela reforma agrária e de intensificação da disputa pelo direito de falar pelos trabalhadores, os jornais destacavam bastante o papel mobilizador da ULTAB. Com a proposta de lutar pela aplicação das resoluções do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ela se propôs a estimular *"a impressão de um folheto com a declaração sobre reforma agrária para distribuição entre os camponeses; realização de comícios, palestras, conferências, debates, esclarecendo na cidade e no campo, os trabalhadores sobre a reforma agrária que queremos; desmascarar os projetos de reforma agrária existentes, opondo a eles um projeto de reforma agrária radical"*. Sua proposta era ainda de *"contribuir de todas as formas para a criação de um movimento pela reforma agrária no país"*. (NR, 8 a 14/02/63, Plano de Ação da ULTAB).

Através de suas propostas, à ULTAB era atribuído o papel de porta-voz dos trabalhadores rurais no espaço público. Nesse processo, a sua marca de braço político do PCB no campo era diluído, reforçando-se o seu caráter de representante do conjunto das *"massas exploradas"*. A partir daí constituía sua legitimidade. Isso explica o caráter generalizante de seus objetivos estatutários: falando por todos (independentemente de crenças políticas, cor, raça, religião), ela se universalizava e legitimava.

Nesse mesmo momento, a disputa que começava a se travar em torno de quem representava efetivamente os interesses dos trabalhadores do campo e o aparecimento de outras organizações demandando a mesma legitimidade, reforçava a necessidade da ULTAB se fazer ver, o que a levava a se propor a elaborar um programa de divulgação

¹⁷Os jornais não explicitam se esses cursos foram realizados, como o foram, qual o seu conteúdo.

de suas atividades, com conferências e palestras sobre sua atuação e de suas filiadas, divulgando suas finalidades e seu trabalho, ao mesmo tempo em que fazia um boletim de informações sobre a entidade¹⁸.

A crescente presença no cenário político dos trabalhadores do campo fez com que se retomasse e se acelerasse a discussão em torno da necessidade de criação de instituições legais específicas que os abrangesse. Assim, já em 1954 se reiniciava, através de projeto do deputado petebista Fernando Ferrari, a discussão sobre uma legislação específica para os "*assalariados*", uma primeira versão do que seria depois chamado Estatuto do Trabalhador Rural. A partir dessa mesma época, sucessivos projetos de reforma agrária foram apresentados no Congresso Nacional¹⁹. No início dos anos 60 tomou fôlego o debate em torno da sindicalização rural.

As iniciativas em torno da regulamentação da sindicalização rural ligavam-se, de um lado, à trajetória de um debate que já vinha dos anos 30 e que lhe deram seu primeiro equacionamento; de outro, às demandas apresentadas não só pelo PCB, mas também por outras forças que passaram a disputar com ele o direito de falar pelos trabalhadores do campo, em especial a Igreja Católica²⁰.

Os esforços de atuação da Igreja junto aos trabalhadores do campo que, num primeiro momento, voltou-se prioritariamente para o Nordeste, resultou na realização, em maio de 1962, do Primeiro Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste, em Itabuna (BA). Segundo Calazans (1983), esse encontro foi realizado com o apoio do Movimento Renovador Sindical e do Sindicato de

¹⁸ Além das Ligas Camponesas que, a partir de 1961, explicitam uma série de divergências com a ULTAB e com as concepções do PCB, também começa a se desenvolver mais intensamente o trabalho organizativo da Igreja nas áreas rurais, criando sindicatos não só no Nordeste, mas também, através dos Círculos Operários e das Frentes Agrárias, em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. Cf. Calazans (1969); Almeida (1981); Cruz (1982); Eckert (1984); Novaes (1987).

¹⁹ Sobre o teor dos projetos e dos debates em torno deles, ver Carvalho (1980); Camargo (1981); Medeiros (1983); Tapia (1986).

²⁰ Sobre a ação da igreja no campo no sentido de promover a organização dos trabalhadores, ver, entre outros, Calazans (1969); Cruz (1982); Carvalho (1985); Joca (1987); Novaes (1987).

Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna. A mesma autora aponta que *"as reivindicações mais expressivas publicadas nas conclusões referiam-se a férias remuneradas, estabilidade do trabalho, melhoria salarial e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores assalariados"* (Calazans, 1983:39). Chama a atenção o fato de que esse congresso foi apoiado e noticiado pela Confederação Rural Brasileira, em sua revista **A Gleba**, que transcreveu, na sua totalidade, a *"Carta de Princípios"* dele emanada.

Logo depois, o então Ministro do Trabalho, ligado à democracia cristã, Franco Montoro, assinou uma portaria (209-A, de 25/06/62) regulamentando a sindicalização rural. Foram estabelecidas nesse documento diversas categorias de enquadramento dos trabalhadores do campo, em função do tipo de trabalho e da cultivo específico e que continha significativos traços dos debates realizados na Comissão de Sindicalização Rural de 1941²¹. Através dela, tornava-se possível a criação de sindicatos de trabalhadores do café, da cana, de algodão, da pecuária, etc. Era prevista a criação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura que abrigaria as entidades de grau inferior, a partir das categorias mencionadas.

A imprensa comunista combateu intensamente essa proposta. Comentando a portaria, Lyndolpho Silva defendia que mesmo os estabelecimentos mais avançados também se dedicavam a uma produção bastante variada *"que será bem maior e mais complexa nas propriedades menores e economicamente mais fracas"*. Só parcelas pequenas tinham atividades homogêneas. Em consequência, a grande maioria dos trabalhadores não era especializada, tornando o enquadramento impossível. As críticas de Lyndolpho juntaram-se às de Nestor Veras, que apontava o fato de que muitos sindicatos organizados de acordo com a portaria 209-A estavam caindo sob controle dos *"latifundiários"*.

²¹Não era nosso objetivo na pesquisa, mas sem dúvida seria interessante traçar paralelos entre as propostas, na medida em que inclusive alguns dos participantes da Comissão continuavam ativos no debate sobre a organização da agricultura, assessorando entidades patronais. É o caso de Malta Cardozo.

A ULTAB, apoiada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, defendia a organização de sindicatos por municípios, congregando os trabalhadores que, como "assalariados", recebessem seu pagamento em dinheiro ou em produto. O mesmo critério defendiam para o sindicato de "trabalhadores autônomos", que envolveria "parceiros", "arrendatários", "posseiros" e "pequenos proprietários que não empreguem trabalhadores em suas roças" e para o sindicato dos "patrões" (TI, 116, novembro de 1962, p. 2).

A pressão dos comunistas junto ao Ministério do Trabalho para reformulação do documento legal resultou numa outra portaria 355-A (20/11/62), já na gestão Almino Afonso, que estabelecia o sindicato de base municipal e reformulava as categorias de enquadramento, reduzindo-as e simplificando-as. Criavam-se quatro grupos: a) trabalhadores na lavoura, b) na pecuária e similares, c) na produção extrativa rural e d) produtores autônomos, assim considerados os que exploravam a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva.

Da mesma forma que foi intenso o debate para definir o "trabalhador rural" e assim elaborar a proposta de enquadramento sindical, a regulamentação da sindicalização rural gerou, como muitos autores já mostraram, uma verdadeira corrida, por parte de diferentes forças que buscavam falar pelos trabalhadores rurais, em busca das cartas sindicais (Camargo, 1971; Medeiros, 1983; Novaes, 1987). Sendo previsto o reconhecimento de um único sindicato de cada categoria em um município, ganharia a carta sindical aquele que ou criasse algum germe de entidade ou, no caso desse requisito ser cumprido por mais de um grupo, que conseguisse, através de pressão, o seu reconhecimento e, em consequência, a negação legal de seu concorrente. O reconhecimento sindical era importante na medida em que definia o perfil político das federações a serem criadas e, conseqüentemente, das condições da disputa pela direção do órgão máximo de representação dos trabalhadores do campo, cuja criação era

prevista na lei, que seria a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura²².

Há que destacar, no entanto, que o reconhecimento de uma federação ligada a uma determinada força não implicava imediatamente em anulação da outra. Foram vários os exemplos. Um dos mais interessantes talvez seja o de Pernambuco, onde as forças ligadas à Igreja e ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) conseguiram o controle da Federação e seu reconhecimento. No entanto, havia uma área importante na parte sul da Zona da Mata, com cerca de vinte e um municípios tendo por polo Palmares, sob controle dos comunistas, que se negaram à filiação à recém criada federação, autodenominando-se "*sindicatos independentes*". Ao mesmo tempo, as Ligas Camponesas mantiveram-se autônomas. Isso não impediu que, como vimos no capítulo anterior, as diferentes forças se unificassem para realizar a greve geral na Mata pernambucana (Camargo, 1971) ou que, como aconselhasse Julião, no célebre documento "*Bença Mãe*", se criassem sindicatos em áreas onde as Ligas eram fortes, sob controle destas. Também em São Paulo, a Igreja conseguiu o controle da Federação, não podendo impedir que os comunistas continuassem investindo especialmente nas áreas de assalariados, que passaram a ser arduamente disputadas²³.

O ano de 1963 foi marcado pela multiplicação dos sindicatos de trabalhadores no campo, formação de federações e tentativa de criação da Confederação. Momento espetacular dessa disputa foi a tentativa de fundar essa entidade a partir de um congresso onde a Igreja detinha a maioria, o que levou a uma intensa disputa entre a Igreja e os comunistas em torno da representatividade e validade do encontro²⁴. Os

²²As direções das federações, entidades de nível estadual, seriam eleitas pelos sindicatos reconhecidos. Essas federações, por sua vez, uma vez reconhecidas, estariam habilitadas para escolher a direção da Confederação. Ganhar a carta sindical aparecia, pois, como uma cartada política essencial para garantir o controle político das novas entidades de representação emergentes.

²³A federação cristã, liderada por José Rotta, dispunha-se inclusive a estimular greves em regiões de tradicional controle dos comunistas, como é o caso de Ribeirão Preto e Marília (A Gleba, ano VIII, 88, agosto de 1962).

²⁴Trata-se da Primeira Convenção de Sindicatos Rurais, realizada em Natal em julho de 1963. Nela estavam representados dezessete estados, a maioria nordestinos. Segundo Calazans (1983:43), oitenta e

comunistas, ocupando alguns postos-chaves no estratégico aparelho de estado que era a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, conseguiram anular essa fundação e convocar outro congresso²⁵. Para tanto obtiveram o apoio de uma nova força presente na organização dos trabalhadores, a Ação Popular, com a qual acabaram por dividir o controle da nova entidade, na medida em que a organização tinha peso em diversas das novas federações criadas²⁶.

O Congresso de criação da CONTAG, em dezembro de 1963, também ganhou grande destaque. Contou com delegados de duzentos e sessenta e três sindicatos reconhecidos, quatrocentos e oitenta em processo de reconhecimento e vinte e nove federações, de dezenove estados. Para esse evento, a imprensa comunista considerou "*inestimável*" a ajuda da CONSIR e da SUPRA, explicitando seus laços com o Estado. Para a assembléia de fundação foram convidadas entidades sindicais urbanas, o Pacto Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A diretoria eleita representava os ajustes entre as diferentes forças existentes no campo²⁷.

sete por cento deles eram "*assessorados pela Igreja (SAR, SORPE, SORAL, FAG) e grupos de assessoria do MEB de vários pontos do Nordeste, sobretudo*".

²⁵A Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) surgiu como produto de um convênio entre a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), criada em 1962, e o Ministério do Trabalho, visando estimular a sindicalização rural. Calazans (1983) lembra que uma das funções da SUPRA era promover a criação de sindicatos e cooperativas no campo.

²⁶A Ação Popular foi oficialmente fundada em junho de 1962, como um movimento político católico "*radical*" em grande medida derivado da Juventude Universitária Católica (JUC), que passou a se confrontar com a hierarquia da Igreja. Estreitamente ligado à AP, em algumas áreas, era o Movimento de Educação de Base (MEB), movimento amplo de alfabetização, oficializado ainda durante o governo Jânio Quadros. Um dos quadros da AP era o Padre Henrique Lage, que teve ativa participação no Congresso de Belo Horizonte e era já então apresentado pela imprensa comunista como um "*aliado*".

A AP tinha como palavra de ordem "*transformar o mundo*" e buscava fazê-lo através de um trabalho de despertar a consciência popular. Recusava, no entanto, tanto a prática de João Goulart, como a do PCB, consideradas como manipuladoras e incapazes de encontrar a verdadeira "*voz do povo*". Sobre as concepções e a prática da AP, ver Kadt (1972). Segundo esse autor, foi no trabalho rural que a entidade teve maior sucesso.

²⁷A presidência da entidade ficou com Lyndolpho Silva, principal figura da ULTAB. O primeiro vice era Manuel Gonçalo Ferreira, de Pernambuco, proveniente do trabalho do MEB; o segundo, José Leandro Bezerra, da Federação do Ceará e ligado ao PCB; o terceiro, José Gomes de Novaes, de Alagoas. Como secretário geral foi escolhido Sebastião Lourenço de Lima, de Minas Gerais e ligado à AP; para primeiro secretário, José Rodrigues dos Santos do Paraná e ligado ao PCB; para segundo,

O plano de ação da CONTAG para 1964 compreendia a continuidade do trabalho de formação e reconhecimento de sindicatos e federações; realização de cursos de capacitação dos dirigentes sindicais; assistência urgente às federações, ajudando-as na elaboração de seus planos de trabalho. Nesse sentido, propunha-se a utilizar todos os meios de divulgação possíveis para difundir o sindicalismo. No que diz respeito às reivindicações, demandava a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente dos itens que se referiam à carteira profissional, à taxa de habitação, ao conselho arbitral, ao imposto sindical; a aplicação da previdência social já regulamentada, com extensão do salário família ao trabalhador do campo, efetiva aplicação do salário mínimo e luta por aumento de salário, liquidação do rezoneamento e aumento do nível do atual salário mínimo; preço mínimo compensador na fonte de produção, baixa das taxas de arrendamento e sua regulamentação, extinção dos despejos e plantio de capim nas terras de cultura, título de posse aos "*posseiros*", levantamento das áreas de posse que estavam em atrito para tomada de medidas de proteção dos verdadeiros "*posseiros*", plano de instalação, por parte do governo, em convênio com os municípios, de escolas agrícolas profissionais, impulsionamento da alfabetização, através dos vários métodos existentes, colaborando e exigindo, dos órgãos governamentais e particulares competentes, sua realização; estímulo ao cooperativismo, exigindo dos poderes públicos ajuda e aplicação das verbas para esse fim, etc. No que se refere à reforma agrária, a CONTAG propunha-se a adotar as resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Como se pode observar, o programa de ação da nova entidade orientava-se fundamentalmente pelas teses

João de Almeida Cavalcante, da Paraíba; como tesoureiro ficou Nestor Veras, de São Paulo e ligado ao PCB; como segundo tesoureiro, Manoel Lito Muniz, da Bahia. Para suplentes de diretoria, foram eleitos José Pureza da Silva, do Rio de Janeiro e ligado ao PCB; Amâncio Aguiar, da Bahia; Sebastião Bailão, de Goiás, Sinésio Lourenço, de Minas Gerais, Luiz de Roni, de São Paulo, Felinto Goulart, de Minas Gerais, Jerônimo de Moura Neto, também de Minas Gerais, Osvaldo Miguel dos Santos, de Sergipe. Para o Conselho Fiscal efetivo foram eleitos Bráulio Rodrigues, do Rio de Janeiro, José Firmino do Sergipe, Ari Santana, de Alagoas e, para suplentes, Antonio Mendonça Conde, do Paraná, Rosauero Charlat, ligado ao MASTER, do Rio Grande do Sul, Angelo Carlos de Lima, do Piauí (TL, 130, janeiro de 1964, p. 5).

originalmente defendidas pelos comunistas no Congresso de Belo Horizonte e que haviam sido, pelo menos em parte, rechaçadas (referimo-nos especialmente à questão da regulamentação da parceria e arrendamento).

Embora essas demandas não apresentassem nada de novo em relação à trajetória das organizações e reivindicações que mapeamos até aqui, elas retiravam sua importância justamente desse fato: consolidavam, através da sua institucionalização, reconhecimento e interlocução com o Estado, todo um caminho percorrido, legitimando-o e consagrando determinadas teses e formatos organizativos que foram construídos arduamente nos vinte anos anteriores e permitindo ao PCB capitalizar ganhos de todo um trabalho organizativo.

Deve ser ressaltado, nesse processo, o fato de que as Ligas Camponesas, cujo principal porta-voz era Francisco Julião, ficaram de fora, dessa estrutura não disputando cargos de direção. No entanto, sua capacidade de mobilização dos "camponeses", especialmente em Pernambuco e na Paraíba, permitiu que, no fazer da história do período, elas aparecessem como a síntese e o símbolo das lutas "camponesas" do Brasil, de alguma maneira, como vimos no capítulo 1, obnubilando a riqueza dos processos sociais existentes nos anos que antecederam o golpe militar e que atingiram áreas em que as Ligas sequer existiram.

O processo de organização

O processo de organização no campo, como ficou patente nos capítulos 3 e 4 da presente tese, apresentava uma série de dificuldades, apresentadas pela imprensa como relacionadas ao forte controle patronal sobre as propriedades, à dispersão e isolamento em que viviam os trabalhadores, ao desconhecimento dos comunistas sobre o modo de vida e as condições de trabalho desses segmentos. A leitura dos jornais também permite que apontemos os obstáculos, nem sempre explícitos, que implicavam

o encontro entre a realidade complexa e diversificada do campo brasileiro e as teses elaboradas pelo PCB, sob influência do movimento comunista internacional.

Era comum encontrar-se na imprensa indicação de caminhos sobre a melhor forma de contornar as dificuldades colocadas pelo trabalho no campo. Nesse aspecto ela parecia falar de forma educativa, estritamente para os militantes. Valorizava-se bastante a propaganda verbal, uma vez que o analfabetismo era a regra. Exemplo disso é a seguinte passagem do jornal **Notícias de Hoje**: *"tem uma enorme importância ... a realização de palestras, sabatinas, comícios, conferências, etc., para os camponeses. Naturalmente para que essas palestras e comícios possam atingir em cheio seus objetivos, exige-se uma cuidadosa preparação. Torna-se necessário um trabalho persistente de convite aos camponeses, a escolha de um local adequado para a palestra ou o comício, assim como a preparação das pessoas designadas para realizar o trabalho. Os propagandistas devem utilizar uma linguagem simples e compreensível para a massa, devem evitar por completo as generalidades e apoiar todas as afirmações que façam em fatos concretos, de preferência que sejam já do conhecimento dos camponeses a quem se dirigem..."* (NH, 31/09/54, p. 3). Por outro lado, a criação do jornal **Terra Livre**, mais detidamente analisado no capítulo seguinte, indica a busca de um caminho mais sistemático e homogêneo, representado por uma imprensa própria, capaz de levar mensagens específicas, numa linguagem passível de ser melhor assimilada.

Eram comuns os relatos que apontavam para a dificuldade de entrar nas fazendas e iniciar os contatos, como já apontamos no capítulo 3. Isso era feito à noite, de forma clandestina, através de amigos, parentes. Uma possibilidade utilizada eram as festas. Como relata Gregório Bezerra, em suas memórias: *"não podíamos - nem é recomendável - reunir clandestinamente as massas. O meio mais prático que encontrávamos era através de piqueniques ou por ocasião de festas religiosas, ou ainda nos aniversários de pessoas de prestígio... Quando acontecia alguma coisa de anormal nas cidades ou no campo era mais uma ocasião para reunir a massa.*

Mandávamos brasa contra os responsáveis e aproveitávamos a ocasião para abordar os problemas do povo com mais força" (Bezerra, 1979:115).

Como veremos no capítulo seguinte, as festas eram também aproveitadas como momentos de socialização de determinadas concepções, além de ser o momento de conhecer as pessoas, constituir relações e assim criar aproximações que poderiam viabilizar o início de um trabalho político. Bezerra se refere também a dramatizações de *"lutas de camponeses pobres contra fazendeiros ricos, a luta de escravos contra proprietários de escravos"* (Bezerra, 1979:95). Em outras situações, como foi o caso de Formoso, as festas se tornaram um importante elemento de coesão do grupo em luta e, no limite, indiretamente como auxílio às atividades de autodefesa (Carneiro, 1981).

O encontro em botequins, a frequência nas feiras (especialmente no caso do Nordeste) também eram caminhos utilizados, enquanto espaços onde se faziam relações e onde os militantes passavam a tomar contato com as reais condições de vida dos trabalhadores e com os problemas locais. A produção de repentes, de cordéis fizeram parte dessa aproximação. No relato de Bezerra sobre uma de suas passagens pelo Paraná: *"à noite, após o jantar foi organizado um desafio entre dois violeiros repentistas; um representava os posseiros e outro os grileiros. A platéia delirava quando o seu repentista esmagava o opositor"* (Bezerra, 1979:123). Como veremos no capítulo seguinte, o **Terra Livre** exerceu o papel de difusor dessa politização da cultura popular.

O processo organizativo era lento e, por vezes, se prolongava por meses a fio. Como aponta Irineu Moraes: *"a gente tinha que comer com os camponeses, dormir junto com os camponeses, aguentar as consequências com eles, tudo. Viver com eles para ganhar a confiança e a participação. Eles eram muito desconfiados"* (Welch e Geraldo, 1992:163).

Havia situações ainda em que o acesso aos trabalhadores se fazia através de práticas que eram muito semelhantes aos mecanismos de clientelismo, típicos das zonas rurais. Tomando o caso do Ceará, verificamos, segundo o depoimento de José

Leandro Bezerra, em suas memórias, que *"a FALTAC foi ganhando prestígio e tinha acesso às repartições públicas e fazia entendimento com elas, recebendo apoio e pedindo auxílio daquelas autoridades. Cooperávamos na distribuição de tudo aquilo que fosse em benefício dos camponeses pobres. Chegamos a distribuir nove toneladas de leite por mês, centenas de milhares de enxadas e quando se aproximava o inverno, toneladas de sementes..."* (Leandro, 1988:60). Essa distribuição muitas vezes era feita em dias de passeatas e manifestações *"e os camponeses saíam pelas ruas arrastando as enxadas e fazendo uma zoada danada, numa alegria louca"* (ibidem:59)²⁸.

A propaganda escrita, através de volantes, folhetos, almanaques, *"sempre bem recebidos pelas massas camponesas"*, também era valorizada. Argumentava-se que sempre *"é possível encontrar-se nas fazendas uma ou outra pessoa que saiba ler; em torno dessa pessoa, agrupam-se os camponeses, ouvindo atentamente a leitura dos documentos que lhes trazem a verdade... Na elaboração dos materiais de propaganda escrita deve haver sempre a preocupação de utilizar gravuras e desenhos, que tornam mais atraente a leitura e facilitam a compreensão do que é dito no texto"* (NH, 31/09/54, p. 3).

Quando da ampliação das organizações, o quadro que emerge da leitura dos jornais é de uma intensa repressão sobre essas tentativas de busca de afirmação de direitos. Eram constantes as referências a prisões de trabalhadores ou de lideranças por tentativas de organização, bem como arbitrariedades e violências por parte de juízes e delegados. Em Uberlândia (MG), por exemplo, a polícia invadiu o local onde se realizava uma conferência preparatória à Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. No Rio de Janeiro, a sede da Associação dos Lavradores Fluminenses foi,

²⁸A distribuição de presentes também era objeto da competição política. Num artigo sobre Júlio Santana, liderança de Pernambuco, aparece a seguinte menção ao papel que isso podia assumir: *"durante uma distribuição de enxadas, que haviam sido doadas por um certo candidato à presidência da República, foram entregues a Júlio Santana cerca de quinhentas. Ele as levou para a casa de um camponês onde se fazia a distribuição. Entretanto, alguns que se diziam representantes das Ligas Camponesas naquele local não gostaram que a distribuição estivesse sendo feita por Júlio Santana. O procuraram pedindo a devolução das ferramentas que restavam"* (Jacinto, 1978:49).

nos seus primórdios, assaltada e destruída por catorze policiais (IP, 31/01/53). A festa de primeiro aniversário dessa mesma associação, realizada em Xerém, foi interrompida pela polícia e vários camponeses foram presos (IP, 13/10/53, p. 8). No ano seguinte há uma notícia de uma reunião da ALF dissolvida "a bordoadas" (IP, 17/03/54, p. 2). No caso da Alta Araraquarense, *"desde os primeiros passos dos camponeses para constituírem sua associação, a polícia agiu com invulgar bestialidade. Esta perseguição culminou com o vandalismo de 12/03/50. A cidade de Américo de Campos foi transformada em praça de guerra. Os gringos da Anglo mandaram buscar jagunços em Mato Grosso para reforçar os seus bandos e receberam autorização do delegado de Rio Preto para 'atirar e matar'. Sem poder realizar a concentração, foram para outro local. Eram cerca de quatrocentas pessoas"* (VO, 15/04/50, p. 9).

A tentativa dos trabalhadores de participar de uma organização era, muitas vezes, punida com dispensa ou despejo sem indenização, com prisões. Fatos dessa natureza eram, algumas vezes, denunciados por vereadores, alguns notoriamente ligados ao PCB, como é o caso de discursos de Nestor Veras, na Câmara Municipal de Santo Anastácio (VO, 16/06/49, p. 9), sempre divulgados com destaque.

O apoio de vereadores a atividades dos "camponeses" também implicou, eventualmente, em prisões. É o caso da menção a três vereadores detidos no congresso de camponeses de Santo Anastácio (VO, 15/07/49, p. 9).

Havia uma intensa repressão a encontros, especialmente nos primeiros realizados, impondo a necessidade de produção de expedientes para contornar as proibições. No caso do Congresso Camponês de Pernambuco, por exemplo, dezessete "camponeses" da Liga de Iputinga enganaram a polícia alegando que a passagem coletiva, para a qual se exigia justificativa, devia-se à realização de uma romaria (VO, 01/04/50, p. 9).

Eram comuns as referências, especialmente no início dos anos 60, quando se intensificaram as lutas, à violência contra lideranças, como é o caso da prisão de Jofre Correia em São Paulo, e do assassinato de João Pedro Teixeira, na Paraíba.

A polícia aparecia como figura central na repressão, prendendo "*camponeses*" acusados de estarem fazendo "*agitação nas fazendas*". Essas prisões muitas vezes eram pedidas por entidades patronais. Denunciava-se que a ação da polícia comumente era feita sem mandado judicial e de forma brutal (NH, 25/09/54, p. 3). Também eram comuns as referências à ação de "*capangas*" que invadiam reuniões, espancavam trabalhadores e que eram apontados como sendo os "*braços armados do latifúndio*".

A ênfase nas diferentes formas de violência, como já apontamos anteriormente, parecia ter a função de despertar a indignação moral, a necessidade de reação, de organização, ao mesmo tempo que se constituía num dos mais eficazes instrumentos de constituição da imagem do "*latifúndio*". Ela era ainda um mote importante no sentido de explicitar as formas de controle existentes no campo e a ausência de direitos.

Os ganhos de organização apareciam como passíveis de punição. Assim, em 1956, o sindicato de Franca, por exemplo, denunciava despejos em massa: "*despejos injustificados de dezenas de famílias de colonos de café, com o objetivo de sonegarem pagamento atual do salário mínimo, forçarem os trabalhadores a desistirem de seu sindicato, bem como retirarem do forum local dezenas de reclamações trabalhistas, em torno de diferenças de salários a que tem direito*" (NH, 19/10/56, p. 4).

Nas matérias sobre as lutas ou organização dos trabalhadores, era sempre enfatizado o apoio que os sindicatos operários poderiam dar e estimulada a busca dessa "*ajuda fraternal*". Mais do que uma solidariedade, o que a imprensa deixava perceber era a suposição de que os operários ensinariam os "*camponeses*" a lutar. Diversos encontros e assembléias de trabalhadores do campo eram não só realizados nas dependências de sindicatos urbanos como, em algumas situações, dirigidos por eles. A Conferência Regional dos Assalariados Agrícolas do Rio Grande do Sul foi realizada no Sindicato dos Marítimos em Pelotas. Quando da realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, divulgava-se que essa conferência, bem como as anteriores, contou com ativo apoio das lideranças sindicais urbanas: "*centenas de*

dirigentes operários viajaram para o interior no decurso dos trabalhos preparatórios da II Conferência Camponesa" (VO, 25/09/54, p. 5). Por ocasião da realização da I CNTA, a imprensa comunista paulista fazia apelos para que os "operários desta capital ofereçam em suas casas alojamentos para os delegados camponeses" (NH, 27/08/53). A II CNTA foi convocada a partir de uma reunião da Comissão Permanente da Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas que se reunia em São Paulo na sede do Sindicato dos Gráficos. O número 46 do Terra Livre publica quatro colunas com manifestações de apoio à realização dessa conferência, a grande maioria de sindicatos urbanos. Tal publicação visivelmente buscava ressaltar os laços de solidariedade que existiam e os apoios com que os "lavradores" e "trabalhadores agrícolas" poderiam contar. Tratava-se de enfatizar todas as indicações possíveis de que estava em curso a aliança operário-camponesa e que os trabalhadores do campo não estavam sozinhos.

O arco de apoios buscado, no entanto, era amplo e em algumas situações passou até mesmo pelas entidades patronais. Irineu Moraes relata em suas memórias como, através de um médico simpatizante do Partido, foi construída uma ligação com fazendeiros de São José do Rio Preto para a realização de uma grande manifestação contra o confisco cambial. Segundo esse militante, em troca de colocar na rua dois mil camponeses (com transporte e alimentação pagos pelos "patrões"), apoiando a manifestação, seriam agregadas ao ato faixas solicitando legislação sindical, férias, jornada de trabalho de oito horas: *"nós fizemos uma aliança com os latifundiários, com os grandes fazendeiros, para poder ganhar alguma coisa, e acabamos legalizando, em parte, a luta pelo sindicato. Depois do comício, os trabalhadores começaram a trabalhar dentro das fazendas pela organização do sindicato e os fazendeiros já não os perseguiram mais... Nós fizemos a aliança, mas não uma aliança para levar e trazer. Nós apoiamos as suas reivindicações, não tendo nada com o café, não tendo nada com o confisco cambial, mas tendo com as nossas reivindicações. Eles lutaram por elas, nós demos gente e eles deram a liberdade para lutar pelo sindicato e pelos*

nossos direitos" (Welch e Geraldo, 1992:156/7, grifos meus, LSM). O jornal **Terra Livre**, em diversos números, deu informes sobre a organização da Marcha da Produção, organizada pela Federação das Associações Rurais do estado de São Paulo (FARESP), e conclamou os trabalhadores a apoiá-la. Num deles (75, 1a. quinzena de dezembro de 1956), chegou a publicar em primeira página uma foto da concentração preparatória realizada em São José do Rio Preto em 10 de novembro de 1956 (possivelmente a mesma referida por Irineu Moraes), mostrando as faixas levadas pelos trabalhadores: "*Os lavradores e trabalhadores agrícolas de Fernandópolis, unidos, exigem Reforma Agrária*"; "*Os lavradores de Monte Aprazível querem melhores preços*"; "*Os colonos de Itajubi querem melhores moradias*"; "*Os colonos de Icem lutam pela Reforma Agrária*".

Procurava-se ainda a legitimação das organizações emergentes envolvendo no momento de fundação, nas assembléias etc., o poder local (prefeitos, vereadores). Da mesma forma, diversos eventos importantes, como a II CNTA, o Congresso de Belo Horizonte, etc. buscaram e tiveram apoio de diferentes instâncias do Estado à sua realização, através de cessão de espaço, alojamento, alimentação, mas também da presença física de autoridades, o que dava visibilidade ao encontro e o legitimava no jogo das forças políticas. Essas presenças eram sempre destacadas pela imprensa.

Analisando as matérias que se referem ao cotidiano das organizações dos trabalhadores, verifica-se que era uma constante, em cargos de direção dessas entidades, a presença de pessoas portadoras de algum tipo de formação escolar ou política mais avançada.

Era comum o envolvimento de profissionais liberais (principalmente médicos, dentistas, advogados) orientando as associações ou mesmo dando apoio às suas atividades. O jornal **Notícias de Hoje**, por exemplo, menciona o caso de José da Silva Guerra, médico, que, em Presidente Bernardes, "*atua também como esclarecedor do povo quanto às questões políticas e ensinando aos camponeses como desmascarar os roubos dos arrendatários*" (NH, 03/05/53, p. 4). Irineu Moraes relata situações em que

médicos simpatizantes deram todo apoio (remédios, alimentos, dinheiro) à família de um militante enviado para o exterior. Gregório Bezerra, em suas memórias, refere-se a dentistas e até mesmo a um "*fazendeiro médio*", um "*patrão*" em quem os "*camponeses*" confiavam e que foi escolhido por eles como presidente de uma liga fundada em Santa Helena (Bezerra, 1979: 88). No caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, esse mesmo militante referia-se à colaboração de um "*camarada farmacêutico*" (Bezerra, 1979:96). Pedro Renaux Duarte, criador das primeiras ligas em Pernambuco e um dos primeiros diretores da ULTAB, era funcionário público. Heller da Silva também enfatiza a importância dos laços de alguns militantes comunistas com a elite local, sendo muitas vezes eles próprios pertencentes, por laços de parentesco, a essa elite (Heller da Silva, 1993).

Também havia casos de quadros de origem urbana que, sem grande formação escolar, mas com formação partidária, eram deslocados para fazer a organização no campo e se tornaram importantes lideranças. É o caso, por exemplo, de Gregório Bezerra. Geraldo Tibúrcio, Lyndolpho Silva, José Pureza receberam como tarefa o trabalho no campo sem terem sido antes, até onde pudemos apurar, figuras expressivas dentro do partido. Foi o trabalho no campo que lhes deu destaque. João Pedro Teixeira, outra liderança significativa, fora trabalhador em pedreiras e não temos maiores informações sobre o momento de seu ingresso nas atividades partidárias. De liderança expressiva, que emerge de lutas de resistência e depois se torna quadro importante do PCB, só podemos mencionar José Porfirio, de Formoso.

De toda forma, é possível perceber que as lideranças em sua grande maioria detinham algum tipo de conhecimento ou experiência, que os diferenciava dos demais e os dotava de credibilidade e legitimidade²⁹.

Na imprensa também havia menções à liderança de figuras que ocupavam cargos políticos formais, como é o caso de vereadores. Há notícias de ocupações, como é o caso da latifúndio Jaú, e da "*tomada*" de localidades de Populina, Sol, Guarani

²⁹Bourdieu (1989) chama de "*capital político*" esse acúmulo conseguido pelas lideranças.

d'Oeste e Brasitânia, sob liderança de um vereador comunista, Antonio Joaquim (VO, 23/07/49, p. 12). Nestor Veras, dirigente da ULTAB, aparece mencionado na imprensa, no início dos anos 50, como vereador. Há referências inclusive a um lavrador, eleito pela UDN, que foi assassinado numa delegacia de polícia. O jornal **Novos Rumos** fala da criação de uma *"liga"*, através da solicitação de um *"camponês"* a um vereador que mantinha um escritório de advocacia em Campina Grande, *"a fim de que ele e seus companheiros pudessem lutar unidos contra a injustiça e as explorações condenáveis de que eram vítimas"* (NR, 16 a 22/03/62, p. 7). Da proposta derivou a realização de uma reunião, *"com o comparecimento de mais de uma centena de lavradores"*. Narrativas como estas sugerem que a presença de autoridades, sempre noticiada, eram avaliadas positivamente. Também procuravam mostrar que os *"camponeses"* não estavam sozinhos em suas lutas, que havia segmentos de outra extração social e investidas de poder a seu lado, o que ainda tinha o sentido de garantir maior respeitabilidade e segurança às nascentes organizações contra as investidas do poder patronal.

Para a continuidade da organização no campo era sempre valorizada na imprensa a ação de deputados que, através da Câmara, quer estadual, quer federal, denunciavam ações de grileiros, violência policial, etc.. Pessoas como Roberto Morena, Fernando Lepera, eram sempre chamados a intervir e dar apoio em situações de maior tensão.

A regulamentação da sindicalização rural e a possibilidade de criação de uma confederação com base no número de federações existentes abriu, como vimos, um novo campo de disputa: o reconhecimento de sindicatos por parte do governo. Essa corrida gerou o aparecimento na fala dos comunistas de um novo personagem que constantemente era mencionado na imprensa como sindicatos *"fantasmas"*, *"formados por padres"*, por ordem dos *"latifundiários"* (TL 120, mar. 63, p. 1).

Em São Paulo, esse novo personagem é simbolizado por José Rotta, vinculado aos Círculos Operários Cristãos e frequentemente acusado de *"pelego"*. Por ocasião do

congresso de fundação da Federação paulista, ganha pelos católicos, falava-se que *"dezoito advogados compareceram para defender os pontos de vista dos grandes fazendeiros, dentre eles o dr. Fernando Pereira Sodero, um dos fabricantes da infame "revisão agrária" do sr. Carvalho Pinto, para empurrar à força na cabeça dos poucos trabalhadores que compareceram, o projeto de falsa reforma agrária do deputado Aniz Badra"*³⁰ (TL 127, out. 63, SE, p. 2, grifos meus, LSM).

No caso do Maranhão, é dado destaque ao fato da Federação então criada ter um presidente *"autêntico"* pois *"pelegos do latifúndio"* tentaram organizar vários sindicatos *"fantasmas"* para impedir eleição do líder da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), Augusto José do Nascimento (TL, 132, mar. 64, p. 8). No Rio de Janeiro, durante o governo de Roberto Silveira, foi criada a Federação dos Lavradores do Rio de Janeiro (FLERJ), com base principal nas áreas onde o Plano Piloto de Ação Agrária, instituído pelo mesmo governo, tinha ação. Essa federação passou a sofrer forte influência dos Círculos Operários Cristãos, através do Padre Carvalho, que acabou por se tornar diretor do Plano Agrário do Estado (Grynspan, 1987; Pureza, 1982). José Pureza da Silva, em suas memórias e em entrevistas e conversas informais que com ele fizemos, frequentemente referia-se a essa federação como *"fantasma"*.

Foram diversificados os rumos dessas associações contra as quais o PCB usava termos profundamente desqualificativos - *"fantasma"*, *"pelego"* - num processo em que o que estava em disputa era a representação de um segmento social. Em São Paulo, a federação *"fantasma"* conseguiu reconhecimento oficial e, dessa forma, pode fragilizar a federação controlada pelos comunistas. O seu poder de influência pode ser avaliado

³⁰O projeto Aniz Badra, um dos inúmeros projetos de reforma agrária em debate no Congresso Nacional recebia críticas por propor a venda de terra aos *"camponeses"*. Propugnava ainda que os proprietários cujas terras fossem desapropriadas deveriam fazer jus a uma justa indenização *"amigavelmente convencionada entre o desapropriado e o desapropriante"*. Caso o proprietário concordasse, ela poderia ser paga em letras hipotecárias, ações de sociedade de economia mista ou títulos da dívida pública. Para maiores informações sobre esse debate, ver Camargo (1981), Medeiros (1983), Tapia (1986).

pelo fato de que seu principal dirigente, José Rotta, foi nomeado, após o golpe militar, interventor da CONTAG, perpetuando-se na direção dessa entidade até final de 1967. No Rio de Janeiro, a federação controlada pelos comunistas conseguiu reconhecimento e, para isso, sem dúvida teve importância não só a capacidade mobilizatória da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), como também o fato de ter trazido para seu campo a principal liderança da FLERJ, Bráulio Rodrigues. No entanto, após o golpe militar, o padre Carvalho tutelou as intervenções. No caso do Paraná, a Frente Agrária do Paraná, ligada à Igreja, procurou criar uma *"federação de produtores autônomos"* e também teve seus quadros nomeados para a intervenção.

O termo *"fantasma"* fazia parte do quadro de luta política que então se travava, colocando-se como desqualificador das entidades sindicais criadas por forças não comunistas para combater os comunistas. Indicava a acusação de não ser independente, de artificialismo, de não falar em nome dos trabalhadores.

Nesse sentido, é preciso estar atento para o fato de que, embora *"fantasma"* fosse um termo de circulação ampla na disputa política, nem sempre a vinculação aos *"padres"* era desqualificada em termos de legitimidade de representação. Em algumas situações foi reconhecida a força política dos sindicatos cristãos ligados aos *"padres"* e buscada alianças com eles³¹. O caso mais notório foi a celebração, feita pela imprensa comunista, da greve geral da Zona da Mata pernambucana, consumada através de uma ação comum entre sindicatos comunistas, cristãos e ligas camponesas. Mas essa não foi a única experiência de aproximação. José Leandro Bezerra, em suas memórias, afirma que *"apesar da luta que nós levávamos no campo naquela época contasse com a oposição dos padres, eu achava que se nós pudéssemos, deveríamos fazer uma aliança com os padres que eram - eu achava - mais ligados à massa camponesa que nós mesmos. De sorte que para poder entrar com mais vantagem e facilidade no*

³¹Insistimos no termo *"sindicato dos padres"* recorrente na disputa política do período imediatamente anterior ao golpe militar para marcar a diferença com os sindicatos da Ação Popular, com os quais o PCB fez uma aliança estreita para controle da CONTAG.

campo, nós queríamos fazer essa aliança com os padres" (Leandro, 1988:55). Irineu Moraes, referindo-se a São Paulo, relata que "a frente agrária do padre Celso tinha uma ligação muito boa em Batatais. Tinha o Otávio Sampaio, um colono de café que era católico. O padre Celso entrou lá com a batina e ganhou o camponês e o fez presidente de um sindicato rural. Ele tornou o sindicato impenetrável para qualquer ideologia estranha. Por sinal era um grande sindicato: reivindicatoriamente eles trabalhavam bem. Só faziam reivindicações econômicas e nunca políticas. Mas era um sindicato bom e merecia ser legalizado" (Welch e Geraldo, 1992:177).

Ou seja, as diretrizes gerais das forças políticas que disputavam a representação e a produção da imagem do trabalhador do campo não excluía a possibilidade de busca de alianças pontuais ou locais, o que parece ter efetivamente ocorrido, até mesmo porque, como indica Novaes, referindo-se à Paraíba, *"embora as divergências entre as lideranças tivessem chegado a orientar percepções e ações de lideranças intermediárias não chegaram a propostas concretas diferentes ao nível das lutas cotidianas. Não porque não existissem diferenças, ou porque os líderes abrissem mão de disputar a adesão dos camponeses, mas porque a própria intransigência e violência não permitiram a configuração de um lugar social destacado para 'reformistas' e 'revolucionários', ou 'radicais' e 'sensatos'" (Novaes, 1987:113).*

Capítulo 6

O processo de produção e reconhecimento do novo grupo social

A difusão e socialização da imagem do trabalhador rural, dos seus direitos e de um projeto de lugar que ele deveria ocupar na sociedade, bem como da forma através da qual se deu seu reconhecimento no âmbito das instituições públicas estatais, fez-se através de diversos canais. Neste momento, vamos mostrar como eventos tais como os congressos, conferências e encontros de trabalhadores rurais, manifestações públicas (marchas, passeatas, concentrações) foram divulgados e valorizados pela imprensa comunista. Veremos ainda como ela acolhia diversas práticas do Estado que apontavam para o reconhecimento político dos trabalhadores do campo e que são indicativas da maneira como sua presença foi filtrada e tratada através das instituições políticas (Offe, 1984).

Inicialmente, trataremos, no entanto, do jornal criado pelo PCB

especificamente para apoiar o seu trabalho no campo, o **Terra Livre**, como forma de buscar apreender a pedagogia que ele supunha.

O Terra Livre

O **Terra Livre** foi o principal instrumento escrito de propaganda das bandeiras do PCB entre os trabalhadores do campo e de apoio às lutas desenvolvidas por esse segmento. Em relato sobre a sua história, apresentado num suplemento comemorativo, Nestor Veras, num artigo de tom épico, lembra que o primeiro número do periódico foi editado em maio de 1949, numa conjuntura de intensa repressão sobre o movimento camponês, que então pipocava em diversos pontos do país e em diferentes frentes de luta (TL, maio de 1963, SE, p. 3)¹.

A função do **Terra Livre**, segundo a mesma matéria, era orientar os movimentos, como os Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Espírito Santo, etc. *"Ensinando os direitos, combatendo a injustiça e denunciando os exploradores nacionais e estrangeiros, Terra Livre tornou-se o centro das perseguições policiais no campo. Muitas buscas, com invasões de casas, nas fazendas de café, usinas de açúcar e em outros latifúndios foram realizadas... Mas nada conseguiram com isso: o jornal continuava a circular. Não tinha redação fixa e sua remessa era feita cada vez de um lugar diferente e por um meio também diferente. Enrolado com os impressos, costurado em algodãozinho como qualquer objeto, enviado uma hora por correio, outra por trem, assim o jornal foi se firmando e crescendo... (ibidem). Seu lema, estampado abaixo do título, era "A terra para quem nela trabalha".*

Embora o público a quem o **Terra Livre** se dirigia fosse majoritariamente analfabeto, era estimulada a sua leitura em pequenos grupos onde, quem fosse

¹A única coleção do jornal disponível para consulta, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, inicia-se em 1954, com o número 49. Não pudemos, portanto, ter acesso a essa fase inicial do periódico.

alfabetizado, deveria ler em voz alta para os demais. Eram constantes as mensagens existentes no jornal nesse sentido. Segundo Elizabeth Teixeira, liderança camponesa da Paraíba, ela mesma assim procedia na Liga Camponesa de Sapé (dados de entrevista).

O **Terra Livre** não tinha periodicidade regular, apesar de ter buscado ser quinzenal e até mesmo se proposto a ser semanal. Às vezes saía mensalmente, em outros períodos a cada quinzena, em alguns momentos mais críticos, com regularidade ainda menor. É o caso dos anos 1957, 1958 e 1959, durante os quais foram editados um total de dez números (média de três por ano). No entanto, é difícil atribuir essa irregularidade estritamente à repressão ou à falta de recursos, como podem levar a supor algumas campanhas mobilizatórias no sentido de angariar doações para o jornal. Ela parece antes coincidir com um período de crises internas e reajustamentos políticos no interior do PCB, quando a energia do partido se voltou principalmente para a discussão e redefinição de suas linhas políticas². Como um dos setores frágeis do trabalho comunista, certamente a intervenção no campo foi bastante afetada.

No geral, o jornal manteve quatro páginas em cada edição, sendo que, nos anos 60, alguns dos números eram acompanhados por um Suplemento Especial, também com quatro páginas, onde apareciam notícias de conflitos, novas leis referentes a temas de interesse dos trabalhadores do campo, etc.

Grande parte do periódico era dedicada à divulgação dos conflitos e à narrativa das condições de vida de determinados segmentos. Destaque especial era dado aos trabalhadores da cana-de-açúcar, plantadores de algodão, em especial "*arrendatários*", "*posseiros*". Em suas páginas faziam-se denúncias sobre violências sofridas pelos trabalhadores do campo. Ele era também um instrumento de convocação e de divulgação, sempre dando ênfase aos encontros e congressos, que eram apresentados

²Trata-se do período em que se iniciou a desestalinização, quando passou a predominar a discussão sobre as questões programáticas mais gerais. Não só o **Terra Livre** foi afetado. A mudança de linha do PCB implicou na substituição, em 1959, do jornal **A Voz Operária** pelo significativamente chamado de **Novos Rumos**.

como momentos de união de forças e como sinal de novos tempos que se aproximavam.

O *Terra Livre* tinha um caráter bastante didático, diferindo dos demais instrumentos da imprensa comunista, mais compactos e densos. As matérias tinham linhas mais espaçadas, letras maiores do que nos demais jornais, seções diversificadas. A propaganda das teses do partido muitas vezes se fazia através da apropriação dos canais da cultura popular. Um bom exemplo é o "ABC do Programa de PRESTES", onde, em estrofes iniciadas cada uma com uma letra do alfabeto, divulgavam-se os principais pontos da plataforma do PCB para o campo³. As ilustrações, com fotos ou desenhos, os versos, eram uma constante e, na maior parte das vezes, estavam vinculados a uma mensagem sobre a importância da organização. A título de ilustração, mencionamos o seguinte:

*"Quando a vara está sozinha,
O tatuira até sorri
Pois as varas de uma em uma
Qualquer um pode partir.*

*Mas se as varas se juntam
E um bom feixe formar
Quero ver qual é o tatuira
Que tem força para quebrar"*

(TL 44, 2a. quinz. de junho e 1a. de julho de 1954).

Entre os desenhos, vale ressaltar os que representavam as vantagens do feixe de varas (que juntas eram inquebráveis) ou o "tatuira", fugindo apavorado ante a ameaça da união dos trabalhadores, etc.

Do ponto de vista de sua forma, o jornal teve algumas seções relativamente constantes ao longo de sua história, sendo poucos ou mesmo raros os exemplares em que elas não constavam. Uma delas era a seção "*Cartas da Roça*", para a qual

³O "ABC do Programa de PRESTES", com seu texto integral, compõe o Anexo 2 da presente tese.

"lavradores" de diversos pontos do país escreviam narrando as suas condições de trabalho, a exploração de que eram vítimas, castigos físicos, etc. A ênfase normalmente recaía sobre a adversidade das condições de trabalho. Outra seção era o "*Almanaque Camponês*", onde havia calendários de cultivo, conselhos sobre a melhor forma de cuidar de determinadas plantas e animais, matérias sobre doenças mais comuns (gripe, malária, vermes) e suas formas de tratamento, receitas culinárias, noções de puericultura, piadas quase sempre ridicularizando os proprietários de terra, etc⁴.

Havia ainda uma seção de versos ("*Poetas do Sertão*"), que inclusive, durante algum tempo, promoveu concursos para seleção dos melhores. Alguns exemplos podem ser ilustrativos, para a percepção de valores que eles procuravam difundir e afirmar:

*"O que adianta o Brasil
Possuir tanta riqueza,
Se o povo trabalhador
Vive na maior pobreza?
Sofrendo calamidades
Nossa vida é uma tristeza;
A classe mais sofredora
É a classe camponesa,
Que sofre na miséria
E o tubarão junta riqueza"*

(TL 53, março de 1955).

*"Tatuíra levanta cedo
Bate o sino da alvorada.
Os pobres vão para a lavoura
Ainda de madrugada.
Perde sessenta por cento
De sua triste jornada..."*

⁴É interessante ressaltar que o jornal *Liga*, editado pelas Ligas Camponesas de Pernambuco, tinha seções semelhantes ao do *Terra Livre*, conforme se pode verificar a partir da edição desse periódico feita por Francisco Julião e publicada pelo CIDOC, Cuaderno, 27, em 1969, Cuernavaca, México.

*Agora chegou o tempo
Jesus tem nos protegido.
Vamos de boa vontade
Ajudar nosso partido.
Viva a reforma agrária
Defesa dos oprimidos.*

*Fazendeiro eu lhe digo
Está chegando sua hora.
Jesus Cristo está olhando
o quanto a pobreza chora.
O alheio vem para seu dono
mesmo que haja demora"..*

(TL 59, novembro de 1955).

*"...O operário sofre muito
Mas parece que ainda passa
o pior é o lavrador
que as veis trabaia de graça*

*E se ele não fizé isso
O tatuira despacha.
O lavrador fica devendo
Pra quem vive na mamata*

*Se tenta saí da fazenda
O jagunço do patrão mata.
É obrigado a morrer à míngua
Pisado que nem barata..."*

(versos de Benedito Pereira Filho,
TL 64, maio de 1956)

É uma constante nesses versos o chamado à união, a referência às condições de exploração, à humilhação a que eram submetidos os trabalhadores do campo, a diferença de sua vida com a dos proprietários de terra⁵. Chama ainda a atenção a mistura entre as concepções sobre a exploração e a necessidade de união com os

⁵Tratando-se de uma produção oral, muitas vezes cantada sob a forma de desafios, chama a atenção a tentativa do jornal de reproduzir as palavras tal como faladas, guardando sua oralidade (o mesmo não acontecia na seção de "Cartas ao leitor").

valores caros ao homem do campo, no caso dos exemplos citados, a religiosidade: Jesus e o partido aparecem amalgamados na proteção aos sofredores dos campos.

Além de poetas desconhecidos que, aparentemente, mandavam versos à redação do jornal para o concurso, publicavam-se também poemas de artistas populares que posteriormente ganharam maior projeção, como Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa de Assaré, ou mesmo de poetas de outra extração social, já com projeção nacional, que esposavam a causa dos trabalhadores, como Vinicius de Moraes, com seu célebre *"Os homens da terra"*.

*"Senhores Barões da terra,
preparai vossa mortalha,
porque desfrutais da terra
e a terra é de quem trabalha
bem como os frutos que encerra.
Senhores Barões da terra,
preparai vossa mortalha.*

*Chegado é o tempo de guerra,
não há santo que vos valha;
Não a foice contra a espada,
não o fogo contra pedra,
não o fuzil contra a pedra,
não o fuzil contra a enxada:*

*-união contra granada!
-Reforma contra metralha!..."⁶.*

Também apareciam, com certa regularidade, histórias em quadrinhos de função didática, retratando dimensões da vida camponesa, sempre enfatizando a exploração e o sofrimento, aspectos da história universal (como surgiu o feudalismo, origens do capitalismo), da história brasileira (a situação dos escravos, a Coluna Prestes), perfil de lideranças, sínteses de romances, como é o caso de *"A cabana do pai Tomás"*, onde era destacada a exploração e a humilhação sofrida pelos escravos, em

⁶Essa poesia foi amplamente divulgada não só no Terra Livre, mas também no Liga e no Novos Rumos.

analogia com a situação dos trabalhadores do campo.

A crítica à situação camponesa por vezes era feita através de imagens fotográficas, que claramente visavam criar impacto. Dois exemplos podem ser citados. Um deles é o de um cavalo tomando leite, com a seguinte legenda: "*No Brasil, milhões de crianças não tem direito de beber leite. No entanto, os cavalos de corrida são tratados a leite, milho e alfafa. Mas está próximo o fim deste regime em que os cavalos dos ricos tem mais valor que um ser humano*" (TL 55, abril de 1955). O outro é a foto do casamento da filha de um usineiro, com comentários sobre a riqueza e o esbanjamento, contrastantes com a miséria dos trabalhadores dos canaviais.

O jornal também servia como instrumento de divulgação de direitos. Como já apontado anteriormente, desde o ano de 1956, uma coluna passou a ter bastante regularidade: "*Conheça os seus direitos*". Nela, por longo tempo assinada por Lyndolpho Silva e, posteriormente, por um advogado, procurava-se afirmar, com base na legislação existente, os direitos que se considerava que os trabalhadores tinham, mas eram sistematicamente negados: férias, repouso remunerado, direito à habitação sem desconto, salário mínimo, salário igual para homens e mulheres, limitações na cobrança de taxas de arrendamento, preços, direito de organização, etc. Desde então, eram buscadas possíveis brechas legais e eram recorrentemente utilizados como base para as reivindicações a Consolidação das Leis do Trabalho, a lei do inquilinato, a legislação disciplinadora das formas de organização, pareceres de Tribunais Regionais de Trabalho, etc. Além de se respaldar na lei, a seção era também canal de divulgação e crítica de projetos em curso e que se referiam aos trabalhadores do campo como, por exemplo, as primeiras discussões sobre a extensão da legislação trabalhista ao meio rural.

Em época de eleições, o jornal exercia o papel de instrumento de divulgação de candidaturas, normalmente de militantes do PCB que se lançavam nas disputas utilizando as legendas legalizadas: os chamados "*candidatos populares*". Com grande destaque eram apontados os nomes e publicadas fotos, principalmente daqueles que se

distinguiam pelo apoio às lutas no campo. É o caso, por exemplo, de Luciano Lepera, Geraldo Tibúrcio, líder camponês eleito vereador em 1962, como o mais votado de Anápolis (GO), e de José Porfírio, líder das lutas de "posseiros" de Trombas e Formoso, e eleito deputado estadual por Goiás em 1962.

Mas não era só da vida dos trabalhadores do campo que o Terra Livre cuidava. A divulgação de avanços tecnológicos na União Soviética, das conquistas da reforma agrária chinesa e, a partir de 1960, dos resultados da revolução cubana, era uma constante. Com isso procurava-se mostrar as possibilidades de novas formas de organização da sociedade e cultivar a mística socialista. Também ganhavam destaque manifestações camponesas de outros países, em especial os europeus (França, Itália).

É difícil avaliar a penetração do Terra Livre ou até onde era eficaz como instrumento de propaganda. O que temos são indicações: sua tiragem chegou a trinta mil exemplares, sua cobertura dos conflitos era ampla, e sua penetração se dava através de "agentes", possivelmente quadros do PCB encarregados de sua distribuição. Em alguns números, os "agentes" eram quantificados por região, indicando sua presença em diversos pontos do país. Por vezes mencionava-se também o número de jornais sob responsabilidade de cada um deles: cerca de vinte exemplares.

É possível afirmar que o Terra Livre foi um instrumento na constituição da linguagem de classe pelas suas próprias características de meio de divulgação, que permitia apropriação e politização da cultura popular, socialização de informações, etc.

A pesquisa não se colocou como objetivo trabalhar com a forma como a mensagem do jornal era recebida e processada pelos grupos a quem ela atingia. A preocupação central foi com a mensagem divulgada e a maneira através da qual isso era feito. No entanto, não há como ignorar, como adverte Chartier (1990:123), que *"abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la"*. A esse respeito é possível afirmar que o próprio "leitor" (ou, talvez melhor se dissesse, o "tradutor") não é qualquer um, mas alguém de destaque, uma liderança, capaz de gerar legitimidade à

nova mensagem que a palavra impressa trazia. Talvez se possa afirmar que havia nos grupos leitores do jornal uma certa propensão para a adesão às novas idéias, pela sua própria situação política (segmentos mobilizáveis e mobilizados por quadros do PCB) e é nesse sentido que ela ganha eficácia enquanto mensagem nova, que institui uma nova linguagem e novas relações.

Conferências, encontros e congressos

Os congressos, encontros e conferências podem ser pensados como espaços de discussão, tomadas de decisões, produção de demandas, socialização de conhecimentos e palavras de ordem. Nesse sentido, eles tiveram grande importância no sentido de dar a conhecer (principalmente aos participantes e, a partir de um determinado momento, também à sociedade, na medida em que tiveram repercussão na chamada grande imprensa) uma realidade pela qual os comunistas pretendiam falar e permitir a constituição de elementos para sua interpretação. Para eles afluíram carências e demandas que se buscou codificar através das teses do partido, dos instrumentos legais e institucionais existentes. Esse processo de elaboração das reivindicações, era, ao mesmo tempo, produtor de novas significações, que passavam a se incorporar às atividades políticas cotidianas dos trabalhadores do campo.

Dessa forma, os encontros são entendidos como espaços de socialização de determinadas concepções e comportamentos, sendo um dos locais por excelência onde se produzia não só a junção entre as propostas do PCB e as particularidades das falas e das lutas dos trabalhadores do campo, mas também um aprendizado de gestos, atitudes, palavras de ordem, rituais, por lideranças emergentes, algumas das quais não tinham contato com as atividades inerentes ao processo de constituição de uma representação política. Além disso, alguns dos congressos tiveram explicitamente, entre seus objetivos, demonstrar força e fazer pressão junto ao Estado.

Mas esses eventos também podem ser percebidos como momentos de atividade coletiva, produtora de um "nós", crucial na produção de um novo sujeito, na medida em que era um dos instrumentos da constituição da imagem dos trabalhadores do campo para eles próprios e para a sociedade, impondo seu reconhecimento no espaço público. Perrot, analisando o momento das primeiras greves na França, quando ainda não havia uma organização sólida dos operários, nem um formato determinado para esse tipo de iniciativa, afirma que *"as reuniões e manifestações, que formam a trama da vida coletiva dos grevistas, não tem somente uma função utilitária de comunicação e de decisão. Elas realizam a união dos membra disjecta... o espetáculo das salas bem cheias, as manifestações populosas, cimento da união, sugere a constatação reconfortante: 'nós somos o número'. A greve é festa porque agrupamento e, por isso, comunhão"* (Perrot, 1974: 551/2).

A imprensa comunista, coerentemente com essa visão, sempre deu grande importância para a realização dos encontros "camponeses", noticiando sua preparação, o momento do evento, as reivindicações que emergiam.

Foram vários os congressos, encontros e conferências realizados entre 1945 e 1964, alguns de caráter nacional, mas a grande maioria de caráter estadual ou regional. Na pesquisa, conseguimos registrar um total de setenta e seis eventos que apareceram catalogados como "congressos", "conferências" ou "encontros", assim distribuídos: seis de caráter nacional; cinco de caráter supra estadual (envolvendo mais de um estado); trinta e seis de âmbito estadual; vinte e nove de âmbito local (municipal) ou regional (envolvendo vários municípios).

No tempo, esses encontros distribuíram-se de maneira desigual, mas apresentaram alguma regularidade de realização. Antes de 1950, localizamos menção à realização de três encontros; de 1950 a 1952, quatro (um por ano); em 1953, dois; em 1954, vinte e cinco (possivelmente encontros preparatórios para a realização da II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas); em 1955, dois; em 1956, dez; em 1957, três; em 1958, quatro; em 1959, dois; em 1960, apenas um; em

1961, oito (preparação do Congresso de Belo Horizonte); em 1962, três; em 1963, oito.

No que se refere à distribuição regional, acompanharam as áreas de maior investimento do PCB: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, mas também há referências a encontros no Pará, Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Piauí.

Os eventos de caráter local eram realizados nos mais diferentes espaços: desde o interior das "*fazendas*" até cinemas, na cidades, mas principalmente nas sedes de sindicatos operários municipais, que ajudavam com a cessão de infra-estrutura e, frequentemente, com militantes que compunham as mesas, dirigiam assembléias e, assim, socializavam os procedimentos consagrados e ritualizados: elaboração de pauta, determinados comportamentos, colocação de faixas, constituição de palavras de ordem, etc, desenvolvidos no âmbito da classe operária urbana e que constituíam alguns dos caminhos através dos quais a mensagem do PCB chegava ao campo.

Já os encontros de caráter estadual ou nacional, pela sua importância ou pela quantidade de pessoas esperadas, ocorriam em locais maiores, ganhando assim maior visibilidade. A II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, por exemplo, realizou-se no recém inaugurado ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, cedido pela prefeitura. O Congresso de Belo Horizonte de 1961 em instalações cedidas pelo governo estadual. Normalmente tratavam-se de espaços públicos, o que demandava negociação, autorização e produção de reconhecimento. Como se verá mais adiante, isso se refletiria na própria constituição das mesas dos encontros.

A preparação dos congressos era bastante noticiada na imprensa, que sempre estimulava e ressaltava a importância da realização de encontros locais, por fazendas, nos municípios, para "*apresentação das reivindicações*". Passava-se, assim, uma mensagem de estímulo à participação ativa, ao mesmo tempo em que se constituía, para o leitor, uma visão de encontro onde as decisões eram tomadas em conjunto. Quando se noticiava o processo de convocação das conferências e encontros, enfatizava-se a divulgação por diferentes meios de comunicação: rádio, feiras, alto-

falantes, mas também através de mobilizações. Eram também estimuladas reuniões locais para escolha de representantes. Iniciava-se, assim, a socialização de procedimentos destinados a constituir representantes e delegar poderes. No início de 1954 (20 e 21/2), por exemplo, realizou-se, em Campina Grande, Paraíba, a I Conferência Regional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses Pobres do Nordeste, com participação de cento e quarenta e sete delegados, representando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. A divulgação da conferência foi feita pela rádio (rádio Palmares, rádio Poti e serviços de alto falante de Natal, rádio Borborema e rádio Baturité, sendo que esta última irradiou a sessão de instalação e o comício de encerramento (VO, 24/4/54, p. 5). Segundo a VO, *"os atos preparatórios da conferência são como semeadura em terra fértil. Por exemplo: em Escada (PE), a conferência local reuniu duas mil pessoas, em três assembléias no Sindicato Rural, a maioria de assalariados agrícolas convocados por alto-falante e doze mil volantes distribuídos... Nas feiras de Goiana e de Condado foram feitas mais de trinta palestras, bem como nos engenhos da zona da mata..."* (VO, 24/4/54, p. 5). Ressaltava-se também a acolhida dos *"camponeses"* pela população urbana, o apoio do comércio local, dos feirantes.

Por ocasião da preparação da II CNTA, a imprensa instruía seus leitores no sentido de que deveria ser iniciada a realização de assembléias de *"assalariados agrícolas"* e *"camponeses"* nas *"fazendas, nas usinas e nos locais de arrendamento, zonas florestais, povoados, feiras e outros lugares"*. Indicava também a pauta a ser trabalhada. Essas assembléias deveriam discutir: *"a) qual a situação dos assalariados agrícolas ou dos camponeses que trabalham no local; b) quais as reivindicações aprovadas pelos trabalhadores agrícolas do local; c) quais as organizações que já foram criadas nos locais para lutar imediatamente por essas reivindicações"* (TL, 44, 2a. quinzena de junho/1a. quinzena de julho de 1954). Tais indicações reforçam a suposição de que, se aparentemente voltada para o conjunto dos trabalhadores, a imprensa comunista dirigia-se, na verdade, para um grupo já sensibilizado, militantes,

que podiam levar adiante as bandeiras do partido.

A imprensa mostra que os momentos preparatórios dos encontros eram também momentos de estímulo à constituição de organizações e de mobilizações. Eram eles espaços por excelência de divulgação de direitos e, possivelmente, de identificação de lideranças e recrutamento de possíveis novos quadros de militância. Na preparação da conferência de Campina Grande, acima citada, por exemplo, era ressaltado que foram organizados o Sindicato dos Assalariados Agrícolas das Usinas de Açúcar de Pernambuco, com quinhentos sócios fundadores, um Sindicato Rural na Zona Oeste do Rio Grande do Norte, com oitenta e um sócios fundadores, o sindicato rural de Barreiros, com quinhentos e setenta e cinco sócios fundadores, a Associação Recreativa de Gameleira, com quarenta sócios. Foram também realizadas diversas greves.

A menção à infra-estrutura das conferências e congressos era sempre ocasião para ressaltar os apoios locais, de forma a indicar que os "camponeses" não estavam sozinhos e que alianças se constituíam. No I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses Pobres do Nordeste, por exemplo, *"as contribuições do comércio de Campina Grande cobriram as despesas com alimentação dos delegados. Um comando na feira recolheu grande quantidade de gêneros. Uma padaria ofereceu cem quilos de pão..."* (VO, 24/4/54, p. 5). Em grande parte dos eventos, como mencionamos mais acima, a infra-estrutura era proporcionada por sindicatos operários. Esses fatos eram sempre ressaltados de forma positiva pela imprensa e, sem dúvida, podem ser pensados como elementos que tenderiam a fortalecer a confiança dos trabalhadores do campo, no seu esforço de quebrar o seu isolamento político.

Mas também o Estado foi presente, oferecendo espaços públicos para realização dos encontros, por vezes transporte, alimentação. Na II CNTA, por exemplo, as refeições foram oferecidas pelo governo do estado de São Paulo, a prefeitura da cidade forneceu transporte e o SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência), assistência médica. Poderíamos interpretar essas atitudes no

sentido de confirmar as formulações de Grynzpan (1987), sobre a importância da emergência política do campesinato como mais um ator a ser disputado política e eleitoralmente, levando em diversas situações a uma aproximação entre trabalhadores e governantes. Simultaneamente, devem ser pensadas como produto da eficácia das organizações "camponesas", que, através de suas práticas, conseguiam obter reconhecimento político.

É sob essa perspectiva que se pode entender o fato de que, em alguns dos congressos e conferências, era ressaltada a presença de prefeitos e parlamentares, muitas vezes ocupando posições de destaque. Em certas situações, o próprio governador do estado se fazia representar. No caso da II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará o deputado Geraldo Palmeira (não havia referência a partido), presidiu o evento que, por sua vez, foi apoiado pelo governador do estado e pelo prefeito da capital, que cederam *"os salões para a conferência e transporte para os delegados que virão de todos os estados"* (IP, 26/05/56, p. 2). Na Conferência de Alagoas, o manifesto de convocação era assinado pelo prefeito de Maceió, dez deputados estaduais, nove vereadores, vinte líderes sindicais (IP, 31/08/56, p. 6). Na I Conferência de Minas Gerais, um documento solicitando ao governador Bias Fortes atenção para a demanda por reforma agrária, elaborada pela II CNTA, foi assinado por mais de cinquenta deputados (IP, 05/04/57, p. 3). Essa conferência foi presidida pelo próprio governador Bias Fortes, e também contou com a presença do secretário da Agricultura, do prefeito de Belo Horizonte, do deputado Hernani Maia e do bispo da capital, D. Geraldo Penido. O governador recebeu, na ocasião, um diploma por ter sido o *"primeiro dirigente estadual do país a se manifestar pela reforma agrária"* (IP, 17/11/56, p. 1 e 2). A I Conferência Agrária do Maranhão foi instalada no salão da Câmara Municipal da capital, sob a presidência do deputado Evandro Sarney. *"Os oradores da solenidade, entre os quais o deputado Sebastião Bandeira e o prefeito de Montes Altos, sr. Euricles Neiva, denunciaram a situação de miséria em que vivem os camponeses do estado, sob a opressão do latifúndio e apontaram a necessidade*

urgente de se adotarem medidas de reforma agrária que assegurem a posse da terra aos que nela vivem e trabalham" (VO, 05/01/57, p. 10). O I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí foi aberto e encerrado pelo governador do estado e foi dado grande destaque, no jornal **Novos Rumos**, à fala do governador. O I Congresso de Lavradores do Espírito Santo contou com duzentos e cinco delegados e apareceram representantes do governador, do bispo, do general Lott. No II Congresso do Paraná, realizado em 1962, em Maringá, entre os convidados estavam o senador Nelson Maculan, deputados federais Josué de Castro e José Silveira, deputados estaduais Leo de Almeida Neves, Amaury de Oliveira e Silva e Valdemar Daros, presidente da Associação de Produtores de Café do Paraná, representantes de "todos" os sindicatos do Paraná, da ULTAB, da ONU, do PSB (Heller da Silva, 1993:151). Ainda preparando o encontro de Belo Horizonte, realizou-se a II Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro, em Niterói, com apoio do governador do estado, que cedeu o estádio Caio Martins. No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Congresso de Belo Horizonte) compareceram o Presidente da República, o Primeiro Ministro Tancredo Neves, além de diversos deputados federais. A própria comissão organizadora do evento tinha por presidente um deputado (Hernani Maia).

A presença, sempre ressaltada, das autoridades, tinha diferentes significados. Por um lado legitimava os encontros, numa conjuntura de afirmação política dos trabalhadores do campo e de acirramento das disputas políticas. Essa legitimação podia se dar em dois planos. O primeiro era o da sociedade em geral, uma vez que, muitas vezes, a simples presença de uma autoridade transformava um encontro desse tipo, que de outra maneira seria silenciado, em notícia da grande imprensa, "produzindo" seu existir político (Champagne, 1984). Do ponto de vista do próprio segmento social que participava diretamente do evento, ela tendia a reforçar seus mecanismos de poder, na medida em que o mostrava capaz de mobilizar apoios de vulto ou de pesar na agenda governamental. Por outro lado, essas presenças também ganhavam significado na

disputa com outros grupos concorrentes, reforçando ou fragilizando as posições do PCB.

Há poucas descrições do desenrolar e dos cenários dos congressos. A mais detalhada é a do Congresso de Belo Horizonte, evento no qual foi grande o investimento dos comunistas, na tentativa de, num contexto de crise política, dar publicidade às lutas do campo e maior projeção à bandeira "reforma agrária"⁷. Esse encontro mereceu um Suplemento Especial do jornal *Novos Rumos*, com oito páginas, transcrição de discursos, muitas fotos etc (NR, 8 a 14/12/1961, SE)⁸. Nelas se mostrava o salão cheio, com faixas e cartazes demandando reforma agrária. Alguns dizeres dos cartazes indicavam os principais pontos a serem discutidos e o calor das disputas travadas: "*reforma agrária na lei ou na marra*", "*terra ou morte*", "*terra para quem nela trabalha*".

A instalação do encontro foi feita através de uma missa, rezada pelo padre Arquimedes Bruno, do Ceará⁹. Esse ritual aproximava os participantes do congresso e a Igreja e os legitimava frente a ela, numa espécie de ação preventiva contra as acusações de que o evento seria "*coisa de comunistas*".

A presença de mulheres e crianças era ressaltada nas falas. O padre Laje, por exemplo, dramatizava essa presença: "*estão aqui muitos meninos franzinos,*

⁷O encontro estava já convocado e com data marcada (outubro de 1961), quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros. Frente à crise política que então se gerou, optou-se pelo seu adiamento. Em relatório sobre o evento, Lyndolpho Silva afirmava: "*Em obediência à orientação de nossas conferências internacionais (principalmente a da I Conferência Regional das Plantações da América Latina), da UISTAF, da nossa própria orientação e dentro da realidade de nosso país, tínhamos de aumentar a pressão das massas sobre o Governo e o Parlamento para não permitir a aprovação de uma lei reacionária (referindo-se à reforma agrária). Pensando desta maneira, nossa organização abdicou da realização da sua II Conferência para, na mesma data, realizar o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que tinha por objetivo fundamental ratificar nossa opinião sobre a reforma agrária radical e exigir do governo sua realização*" (Costa, 1994:107).

⁸A primeira página desse suplemento, em letras garrafais, anunciava "*reforma agrária radical na lei ou na marra*". A foto reproduzida nessa página mostrava cartazes, portados por participantes, com essa mesma inscrição.

⁹Segundo a matéria, o padre Lage, próximo das lutas camponesas, foi impedido de falar pelo bispo de Belo Horizonte. O padre Lage, no ano seguinte, tornar-se-ia um dos principais quadros da Ação Popular.

magrinhos, tão diferentes dos meninos do asfalto. É para eles especialmente que servem as palavras santas: será vossa esta terra conquistada com o vosso sangue, o vosso suor e as vossas lágrimas..." (NR, 8 a 14/12/61, SE, p. 12). Ressaltavam-se também as longas viagens de caminhão, carroça, cavalo para chegar ao local do evento, as estradas poeirentas, o sacrifício, enfim.

No Congresso de Belo Horizonte, quanto ao preparo, era dada ênfase nas dificuldades encontradas, mas superadas: *"A maior parte deles (delegados), sem recursos para a viagem até Belo Horizonte, teve que coletar dinheiro para as despesas de transporte. Alguns saíram da fazenda em que trabalhavam ou de sua posse, fazendo longos trajetos a pé ou a cavalo, para depois viajar em ônibus e a maioria em caminhão. A delegação do Pará, por exemplo, viajou seis dias num caminhão até Belo Horizonte. Pelas estradas a alimentação era escassa, como em geral é a alimentação do pobre do campo no Brasil: farinha, rapadura, carne-seca, banana. Muitos dos representantes camponeses colocavam um par de sapatos pela primeira vez - comprado, também, mediante coleta de dinheiro entre seus companheiros"* (NR, 8 a 14/12/61, SE).

Durante o encontro, vários delegados ocuparam o microfone para falar de suas condições de vida. Reportagem de Rui Facó para o jornal **Novos Rumos** ressaltava a fala de um dos participantes, que, narrando seu cotidiano, concluía: *"Que me resta senão lutar de qualquer forma para ter um pedaço de terra? Sim senhor, estou disposto a pegar em arma, como em outros lugares estão fazendo. Porque a escravidão foi abolida, mas continua a escravidão de nossa mãe, a terra"*. O apoio vinha através das palmas que estrugiam. *"Alguns se levantam e batem palmas de pé como se quisessem marchar agora para a luta para libertar a nossa mãe - a terra"*. Notícias desse tipo iam construindo para o leitor, a imagem de *"radicalidade"* que o congresso cunhou para si.

Perrot, referindo-se aos encontros dos grevistas, comenta o sentido das intervenções nas assembléias: *"essas salas confiantes e simples são o lugar de eleição*

da eloquência popular: enternecida, sentimental, um pouco elegíaca... mas, antes de mais nada, violenta, imprecatória, vingadora, profética. A revolução se faz palavra" (Perrot, 1974:596). E, comentando o momento do voto, afirma: *"não se trata de preservar a liberdade mas de engajar mais os participantes"* (ibidem:593). Parecia ser esse o clima transmitido nas matérias da imprensa.

As notícias que faziam referência ao desenrolar dos congressos indicavam que eles seguiam uma padronização mínima: escolha das mesas, onde ganhavam destaque as lideranças já reconhecidas, sessões de abertura e encerramento, espaço privilegiado das manifestações de apoio de outras forças, tempo para a fala dos participantes, debate dos pontos de pauta, os momentos de votação. Impunha-se, através dessas práticas, um ritual já amadurecido nos encontros operários e que agora ganhavam um novo espaço de divulgação.

Nas reportagens sobre os congressos havia sempre destaque para a fala das lideranças, especialmente as que vinham dar apoio. Nos primeiros encontros, notabilizava-se a presença de líderes de sindicatos operários, portadores de manifestações de solidariedade. Já nos anos 60, ressaltavam-se as falas das lideranças políticas, de deputados, selando assim compromissos de apoio à luta por mudanças legais e institucionais. Em alguns momentos, quando começaram a surgir figuras de projeção de outras forças políticas, elas podiam ser chamadas também a se pronunciar. Assim, por exemplo, ganhou destaque a fala de Francisco Julião no congresso de Londrina e em Belo Horizonte.

Mas além dessas falas, muitas vezes integralmente transcritas na imprensa comunista, havia também lugar para as intervenções de trabalhadores, dos que vinham de diferentes regiões e narravam suas histórias. Havia sempre um destaque para eles, entendidas suas falas como expressão mais pura dos sofrimentos do campo. Eram elas que produziam uma espécie de catarse coletiva, de identificação pelo sofrimento e pela coragem, centrais para a produção do "nós"¹⁰.

¹⁰Nestor Veras, em artigo sobre o Congresso de Maringá, no Paraná, afirmava: *"os delegados camponeses, quando usavam da palavra, denunciavam com ódio de classe as barbaridades que vem*

Também eram ressaltados os momentos de emoção, de aplausos, regra geral coincidentes com os relatos sobre as condições de vida dos trabalhadores e a narrativa de lutas e vitórias.

Os encontros também eram momentos de socialização de símbolos e de politização da cultura popular. Numa Conferência de Trabalhadores do Café, por exemplo, realizada na sede do Centro Operário de Catanduva (SP), ressaltava-se a existência ao fundo da mesa, de um quadro sobre Sacco e Vanzetti, "*mártires do proletariado internacional*". Num contexto de plena guerra fria, onde se acusava os comunistas de quererem submeter o Brasil aos ditames da União Soviética, chama a atenção em algumas fotos, ao fundo da mesa diretora dos encontros, a presença de uma bandeira do Brasil, ressaltando a fidelidade à nação.

A imprensa chamava a atenção para a presença, nos congressos, de "*desafios*", "*repentes*", "*cantigas de viola*" que sempre apareciam denunciando, nas suas letras, o trabalho árduo, a exploração, exaltando a união e criticando a riqueza dos exploradores. No Congresso de Belo Horizonte, por exemplo, uma das músicas cantadas e cuja letra era reproduzida, continha as seguintes estrofes, expressivas das denúncias que se procurava fazer:

"...
A vida do nosso povo
É de cortar o coração
No campo mora em casebre,
Na cidade em barracão.
Mas vem de nossa pobreza
Muita fonte de riqueza
Que sustenta o tubarão
 ..."

Nos versos publicados eram comuns as referências à escravidão, à comunidade que se construía no sofrimento, ao valor do trabalho manual. É o caso do **Hino do**

sofrendo, por causa dessa classe retrógrada de latifundiários" (Revista Brasiliense, 37, set/out. 1961, p. 64).

Camponês, composto por Francisco Julião, e que era cantado por várias delegações presentes no Congresso de Belo Horizonte:

*"Companheiros, irmãos de sofrimentos,
Nosso canto de dor sobre a terra
É a semente fecunda que o vento
Espalha pelo campo e pela serra*

Estrilho:

*A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Preso ao cabo da enxada*

*Não queremos viver na escravidão
nem deixar o campo onde nascemos
pela terra, pela paz e pelo pão:
Companheiros, unidos venceremos.*

Estrilho

*Nossas mãos tem calos de verdade,
Atestando o trabalho honrado e duro;
Nossas mãos procuram a Liberdade
E a glória do Brasil para o futuro".*

Ao lado dos cantos, as palavras de ordem, expressas em faixas e gritadas, também desempenhavam papel aglutinador e de elevação de ânimo. No caso do Congresso de Belo Horizonte, todas as palavras de ordem traziam em si, e de forma que procurava denotar força e ameaça, a demanda por terra: "*Terra ou morte*", "*Terra para quem nela trabalha*", "*Reforma agrária, na lei ou na marra*". As duas últimas traziam ainda um sentido de justiça embutido, algo que poderia ser aproximado da concepção de economia moral utilizada por Thompson, na medida em que ressaltavam o direito à terra, garantido pelo trabalho ou no caso da última, um sentido de transgressão da lei injusta (Thompson, 1987). No II Congresso do Paraná, as faixas

ressaltavam reivindicações e a unidade operário-camponesa: *"A terra para quem trabalha"*, *"Assistência direta a quem planta"*, *"Novos contratos, melhores preços"*, *"Reforma agrária e previdência social"*, *"Viva a unidade operário-camponesa"*. Também ressaltavam temas referentes às questões internacionais, no contexto da guerra fria: *"Viva a paz e a harmonia entre os povos"* (NR, 129)¹¹.

A imprensa também chamava a atenção para o fato de que festas, bailes, competições eram, muitas vezes, realizados concomitantemente aos encontros. Tratava-se de momentos de conagração, onde a festa política se prolongava, ganhava aspectos mais propriamente lúdicos e compunha o quadro mais geral de celebração a que Perrot se refere.

Fazendo um balanço da forma como esses eventos apareceram na imprensa, é visível que foram sendo paulatinamente firmadas determinadas reivindicações e determinados procedimentos. A interpretação sobre esse processo, feita por Rui Facó, acentua as mudanças: *"reivindicações de caráter imediato dos trabalhadores agrícolas tais como aumento de salário, baixa do aluguel das terras, maiores prazos nos contratos de arrendamento, vão sendo pouco a pouco suplantadas pelas reivindicações de caráter radical e que revelam o despertar da consciência revolucionária do proletariado rural: a luta pela terra, embora as mais das vezes na defesa da terra ocupada"* (NR, 11 a 17/01/1963, p. 6). Como vimos, no entanto, nos capítulos anteriores, a linguagem *"radical"* convivia com demandas de caráter *"imediato"*, levando-nos a supor que a ênfase numa ou noutra dependia dos contextos políticos, dos interlocutores, e podia se constituir em instrumento de disputa ou de negociação.

No entanto, seguindo Perrot, é possível afirmar também que *"as assembleias raramente são locais de discussão ou de estudo... sua função é menos de decisão que*

¹¹Nos jornais que consultamos, nem sempre foi possível resgatar essas dimensões dos congressos. As fotos, possivelmente devido ao tempo, qualidade do papel de imprensa e enquadramento, normalmente eram pouco nítidas para permitir que se decifrassem as frases das faixas.

*de comunhão... Sim, não, aplausos, vaias, gritos os mais variados, mais audaciosos que na rua, pontuam os propósitos idênticos de oradores pouco renovados, destinados menos a explicar que a denunciar e celebrar. É uma missa popular onde se alternam o padre e os fiéis, o recitante e o coro, e cujo grito final - cada vez mais vibrante - 'viva a revolução social' funciona como um *Ite, missa est*" (Perrot, 1974:595). No caso dos encontros em pauta, os vivas eram à reforma agrária, à união operário-camponesa que foram pouco a pouco aparecendo como síntese e caminho a ser trilhado pelas lutas do campo.*

No geral, noticiando-se os encontros e conferências, dava-se bastante espaço à apresentação das reivindicações. Era através delas que a imprensa apresentava uma imagem de trabalhadores do campo que se constituíam como diferentes e opostos aos patrões, marcavam sua compreensão de si mesmos enquanto trabalhadores e se situavam ante o quadro institucional/legal¹².

Se eram espaços de socialização de palavras de ordem e de concepções sobre o lugar dos trabalhadores na sociedade, sobre o significado dos direitos, os congressos apareciam também como um dos poucos espaços possíveis de confronto e explicitação de diferenças entre concepções no interior do próprio movimento. Nesse sentido, eles permitiam a visualização do diverso e a disputa por posições.

No geral, a imprensa tendia a enfatizar a unidade dos trabalhadores. No entanto, em alguns momentos, as divergências que afluíam encontraram nela um espaço de debate. Por exemplo, no I Congresso Camponês de Pernambuco, realizado em Palmares, segundo a *Voz Operária*, "os camponeses não se contentavam com as soluções reformistas propostas por alguns comunistas. A delegação de Jaboatão levantou o problema da tomada de terras dos latifundiários, que não foi discutida por não constar do temário" (VO, 01/04/50, p. 9). No caso maior repercussão, o do Congresso de Belo Horizonte, a pauta trazida pelos comunistas foi, nos debates,

¹² Não retomaremos aqui a natureza dessas reivindicações por terem elas sido incorporadas ao capítulo 3.

segundo diversos depoimentos, revertida pelos seguidores das Ligas Camponesas. A imprensa que cobriu o evento também mencionou outras dissidências (indagando-se sobre a possibilidade de determinadas atitudes e propostas partirem de "*policiais, integralistas ou trotsquistas*"), que foram "*localizadas, isoladas e repelidas pelos participantes*". Não por acaso, nas diversas matérias que se seguiram a esse encontro, era sempre ressaltada a unidade, inclusive como crítica à grande imprensa que, segundo os jornais ligados ao PCB, procurava transformar discordâncias e debates em divergências inexistentes. Noticiando o encerramento do encontro, o jornal **Novos Rumos** assim se remetia à fala de Francisco Julião: "*o grande discurso da noite foi o proferido pelo deputado Julião. Discurso de sentido unitário e de afirmação da importância decisiva da luta pela reforma agrária, da qual o congresso foi o estágio mais alto até agora...*" (NR, 24 a 30/11/1961). Buscava-se assim minimizar as disputas e potencializar as alianças que, embora sem grande sucesso, se procurou selar no Congresso.

A socialização que os congressos promoviam não era só em termos da situação e reivindicações dos trabalhadores do campo. Como já assinalado, era sempre ressaltada neles a presença de lideranças sindicais operárias, muitas vezes presidindo as mesas, mas quase sempre se pronunciando em torno da importância da aliança operário-camponesa.

Em diversos encontros, principalmente nos primeiros, a imprensa ressaltava ainda a realização de manifestações pela paz, em favor do comércio com todas as nações do mundo, demandas por reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas, etc., indicando a introdução de questões mais gerais, distantes do dia a dia dos trabalhadores, mas que, uma vez colocadas em pauta, mostravam pelo menos a intenção de criar ligações entre temas particulares e as questões internacionais, um dos mais marcantes traços da cultura comunista (Pandolfi, 1995)¹³.

¹³ Campanhas exaltando a paz, demandas pelo comércio exterior com os países comunistas também eram matérias frequentes num jornal voltado fundamentalmente para os trabalhadores do campo, como é o caso do *Terra Livre*. Gregório Bezerra, em suas memórias, também faz constantes referências a

A realização desses congressos nem sempre foi pacífica e a imprensa preocupava-se em denunciar as violências que ocorriam, principalmente por ocasião dos primeiros. Era uma forma de evidenciar que, para os proprietários fundiários e organismos de Estado, tratava-se de impedir, encontros "*camponeses*", tendo em vista seu potencial mobilizador, de difusor de novas idéias e de novas formas de ver o mundo. Havia, por exemplo, notícias de que a polícia vinha "*desencadeando verdadeira onda de terror contra os camponeses pernambucanos de Gameleira e adjacências, visando impedir a realização do congresso camponês ali anunciado*" (VO, 25, 12/11/49, p. 9). Um encontro em Canápolis (MG) foi simplesmente proibido. Em Catalão (GO), o baile comemorativo que encerrou uma conferência de trabalhadores foi interrompido por violenta ação da polícia (IP 02/12/52, p. 2). O primeiro dos eventos de maior porte, o I Congresso Camponês de Pernambuco, realizado em Palmares em 10 de fevereiro de 1950, deu-se sob intensa pressão policial.

Quando possível a imprensa procurava desqualificar esse tipo de prática, chamando a atenção para a reação dos trabalhadores. No caso da realização da I CNTA, no Nordeste, a **Voz Operária** alardeava: "*vieram também os policiais de Getúlio e saíram desmoralizados. Pois um delegado e oito tiras subiram ao palanque e ali, impotentes, ouviram como os oradores camponeses disseram toda a verdade, seus sofrimentos e esperanças, e suas reivindicações e disposições de luta, sob o aplauso do povo reunido em praça pública. A polícia dos latifundiários e do governo foi derrotada*" (VO, 24/04/1954, p. 5).

Grande parte das referências nesse momento enfatizava a repressão, muitas vezes havendo necessidade, por questões de segurança, de mudar o local de encontro. A preparação/convocação aparecia ainda como um momento crucial de confronto com o poder patronal. O simples falar em público sobre a realização de um evento para

manifestações pela paz que promovia nas suas visitas ao interior do país (Bezerra, 1979). Para entender a recorrência do tema, é necessário lembrar que se vivia em plena guerra fria e que o tema da paz era um importante polo das tensas relações entre Estados Unidos e União Soviética.

discussão de direitos inaugurava novos comportamentos e relações, com perseguições, despejos, etc.

Se a repressão visava infundir o terror e recuperar o espaço do poder patronal, a ênfase na sua divulgação na imprensa comunista, por outro lado, também pode ser lida como um motor da agregação, reafirmador das solidariedades em constituição e fortificador do "nós" (Perrot, 1974:555), ao mesmo tempo que libelo contra a intransigência dos proprietários fundiários.

Os momentos de conflito e repressão se alternavam, no tempo e no espaço, com momentos de tolerância, de negociação com o Estado que, como vimos, chegou inclusive a ceder instalações e infra-estrutura para congressos, como é o caso da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em 1954, ou do Congresso de Belo Horizonte, em 1961, realizado num salão do edifício da Secretaria Estadual da Saúde, cedido pelo governo do Estado. Nesses casos, além de conjunturas específicas de alianças políticas que permitiriam a realização dos eventos em condições menos tensas, há que se considerar o fato de que os encontros de maior porte se realizavam em capitais estaduais, relativamente fora, portanto, do âmbito do poder local que, no geral se confundia com o poder patronal.

Manifestações: os trabalhadores nas ruas

Durante o período abrangido por esta pesquisa, foram noticiadas várias manifestações dos trabalhadores do campo, vindo buscar a cidade, as ruas e as praças como espaço para expressão de seus anseios. Elas começaram a ser mais frequentes nos anos 50, momento em que já havia organização suficiente para produzir tais eventos e em que já havia se criado alguma legitimidade para tornar essa presença pública possível.

Alguns exemplos dessas manifestações podem ser úteis para melhor entender

os significados que elas chegavam a adquirir. Em Pernambuco, em 1958, seiscentos trabalhadores rurais dos municípios próximos a Recife empreenderam uma *"marcha contra a fome"*. Foi um apelo a que fossem atendidas suas reivindicações e um convite às autoridades para comparecerem ao Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco (IP, 05/03/58). As reivindicações levantadas giravam em torno da liberdade de organização, aplicação da legislação existente que beneficiasse o homem do campo, terra para trabalhar, ajuda financeira e técnica, ferramentas e sementes, extinção do *"cambão"*, do dia de *"condição"*, do *"vale do barracão"*, abolição do sistema de *"meia"* e *"terça"*, garantia de preços compensadores aos produtos agrícolas, escola, assistência médica etc.

No Rio de Janeiro, em virtude das ameaças de despejo contra os lavradores de Nova Iguaçu, a direção da Federação dos Lavradores decidiu programar uma grande passeata, que ocorreu no dia 23 de novembro de 1960, com a presença de delegações de diversos municípios. Os jornais descrevem os passos dessa manifestação: *"inicialmente, os manifestantes se dirigiram ao Palácio do Ingá, onde foram recebidos pelo Secretário do Trabalho, dr. Valdir de Carvalho, que representava o governador Roberto Silveira. Na ocasião foi entregue um memorial da Federação de Lavradores que denunciava as arbitrariedades que estavam sendo cometidas contra os lavradores e apresentava as seguintes reivindicações: desapropriação imediata, na forma da lei e mediante interferência da Secretaria do Trabalho, das terras em litígio, bem como a entrega das mesmas aos lavradores que as ocupam e que nelas trabalham há muito tempo; designação de advogados do estado para que colaborem com a Federação dos Lavradores no sentido de encontrar uma solução legal para a questão das terras em litígio, de modo a permitir a permanência dos lavradores em suas glebas; determinação de instruções à Secretaria de Segurança, a fim de que esta não favoreça a ação dos grileiros contra os lavradores, como também medidas para que estes tenham assegurado um clima de tranquilidade propício ao trabalho"* (NR., 02 a 08/12/1960, p. 4).

No município de Sapé, na Paraíba, em 1961, mais de mil "camponeses" desfilaram pelas ruas da cidade até a praça principal, em protesto contra a violência patronal: *"os estandartes da liga à frente, faixas com inscrições simples falando das reivindicações da gente que trabalha a terra e o coro uníssono de milhares de vozes a clamar justiça, a pedir a expulsão do policial espancador e assassino e a pedir que os latifundiários abram a terra para o lavrador plantar. A violência e o terror policial desencadeado na região de Sapé pelos latifundiários com o objetivo de desbaratar pela força e pelo medo a influência da poderosa Liga Camponesa, encontrou a resposta que merecia. A gigantesca manifestação, logo seguida de outras, das quais a mais importante foi uma concentração na própria capital do estado, verificou-se em virtude principalmente do assalto contra a casa do lavrador Luggero Almeida, líder das Ligas na região e das numerosas prisões de camponeses, além de outras violências verificadas em Sapé"* (NR, 26/05 a 01/06/61, p.7)

Quando do assassinato de João Pedro Teixeira, cinco mil pessoas compareceram a um ato em João Pessoa (17/04/62) com a participação dos deputados Neiva Moreira e Clidenor Freitas. Parte do comércio da capital paraibana fechou suas portas em sinal de solidariedade (NR, 20 a 26/04/62, p. 1). Por ocasião da comemoração do Primeiro de Maio, vieram "camponeses" de todas as partes do estado e foi realizado uma passeata, tendo à frente o filho de João Pedro. A manchete do **Novos Rumos** era significativa: "João Pedro, morto, virou Zumbi". Nas faixas apareciam as reivindicações e procurava-se enfatizar a disposição de luta: *"Queremos terra para os trabalhadores"; "Camponeses unidos pelo mesmo ideal" , "Os camponeses afirmam: a vitória é nossa"; "De luto os camponeses por João Pedro Teixeira"; "Os estivadores saudam os camponeses"; "Os camponeses da construção civil solidários com os camponeses"; "O NE repudia a Aliança para o progresso"; "Cabra inspira nossa luta"*. Participaram quinze mil trabalhadores e havia inclusive a presença de deputados (NR, 11 a 17/05/62, p. 7).

A visita do Presidente da República a João Pessoa, em julho desse mesmo ano,

provocou novas manifestações, comentadas por Rui Facó, ressaltando a importância que esses eventos tinham para o reconhecimento político dos trabalhadores e procurando enfatizar o que estava passando a ser tônica da imprensa comunista sobre a presença "camponesa": a emergência da "consciência de classe" e, com ela, a capacidade de discernimento e de não se deixar enganar por "falsas palavras". Dizia ele, chamando a atenção para seu testemunho pessoal: *"A massa camponesa procedente dos municípios onde funcionam as Ligas - não mais de uma fazenda - invadiu literalmente a capital paraibana... Desde a Praça da Estação, pelas ruas centrais da cidade, até o Parque Solon de Lucente, a grande massa de homens rústicos, com sua roupa de brim, suas alpargatas, seus infalíveis chapéus deu a nota dominante em meio à multidão. Era o campo na cidade. Nada de demonstrações de alegria ou entusiasmo. Era uma presença sóbria, mas grave, pesada impressionante. Ali estavam não para tributar homenagem ao Presidente, mas para com ele se encontrarem e dizer-lhe que existiam, que se haviam levantado, que se estavam constituindo numa força que reclama voz ativa nos assuntos do país. Vi a frieza com que receberam o discurso indefinido e tímido do governador Gondim - porque o governador não fez uma referência sequer às Ligas camponesas, a seu movimento, à sua luta pela reforma agrária... Que aplaudiram os camponeses no discurso de Goulart? As palavras em que se referia às Ligas camponesas, à necessidade de reforma agrária. E não foram nunca aplausos calorosos porque as definições eram cautelosas e algumas vezes conciliatórias com os inimigos da reforma agrária - os inimigos da massa camponesa"* (NR, 24 a 30/08/62).

A imprensa também noticiou, enfatizando os números, a presença de Francisco Julião em diversos municípios paraibanos: duas mil pessoas em Santa Rita, cinco mil em Sapé, três mil em Alhandra, centenas em Guarabira (NR, 28/05 a 01/06/1961).

Analisando as manifestações dos grevistas franceses, Perrot lembra que *"as praças oferecem um lugar cômodo de convergência, não somente por razões urbanas, mas porque elas são as sedes dos edifícios públicos, os centros do poder"* (Perrot,

1974:557). É para esses centros que as manifestações tendiam a convergir, criando fatos políticos através da presença dos "camponeses" mobilizados. O grupo se faz, assim, ver pela cidade, mobilizando apoios, fazendo aflorar uma realidade antes desconhecida ou camuflada, a partir de uma estratégia de aparecimento destinada a trazer a público uma imagem positiva, que mobilizasse apoios.

Ainda segundo Perrot, em alguns momentos a manifestação torna-se cerimônia. Ela refere-se também aos cortejos grevistas: *"sobretudo demonstrativos, os cortejos buscam o espaço mais que o número: trata-se de levar a novidade da greve aos quatro cantos da cidade, de tomá-la como testemunho, de alertar sem assustar, através de passeatas pacíficas, alegres, disciplinadas, onde se afirma a coesão do grupo. De onde uma preocupação com o espetacular, um aparato que se inspira ao mesmo tempo em modelos religiosos e militares"* (Perrot:559). No caso em questão, foram as manifestações contra diferentes formas de repressão que assumiram esse papel e tiveram o papel de catalizar emoções e arregimentar apoios.

Mas não só. Como o indica Champagne (1990), em cada uma dessas oportunidades realiza-se um experimento de poder, avalia-se e incorpora-se noções de eficácia e de legitimidade, de novas formas de agir. Dessa forma, o autor chama a atenção para a possibilidade de se considerar a luta política como mais próxima de um jogo de poquer do que de uma cerimônia religiosa.

Através dessas grandes manifestações públicas, o grupo procura criar e impor uma imagem social do evento. Analisando manifestações de camponeses franceses, Champagne afirma que *"o que é dito e visto do evento é o produto do encontro entre as propriedades do grupo que se deixa ver e as categorias de percepção, sociais e políticas, do grupo social formado pelos jornalistas"* (Champagne, 1984:20). Nesse sentido, a cobertura dos eventos pela imprensa comunista produz imagens e leituras dificilmente encontradas na grande imprensa. Ela potencializa esses aparecimentos públicos, noticiando-os, fotografando-os, tentando transmitir o clima de emoção, de forma a socializar para seus leitores o evento e, dessa forma, construir indicadores da

progressiva afirmação do potencial político do "*campesinato*".

Era através das manifestações que os trabalhadores do campo chamavam atenção para si, ganhavam a imprensa e apareciam à sociedade como grupo de trabalhadores, lutando pela sua subsistência e coeso em defesa de direitos e de seu país. Em diversas manifestações, as fotos disponíveis mostram constantemente a presença da bandeira brasileira, ao lado da bandeira do sindicato, da federação.

Muitas das manifestações apareciam ligadas a esforços no sentido de criação de símbolos através dos quais a classe se pudesse ver. O caso mais notório talvez fosse a ênfase nas comemorações do Primeiro de Maio, num esforço de fazer dessa data um marco significativo para o campo. A imprensa muitas vezes noticiava grandes manifestações de "*colonos*" nessa data, bem como a presença de lideranças do campo nas comemorações operárias. O *Terra Livre* aparecia aí ressaltando seu papel de educador, explicando, em quadrinhos, a história do evento e sua importância para a classe operária¹⁴. Em algumas situações era também lembrado o 13 de maio, data da libertação dos escravos, em analogia às condições de trabalho no campo.

Eficaz no sentido de produzir símbolos, capaz de produzir manifestações de força, as manifestações "*camponesas*" elas também provocavam reações proporcionais. Como num jogo, o crescimento da presença dos trabalhadores do campo, procurando conquistar os espaços públicos, desencadeavam a reação oposta: as violências, as mortes anunciadas, as chacinas de trabalhadores eram uma das dimensões da reação.

O reconhecimento pelo Estado e pelos proprietários fundiários

No capítulo 2, indicamos como a definição do que era trabalhador rural, a discussão do que seriam os direitos desse segmento e inclusive as possibilidades de

¹⁴Chama a atenção o fato de não haver nenhuma referência a datas próprias dos trabalhadores do campo. O dia do colono e o dia do trabalhador rural só vão se configurar como datas comemorativas nos anos 70.

uma organização própria foram objeto de debate em diferentes momentos da história brasileira, mais particularmente no período que se seguiu à década de 30.

Castro Gomes, analisando a constituição da cidadania e da identidade da classe operária, aponta que *"o estatuto de trabalhador é que dá identidade social e política ao homem brasileiro, fato magistralmente materializado pela criação da carteira de trabalho e pela definição da vadiagem como crime"* (Castro Gomes, 1988:26). Se esse ponto de partida é aceitável, o que estava em jogo nos anos 50 era também o reconhecimento do estatuto do trabalho rural enquanto profissão, conseqüentemente, de reconhecimento como cidadão para aqueles que o Estado e as entidades de representação patronal tentavam apresentar como *"homens do campo"*, *"rurícolas"*, etc. Como vimos, as tentativas, provenientes de segmentos do próprio Estado, ainda nos anos 30 e 40, de reconhecer como trabalhadores pelo menos uma parcela dos que viviam das atividades agrícolas foram bloqueadas pelo embate político que se travou por ocasião da constituição da Comissão de Sindicalização Rural e de seus desdobramentos.

Dessa perspectiva, a publicização dos conflitos que se fez através, inicialmente, da mediação do Partido Comunista e posteriormente por outras forças políticas que passaram a disputar o poder de serem reconhecidas como porta-vozes dos interesses dos trabalhadores do campo, teve um papel central no sentido de reabrir o debate na arena política, dando-lhe uma outra qualidade.

No que se refere às entidades de representação dos proprietários fundiários chama a atenção sua fidelidade às posições já definidas desde os anos 40. Em que pesem algumas variantes, o tom dominante da argumentação era o de negar a existência das relações capital/trabalho no campo ou, mesmo a reconhecendo, reafirmar a concepção de uma agricultura sacrificada e penalizada que unia mais do que separava os interesses dos que viviam dela. É exemplar nessa direção o seguinte trecho de uma das publicações que servia de porta-voz para a divulgação das posições das entidades empresariais rurais: *"enquanto não se reduzir a um mínimo tolerável o*

caráter aleatório do trabalho agrário, enquanto não se providenciar no sentido de garantir a própria sobrevivência da empresa rural - será importuno exigir do patrão que proporcione a seu auxiliar vantagens que ele próprio não desfruta. A cada passo se contata que ele também é indigente, analfabeto, doente, fracassado... A maior parte das explorações rurais entre nós mal consegue sobreviver, dentro de um teor de vida primitivo... a produção rural brasileira costuma resultar do sacrifício inútil de dois infelizes que vivem jungidos na mesma canga: o empregado e o empregador... é condenável exigir da miséria do patrão o conforto do operário" (Brasil Rural, 159, out./55, pp. 55/57).

Com base nesse tipo de argumentação, elas se recusavam a reconhecer direitos trabalhistas, considerando inoportuna uma legislação própria referente ao tema, bem como a aceitar qualquer forma de organização independente dos trabalhadores do campo. Segundo elas, *"sendo o proletário rural brasileiro ainda imaturo para esse gênero de organização classista, nenhuma probabilidade de êxito ou vantagens poderá ele esperar de sua sindicalização. Muito mais provável, ao contrário, é que sobre ele recaiam apenas despesas e obrigações de difícil cumprimento, enquanto os sindicatos oficialmente criados se transformam em veículos de idéias subversivas, de intrigas políticas, propícios à propaganda comunista" (A Rural, 494, jun. 62, p. 71).* Verifica-se a recorrência de argumentos que pontificam em torno da minoridade política dos trabalhadores, da necessidade permanente de tutela. Reconhecendo as condições de miséria no campo, apresentavam como solução o aumento da produtividade agrícola, através do estímulo do Estado à modernização. Com essa mesma justificativa, desqualificavam a necessidade de reforma agrária, uma vez que ela nasceria *"espontaneamente com a multiplicação dos balcões da Carteira Agrícola" e "dando à atividade agrícola a segurança que o empreendimento necessita" (A Rural 513, jan. 64, p. 6).* Em o fazendo, também procuravam construir uma outra imagem para si, distinta da de *"latifundiário"*, e calcada em atitudes empresariais. Procuravam sempre desfazer ou, em algumas situações, justificar em termos da ineficiência das

políticas públicas, a imagem de atraso que marcava seu lugar no debate que então ganhava espaço na sociedade sobre a agricultura brasileira¹⁵.

Frente ao crescimento das organizações no campo, tudo indica que a linha de ação patronal foi, num primeiro momento, de não reconhecimento e de repressão. Mas, na medida em que ela apresentava irreversibilidade e se institucionalizava com o reconhecimento legal, as entidades patronais passaram à disputa pelo controle de organizações emergentes, apoiando algumas iniciativas da Igreja Católica de criação de sindicatos e federações (como foi o caso de São Paulo, Paraná etc), de forma a ocupar um espaço que poderia ser conquistado pelos comunistas. Chama a atenção, por exemplo, o destaque que recebia na revista *A Gleba*, órgão oficial da Confederação Rural Brasileira, eventos como o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e do Nordeste (*A Gleba*, 88, agosto de 1962), o crescimento do sindicalismo cristão no Nordeste (*A Gleba*, 85, maio de 1962) ou a criação da Federação dos Trabalhadores Rurais do estado de São Paulo que, segundo eles, propunha-se a atuar dentro dos princípios da encíclica "*Mater et Magistra*" (*A Gleba*, 88, agosto de 1962)¹⁶. Como vimos, a isso a imprensa respondia denunciando as tentativas de controle e qualificando as iniciativas de "*pelegas*" ou "*fantasmas*" e procurando apontar que "*os fazendeiros tentam de todo o jeito dificultar e obstar a fundação de sindicatos, até com o recurso à violência - a que a tradição de luta dos roceiros responde com violência. E se fracassam na tentativa de impedir a fundação dos sindicatos, procuram exacerbados 'matar' os sindicatos, com expulsar, das respectivas fazendas, os roceiros eventualmente filiados aos sindicatos*" (NR, 1 a 7/11/1963, p. 2, matéria sobre o I Encontro de Camponeses de Goiás).

Quando das votações no Congresso Nacional de projetos de reforma agrária ou do Estatuto do Trabalhador Rural, a imprensa constantemente denunciava a pressão

¹⁵Essa questão aparece melhor explorada em Medeiros (1983).

¹⁶As matérias tinham por título "*O Movimento Sindicalista está derrotando as Ligas Camponesas*" e "*O Trabalhador Rural em defesa da paz social e contra a agitação*".

dos *"representantes dos latifundiários"*, através da ação do Bloco Ruralista na Câmara, de porta-vozes da Confederação Rural Brasileira junto ao governo. Dessa forma, procurava explicitar mecanismos de operação dos poderes, em especial o Legislativo, o que se casava, em outros momentos, com o esforço de indicar candidatos *"populares"*, cuja eleição seria uma garantia de constituição de um canal para a voz dos trabalhadores do campo.

No que se refere ao Estado, como vimos, desde cedo, em diversos locais, havia um esforço, por parte das organizações emergentes, de buscar apoio nos organismos legislativos (Câmaras, Assembléias), através do chamado a vereadores e deputados para que se envolvessem nas questões que eram erigidas como cruciais para os trabalhadores do campo. Governadores, prefeitos, secretários, ministros também eram procurados e chamados para encontros, congressos. Nesse sentido, a sua simples presença legitimava esses eventos, os trazia para o cenário da *"grande política"* e, assim, iam produzindo o reconhecimento dos trabalhadores e de suas reivindicações.

Se é verdade, como afirma Sigaud, que se trata de uma *"simplificação grosseira"* buscar avaliar as iniciativas dos trabalhadores do campo em termos de uma *"contabilidade de reivindicações apresentadas/reivindicações atendidas"* (Sigaud, 1989:170), não há como negar que a sistemática ausência de respostas positivas por parte dos poderes públicos fragiliza o trabalho organizativo. Em consequência, dificulta a própria capacidade dos trabalhadores se fazerem ver e reconhecer.

Dessa perspectiva, é fundamental incorporar a dimensão de seletividade das políticas públicas, apontada por Offe (1984), e buscar resgatar algumas das ações do Estado que poderiam ser tratadas como resultados de um complexo jogo político, onde a capacidade de pressão e de criar fatos políticos por parte dos trabalhadores é fundamental. Essas ações são indicativas do reconhecimento das demandas dos trabalhadores, provavelmente não nos termos de aceitação de reivindicações nos mesmos termos em que eram propostas por estes, mas através de redefinições impostas pela diversidade e complexidade de interesses presentes. A imprensa sempre procurava

apontar esses fatos como "*vitórias*" e, assim, capitalizá-los para a ação dos trabalhadores e para os comunistas.

Alguns exemplos das políticas de Estado que reforçaram as ações dos trabalhadores podem ser buscados a nível das prefeituras, dos governos estaduais, do federal, dos legislativos, das iniciativas do judiciário. Elas indicavam que temas colocados na luta cotidiana emergiram como situações problemáticas, exigindo uma intervenção que não fosse meramente repressiva.

A criação, no final dos anos 50, de um Plano Piloto de Ação Agrária no estado do Rio de Janeiro, prevendo desapropriação de algumas terras onde havia conflitos; o Plano de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto, em São Paulo; a criação da Companhia de Revenda e Colonização pelo governo Cid Sampaio em Pernambuco; do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária pelo governo Brizola, são indicadores de que a luta por terra colocava o debate sobre a questão agrária na ordem do dia e impunha intervenções tópicas ao mesmo tempo em que se discutia, num âmbito mais amplo, possibilidades de uma transformação mais profunda na estrutura agrária. Criavam-se, assim, organismos que inscreviam (e redefiniam) no interior do aparelho de estado o tema polêmico.

Propondo um determinado tratamento para a questão (colonização, utilização de terras públicas estaduais para assentamento de trabalhadores, desapropriação por utilidade pública, etc), nem sempre convergente com a demanda realizada, abria, no entanto, espaço para novas reivindicações e canais de negociação¹⁷. Para além do significado que teve, no sentido de estimular um debate nacional sobre as condições de vida e trabalho no campo, uma iniciativa como a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Ligas Camponesas, outros eventos de âmbito mais restrito também ocorreram: são ilustrativos a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de âmbito estadual, no Paraná, para investigar a ação das companhias colonizadoras; de

¹⁷A permeabilidade desses canais e organismos às demandas dos trabalhadores era sempre, evidentemente, dependente do arranjo particular das forças políticas locais, da capacidade de pressão dos trabalhadores e das disputas que se colocavam.

um inquérito sobre terras devolutas em Minas Gerais; a realização de encontros de prefeitos, deputados e vereadores, em Goiás, em 1956, para discutir os "*problemas da lavoura*" e que tinham como pauta a discussão da reforma agrária e da extensão da legislação trabalhista ao campo. Essas iniciativas indicam que esses temas haviam se socializado e começavam a ser discutidos em outros termos que não os até então dominantes.

Frente a elas, a imprensa sempre se posicionava, noticiando e propondo uma leitura, filtrando essas ações do Estado e as traduzindo na sua lógica de avaliação.

Coerentemente com a defesa que fazia de apropriação dos espaços legais, a imprensa comunista sempre deu destaque ao reconhecimento de direitos trabalhistas pelo poder judiciário. Sentenças de juízes, confirmando direito a férias, salário mínimo, etc., para os "*assalariados*", eram sempre noticiadas e, com mais ênfase, se a decisão era confirmada por instâncias superiores. Um exemplo disso pode ser buscado num parecer como o do Tribunal Superior do Trabalho, de 1956, baseado no voto do relator, ministro Tostes Malta, afirmando que o "*colono*" era trabalhador rural, com vínculos empregatícios e não trabalhador autônomo, como queriam os proprietários de terra (VO, 03/03/1956, p. 10). Ele passou a servir de argumento forte para a continuidade da luta por direitos trabalhistas para um vasto contingente que, até então, não era reconhecido como categoria com interesses próprios e conflitantes com os dos "*fazendeiros*". A lei de sindicalização de 1944, que os comunistas utilizavam como respaldo para afirmar o direito de organização sindical no campo, também foi objeto de consulta e amplamente divulgado o parecer do Ministério do Trabalho, posicionando-se favoravelmente à sua vigência.

Papel crucial nesse sentido desempenhou o Estatuto do Trabalhador Rural. O fato de ele ter sido inicialmente apresentado como projeto de lei em 1954 e só ter sido aprovado em 1963, passando por sucessivas versões, indica a dificuldade existente para incorporar o tema como passível de tratamento legal/institucional. A imprensa comunista acompanhou as votações, procurando veicular a interpretação do andamento

do projeto e os bloqueios em que, segundo ela, se constituíam os *"latifundiários do PSD e da UDN"*. Por exemplo, a defesa que esses partidos fizeram de que o controle da fiscalização ficasse a cargo do Ministério da Agricultura, através do Serviço Social Rural: *"os udenopessedistas alegam abertamente que o controle da fiscalização pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (sempre ocupado pelo PTB), daria aos trabalhistas uma arma para o domínio do eleitorado rural"* (IP, 01/09/1956). No que se refere a essa legislação também foi duramente denunciado o substitutivo que Afonso Arinos apresentou ao projeto de Estatuto. Segundo ela, essa proposta, definindo o *"trabalhador empregado"* como o que presta serviços de natureza não eventual, abria uma *"brecha pela qual os latifundiários poderão liquidar os direitos dos assalariados: um latifundiário de café poderá alegar, por exemplo, que os serviços prestados em sua fazenda pelos camaradas volantes são 'eventuais' e deixar de considerá-los como assalariados rurais, negando-lhes todos os direitos. Com o mesmo argumento, os jornaleiros ou qualquer outro trabalhador agrícola poderia ser tido como prestando serviços de natureza 'eventual', perdendo assim todos os direitos, cujo reconhecimento ficaria à mercê da vontade dos latifundiários"* ((VO, 18/08/1956, p. 9). Além disso, afirmava também que, através da legalização dos descontos (quinze por cento para casa, dez por cento de transporte), a proposta liquidava o salário mínimo, além de retirar o direito a férias, suprimir os direitos assegurados à mulher trabalhadora, garantias ao trabalho do menor e repouso semanal remunerado, a previdência social rural, a indenização por despedida injusta. A carteira de trabalho passaria a ser expedida pelo Serviço Social Rural e não pelo Ministério do Trabalho, ficando portanto, sua expedição *"sujeita às manobras dos latifundiários"*.

O texto final do Estatuto manteve algumas das ambiguidades que marcaram o debate: a definição de trabalhador rural englobava os que recebiam salários em espécie, mas não regulamentava contratos de parceria e arrendamento. No entanto quando se referia ao direito de sindicalização e seguro social abrangia todos os segmentos do campo (Joca, 1987). Em que pese esse fato, a sua aprovação consolidou

as bases através das quais foram conduzidas as demandas de um conjunto de trabalhadores e foi considerado como um ganho.

No entanto, a ele parece ter se seguido um movimento de dispensa de trabalhadores, ao que a imprensa respondia incentivando os trabalhadores à resistência, uma vez que o reconhecimento dos direitos já se fizera: *"Os empregados devem fazer a máxima resistência às dispensas, permanecendo no local de trabalho, plantar, fazer tudo o mais referente à sua atividade e comunicar a seus sindicatos para que estes tomem as providências legais* (TL, 128, novembro de 1963, p. 8).

Também foi apresentada como uma grande a prorrogação da lei do inquilinato em 1957, uma vez que *"pela primeira vez essa lei inclui a questão do arrendamento da terra"* (VO, 18/05/57, p. 11).

Da mesma forma, a criação da SUPRA, inscreveu a questão da reforma agrária no interior do Estado, reconhecendo a legitimidade da demanda que aumentava sua força no seio das organizações de trabalhadores, bem como fez dele um estimulador da sindicalização. Eram objetivos da SUPRA tanto prestar serviços de extensão rural e assistência médica, como promover a organização de trabalhadores sem terra, pequenos e médios proprietários, estimular a organização de sindicatos de trabalhadores rurais e de cooperativas de produção e consumo. Expressão dessas funções era o fato dela participar com três elementos (num total de oito) na composição da Comissão Nacional de Sindicalização Rural, órgão importante na legitimação da organização no campo, tornando-se o palco principal das disputas sobre que entidades teriam carta sindical¹⁸.

Sem entrar na discussão sobre os interesses do presidente Goulart em buscar ampliação de sua base de apoio no campo, o que nos interessa apontar é que progressivamente constituiu-se no interior do Estado organismos voltados para o tratamento não só profissional e organizativo de uma categoria que até então era vista

¹⁸A CONSIR era composta por oito membros: três da SUPRA, três do Ministério do Trabalho e dois das organizações de trabalhadores.

predominantemente através da ótica da assistência social, como também se passava a reconhecer a questão fundiária como problema a ser objeto de intervenção específica.

A criação desses regulamentos e aparelhos constituíram-se em novos estímulos à lutas dos trabalhadores ou, pelo menos, era isso que buscava a ULTAB, que qualificava essas iniciativas em relação ao alcance de suas próprias propostas e busca transformá-las em novo patamar de confronto. Um bom exemplo, são os seus pronunciamentos, veiculados pela imprensa comunista, em relação ao decreto da SUPRA que desapropriava terras às margens das rodovias federais: *"convém dizer, para conhecimento das massas camponesas, que não se trata, ainda, de reforma agrária, mas uma simples medida de desapropriação (sob indenização prévia e em dinheiro, das propriedades ociosas acima de cem hectares...). Isso sem tocar no parágrafo 16 do art. 141 da Constituição não representa nenhuma reforma agrária, porque não modifica em nada a antiga e bolorenta estrutura agrária do país que repousa no monopólio da terra exercido pelo latifúndio. Entretanto é medida positiva que conta com o apoio do povo, pois vem regularizar a situação das terras valorizadas pelas obras e adquiridas propositadamente e para fins lucrativos antes mesmo das construções através de grandes negociatas. Pode e deve todavia assumir o decreto um caráter mais democrático e de maior interesse popular se, pelo menos um terço ou metade for entregue, gratuitamente, aos camponeses, embora o restante tenha de ser vendido sob um prazo de pagamento de vinte anos, ao invés de dez como prevê. Assim devem os camponeses começar a ocupar desde já essas terras às margens das estradas federais e açudes, ficando para depois a aplicação das condições de pagamento..."* (TL 131, fev. 64, p. 1, grifos meus, LSM).

Frente a esses eventos e num clima de crença nas perspectivas que se abriam, a imprensa comunista chamava a atenção para a possibilidade de se contar inclusive com o apoio dos militares. No penúltimo número do **Terra Livre**, um mês antes do golpe militar, a seguinte manchete chama a atenção no sentido de avaliar até onde a esquerda acreditava ter chegado o reconhecimento das lutas *"camponesas"* e as virtualidades de

sua aproximação com o Estado: "*Forças armadas garantirão desapropriação da SUPRA*". Anunciava um convênio com a SUPRA visando melhor aplicação do decreto de desapropriação dos latifúndios à margem das rodovias, ferrovias e açudes federais (TL, 131, fevereiro de 1964, SE, p. 1).

Na medida em que as questões colocadas pelas lutas dos trabalhadores ganhavam tratamento institucional e legal, rompendo com a lógica anterior da repressão e desconhecimento, elas também foram sendo redefinidas por todos os atores presentes, criando novos espaços de confronto e obrigando a constituição de novas formas de luta. Nesse sentido, a visibilidade e o reconhecimento dos trabalhadores do campo criou patamares organizativos e de demanda que, em que pese os eventos do pós-64, constituíram uma base para sua posterior inserção no debate político.

Considerações finais

A nossa proposta neste trabalho foi a de refletir sobre o processo de formação das classes no campo, buscando entender algumas das múltiplas dimensões do aparecer político do "*campesinato*". Interessou-nos apreender o processo de constituição de uma determinada linguagem através da qual carências, insatisfações, tensões se transformaram em reivindicações e em palavras de ordem; como conflitos foram lidos e interpretados; como emergiram formas organizativas próprias; como símbolos, bandeiras e determinadas identificações foram produzidas, qual o seu conteúdo e instrumentos de sua socialização.

Nosso ponto de partida foi o de que a experiência de classe se cristaliza através de uma determinada linguagem que, por sua vez, a expressando, também a conforma. Se algo da rica experiência dos trabalhadores do campo no período que nos preocupa pode ser apreendida, só o podemos fazer através de determinadas falas que nos legaram não traços fragmentares de uma vivência irrecuperável em sua substancialidade, mas leituras dela, traduções, feitas pelas forças políticas presentes na época e que foram significativas na medida em que se constituíram em parte da própria construção dessa mesma experiência.

Elegemos como caminho para atingir nosso objetivo, os meandros da ação do

Partido Comunista que, durante a segunda metade dos anos 40 e durante toda a década de 50, foi praticamente a única força política a falar pelo campo sob a ótica do trabalho e dos seus interesses. Mesmo no início da década de 60, quando as Ligas Camponesas, sob liderança de Francisco Julião, se situaram no cenário político como força concorrente e diferentes correntes da Igreja passaram a disputar o poder de expressar as demandas dos trabalhadores do campo, o faziam através de um patamar que já estava sendo mais amplamente forjado, onde determinadas palavras de ordem conformavam lutas e reivindicações e ganhavam visibilidade e densidade social: direitos trabalhistas, crítica à forma então vigente dos contratos de arrendamento e parceria, condenação das regras que fundavam as formas de dominação no interior dos *"latifúndios"*, defesa do direito à terra para os que nela viviam e trabalhavam, reforma agrária.

Procuramos, no decorrer da tese, lançar algumas luzes sobre a especificidade da mediação realizada pelo PCB, as vicissitudes para sua concretização e, principalmente, o processo de constituição, através dela, de uma nova linguagem sobre o campo, onde a exploração, a dominação, as contradições de classe eram ressaltadas. Na produção de uma identidade fundada sobre o trabalho, sobre interesses específicos de classes e não sobre o *"rural"* como unidade homogênea, conformou-se também o reconhecimento das classes no campo, colocando em polos opostos *"lavradores"* e *"trabalhadores agrícolas"*, sintetizados politicamente na figura do *"campeinato"*, e proprietários fundiários, *"fazendeiros"*, *"tatuíras"*, simbolizados no *"latifundiário"*.

Ler o processo de constituição do *"campeinato"* enquanto ator político através do panorama traçado a partir da imprensa comunista aponta para uma surpreendente complexidade, especialmente se tivermos como parâmetro uma tendência, visível pelo menos em parte da literatura, de olhar o movimento camponês sob a ótica das diretrizes gerais do PCB, ressaltar a instrumentalização que ele teria feito das reivindicações dos trabalhadores, ou de reduzir a questão agrária e os conflitos no campo, no período considerado, à ação das Ligas Camponesas e, portanto, ao

Nordeste.

A pesquisa que fizemos mostrou uma parte da trajetória da formação do "*campesinato*": a que pudemos apreender a partir de um determinado espaço cujo objetivo era estimulá-la e evidenciá-la, mas que é carregada de silêncios, que mostra descontinuidades. O que acabamos por destacar foi o investimento feito pelo PCB para socializar suas teses no campo, dar densidade social e transformar numa bandeira de luta o que antes não passava de uma proposta teórica e programática (a reforma agrária) e contribuir para o reconhecimento social e político de "*lavradores*" e "*trabalhadores agrícolas*", como portadores de direitos não só trabalhistas, como políticos (liberdade de reunião, organização, manifestação) e sociais (como é caso das demandas por previdência, educação, saúde etc)

Procuramos evidenciar como a mediação do PCB foi importante para criar uma nova linguagem, que se disseminou e espelhou a constituição de uma nova forma de falar sobre o campo, onde ganhava lugar a dimensão conflitual das relações sociais. E isso foi possível porque esse partido também era portador de uma estrutura organizativa, de recursos materiais e humanos, de uma rede de relações que inclusive ultrapassava o âmbito da nação. Em que pese o lugar secundário que o investimento no campo teve na história do PCB, o que foi destinado a esse tipo de trabalho (designação de alguns militantes para acompanhar as lutas que se desenvolviam, recursos para promoção de encontros, espaço na imprensa partidária e até mesmo criação de um organismo de divulgação voltado exclusivamente para as áreas rurais) não pode ser menosprezado no processo de constituição do "*campesinato*" como categoria política, na medida em que selecionou experiências, investiu em algumas delas, produziu e tornou pública uma leitura sobre condições de trabalho e conflitos de diferentes pontos do país.

Esse processo deve ser visto na tensão que lhe é constitutiva. Um dos polos dessa tensão é a tradução da diversidade de situações retratadas nos termos da linguagem do PCB. Ela permitiu que fosse forjado algum tipo de fio unificador entre

situações distintas, bem como a busca de instrumentos onde as carências pudessem ser enquadradas para serem também traduzidas na linguagem dos interesses e dos direitos. Esse tipo de intervenção foi essencial na redução da distância espaço/tempo (Giddens, 1984), arrancando relações locais de seu isolamento e as projetando num tempo outro (o de uma *"revolução mundial"* em curso) e no de personagens que não partilhavam o cotidiano do *"campesinato"* (o proletariado que dirigiria a *"revolução"*, a burguesia à qual se poderia aliar em determinadas circunstâncias, o Estado a quem se deveria dirigir demandas e exigir soluções, os países socialistas, que eram apresentados como o espaço da utopia já realizada, etc).

Se o peso da ortodoxia comunista fazia com que as categorias a serem identificadas no campo fossem os *"assalariados"*, os *"camponeses"* (*"pobres"*, *"médios"* e *"ricos"*), os *"latifundiários"*, como distingui-las na diversidade de situações existentes e, principalmente, como fazer as propostas *"corretas"*, do ponto de vista de acelerar o buscado amadurecimento de *"condições revolucionárias"*? Que segmentos elegeu como prioritários para investimento político? Como, enfim, perceber a classe?

Nesse contexto, a imprensa comunista funcionou como local de disseminação das novas matrizes discursivas, como estimuladora de determinadas práticas e comportamentos, mas também como espaço de expressão das experiências dos trabalhadores. Sem dúvida, eram poucos e selecionados os que tinham acesso direto a ela. Possivelmente bem maior fosse o círculo dos atingidos pela sua mensagem. Nos momentos de maior repressão, quando se impunha a clandestinidade, ela só chegava a poucas mãos, sob regras de estrita confiança e fidelidade. Mesmo no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando o PCB gozava de uma semi-legalidade, o acesso aos meios de divulgação do partido era relativamente restrito. No entanto, algumas pesquisas existentes parecem indicar que as identidades construídas no processo atingiram um círculo bem mais amplo do que o dos militantes (Novaes, 1987). Como aponta Champagne (1990), referindo-se às manifestações públicas, os profissionais desse tipo de evento são uma minoria. No entanto, *"...as manifestações de grande*

amplitude, que são também as que geralmente produzem mais efeitos sobre o poder político e sobre os participantes, são em grande medida compostos por "ocasionais" que, enquadrados pelos militantes experimentados, se manifestam pela primeira vez ou de maneira excepcional" (Champagne, 1990:203). Poderíamos estender esse tipo de reflexão a todos os tipos de ação política.

O lugar mais significativo por onde essa nova linguagem se socializou e pode traduzir diferentes experiências foram as organizações então constituídas. Não as formais, criadas para garantir controle dos aparelhos sindicais e que, como a literatura aponta, proliferaram no início dos anos 60. Mas principalmente as que correspondiam a processos de luta e que organicamente davam voz e expressão a processos de agregação e mobilização: as *"associações"*, *"uniões"*, *"núcleos"*, os *"mutirões"*, os *"conselhos de córrego"* etc. Elas eram os espaços por excelência de divulgação e socialização das informações, de discussão. Era participando delas que o trabalhador construía uma nova identidade política, adería à nova visão de mundo e, assim, reconstruía sua maneira de perceber sua situação, encontrava pares, descobria alternativas para além do local. Elas foram, assim, um instrumento produtor de redefinições de lugares sociais.

Nesse sentido, quando falamos da participação do PCB na construção de classes no campo, referimo-nos a esse processo molecular de produção de identificação com determinadas bandeiras e demandas, de mudanças de comportamento em relação ao costumeiro, mas que se fez e ganhou visibilidade a partir das parcelas mobilizadas.

Foram esses grupos mobilizados que também estiveram presentes nos congressos, encontros e manifestações públicas, que se constituíram num dos espaços de produção política do *"campesinato"* na medida em que agregava os mais distantes, para além do estreito círculo da militância, permitia troca de opiniões, ampliava o círculo da mobilização, enfim, como indicamos, construía um *"nós"*.

Mas esse não era um caminho de mão única. Ao mesmo tempo em que

difundia uma determinada leitura sobre os processos sociais que ocorriam no campo, fica patente a necessidade que o PCB teve de conhecer mais a fundo esses processos, de expressar as experiências dos trabalhadores. E esse era o outro polo da tensão a que nos referimos acima. Se já havia uma leitura sobre o campo pronta, derivada das concepções da Internacional Comunista, que apontava para existência de determinados mecanismos de exploração, de uma determinada estrutura de classes, ela dificilmente se adequava à realidade com a qual os *"quadros"* destacados para trabalhar no campo se enfrentavam. Eles tiveram que, de alguma forma, fazer um esforço de entender as relações vivenciadas, apropriar-se de seus conteúdos e significados.

A leitura da imprensa mostra que esse foi um processo lento de conhecimento e de conformação de categorias, onde nem sempre foram fáceis os ajustes entre as reivindicações e principalmente as formas de luta estimuladas pelo partido e as aspirações e capacidades dos trabalhadores. As dificuldades em levar adiante as *"tomadas"* de terra, no início dos anos 50, as iniciativas de ocupação no início dos anos 60 são apenas alguns dos indicadores de que, entre as teses gerais do partido e as lutas concretas, havia vários fatores intervindo: a capacidade local de repressão, as possibilidades de constituição de alianças com outras forças locais, valores em jogo nas lutas, a trajetória anterior de resistência, etc.

Ficam evidentes também, em determinados momentos, as dificuldades em selecionar segmentos que seriam objeto de investimento político. O exemplo mais claro talvez seja o dos pequenos e médios produtores de algodão, que ora apareciam com destaque, ora através da dúvida se não deveriam ou não se organizar lado a lado com os produtores de maior porte (*"camponeses ricos"*? *"latifundiários"*?). Da mesma forma, apareceram situações em que trabalhadores participaram em manifestações patronais contra a política agrícola governamental, trazendo para elas suas próprias demandas.

Há, pois, um processo mútuo de aprendizado que, do ponto de vista do partido, aparecia muitas vezes por ocasião dos balanços e avaliações que divulgava sobre seu

trabalho. Neles, a ênfase era sempre colocada nas dificuldades da ação no campo e na necessidade de se considerar, como ponto de ancoragem, as *"reivindicações mais imediatas"*, caminho para chegar mais perto desses trabalhadores, tidos como *"desconfiados"*, *"arredios"*, mas que, em determinadas circunstâncias, atingiam uma radicalidade de práticas que não se enquadravam nas orientações programáticas.

A imprensa pareceu-nos o espaço por excelência onde se procedeu à descrição de condições de vida e trabalho e de onde emergiram as experiências de conflito, resistências e as dificuldades inerentes ao processo de mediação. Se ela foi o espaço de socialização das teses do PCB, cumprindo o papel que lhe fora destinado de educador e organizador coletivo, ela também acabou por revelar o difícil processo de conhecimento do modo de ser dos trabalhadores, suas aspirações, sua cultura. As descontinuidades que a imprensa revela, a tensão constante entre determinadas diretrizes políticas e as formas de luta que se desenvolveram são indicadores dessas dificuldades. Os próprios termos utilizados para designar as categorias no campo, *"lavradores"*, *"trabalhadores agrícolas"*, *"camponeses"*, as orientações dadas para o encaminhamento de determinados conflitos, a dificuldade em encontrar um modelo de organização adequado, manifestam os obstáculos encontrados nessa *"tradução"*. Assim, a junção de *"trabalhadores agrícolas"* sob a figura mais ampla do *"campesinato"* não foi arbitrária, mas parecia corresponder às múltiplas facetas do trabalho no campo, onde *"colonos"* e *"moradores"* não eram assalariados correspondentes ao modelo ideal, mas sim trabalhadores que também tinham acesso à terra, à possibilidade de cultivo próprio, etc., onde *"posseiros"* e *"arrendatários"* se aferravam à terra e recorriam às armas para defendê-la, não em função do ajuste dessa prática a uma orientação política geral, mas em razão de uma cultura de violência no campo que permeava a totalidade as relações sociais.

Se a palavra de ordem *"reforma agrária"* pode obter tantas adesões e se constituir num mito capaz de orientar práticas políticas é porque de alguma forma ela se constituía, nos seus múltiplos significados, em algo que correspondia às demandas

geradas pelas experiências de um conjunto bastante diversificado de trabalhadores. Foi daí que ela tirou sua força mobilizadora que, vale ressaltar, inseriu-se de tal forma nos horizontes políticos dos trabalhadores do campo que, passados mais de trinta anos, carregada de novos significados, ainda é capaz de produzir fatos políticos, como o vem demonstrando as recentes ocupações de terra e o conseqüente revigoramento da demanda por reforma agrária.

É observando esse duplo movimento que acreditamos poder afirmar que o "*campesinato*" se construiu como classe *também* através da ação do partido, permitindo-nos retomar as considerações iniciais a respeito do significado das mediações. Se elas tem externalidade em relação à classe, só se concretizam enquanto mediação, cumprem sua proposta, têm eficácia como porta-vozes e produtoras de uma identidade se puderem também ser internas, no sentido de serem capazes de produzir significações a partir dos grupos que pretendem atingir.

Se a imprensa partidária teve um papel unificador, se seu papel foi no sentido de superar as distâncias no tempo e espaço, ela foi, antes de mais nada, a produtora do "*nós*" de que fala Perrot. Nesse sentido, ela busca ler e recortar as experiências da forma que lhe parece mais eficaz a cada momento, para potencializar seus efeitos políticos. Nessa perspectiva, deve-se inclusive que a necessidade de blefar ou de surpreender o adversário é um dos componentes centrais da ação política (Champagne, 1990). Mas essa necessidade não se estende só ao adversário. Talvez ela seja absolutamente fundamental em relação ao grupo que se quer mobilizar, como condição para o encorajamento, a potencialização de iniciativas, o estímulo ao avanço organizativo, a construção das identidades.

A imprensa teve ainda uma importância significativa na busca da produção de uma memória para a classe emergente, na criação de laços com o passado. São exemplares, nesse sentido, as iniciativas do Terra Livre, apresentando fragmentos de uma história onde a marca constante é a exploração, fazendo o seu público se ver e se

refletir num passado história. Referimo-nos aos quadrinhos sobre momentos da história ocidental, a recuperação de datas simbólicas da trajetória dos trabalhadores (Primeiro de Maio, Treze de Maio, etc).

Se tomarmos em consideração as teses do partido, as suas diretrizes gerais, o que mais chama a atenção é a distância que, em diversos momentos se estabelece entre elas e as práticas locais, noticiadas muitas vezes pela imprensa, outras vezes, como vimos, silenciadas. Assim, se no início dos anos 50, a palavra de ordem era a criação das "*frentes democráticas de libertação nacional*" e no campo ela era experimentada através da tática insurrecional, exemplificada em Porecatu, em diversas outras áreas, procuravam-se caminhos legais e a defesa das reivindicações imediatas. Da mesma forma, se, nos anos 60, falava-se em conciliação nacional e caminhos pacíficos de luta, nem por isso a resistência armada, as ocupações de terra deixaram de ocorrer e, no que nos interessa destacar aqui, a serem em diversas circunstâncias, estimuladas pelo partido.

Se é permitido, nas conclusões de um trabalho, avançar hipóteses, talvez se pudesse dizer que foi na sua ação no campo que o PCB encontrou os mais sérios desafios para a sua ortodoxia. Voltando-se para um segmento que necessitava dessa mediação para se fazer como classe e assim se fazer ver na cena política, não se pode menosprezar o fato dessa mediação ter desencadeado processos que escaparam totalmente a seu controle. Como diversos autores apontaram e procuramos resgatar no decorrer da tese, as relações de poder local, as alianças singulares que foram se construindo, as próprias especificidades regionais dos comitês partidários, pesaram decisivamente no perfil assumido pelos conflitos no campo. O que nos leva a ressaltar que, se o partido foi eficaz de no sentido de emprestar uma linguagem, isso não significou que ela recobriu sem tensões o conjunto das experiências políticas do "*campesinato*". As experiências locais, a forma como conviviam com a força e o poder dos "*latifúndios*", dos "*grileiros*" etc, foi extremamente importante para a realização de uma tradução dessa nova linguagem que chegava aos termos da experiência cotidiana.

E isso resultou em contradições que o PCB teve que administrar (e nem sempre pode), principalmente no momento em que outras forças disputavam com ele o poder de produzir uma *"fala camponesa"*.

Talvez refletir nessa direção nos permita indagar com mais substância sobre o fato aparentemente paradoxal da pouca capitalização que, nos anos posteriores, o PCB fez de sua atuação no campo. O silêncio que passou a pesar sobre experiências como a de Porecatu, lida, já no final dos anos 50, com sinal negativo, pode ser explicado pela tentativa de sepultar uma tentativa cuja explicação maior não mais se coadunava com as linhas mestras do partido. Há indícios também de sérias rupturas entre José Porfírio, líder de Formoso e Trombas, e as teses do PCB (Cunha, 1994). Chamou-nos também a atenção que, embora houvesse algumas matérias sobre os sindicatos pernambucanos, não havia, sobre Palmares, uma ênfase correspondente ao peso que a literatura dava à sua força ou que participantes da época relatavam¹. Prado Jr. (1979) também chama a atenção para o fato de que o Estatuto do Trabalhador Rural (que foi uma das principais reivindicações do partido) despertou entre os comunistas pouco interesse e atribui isso à centralização das esquerdas em torno da reforma agrária.

A leitura da imprensa, se aponta na direção de um crescimento do movimento, também indica uma multiplicidade de situações descontínuas. Conflitos noticiados com estardalhaço num momento, desaparecem num período seguinte sem maiores explicações. Evidentemente, como apontamos acima, o blefe faz parte da estratégia dessa imprensa, mas não há como escapar da descontinuidade de investimentos que ela traduz. Essa descontinuidade é confirmada em relatos de alguns militantes que falam do abandono em que muitas vezes se viram, tendo que atuar (ou mudar de área, de vida), sem assistência do Partido. E diversos fatores pesavam aí. Muitas vezes se falava

¹O silêncio sobre Palmares foi ressaltado especialmente em discussão de uma primeira versão desta tese com Maria de Nazaré Wanderley. Não temos explicações para isso, mas há uma pista em Brandão (1992:129). Mostrando como a cultura política brasileira aceita a imagem do PCB como infenso a localismos, afirma que isso *"desvia a atenção dos pesquisadores para a variabilidade regional que ele apresenta, bem como do conflito federativo em estado larvar que, pelo menos desde o final da década de 50, se manifesta em estados como São Paulo e Pernambuco"*.

na dificuldade do trabalho no campo pela dispersão, pelo caráter desconfiado e arredo do "campesinato", o férreo controle dos grandes proprietários ou do poder local sobre suas áreas de influência etc. Mas há a considerar também as regras de fidelidade no interior do partido onde qualquer discordância era punida, com o ostracismo ou mesmo expulsão. Não é difícil encontrar na imprensa matérias sobre militantes que eram desqualificados como "traidores", como incapazes de levar adiante as tarefas que lhe foram atribuídas etc. Nas memórias dos militantes, também são narrados fatos semelhantes.

Como aponta Pollack, a memória é um "fenômeno construído" (Pollack, 1992:204) e ela tem estreita relação com o sentimento de identidade. O fato de não se dar lugar de destaque a esses fenômenos como parte da história do partido, pode significar sua dificuldade em incorporar as contradições que ele trouxe consigo para a própria prática e concepções que ele alimentou. Não por acaso, para além da especificidade e importância que a "questão nordeste" assumiu no pré-64, produziu-se uma identificação entre movimentos camponeses e Ligas Camponesas, que inclusive contamina profundamente a memória atual dos movimentos sociais no campo, que buscam nela estabelecer seus elos de continuidade, resgatando sua dimensão de radicalidade².

Mas, se considerarmos a trajetória do movimento no campo, verificamos que se houve derrota, se, como o mostra Novaes (1987), o medo se impôs e des cristalizou a identidade "camponês", ficaram fortes marcas nos consensos então criados sobre a necessidade de reconhecimento de direitos, sobre a potencialidade das lutas no campo. E, no que se refere à formação de classes, em que pese a descontinuidade imposta pela derrota representada pelo golpe militar de 1964, persistiram alguns elementos do que

²Em relação à essa capacidade de um movimento impor sua marca e até mesmo uma identidade em áreas onde ele por vezes sequer atua pode ser ilustrado hoje com a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Há diversas situações de resistências na terra, ocupações etc, onde o Movimento não estava presente nas suas fase organizativa, mas que acaba sendo identificado socialmente com os "sem terra", muitas vezes silenciando uma ativa ação sindical e/ou de organizações locais.

nesse período se constituiu no que podemos chamar de uma *"cultura política"* dos trabalhadores do campo. Apesar da repressão que sobreveio ao golpe militar, apesar do termo *"camponês"* ter sido banido do vocabulário político (Palmeira, 1989), as marcas da entrada dos trabalhadores do campo no cenário política permaneceram fortes. Talvez a mais significativa seja a bandeira reforma agrária, que garantiu desde então seu espaço de mito, impulsionador de ações, na linguagem política desses trabalhadores. Mas não só ela. Essa trajetória fez com que em que pesem suas diversidades internas e, por vezes, até mesmo contradições de interesses, *"lavradores"* e *"trabalhadores agrícolas"* construíssem uma identidade comum, que permitiu que, sem grandes tensões, pudesse se afirmar e perpetuar no período pós golpe, um sindicato de *"trabalhadores rurais"*, que agrega em seu interior as diferentes facetas do que, no período anterior, constituiu o *"campesinato"*.

Se pensarmos, com Offe (1984), o significado da seletividade do Estado, talvez seja possível encontrar um caminho para avaliar a importância das lutas *"camponesas"*, em que pesem as suas descontinuidades: o progressivo reconhecimento de reivindicações pelos tribunais, a aprovação de um Estatuto para o Trabalhador Rural, os debates sobre a reforma agrária, a criação de diferentes organismos estaduais para lidar com a questão fundiária, são sólidos indicadores de que as iniciativas dos trabalhadores fizeram eco. E pesaram até mesmo no momento em que o movimento estava em fase de desmobilização, como é o caso do imediato pós-64, momento em que foi aprovado o Estatuto da Terra.

Resgatando a dimensão simbólica e pensando que ela é um dos espaços fundamentais de enfrentamento político, é que se pode entender o peso que mesmo a luta por direitos básicos assumia: ela questionava a forma de poder de vigente. A linguagem dos direitos é oposta e corrosiva em relação à linguagem da dominação, na medida em que lhe impõe limites. E por isso era tão fortemente combatida.

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, Ricardo

1992 **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs, EDUNICAMP.

Alavi, Hamza

1969 "Revolução no campo" in **Problemas e perspectivas do socialismo**. Rio de Janeiro, Zahar.

Alier, Verena Martinez e Hall, Michael

s/d "From sharecropping to the colonato". Mimeo.

Almeida, Alfredo Wagner B. de.

1981 **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luis, CPT.

Amado, Janáina

1978 **Conflito social no Brasil. A revolta dos 'Mucker'**. São Paulo, Símbolo.

Andrade, Manoel Correia de

1964 **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Brasiliense, 2a. ed.

Arendt, Hannah

1987 **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 3a. ed.

1988 **Da Revolução**. São Paulo. Ática.

Azevedo, Fernando

1982 **As Ligas Camponesas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Barrighelli, José Cláudio

1981a "Educação e programa agrária do PCB: 1945-47". PIPSA, mimeo.

1981b **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos, Arquivo de História Contemporânea UFSCAR, 3 vols.

Barros, Fátima Regina

1986 **A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do estado de São Paulo, entre 1954-1964.** Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.

Bastos, Elide R.

1984 **Ligas camponesas.** Petrópolis, Vozes.

Beiguelman, Paula.

1968 **A formação do povo no complexo cafeeiro.** São Paulo, Pioneira.

Bezerra, Gregório

1979 **Memórias. Segunda parte: 1946-1969.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Boschi, Renato R.

1987 **A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice.

Borges, Maria Elisa

1988 **Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964).** Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, dissertação de mestrado.

Bourdieu, Pierre

1989 **O poder simbólico.** Lisboa, Rio de Janeiro. DIFEL, Bertrand Brasil.

Brandão, Gildo Marçal

1992 **Partido Comunista, capitalismo e democracia (um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964).** São Paulo, FFLCH/USP. Tese de doutorado.

Brant, Vinicius Caldeira

1977 "Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis" in **Estudos CEBRAP**, 19, jan./mar.

Calazans, Maria Julieta Costa

1969 **Le syndicat paysan comme instrument institutionnel de participation: le cas du Nordeste du Brésil.** Paris, École Pratique des Hautes Études. Mémoire.

1983 "Os trabalhadores rurais e a sindicalização - uma prática". Trabalho apresentado no Seminário sobre Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, mimeo.

Camargo, Aspásia A.

- 1973 **Brésil, Nordeste: mouvements paysans et crise politique.** École Pratique des Hautes Études, Paris. Thèse de 3ème cycle.
- 1981 "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)" In Boris Fausto (org.), **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, v.3, t.III, São Paulo, DIFEL.

Cândido, Antonio

- 1955 "L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil" in Baldus, H (org.). **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas.** São Paulo, 23 a 28/08/1954. Vol. I. São Paulo, Anhembi.
- 1971 **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro, José Olympio, 2a. ed.

Cardozo, Francisco Malta

- 1953 **Tratado de direito rural.** São Paulo, Saraiva.

Carneiro, Maria Esperança

- 1981 **A revolta camponesa de Formoso e Trombas.** Goiás, UFGO, Depto. de História. Dissertação de mestrado.

Carone, Edgar

- 1975 **O tenentismo.** São Paulo, DIFEL.
- 1979 **Movimento Operário no Brasil (1877-1944).** São Paulo, DIFEL. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

Carvalho, Abdias Vilar de

- 1980 "União e cisão do bloco agrário-industrial" in Bras J. Araújo (coord.). **Reflexões sobre a agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1985 "A Igreja católica e a questão agrária" in Vanilda Paiva. **Igreja e questão agrária.** São Paulo, Loyola.

Castro Gomes, Angela

- 1988 **A invenção do Trabalhismo.** São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ.

Chaia, Vera Lúcia Michalany

- 1980 **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul - SP (1959-1969).** São Paulo, FFLCH/USP. Dissertação de mestrado.

Champagne, Patrick

- 1984 "La manifestation: la production de l'événement politique" In **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, 52/53, junho.
- 1990 **Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique.** Paris, Minuit.

Chartier, Roger

1990 **A história cultural entre práticas e representações.** Difel/Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Lisboa.

Chilcote, Ronald H.

1974 **The Brazilian Communist Party.** New York, Oxford University Press.

Colnaghi, Maria Cristina

1984 **Colonos e poder. A luta pela terra no sudoeste do Paraná.** Curitiba, Departamento de História/UFPR. Dissertação de mestrado.

Costa, Luis Flávio de Carvalho

1990 **O PCB e a questão do sindicalismo rural. 1954-1964.** São Paulo, Departamento de História Econômica/FFLCH/USP. Tese de doutorado.

1994 **O Congresso Nacional Camponês. Trabalhadores rurais no processo político brasileiro.** Rio de Janeiro, Universidade Rural, Sociedade do Livro.

Cruz, Dalcy da Silva

1982 **A redenção necessária. (Igreja católica e sindicalismo rural: 1960-1964).** Campina Grande, Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande. Dissertação de mestrado.

Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues da

1994 **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950 a 1964.** São Paulo, PUC/SP. Dissertação de mestrado.

Davatz, Thomas

1972 **Memórias de um colono no Brasil: 1850.** São Paulo, Martins/EDUSP.

Davis, Natalie Zemon

1990 **Culturas do povo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Dean, Warren

1977 **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Diégues Jr., Manoel

1962 "Nota sobre a sociologia rural no Brasil: aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual" in **Sociologia**, vol. XXIV, 4, dez. 1962.

D'Incao, Maria da Conceição

1975 **O bóia-fria: acumulação e miséria.** Petrópolis, Vozes.

Dreifuss, René Armand

1981 **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis, Vozes.

Eckert, Córdula

1984 **Movimentos dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964.** Itaguaí, CPDA/UFRRJ. Dissertação de mestrado.

Esteves, Benedita Maria

1991 **A Confederação Rural Brasileira. Origens e propostas.** Itaguaí, CPDA/UFRRJ. Dissertação de mestrado, mimeo.

Facó, Rui

1965 **Cangaceiros e fanáticos.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Faleiros, Maria Isabel Leme

1989 **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964).** São Paulo, FFLCH/USP. Tese de doutorado.

Foucault, Michel

1986 **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2a. ed.

Furtado, Celso

1964 **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro/São Paulo, Fundo de Cultura.

Galjart, Benno

1964 "Class and following in rural Brazil" in *America Latina*. Rio de Janeiro, 7, set./out.

Gnaccarini, José Cesar e Moura, Margarida M.

1983 "Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate". **BIB**, 15, Rio de Janeiro, 1o. semestre.

Gomes, Eduardo Rodrigues

1988 "Interesses agrários e política: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de 1897 a 1930". **Ciências Sociais, Hoje**. 1988. São Paulo, ANPOCS/Vértice, 1988. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ.

Gomes, Iria Zanoni

1987 **1957. A revolta dos posseiros.** Curitiba, Criar, 2_ ed.

Graziano da Silva, José Francisco

1977 "O 'bóia-fria': entre aspas e com os pingos nos is". Texto apresentado à III Reunião sobre Mão-de-obra Volante. Botucatu.

Grynzpan, Mário

- 1987 **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de mestrado.

Guimarães, Alberto Passos

- 1968 **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed.

Guimarães, Teresa Canesin

- 1982 **Formas de organização camponesa em Goiás. 1954/1964**. São Paulo, PUC. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais.

Hegedus, Andrés

- 1984 "A questão agrária" in Eric Hobsbawn (org.) **História do marxismo**, vol. IV, 3a. parte **O marxismo na época da III Internacional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Heller da Silva

- 1993 **Communistes et anticommunistes: l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná de 1945 a la fin des années 70**. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Thèse pour le doctorat de Sociologie.

Hobsbawm, Eric

- 1978 "Os camponeses e a política". **Ensaio de opinião**. Rio de Janeiro, 8.
1970 **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar.
1987 **Mundos do Trabalho**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Hobsbawm, Eric; Marx, Karl

- 1972 "Formaciones economicas precapitalistas". **Cuadernos de Pasado y presente**, 20. Cordoba.

Hunt, Lynn

- 1991 "Revolução francesa e vida privada" in Perrot, Michelle (org.) **História da vida privada**, vol. 4, **Da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo, Companhia das Letras.

Ianni, Octávio

- 1976 "A classe operária vai ao campo". **Cadernos CEBRAP**, 24, CEBRAP/Brasiliense.

IPES

- 1963 **Reforma Agrária, problemas, bases e soluções**. IPES, sem indicação de local.

Jacinto, João

- 1978 "O corumba Júlio Santana". **Cadernos do CEAS**, 55, maio-junho.

Joca, Teresa Helena de Paula

1987 **Resgatando o singular: a memória quase esquecida. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964).** Fortaleza, UFCE. Dissertação de mestrado.

Jones, Gareth Stedman

1989 **Lenguajes de classe. Estudios sobre la historia de la classe obrera inglesa (1832-1982).** Madrid, Siglo XXI.

Julião, Francisco

1968 **Brasil, antes y después.** Mexico, Nuestro Tiempo.

Kadt, Emanuel de

1972 **Catholic Radicals in Brazil.** London, New York, Oxford University Press.

Kaey, Harvey and McClelland, Keith (ed.)

1990 **E. P. Thompson. Critical Perspectives.** Cambridge, Polity Press.

Lamounier, Maria Lúcia

1988 **Da escravidão ao trabalho livre.** Campinas, Papyrus.

Leandro, José

1988 **Depoimento.** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará.

Lefort, Claude

1983 **A invenção democrática. Os limites da dominação totalitária.** São Paulo, Brasiliense.

Lenharo, Alcir.

1986a **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30.** Campinas, Editora da UNICAMP, 2a. ed.

1986b **Sacralização da política.** Campinas, UNICAMP; São Paulo, Papyrus, 2a. ed.

Lima, Maria Emília A. T.

1990 **A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1o. de maio de Getúlio Vargas.** Campinas, EDUNICAMP.

Loureiro, Walderez Nunes

1982 **O aspecto educativo da prática política. A luta do arrendo em Orizona - GO.** Rio de Janeiro, IESAE/FGV. Dissertação de mestrado.

Martins, José de Sousa

1979 **O cativo da terra.** São Paulo, Ciências Humanas.

1981 **Campesinato e Política no Brasil,** Petrópolis, Vozes.

Marx, Karl

- s/d **A Miséria da Filosofia**. São Paulo, Livraria Exposição do Livro.
 1968 **O Capital**, livro 1, vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1972 **La Ideologia Alemana**. Montevideo/Barcelona, Pueblos Unidos/ Grijalbo, 4_ ed.

Medeiros, Leonilde Servolo de

- 1983 **A questão da reforma agrária no Brasil**. São Paulo, FFCL/USP, dissertação de mestrado.
 1989 **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, FASE.
 1993 "Algumas considerações sobre o conceito de classes sociais". Texto apresentado como requisito para o exame de qualificação do programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. 1992, mimeo.

Mendonça, Sonia Regina de

- 1994 "O sindicato rural na Primeira República: as múltiplas leituras de uma noção". In **Reforma Agrária**, no. 1, vol. 24, jan./abr.

Monteiro, Duglas Teixeira

- 1974 **Os errantes do novo século**. São Paulo, Duas Cidades.

Moore Jr., Barrington

- 1987 **Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo, Brasiliense.

Moraes, Clodomir dos Santos

- 1976 "Las ligas campesinas de Brasil" in **Organizaciones campesinas en America Latina**. Tegucigalpa, PROCCARA.

Moraes, Dênis de

- 1994 **O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro. José Olympio.

Moraes Filho, Evaristo

- 1978 **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, 2a. ed.

Neiva, Artur Hehl

- 1942 "A imigração e a colonização no governo Vargas". **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano II, 21, novembro.

Novaes, Regina Célia R.

- 1987 **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado.
- 1989 "Dissolver a neblina". In **Teoria e Debate**, 8, out/nov/dez.
- 1994 "Mediação no campo: entre a polissemia e a banalização" in Leonilde Medeiros e outros (orgs.) **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo, EDUNESP.
- s/d "Nada será como antes entre urubus e papagaios". Relatório de pesquisa, ISER, mimeo.

O'Dwyer, Eliane Cantarino

- 1988 **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato.** Rio de Janeiro. PPGAS/MN/UFRJ. Tese de doutorado.

Offe, Claus

- 1984 **Problemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1989 **Capitalismo desorganizado.** São Paulo, Brasiliense.

Palacios, Guillermo

- 1984 "A guerra dos marimbondos: uma revolta camponesa no Brasil no Brasil escravista". Rio de Janeiro, mimeo.

Palmeira, Moacir

- 1968 **Latifundium et capitalisme. L'écture critique d'un débat.** Thèse de 3ème. cycle. Paris. mimeo.
- 1977 "Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". **Contraponto**, ano II, n_2, novembro.
- 1979 "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana". **Revista de Cultura e Política.** São Paulo, 1, vol. 1.
- 1983 "Os anos 60: revisão crítica de um debate" in **Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica voltada para a Agricultura.** São Paulo, ASES/CEBRAP.
- 1985 "A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato". In Vanilda Paiva (org.) **Igreja e questão agrária.** São Paulo, Loyola.
- 1989 "Estado, questão agrária e campesinato", PPGAS/MN/UFRJ, dat.

Pandolfi, Dulce

- 1995 **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Paoli, Maria Célia e Sader, Eder

- 1986 "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)". in Ruth Cardoso (org.) **A aventura antropológica**. Rio, Paz e Terra.

Pereira, Astrogildo

- 1979 **Ensaio históricos e políticos**. São Paulo, Alfa-Omega.

Perrot, Michelle

- 1974 **Les ouvriers en grève. France, 1871-1890**. Paris, Mouton & École Pratique des Hautes Études. 2 vols.

Picchia, P. del

- 1980 **O PCB no quadro da atual política brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Pinho, Péricles M.

- 1939 **O problema da sindicalização rural**. Rio de Janeiro, sem indicação de editora.

Pollack, Michael

- 1989 "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**, 3.
1992 "Memória e identidade social". **Estudos Históricos**, 10.

Prado Jr., Caio

- 1966 **A revolução brasileira**. São Paulo, Brasiliense.
1979 **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.

Przeworski, Adam

- 1989 **Capitalismo e social democracia**. São Paulo, Companhia das Letras.

Pureza, José

- 1982 **Memória Camponesa**. Rio de Janeiro, Marco Zero.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de

- 1965 **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo, Dominus/Edusp.
1973 **O campesinato brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo, Vozes/EDUSP.
1977 **Os cangaceiros**. São Paulo, Duas Cidades.

Queirós, Maurício Vinhas de

- 1966 **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Rego, Rubem Murilo Leão

- 1979 **Terra de violência**. São Paulo, FFCL/USP, dissertação de mestrado.

Rocha, Francis

- 1982 **Conflito social e dominação: um estudo da regulação das relações de trabalho na empresa capitalista 1897-1935.** São Paulo, PUC,. Dissertação de Mestrado.

Sader, Eder

- 1988 **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Sales, Teresa

- 1994 "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25, ano 9, junho.

Santa Rosa, Virgínio

- 1963 **Que foi o tenentismo?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Cadernos do Povo Brasileiro, 22.

Santos, Raimundo Nonato dos

- 1988 **A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957).** Belo Horizonte, Oficina de Livros.

Sigaud, Lygia

- 1979 **Os clandestinos e os direitos.** São Paulo, Duas Cidades.
1989 "A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento" in Aspásia Camargo e Eli Diniz (orgs). **Continuidade e mudança no Brasil na Nova República.** São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ.
1990 "E para que serve conhecer o campo?" PPGAS/MN/UFRJ, mimeo.

Silva, Lyndolpho

- 1994 "A construção da rede sindical rural no Brasil no pré-64" entrevista concedida a Luis Flávio de Carvalho Costa in **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, 2, junho.

Starling, Sandra

- 1986 **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964.** Petrópolis, Vozes, 5a. ed.

Stein, Leila.

- 1991 **Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira (1930-1945).** São Paulo, PUC Dissertação de mestrado.

Stolcke, Verena

- 1986 **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo, Brasiliense.

Tapia, Jorge

- 1986 **Capitalismo e questão agrária. Um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil, 1946-1964.** Campinas, UNICAMP Dissertação de mestrado.

Tavares dos Santos, José Vicente

- 1991 "Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários". **Ciências Sociais, Hoje**, 1991. São Paulo, Vértice, ed. Revista dos Tribunais, 1991.

Telles, Jover

- 1981 **O movimento sindical no Brasil.** São Paulo, Ciências Humanas, 2a. ed.

Telles, Vera da Silva

- 1990 "Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt". **Tempo Social**, USP, São Paulo 2 (1).

Thompson, E.P.

- 1979 **Tradición, revuelta y consciencia de classe.** Barcelona, Crítica.
1981 **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro, Zahar.
1987a **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 1.
1987b **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. II.
1987c **Senhores e caçadores.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Venceslau, Paulo de Tarso.

- 1989 "Limpar o terreno". In: **Teoria e debate**, 6, ano II, abr./jun.

Welch, Cliff e Geraldo, Sebastião

- 1992 **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luis de Moraes.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Wilkie, Mary

- 1964 "A report on rural syndicates in Pernambuco". Rio de Janeiro, Centro Latinoamericano de Pesquisa em Ciências Sociais, mimeo.

Wolf, Eric R.

- 1984 **Guerras camponesas do século XX.** São Paulo, Global.

ANEXO 1

Greves Rurais

1945-1964

1-Local: Camboim (CE), fazenda Progresso

Obs.: Cinco dias de greve e conseguiram aumento de salário.

Fonte: VO, 07/07/49, p. 9

2-Local: Araçatuba, SP

Obs. Trabalhadores agrícolas do Posto de Sementes queriam pagamento de salários atrasados.

Fonte: VO, 17/09/49, p. 9.

3-Local: Lutécia (SP)

Obs. Greve por melhor sistema de medição. Trabalhadores saíram vitoriosos.

Fonte: VO, 30/07/49, p. 9.

4-Local: Santo Amaro (BA), propriedades Mamãe e Botelho

Obs. Os grevistas exigiam pagamento de repouso semanal e aumento de 40% nos salários, que eram reivindicações comuns a toda zona açucareira.

Fonte: VO, 18/03/50, p. 9.

5-Local: Vera Cruz (SP), Fazenda Paraguassu

Obs. Greve de advertência, por aumento de salário. Durou um dia.

Fonte: VO, 01/07/50, p. 9.

6-Local: Batatais (SP), Fazenda Lage

Obs. Quinze "*camponeses*" fizeram greve de advertência. Foram ameaçados de desconto no salário.

Fonte: VO, 01/07/50, p. 9.

7-Local: Jardinópolis (SP), Fazenda Parnaíba

Obs. Greve vitoriosa, por salários (valor do pagamento por saca), encaminhada por dezenove famílias de "*colonos*".

Fonte: VO, 01/07/50, p. 9.

8-Local: Fernandópolis (SP), Fazenda Santa Isabel

Obs. Depois de quatro meses sem receber salário, os "*colonos*" entraram em greve e saíram vitoriosos.

Fonte: VO, 08/07/50, p. 13.

9-Local: Avanhandava (SP), Fazenda Rocinha

Obs. Greve exigindo melhor remuneração. Participaram do movimento todas as famílias da fazenda, sendo catorze de "*colonos*", quatro de "*camaradas*" e a família do fiscal. O "*tatuira*" deu aumento para a saca de café colhido.

Fonte: VO, 05/08/50, p. 9.

10-Local: Lins (SP), Fazenda Jatobá

Obs. Os grevistas, em paralisação realizada em 09/06/50, exigiram o dobro do preço pago por saca de café colhido. Conquistaram o aumento após quatro dias de greve.

Fonte: VO, 26/08/50, p. 12 e 9.

11-Local: Jardinópolis (SP), Fazenda Iracema

Obs. Greve exigindo aumento por saca colhida. Conseguiram ver atendida a reivindicação.

Fonte: VO, 26/08/50, p. 9 e 12.

12-Local: Avanhandava (SP), Fazenda Barra Mansa

Obs. Greve por aumento, vitoriosa.

Fonte: VO, 26/08/50, p. 9 e 12.

13-Local: Fernandópolis (SP), Fazenda Avanhandava

Obs. Greve de "*colonos*" pelo pagamento de salários atrasados por quatro meses. Foi vitoriosa.

Fonte: VO, 26/08/50, p. 9 e 12.

14-Local: Xavantes (SP)

Obs. Greve por atraso de sete meses no pagamento do salário.

Fonte: VO, 26/08/50, p. 9 e 12.

15-Local: Pompéia (SP), Fazenda Santa Josefa

Obs. Greve conseguiu dobrar os salários.

Fonte: VO, 26/08/50, p.9 e 12.

16-Local: Ourinhos (SP), Fazenda Lajeado

Obs. A greve, demandando aumento de cinquenta por cento, foi desencadeada com a distribuição de boletins manuscritos embaixo da porta dos "*colonos*".

Fonte: VO, 26/08/50, p. 9 e 12.

17-Local: Lins (SP), Fazenda Macuquinho

Obs. Os "*camponeses*" declararam-se em greve em 20/08/50, exigindo a aplicação do contrato apresentado aos "*colonos*" do café pela União dos Camponeses da Alta Sorocabana.

Fonte: VO, 09/09/50.

18-Local: Bilac (SP), Fazenda Conceição

Obs. Os "*colonos*" pediram aumento e o patrão intimou-os a comparecer na promotoria de Birigui, onde o promotor exigiu que eles se conformassem com o que estava no contrato. Mantiveram-se irredutíveis e conseguiram aumento. Vitória dos "*camponeses*".

Fonte: VO, 16/09/50, p. 9.

19-Local: Fazenda do japonês Harada (SP)

Obs. Estimulados pela vitória da Fazenda Conceição, os "*colonos*" exigiram aumento durante as colheitas. A greve durou dez dias e terminou vitoriosa.

Fonte: VO, 16/09/50, p. 9.

20-Local: Tupã (SP), Fazenda Aurora

Obs. A quebra de compromisso assumido durante a greve, levou os "*camponeses*" a ocuparem a fazenda. Houve luta entre eles e a polícia do município de Tupã.

Fonte: VO, 18/11/50, p. 9.

21-Local: Ribeirão Preto (SP), Fazenda São Martinho

Obs. Os "*camponeses*" leram as reportagens da **Voz Operária** sobre as greves dos "*colonos*" de Batatais e resolveram aplicar as lições ali contidas em defesa de seus direitos. Exigiram aumento de salários e, após a greve, saíram vitoriosos.

Fonte: VO, 18/11/1950.

22-Local: Fazenda Logradinho

Obs. Os "*camponeses*" da fazenda realizaram sua terceira greve durante o período da colheita. A primeira, quando exigiram aumento de cem por cento, foi vitoriosa. A segunda, no dia 15/08, demandava não trabalhar nesse dia santo. Houve vitória também. A terceira foi contra o atraso de pagamento. Cerca de cem famílias reuniram-se no escritório do latifundiário, obrigando-o a fazer o pagamento.

Fonte: VO, 18/11/50, p. 9.

23-Local: Igarapava (SP), Fazenda Irmãos Bertoli

Obs. Os "*colonos*" lutaram pelo aumento de pagamento nas colheitas.

Fonte: VO, 18/11/50, p. 9.

24-Local: Batatais (SP), Usina São Luiz

Obs. Não há detalhes sobre a greve.

Fonte: VO, 18/11/50.

25-Local: Capivari (SP), Usina São Bento

Obs. Duzentos e cinquenta cortadores de cana fizeram greve reivindicando aumento no preço do corte.

Fonte: VO

26-Local: Santo Amaro (BA), Fazenda São Carlos

Obs. Trabalhadores fizeram greve de 24 horas contra o valor recebido por tonelada de cana cortada. Os trabalhadores mais ativos, que lideraram o movimento, foram perseguidos pelos patrões.

Fonte: IP, 04/01/51, p. 2

27-Local: Formosa, Fazenda Boa Esperança

Obs. Os trabalhos foram paralisados por falta de pagamento. Os trabalhadores sequestraram as máquinas como garantia de que receberiam os atrasados.

Fonte: IP, 02/02/1951, p. 24.

28-Local: Olímpia (SP), Fazenda Marcondes

Obs. Quarenta famílias entraram em greve por um aumento de cem por cento no valor pago pelo trato de cada mil pés de café.

Fonte: IP, 19/04/51, p. 2.

29-Local: Ceará

Obs. Greve de "camponeses".

Fonte: VO, 19/05/51, p. 9.

30-Local: Santo Amaro (BA), Usina Aliança

Obs. Os "operários" e "trabalhadores agrícolas" da usina paralisaram o trabalho exigindo um aumento no valor pago por semana, para fazer face à alta do custo de vida. Algumas horas depois, os grevistas foram forçados, sob coação policial, a voltar ao trabalho. A usina era de propriedade da S.A. Magalhães, "uma das maiores quadrilhas de latifundiários e negociatas da Bahia".

Fonte: VO, 02/06/51, p. 9.

31-Local: Franca (SP), Fazenda Boa Sorte, da Cia. Mogiana

Obs. O gerente da fazenda despediu um "camponês" (liderança da luta por férias), dando-lhe prazo apenas suficiente para colher mantimentos. Os "camponeses" da fazenda fizeram uma greve de solidariedade. O patrão tentou dividi-los, pedindo que fossem de dois em dois ao escritório. A proposta não foi aceita, pois os "camponeses" "queriam que o patrão falasse a todos no pátio". E foi aí que aconteceu nova manobra: separar "colonos" e "meeiros" de "diaristas", alegando que estes não possuíam alimentos.

Uma comissão de cinco grevistas foi a Ribeirão Preto para entendimentos e, enquanto isso, organizaram-se piquetes. Foram quatro dias de greve e reconhecido o direito às férias (que não foram pagas).

Segundo o jornal **Imprensa Popular**, as razões da greve foram a exigência de pagamento de salários e fornecimento de café pela fazenda.

Fonte: VO, 02/06/51, p. 10; IP, 13/05/51, p. 2.

32-Local: São Paulo, Fazendas Taquaral e Igarapava

Obs. Greve por pagamento de férias.

Fonte: IP, 05/06/51, p. 1.

33-Local: Norte do PR, várias fazendas

Obs. Além do pagamento em dinheiro, os trabalhadores reivindicavam a expedição de carteiras profissionais, proibição das matanças de porcos pelos capangas dos "tatuíras", expulsão dos capangas.

Fonte: VO, 16/06/51, p. 9.

34-Local: Itabuna (BA), Fazenda Santana

Obs. Greve por aumento salarial e outras reivindicações.

Fonte: VO, 14/07/51, p. 9.

35-Local: Ilhéus (BA), Fazenda Provisão

Obs. Greve por aumento salarial e outras reivindicações.

Fonte: VO, 14/07/51, p. 9.

36-Local: Lins (SP), Fazenda São João

Obs. Os colonos foram à greve para obrigar o patrão a cumprir um acordo que assumira e do qual queria fugir.

Fonte: VO, 14/07/51, p. 9.

37-Local: Santa Cruz (SP), Fazenda Cocaes

Obs. Greve noticiada como sendo de "camponeses".

Fonte: VO, 21/07/51, p. 10.

38-Local: Ilhéus (BA), Fazenda Roseira

Obs. Greve por aumento de salário. Os trabalhadores saíram vitoriosos.

Fonte: VO, 21/07/51, p. 9.

39-Local: Fazenda Santa Antonieta (SP)

Obs. Greve por aumento de preço do café colhido e pagamento de férias. Envolveu "colonos" e "camaradas".

Fonte: VO, 25/08/51, p. 9.

40-Local: Marília (SP), Fazenda Marialva

Obs. Greve pelo direito a férias.

Fonte: VO, 15/09/51, p. 9.

41-Local: Valparaíso (SP), Fazenda Pau d'Alho

Obs. Setenta famílias de "*colonos*" demandavam aumento no preço pago por saca de café colhido.

Fonte: VO, 29/09/51, p. 9.

42-Local: Pirajuí (SP), Fazenda Bela Vista

Obs. Cento e cinquenta "*famílias*" em greve por férias remuneradas.

Fonte: VO, 29/09/51, p. 9.

43-Local: Ribeirão Preto (SP), Fazenda Barreiro

Obs. "*Volantes*" entraram em greve, conquistando um pequeno aumento no preço da colheita de café.

Fonte: VO, 06/10/51, p. 9.

44-Local: Lins (SP), Fazenda Diamante

Obs. "*Colonos*" e "*empreiteiros*" fizeram uma greve por aumento de salário.

Fonte: VO, 08/12/51, p. 9.

45-Local: Catanduva (SP), Fazenda Núcleos

Obs. Os "*colonos*" fizeram greve e derrotaram o fazendeiro e a polícia.

Fonte: VO, 08/12/51, p. 9.

46-Local: Presidente Bernardes (SP), latifúndio Artur Bernardes

Obs. Além dos milhares de alqueires de algodão pertencentes a "*arrendatários*" e "*meeiros*", havia na fazenda uma grande área explorada por "*assalariados*". O "*latifundiário*" pagava, por arroba colhida, metade do que os "*arrendatários*". Os "*camaradas*" que trabalharam para o fazendeiro entraram em greve exigindo um aumento e foram vitoriosos. Depois dessa primeira vitória, resolveram exigir outro aumento, que igualasse o que recebiam da fazenda como o que os "*arrendatários*" pagavam. Unidos aos "*arrendatários*" e "*meeiros*", foram à sede da fazenda exigir a satisfação das seguintes reivindicações: 1) aumento do pagamento por arroba apanhada; 2) anulação das dívidas ou dos arrendamentos devidos ao fazendeiro pelos "*meeiros*" e "*arrendatários*".

Fonte: VO, 28/06/52, p. 9.

47-Local: Lins (SP), Fazenda São João

OBS. Greve vitoriosa por aumento de salários.

Fonte: VO, 09/08/52, p. 9.

48-Local: Goiana (PE), Usina Santa Teresa

Obs. Sem informação.

Fonte: VO, 23/08/52, p. 9.

49-Local: Ourinhos (SP), Fazenda Furninha

Obs. Duas "*turmas de trabalhadores*", em junho e julho de 1953, paralisaram o serviço em protesto contra a rebaixa de salários na apanha do café. Na segunda greve, o administrador demitiu o empreiteiro que havia participado da primeira e proibiu a líder do movimento de levar a "*turma*" para a fazenda.

Fonte: NH, 10/07/53, p. 8.

50-Local: Fazenda São José

Obs. Em abril de 1953, doze famílias de "*assalariados*" da fazenda fizeram greve contra o atraso no pagamento e contra a retenção de metade dos ordeados pelo "*patrão*". A fazenda de café e os trabalhadores eram "*empreiteiros*" ou "*assalariados*". Para segurá-los, o patrão dá um pedacinho de terra por fora. Os grevistas foram espancados "*até quase a morte*" e seis famílias expulsas.

Fonte: NH, 30/04/53, p. 2, VO, 23/05/53, p. 2.

51-Local: Martinópolis (SP), Fazenda Bandeirante

Obs. Menção a uma greve de mais de trezentos "*arrendatários*", em 1950, que resultou na perseguição do líder comunista José Alves Portela.

Fonte: NH, 25/07/53, p. 6.

52-Local: Fernandópolis (SP), Fazenda Birole

Obs. Em 17 e 18 de agosto de 1953, "*colonos*" realizaram greve de dois dias contra um ato criminoso do fazendeiro.

Fonte: VO, 7/11/53, p. 2.

53-Local: Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Fazenda Cresciumam

Obs. Os "*colonos*" da fazenda estavam em greve há oito dias por falta de pagamento. Os "*camponeses*" ameaçavam recorrer à justiça para receber seus vencimentos.

Fonte: IP, 16/07/54, p. 6.

54-Local: Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Fazenda São João

Obs. A fazenda exigia trabalho gratuito dos "colonos". O administrador exigia a varreção do café caído com as fortes chuvas e obrigava depois os "colonos" a fazer nova ruação, quando, no contrato, não se falava disso, mas somente em carpa. Com a recusa dos trabalhadores em fazer este serviço gratuitamente, o gerente e o administrador ameaçaram contratar "empreiteiros" e depois cobrarem o preço que quisessem dos "colonos". Diante da ameaça, estes paralisaram o trabalho da derriça e vieram todos à cidade falar com o promotor, em 8 de julho de 1954. Como este não estava e não se chegou a um acordo, um representante foi a Botucatu, onde fez reclamação ao Departamento do Trabalho. Os "colonos" estavam se organizando para reivindicar férias, aumento de salário e direito de plantar feijão e arroz entre o café.

Fonte: NH, 15/07/54, p. 6; TL, 2a. quinz. de julho de 1954, p. 1.

55-Local: Serrana (SP), Usina da Pedra

Obs. Com quatro horas de greve, duzentos e quarenta e cinco trabalhadores da usina conquistaram aumento nos salários (não está claro se são trabalhadores rurais)

Fonte: VO, 07/08/54, p. 8.

56-Local: Franca (SP), Fazenda Boa Esperança

Obs. Greve pelo fato do "patrão" ter proposto um aumento por saca de café inferior ao desejado. *"Apesar de não haver união entre os 'colonos', a greve prosseguiu firme com o apoio dos 'colonos' da fazenda Santa Inês"*. Dessa luta surgiu o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas, fundado em assembléia na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçado. Após isso, o proprietário mandou prender um "colono".

Fonte: VO, 29/05/54, p. 10.

57-Local: Itabuna (BA), Fazenda Sergipana

Obs. Greve por aumento de salário. Diante da firmeza e união dos "camponeses", o gerente da fazenda acabou concedendo o aumento desejado.

Fonte: IP, 16/07/54, p. 2.

58-Local: Campos, usinas Outeiro, Santana, Paraíso e Cambaíba

Obs. Os usineiros, tendo que pagar o salário mínimo, tentaram forçar os "operários" e os "assalariados agrícolas" a assinarem contratos nos quais estabeleciam um desconto absurdo pelo aluguel das casas. Como as casas sempre foram gratuitas, por obrigação do Estatuto da Lavoura Canavieira e também porque o novo decreto do salário mínimo não permitia o desconto, os "operários" e "assalariados" das usinas de Campos resolveram protestar através da greve. Na usina Outeiro, voltaram ao trabalho após 36 horas, com a condição de ser abolido o aluguel das casas e o pagamento do salário mínimo integral. Com essa vitória, as outras entraram em greve.

Fonte: NH, 12/08/54, p. 2; TL, 2a. quinz. de agosto de 1954, p. 1.

59-Local: Cosmópolis (SP), Usina Ester

Obs. "*Operários*" e "*assalariados agrícolas*" fizeram sessenta horas de greve. Os patrões haviam aumentado a carne, a lenha e queriam descontar trinta e três por cento pelo aluguel das casas.

Fonte: TL, 2a. quinzena de agosto de 1954, p. 6.

60-Local: Flórida Paulista (SP), Fazenda Formosa

Obs. Solicitando aumento de salário, sem distinção para homem, mulher ou criança, dezesseis famílias entraram em greve, por dois dias. "*Diante da firmeza dos 'colonos' e suas famílias, o fazendeiro mandou um caminhão buscá-los e levá-los a sede da fazenda para entrarem em entendimentos. O fazendeiro tinha chamado um escrivão de polícia que disse a eles que greve é crime e fez ameaças*". Como os "*colonos*" resistissem, o proprietário cedeu.

Fonte: VO, 28/08/54, p. 8, NH, 27/07/54, p. 2.

61-Local: Pompéia (SP)

Obs. Orientados pelas informações do jornal Terra Livre, os "*colonos*" fizeram greve de vinte e quatro horas pelo pagamento de suas férias e obtiveram êxito.

Fonte: IP, 05/09/54, p. 2.

62-Local: Oriente (SP), Usina Paredão

Obs. Greve vitoriosa pelo pagamento de salário mínimo.

Fonte: TL, 1a. quinz. de setembro de 1954, p. 5.

63-Local: Ponte Nova (MG)

Obs. Greve de "*trabalhadores da cidade e do campo*". Os trabalhadores agrícolas aderiram à greve e, além das exigências do salário mínimo, acrescentaram outras reivindicações nas quais estavam particularmente interessados: suspensão do sistema de trabalho por feixe de cana, suspensão do sistema de tarefa por "*quadrado*", contra o "*balão*", pela jornada de oito horas de trabalho e por salário igual para trabalho igual.

Fonte: TL, 1a. quinz. de setembro de 1954, p. 8.

64-Local: Usina Santa Teresinha, Pernambuco

Obs. Greve, no dia 25 de agosto de 1954, contra o desconto no aumento do aluguel da casa e também "*contra o golpe americano que levou Vargas à morte*". Numeroso destacamento policial chegou à usina e levou um "*camponês*" preso.

Fonte: VO, 23/10/54, p. 8.

65-Local: Escada (PE), Engenhos Limeira e Refresco (Usina Bonfim)

Obs. "*Cortadores de cana*" paralisaram o trabalho, em 3 de setembro de 1954, demandando aumento no valor pago por feixe de cana cortada. O administrador veio com a polícia. Os nove trabalhadores que se negaram a voltar ao trabalho foram demitidos e ameaçados de expulsão. Estavam exigindo indenização pelas roças.

Fonte: VO, 23/10/54, p. 8.

66-Local: Palmares (PE), Usina 13 de maio

Obs. Cento e vinte "*cortadores de cana*" de cinco engenhos pertencentes à usina, entraram em greve exigindo aumento pelo cento de cana para poderem ganhar o salário mínimo. Houve espancamentos de grevistas após encerrada a greve.

Fonte: VO, 23/10/54, p. 8.

67-Local: Goiana (PE)

Obs. "*Goiana foi teatro da mais importante luta 'camponesa' havida até hoje em todo Nordeste, tanto quanto ao número de grevistas como pelo grau de organização e nível da luta*". A greve vigorosa abrangeu "*assalariados agrícolas*" de dezoito engenhos pertencentes às usinas Santa Teresa e N. Sra. das Maravilhas. O objetivo da greve era o pagamento de salário mínimo sem desconto de qualquer espécie. Contou com apoio dos têxteis, pescadores e da população, que distribuiu alimentos aos grevistas. Os usineiros jogaram polícia e capangas sobre os grevistas. Houve tiros. A greve ocorreu no dia 27 de setembro de 1954.

Fonte: VO, 13/11/54, p. 10; TL, 1a. quinz. de outubro de 1954, p. 3.

68-Local: Londrina (PR), Fazenda Eldorado

Obs. Greve em 22/10/1954, contra os salários baixos.

Fonte: TL, 2a. quinzena de outubro, 1a. quinzena de novembro de 1954, p. 5.

69-Local: Ribeirão Preto (SP), Fazenda São Sebastião

Obs. Cerca de trezentos "*camponeses*" fizeram uma greve de vinte e quatro horas pelo pagamento de salário mínimo, férias horas extras, descanso semanal remunerado. Vinte e duas pessoas foram presas (segundo a VO), o que provocou revolta nos "*camponeses*" que prometeram voltar à greve se não houvesse justiça para os colegas presos. De acordo com a VO, além das violências policiais, os "*camponeses*" foram vítimas de vexames por parte do "*latifundiário*" que, apoiado pela polícia, forçou alguns deles a assinar falsas declarações contra o movimento.

Participaram da greve cinquenta "*colonos*". O presidente do Sindicato de Colonos e Assalariados de Ribeirão Preto foi preso e mantido no cárcere por mais de cinquenta dias. Os "*colonos*" da fazenda conquistaram um aumento e foi devolvido o arroz dos "*meeiros*" que havia sido retido pelo fazendeiro.

A ULTAB enviou ofício ao juiz de Ribeirão Preto, denunciando as violências de que foram vítimas os "*camponeses*", quando realizaram a greve. A autoria da coação foi atribuída ao Departamento de Trabalho do município, que era contra a idéia de sindicalização.

Fonte: IP, 30/03/55 e 14/05/55; p. 6; VO, 21/05/55, p. 8 e VO, 6/08/55, p. 7.

70-Local: Marília (SP), Fazenda Santa Antonieta

Obs. Aumento de salários na colheita do café.

Fonte: TL, 1a. quinz. de julho de 1956, p. 5.

71-Local: Pompéia (SP), colônia 1, fazenda Jacutinga

Obs. Greve exigindo retirada do fiscal.

Fonte: TL, 1a. quinz. de julho de 1956, p. 5.

72-Local: Catanduva (SP)

Obs. Greve vitoriosa, ocorrida de 20 a 22/2/56. O movimento abrangeu a maioria dos trabalhadores "*diaristas*" das fazendas de café ("*camaradas volantes*"). A orientação foi do Sindicato de Diaristas e Colonos.

Fonte: VO, 24/03/56, p. 10; TL, 1a. quinz. de julho de 1956, p. 3.

73-Local: Ribeirão Preto (SP), Fazenda São Pedro

Obs. Greve de "*colonos*" do café por salário mínimo. Depois de dois dias de greve, o fazendeiro procurou lançar a polícia contra os trabalhadores. O promotor público, ao qual os grevistas foram levados pela polícia, reconheceu o direito. Os "*colonos*", por intermédio da Delegacia do Trabalho, intimaram o fazendeiro a ali comparecer.

Fonte: VO, 19/05/56.

74-Local: Fazenda Lusitânia (BA)

Obs. Greve de doze dias pelo pagamento de salário mínimo, feriados, contra o desconto de aluguel. Os trabalhadores saíram vitoriosos.

Fonte: IP, 14/11/56, p. 6; TL, 1a. quinzena de dezembro de 1956, p. 1; VO, 1/12/56.

75-Local: Catanduva (SP)

Obs. Mais de quinhentos trabalhadores (segundo TL, "*temporários*" que moravam na cidade e iam trabalhar no campo) entraram em greve no dia 20/11/1956, reivindicando salário mínimo e melhores condições de trabalho. Os "*lavradores*" disseram-se dispostos a invadir casas comerciais em busca de alimentos caso não houvesse justiça. O Juiz da Comarca disse que tinham direito e lhes pediu para trazerem os nomes dos patrões que não quisessem pagar. Fizeram passeata na cidade.

Fonte: IP, 28/11/56, p. 6; TL, 1a. quinzena de dezembro de 1956, p. 4.

76-Local: Londrina (PR), Fazenda Ingá

Obs. Todos os "*colonos*" e metade dos "*peões volantes*" paralisaram o trabalho. Mulheres destacaram-se na libertação de grevistas presos. Heller da Silva menciona uma greve geral nesse ano, no momento da colheita do café.

Fonte: VO, 10/08/57, p. 10; Heller da Silva, 1993:145.

77-Local: Brotas (SP), Usina Vassununga

Obs. Greve pelos direitos trabalhistas (salário mínimo, fim do desconto habitação, jornada de oito horas, férias, etc.), realizada em 30/10/1958.

Fonte: TL, novembro de 1958, p. 4.

78-Local: Pirajuí (SP), Usina Miranda

Obs. Greve de mais de um mês por pagamento de salários atrasados.

Fonte: TL, janeiro de 60, p. 1.

79-Local: Escada (PE), Engenhos Limoeiro Velho e Harmonia

Obs. Os "*assalariados*" recebiam "*paga miserável*". Com a greve que durou 48 horas, realizada em janeiro de 1961, os patrões deram reajuste de cinquenta por cento. Durante a greve houve pequenas investidas policiais e, em uma delas, um grevista foi preso. Foi solto dois dias depois, graças à ação dos advogados das Ligas Camponesas. O número de trabalhadores em greve chegou a cento e vinte.

Fonte: NR, 13 a 19/01/1961.

80-Local: Catanduva (SP), Fazenda São José da Borboleta

Obs. Greve vitoriosa por melhores salários.

Fonte: TL, maio de 1961, p. 3.

81-Local: Fazenda São Miguel

Obs. Greve vitoriosa dos "*assalariados agrícolas*". Participaram trinta e quatro famílias.

Fonte: TL, maio de 1961, p. 8.

82-Local: Engenheiro Beltrão (PR), Fazenda Aliança

Obs. Greve por aumento de salário.

Fonte: NR, 26/05 a 01/06/1961, p. 7.

83-Local: Orizona (PR), Fazenda São José

Obs. Greve por aumento de salário. Durou quase dois meses.

Fonte: NR, 26/05 a 01/06/1961, p. 7; Heller da Silva, 1993:145.

84-Local: Mandaguassu (PR), Fazenda Colúmbia

Obs. Greve por aumento de salário. Os patrões não deram aumento e os trabalhadores abandonaram a fazenda. O fazendeiro ameaçou-os, inclusive com intervenção policial, advertindo-os de que não permitiria a mudança antes de terminado o contrato. Os assalariados recorreram ao sindicato.

Fonte: NR, 26/05 a 01/06/1961, p. 7.

85-Local: Guariba (SP)

Obs. Paralisadas várias fazendas produtoras de açúcar, por questões salariais.

Fonte: TL, novembro de 1961, p. 3.

86-Local: Penápolis (SP), Usina Campestre

Obs. Os *"cortadores de cana"* ficaram dez dias em greve, reivindicando o *"cumprimento dos novos níveis de salário mínimo, pagamento de horas extras, redução da taxa de habitação etc. Antes de paralisarem o serviço, por várias vezes os trabalhadores dirigiram-se à direção da empresa por meio de comissões, inutilmente"*. Os patrões concordaram em pagar o salário aos grevistas e a metade a cada menor, não descontar os dias de greve e aceitaram um contrato coletivo de trabalho, onde ficavam asseguradas aos trabalhadores as seguintes melhorias: aumento do salário diário, jornada de trabalho reduzida de dez para oito horas, sendo as horas extras pagas de acordo com a lei, baixa de desconto habitação de trinta e três para quinze por cento. Os grevistas tiveram assistência da Federação da Alimentação.

Fonte: NR, 02 a 08/02/1962, p. 6.

87-Local: Assis (SP), Usina Nova América

Obs. Dois mil *"assalariados"* fizeram seis dias de greve, em razão da dispensa do presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores em Alimentação, recém formada. A greve iniciou-se pelos *"operários da usina"* e teve apoio, depois, dos *"assalariados das lavouras"* açucareiras, café, algodão e milho. Teve também solidariedade dos dirigentes sindicais da capital, Luciano Lepera e da delegacia da Associação dos Ferroviários da Sorocabana. Os *"latifundiários"* tentaram impedir a convocação dos trabalhadores para organizar a associação. Quem fazia esse trabalho era o diretor do Sindicato de Laticínios em São Paulo e do Sindicato da Alimentação em Marília, por incumbência da Federação da Alimentação, presidida por Luis Tenório de Lima. Os trabalhadores se concentraram num pátio e houve repressão por cinquenta soldados armados de fuzil. Resistiram e os patrões foram obrigados a assinar documento garantindo o pagamento dos dias parados, pagamento das férias atrasadas de vários anos, reconhecimento da associação, não demitir nenhum diretor, cumprimento de acordo salarial a ser firmado.

Fonte: TL, junho de 1962, p. 1.

88-Local: Santa Rosa do Viterbo (SP)

Obs. Doze mil *"assalariados"* fizeram seis dias de greve pelo fim do desconto habitação e por reajuste salarial. A direção foi do Sindicato da Alimentação. A manchete do jornal era: *"Greve derrotou império Matarazzo em Santa Rosa do Viterbo"*.

Fonte: TL, julho de 1962, p. 1.

89-Local: Alta Mogiana (SP), Usinas Albertina, Bela Vista e São Martinho

Obs. *"Seis mil trabalhadores em greve derrotam império dos usineiros"*. Os *"patrões"* não queriam dar aumento, alegando ter que esperar que fosse repassado para o preço do açúcar. A notícia fala em ameaça de greve geral de todas usinas de açúcar do estado.

Segundo o NR, referindo-se à usina Albertina, tratava-se de substituir o sistema de pagamento de tonelada de cana cortada por hora de trabalho. Também estava em jogo o respeito ao acordo salarial firmado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação. A polícia *"de Carvalho Pinto"* apareceu, fortemente armada.

Fonte: TL agosto de 1962, p. 5; NR 13 a 19/07/62.

90-Local: Garça (SP), Fazenda Alvorada

Obs. Paralisação de vinte e quatro horas por melhor pagamento do café. A greve foi vitoriosa. *"Os líderes 'camponeses' Vicente Rena e João Batista, representando a Associação dos Trabalhadores Rurais de Garça, reuniram doze famílias da fazenda e com elas decidiram realizar a greve"*.

Fonte: TL, agosto de 1962, p. 8; NR, 03 a 09/08/1962, p. 3.

91-Local: Presidente Alves (SP), Fazenda Jacutinga

Obs. Greve pelo pagamento do salário mínimo e outros direitos (férias, repouso semanal remunerado, jornada de oito horas etc), nos dias 16 a 19 de julho de 1963, com a ação da delegacia da Associação de Trabalhadores de Garça. Segundo NR, no salário estipulado não incidiria nenhum desconto e para completar o salário mínimo previsto por lei, o empregador deveria fornecer aos empregados habitação, lenha, café, transporte e a cota de vinte e cinco watts de luz para cada habitação; assistência médica fornecida pelo empregador; diaristas com os mesmos direitos dos mensalistas; salário para os menores correspondendo à metade do salário da região; os descontos só incidiriam sobre o salário do chefe da família, ficando aos demais membros da família assegurado o salário integral; descanso semanal remunerado; salário igual à diária para *"colonos"* e *"meeiros"* chamados para serviços diários; férias pagas de acordo com a lei e salário mínimo vigente; o empregador se obrigava a proceder reformas nas casas que fornecia aos trabalhadores; os trabalhadores não seriam demitidos por participação no movimento de paralisação, ficando, todavia, assegurado ao empregador o direito de demitir o empregado desde que pagasse os direitos previstos em lei.

Fonte: TL setembro de 1962, p. 2; NR, 03 a 09/08/1962, p. 3.

92-Local: Adamantina (SP), Fazenda Califórnia

Obs. Greve por aumento salarial. A fazenda demitiu cinquenta e seis famílias para não cumprir acordo. As famílias acabaram conseguindo indenização.

Fonte: TL, novembro de 1962, p. 2.

93-Local: Rio Bonito (RJ), Usina Tinguá

Obs. Concentração de trabalhadores em solidariedade aos trabalhadores da usina. Foram agredidos por três caminhões de jagunços.

Fonte: TL, janeiro de 1963, p. 7.

94-Local: Bom Sucesso (PR), Fazendas Coroa, São Sebastião e Santa Maria

Obs. Hum mil e quinhentos trabalhadores em greve em razão do atraso de mais de cinco meses de salário. O armazem fornecedor de gêneros para os trabalhadores havia suspenso a entrega de alimentos, negando-se a receber vales. Também a farmácia e o hospital, localizados na sede do município, sustaram o atendimento aos "*camponeses*". A greve foi orientada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul.

Fonte: TL, janeiro de 1963, p. 7; NR, 11 a 17/01/63, p. 6.

95-Local: Ourinhos (SP), Fazenda Lajeado

Obs. A fazenda de café não pagava salário mínimo, férias, décimo terceiro salário. As cento e quarenta famílias que trabalhavam na fazenda, em sua maioria há mais de cinco anos (várias com mais de dez anos de casa), nunca haviam recebido férias, nem descanso remunerado. Os "*colonos*", que eram ajudados por seus filhos e mulheres no trato do café, recebiam salários considerados baixos. Foram ao fórum de Ourinhos em passeata, empunhando cartazes onde denunciavam a brutal exploração a que há vários anos vinham sendo submetidos. Ao percorrerem as ruas centrais da cidade, pararam em frente à residência do vice-prefeito e a seguir procuraram o líder do PTB, vereador Alvaro R de Moraes, que lhes prometeu apoio. Teve apoio da FATAESP, através de José A. Portela, Federação das Indústrias da Alimentação de São Paulo e ULTAB, através de Lyndolpho Silva. Na DRT, o patrão teve que conceder aumento.

Fonte: TL, março de 1963, p. 1; NR, 15 a 21/02/63, p. 2.

96-Local: Guáira (SP)

Obs. Trabalhadores do algodão tiveram seus salários reduzidos. Em entendimentos realizados entre empregados, empregadores, presididos pelo juiz de trabalho de Barretos, chegaram a um acordo. Os trabalhadores adultos, independente de sexo, teriam aumento salarial. Os grevistas fizeram passeatas e concentração diante do edifício onde se localizavam a prefeitura e a Câmara. A polícia procurou dispersar as manifestações com violência.

Fonte: NR, 22 a 28/02/1963, p. 6.

97-Local: litoral paulista

Obs. Greve de "bananeiros", ocorrida de 7 a 9/01/63. Em 9/01 foi assinado acordo em mesa redonda na DRT. Conquistaram salário mínimo, oito horas de jornada, horas extras, descanso semanal remunerado, desconto de alimentação e moradia conforme a lei, férias, décimo terceiro salário, não demissão de nenhum grevista. Lutavam pelo reconhecimento do sindicato, cujo pedido de registro datava de 1957.

Fonte: TL, março de 1963, p. 3.

98-Local: Marília (SP), Fazendas Santa Rosa e Santa Angela

Obs. Catorze famílias de "tarefeiros" que trabalhavam na carpa de café foram vitoriosos numa greve por aumento salarial, realizada de 4 e 8 de fevereiro de 1963, intermediados pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Marília e presidente do Sindicato da Alimentação de Marília. O fazendeiro deu o aumento, mas dispensou três famílias de grevistas. *"Mas para agir assim, teve que pagar as indenizações de acordo com a lei"*.

Fonte: TL, março de 1963, p. 6; NR, 22 a 28/02/63, p. 6.

99-Local: Marília (SP), fazendas Monte Alegre, Pau d'Alho, Santa Rosa e Santa Augusta

Obs. Cento e trinta famílias em greve nas fazendas de café acima, por aumento de salário, sob orientação da Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília. Foram considerados inimigos na greve a polícia de Adhemar e o *"sindicato dos padres"*.

Fonte: TL, março de 1963, p. 8.

100-Local: Maringá (PR)

Obs. Greves em vinte e uma fazendas em torno de Maringá em 1963, por aumento de salário. *"Nessas greves, evidenciou-se para os trabalhadores a identidade de interesses dos latifundiários, delegados de polícia, promotores, juízes e a maioria dos advogados"*.

Fonte: TL, março de 1963, p. 8.

101-Local: Barretos (SP)

Obs. Estimulados pela vitória conquistada em Guaira, assalariados de Barretos também resolveram fazer greve, em fevereiro de 1963, protestando contra a baixa de salários diários. Cerca de quinhentos trabalhadores fizeram uma *"passeata da fome"* e dirigiram-se ao prefeito, exigindo solução para o problema da alta do custo de vida. *"Como sempre acontece nessas ocasiões, o delegado de polícia quis descobrir 'elementos subversivos', 'agentes de Moscou' etc. Mas os trabalhadores mostraram que o caso era de fome e não de polícia e dirigiram-se à Justiça do Trabalho"*. O movimento grevista foi totalmente vitorioso. Houve aumento na diária e a Prefeitura distribuiu gêneros alimentícios entre os grevistas.

Fonte: NR, 15 a 21/03/63, p. 8.

102-Local: Colina (SP), município próximo de Barretos

Obs. *"Assalariados agrícolas"* fizeram greve vitoriosa contra os baixos salários e exigiram o pagamento do novo salário mínimo.

Fonte: NR, 15 a 21/03/63, p. 8.

103-Local: Itanhaém (SP)

Obs. Mais de seiscentos grevistas, numa paralisação que durou de 18/2 a 15/3 de 1963. A polícia marítima interferiu, disparando rajadas de metralhadora no chão. Na DRT, em mesa redonda, foi assinado acordo onde se previa pagamento mensal, salário mínimo regional, jornada de oito horas, pagamento de horas extras, pagamento em dobro de domingos e feriados, pagamento de repouso semanal remunerado, envelope de pagamento, nenhuma punição aos grevistas. Também adotou-se o sistema de área trabalhada, tendo sido elaborada uma tabela específica para ser aplicada.

Fonte: TL, abril de 1963, p. 1.

104-Local: Garça (SP), Fazenda São Benedito

Obs. Quatro dias de greve (18 a 21/2 de 1963), com adesão de vinte e duas famílias, somando cem trabalhadores, filiados à Associação dos Trabalhadores Rurais de Garça, presidida pelo professor Alziro do Nascimento. A demanda era aumento salarial.

Fonte: TL, abril de 1963, p. 2.

105-Local: Santa Rosa do Viterbo (SP), Usina Amália

Obs. *"Trabalhadores farão nova greve contra o império Matarazzo"*. A usina Amália desrespeitou o acordo e ameaçou colocar os trabalhadores na rua. Segundo NR, houve uma assembléia com a participação de mais de dois mil trabalhadores, por salário e contra a pretensão do Conde Matarazzo de fazer com que os empregados da lavoura canavieira deixassem de pertencer ao IAPI. Ficou decidido que a Federação enviaria um ofício ao IAPI, pedindo novo parecer, pois o que foi fornecido à empresa feria totalmente a lei que regulamentava a filiação dos trabalhadores àquele instituto.

Fonte: TL, maio de 1963, p. 4; NR, 19 a 25/04/1963, p. 6.

106-Local: Tapiratiba (SP)

Obs. Ameaça de greve pelo pagamento do salário mínimo. *"A assembléia para discutir esse assunto e a transformação da associação em sindicato veio para a praça pública. Encontraram-se presentes assalariados agrícolas de vinte fazendas de quatro municípios... Decidiu-se a convocação dos patrões para mesas-redondas perante o promotor público de cada localidade. Caso os fazendeiros não se disponham a cumprir a lei, os trabalhadores cruzarão os braços..."*

Fonte: NR, 26 a 30/04/63.

107-Local: Nova Esperança (PR), Fazenda Rio Fundo

Obs. *"Camponeses decretaram greve e foram vitoriosos na luta"* por salário.

Fonte: TL, maio de 1963, p. 4.

108-Local: Fazenda Santa Alzira

Obs. Greve por salário mínimo, descanso remunerado etc. e *"contra a miséria, fome e terror"*. Os *"camponeses"* estavam sendo vigiados noite e dia por policiais.

Fonte: TL, junho de 1963, p. 5.

109-Local: Jaboaão, São Lourenço, Pau d'Alho e Glória de Goitá (PE)

Obs. Vinte mil camponeses entraram em greve reivindicando assinatura de carteira profissional com efeito retroativo e sem distinção de sexo e idade; taxa de periculosidade para os que trabalhavam no plantio e corte da cana; repouso remunerado; contrato coletivo de trabalho para os não residentes; fim do cambão; rebaixamento para metade do valor no aforamento das terras; proibição de demissões.

Havia disputa na direção do sindicato com padre Crespo.

Fonte: TL, julho de 1963, SE, p. 2/3.

110-Local: Fazenda Jacupiranga (PR)

Obs. A greve estendeu-se por quarenta e nove dias, terminando quando as autoridades trabalhistas locais decidiram pela vitória dos *"camponeses"*.

Fonte: NR, 28/06 a 04/07/1963, p. 6.

111-Local: Maringá (PR), Fazenda Paraíso

Obs. Trinta e seis *"famílias de lavradores"* exigiam melhores salários. Após alguns dias de paralisação, conseguiu-se chegar a um acordo com o fazendeiro.

Fonte: NR, 28/06 a 04/07/1963, p. 6.

112-Local: Maringá (PR), Fazenda Santa Alba

Obs. *"Todos os 'camponeses' da Fazenda Santa Alba, totalizando quatrocentas pessoas, reivindicavam aumento de salário e a diminuição das horas de trabalho... Realizaram-se todos os entendimentos possíveis; entretanto o fazendeiro Almeida Prado não acreditava que seus empregados pudessem recorrer à greve e recusava-se a transigir sobre qualquer aspecto. Os lavradores consultaram a direção do sindicato, em Maringá, e decidiram paralisar os trabalhos de plantio Passados três dias o fazendeiro resolveu atender às reivindicações, aceitando inclusive a exigência por parte dos trabalhadores para a condução gratuita de seus produtos, que vão ser vendidos nas feiras do estado...".* A matéria trata das duas greves anteriores e fala que *"desde o início do ano já eclodiram no Paraná quarenta e cinco greves camponesas, paralisando dezenas de fazendas"*.

Fonte: NR, 28/06 a 04/07/1963, p. 6.

113-Local: Marília (SP), Fazenda Santa Antonieta

Obs. *"Coordenados pela Associação de Lavradores de Marília, os homens do campo insurgiram-se contra a obrigatoriedade de comprar fubá na dispensa da fazenda - uma espécie de cambão -, exigiram o pagamento dos salários sem desconto, além de lutarem pela diminuição das horas de trabalho. Fracassados os entendimentos com o fazendeiro, que manteve-se intransigente, os 'lavradores' decidiram paralisar a lavoura. A greve durou uma semana, depois do que o fazendeiro cedeu em todos os pontos, concedendo inclusive licença aos lavradores para que dispusessem de tempo para as compras na cidade".*

Fonte: NR, 16 a 22/08/63, p. 6.

114-Local: Pernambuco, diversos municípios

Obs. Duzentos mil "*camponeses*" entraram em greve em 18 de novembro de 1963. O movimento durou dois dias. Teve apoio do CGT, CONSINTRA, Federação das Associações de Bairro, Federação dos Funcionários Públicos, Liga Feminina. Dois trabalhadores foram assassinados.

O acordo feito previa reajuste salarial de oitenta por cento e o governo federal, por meio do IAA, asseguraria, através da revisão do preço do açúcar, as condições econômicas e financeiras para cumprimento do acordo; delegado sindical nos engenhos com estabilidade; esse delegado deveria ser eleito pelos trabalhadores dentre os pertencentes à categoria profissional e residente há pelo menos três meses na propriedade, não poderia ser demitido sem o competente inquérito judicial e gozaria de ponto facultativo; os sindicatos indicariam representantes para uma comissão visando, promover junto ao governo federal, IAA e governo estadual, o apressamento da interiorização da previdência social, assistência médica e assistência escolar; as empresas se comprometeram a realizar o desconto da contribuição devida ao sindicato; os empregados seriam admitidos com obediência aos dispositivos legais e carteira profissional; tabela de tarefas; pagamento do décimo terceiro salário em dezembro, com base em outubro. A complementação seria paga em três parcelas, em fevereiro, março e abril de 1964; pagamento dos dias parados; não demissão dos grevistas.

Segundo NR, a greve paralisou noventa por cento da agroindústria açucareira.

Fonte: TL, dezembro de 1963, p. 8; NR, 29/11 a 5/12/63, p. 6.

115-Local: Paraíba, Usinas Santa Rita e Santana

Obs. Trabalhadores conquistaram oitenta por cento de aumento nos salários em greve no dia 25/11/1963. "*Camponeses*" de Forte Velho, Guia, Caboclo e Mangereba acabaram com o cambão.

Fonte: TL, janeiro de 1964, p. 4.

116-Local: Paraíba, Fazenda Miriri

Obs. *"Mais de 2000 'lavradores' da fazenda Miriri -um dos maiores latifúndios da Paraíba- realizaram, em frente à sede da fazenda, um comício de protesto contra a miséria em que vivem, no qual falaram, além de outros oradores, o líder Eloy Firmino e o deputado estadual Assis Lemos. Dos 'lavradores', apenas três recusaram-se a participar da concentração; mas foram levados à força, com exceção de um que fugiu (...)"*. O TL refere-se à colocação de chocalhos nesses três.

"Ao chegarem à sede da fazenda Miriri, os 'camponeses' encontraram já reunidos centenas de trabalhadores assalariados do corte de cana, em greve". Reivindicavam um aumento de pagamento por 'carga de cana' cortada. Em seguida foi feito o comício. O evento ocorreu em 20/12/63.

Fonte: NR, 03 a 09/01/64, p. 6.

117-Local: Jaboatão (PE), Usina Muribeca

Obs. Os grevistas reivindicavam além do pagamento do décimo terceiro salário, inscrição dos trabalhadores da lavoura canavieira no IAPI (regime da lei orgânica); indenização aos menores e mulheres demitidos e pagamento dos dias de greve. O acordo firmado ficou assim consubstanciado: os trabalhadores voltariam ao trabalho; a usina, com o aval do Sindicato da Indústria do Açúcar, pagaria integralmente os dias de greve; ficaria assegurado à usina e ao sindicato da categoria econômica promover, em conjunto ou separadamente, perante a Justiça do Trabalho, reclamando sobre a legalidade ou não da greve. No caso de decisão final da justiça sobre a legalidade do movimento, consideraria-se definitivamente encerrada a pendência; no caso de decisão pela ilegalidade as importâncias pagas seriam compensadas; não haveria qualquer punição em virtude da participação no movimento. A greve ocorreu de 26/12/1963 a 11/01/1964.

Fonte: NR, 24 a 30/01/64

118-Local: Alagoas

Obs. *"Camponeses"* alagoanos preparavam-se para uma greve geral.

Fonte: TL, 131, fev. 64, SE, p. 4.

119-Local: Itanhaém (SP)

Obs. *"Bananeiros"* conseguiram acordo na Delegacia Regional do Trabalho: décimo terceiro, férias de 1962 em dobro, nenhuma punição aos grevistas, grupo de trabalho paritário (patrões e empregados) e DRT para estabelecer as condições de trabalho.

Fonte: TL 132, mar. 64, p. 8.

ANEXO 2

ABC do Programa de PRESTES

*Aqui, cumpade, de novo
Trago o Programa de Prestes
Programa de todo o povo,
Do Sul, do Norte ou Nordeste.*

*Belo Programa de fato
Carece muita atenção
É só por isso que eu trato
De elogiar sua ação.*

*Confiscar toda as terra
Dos tais latifundiário
Fazê todo camponês
Também sê proprietário*

*Dividir as grandes terra
tendo a lei por garantia
O roceiro finalmente
Vai viver feliz um dia*

*Então terá sua posse
como um dono verdadeiro
para sempre libertado
Da mardade dos grileiro.*

F*azê tudo pra acabá
com a terça e meiação
Não dá serviço de graça
Nem tê vale e barracão.*

G*arantia de salário
Prá todo o trabaiaadô
Prá mó de sua famia
Não dependê de favô*

H*agá é letra esquisita
Mas serve prá arrecordá
Quando o camponê é rico
Suas terra conservá.*

I*nteressante também
Se o roceiro é devedô
Anulá todas as dividas
Que tem com o explorado*

J*udiado, sem dinheiro
Passa o roceiro abertura
Mas o Programa de Prestes
Livra o roceiro da usura.*

K *é uma letra que a gente
Nem sempre pode encontrá
É como financiamento
É coisa difícile de achá.*

L*endo porém o programa
É outra cousa de fato
Empréstimo a prazo longo
Financiamento barato.*

M*uita coisa vantajosa
Favorecendo os pequeno
Na compra de enxada e máquinas
Semente, adubo, veneno.*

*Nessas questão de programa
 Uma questão muito viva,
 É quando o programa pede
 Ajuda às cooperativa.*

*O caso horrível das secas
 Nas regiões do Nordeste
 É muito bem explicado
 Pelo Programa de Prestes.*

*Pra que todo camponês
 Desenvolva a agricultura
 A irrigação do Nordeste
 Tem que ser feita na altura.*

*Que tudo que fô criado
 E na terra produzido
 Tenha sempre preço mínimo
 Pro roceiro garantido.*

*Referente ao algodão
 Arroz, milho, amendoim,
 A questão do preço mínimo
 Vai ser resolvida assim.*

*Salvar todos interesses
 Da massa consumidora
 Não deixar que a carestia
 Se torne destruidora.*

*Tratando dos pescadô
 Ajuda tem que ser dada
 Pra móde ter entreposto
 Construir sua morada.*

*Usufruir o direito
 Que o Programa vem lhe dá
 De ter um barco de pesca
 Instrumentos pra pescá.*

*Vitória para o Programa
é o que devemos querê
Mas para isso, compade
É preciso combatê.*

*Xis é uma letra cruzada
Sinal da grande união
Operário camponês
Com resto da nação*

*Ypisilone não tem
Um'outra igual no ABC
Fazendo a reforma agrária
Unidos vamos vencê.*

*Zune tudo nos ouvidos
Do tatuira ladrão
Viva o Programa de Prestes
Programa da salvação.*